

Sumário

6	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL.....	1
6.3	MEIO SOCIOECONÔMICO.....	1
6.3.1	<i>Introdução</i>	1
6.3.2	<i>Objetivos</i>	2
6.3.3	<i>Metodologia</i>	2
6.3.3.1	Levantamento bibliográfico e coleta de dados primários	2
6.3.4	<i>Dinâmica populacional</i>	8
6.3.4.1	Caracterização populacional	9
6.3.4.2	Localização da área de estudo	10
6.3.4.3	Aspectos demográficos	12
6.3.4.4	Índice de desenvolvimento humano	23
6.3.4.5	Organização social.....	27
6.3.5	<i>Condições de saúde e doenças endêmicas</i>	39
6.3.6	<i>Infraestrutura básica e de serviços</i>	44
6.3.6.1	Saúde.....	44
6.3.6.1.1	Estabelecimentos de saúde	46
6.3.6.1.2	Especialidades Médicas	52
6.3.6.1.3	Leitos Hospitalares	59
6.3.6.1.4	Morbidade.....	61
6.3.6.1.5	Mortalidade Infantil.....	67
6.3.6.2	Educação	69
6.3.6.2.1	Analfabetismo	69
6.3.6.2.2	Taxa de Matrícula	70
6.3.6.2.3	Sistema de Ensino.....	70
6.3.6.2.4	Docentes.....	78
6.3.6.2.5	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	92
6.3.6.3	Saneamento	95
6.3.6.3.1	Abastecimento de água	97
6.3.6.3.2	Esgotamento Sanitário	101
6.3.6.4	Resíduos sólidos urbanos	108
6.3.6.4.1	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	108
6.3.6.4.2	Destinação dos Resíduos	108
6.3.6.5	Saneamento microrregional.....	111
6.3.6.5.1	Abastecimento de água	111
6.3.6.5.2	Esgotamento Sanitário	112
6.3.6.5.3	Resíduos Sólidos	113
6.3.6.6	Energia elétrica.....	113
6.3.6.7	Segurança pública	114
6.3.7	<i>Dinâmica econômica</i>	119
6.3.7.1	Estrutura produtiva e de serviços	119
6.3.7.1.1	Características da economia local e vetores de crescimento econômico regional	134
6.3.7.1.2	Potencial de desenvolvimento turístico	148
6.3.7.1.3	Caracterização da mão de obra disponível.....	165

6.3.8	<i>Dinâmica territorial</i>	167
6.3.8.1	Histórico da ocupação	167
6.3.8.2	Usos da terra	172
6.3.8.3	Caracterização do uso e ocupação do solo	214
6.3.8.4	Assentamentos rurais do incra	234
6.3.8.5	Zoneamento territorial.....	241
6.3.8.5.1	ZEE – Zoneamento Ecológico - Econômico da Bahia	241
6.3.8.6	Planos diretores dos municípios da área de estudo	256
6.3.8.7	Mobilidade urbana	259
6.3.8.7.1	Mapeamento das vias Interceptadas	259
6.3.8.7.2	Tipos de ocupação e aglomerados populacionais às margens da rodovia	262
6.3.8.7.3	Acidentes ao longo do trecho.....	266
6.3.8.8	Desapropriação	271
6.3.9	<i>Dinâmica sociocultural</i>	275
6.3.9.1	Caracterização das comunidades de pescadores da região de estudo	275
6.3.10	<i>Percepções sobre o empreendimento</i>	292
6.3.11	<i>Discussões e conclusões sobre a socioeconomia</i>	295

ÍNDICE DE QUADRO

QUADRO 6.3.1 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO NA ÁREA DE ESTUDO	5
QUADRO 6.3.2 - MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO....	10
QUADRO 6.3.3 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES, ESTADO E PAÍS NOS ANOS DE 2000 E 2010.....	14
QUADRO 6.3.4 - ÁREA TOTAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS.....	16
QUADRO 6.3.5 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DAS FAIXAS ETÁRIAS E A POPULAÇÃO TOTAL (1991, 2000 E 2010)	18
QUADRO 6.3.6 - IDHM DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO E DO ESTADO DA BAHIA E IDHM CONSIDERANDO OS ASPECTOS RENDA, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO PARA OS ANOS DE 2000 E 2010	24
QUADRO 6.3.7 - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA ÁREA DA ESTUDO	28
QUADRO 6.3.8 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2005.....	47
QUADRO 6.3.9 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2007 (FONTE: DATASUS, 2014).....	48
QUADRO 6.3.10 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2013 (PARTE 1) (FONTE: DATASUS, 2014)	49
QUADRO 6.3.11 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2013 (PARTE 2) (FONTE: DATASUS, 2014)	50
QUADRO 6.3.12 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2007)	53
QUADRO 6.3.13 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2010)	55
QUADRO 6.3.14 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2013)	57
QUADRO 6.3.15 - NÚMERO DE LEITOS NOS MUNICÍPIOS (2013)	59
QUADRO 6.3.16 - NÚMERO DE ÓBITOS HOSPITALARES DO SUS NAS MICRORREGIÕES EM ESTUDO E NA BAHIA (2013).....	62
QUADRO 6.3.17 - ÓBITOS INFANTIS ATÉ UM ANO DE IDADE/1000 NASCIDOS VIVOS NOS MUNICÍPIOS (2010).....	67
QUADRO 6.3.18 - TAXAS DE ANALFABETISMO SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - BAHIA (1991, 2000 E 2010).....	69
QUADRO 6.3.19 - FREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE ENSINO DA BAHIA (2000 E 2010)	71
QUADRO 6.3.20 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2005).....	72
QUADRO 6.3.21 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2009).....	74
QUADRO 6.3.22 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2012)	76
QUADRO 6.3.23 - NÚMERO DE DOCENTES (2005).....	79
QUADRO 6.3.24 - NÚMERO DE DOCENTES (2009)	81
QUADRO 6.3.25 - NÚMERO DE DOCENTES (2012) FONTE: IBGE, 2014A.....	83
QUADRO 6.3.26 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2005).....	86
QUADRO 6.3.27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2009).....	88
QUADRO 6.3.28 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2012).....	90
QUADRO 6.3.29 - IDEB DOS MUNICÍPIOS – 4ª SÉRIE/5º ANO.....	93
QUADRO 6.3.30 - IDEB DOS MUNICÍPIOS – 8ª SÉRIE/9º ANO	94
QUADRO 6.3.31 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, COLETA DE LIXO, NOS ANOS DE 1991 E 2000.....	96
QUADRO 6.3.32 - FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2010).....	98

QUADRO 6.3.33 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2010).....	102
QUADRO 6.3.34 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, EXISTÊNCIA DE BANHEIROS (2010).....	106
QUADRO 6.3.35 - DESTINO DO LIXO (2010) (FONTE: IBGE, 2014 ^A)	109
QUADRO 6.3.36 - FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS MICRORREGIÕES.....	112
QUADRO 6.3.37 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR DOMICÍLIO, 2010	112
QUADRO 6.3.38 - EXISTÊNCIA DE BANHEIROS NAS MICRORREGIÕES, 2010	113
QUADRO 6.3.39 - DESTINO DO LIXO NAS MICRORREGIÕES, 2010.....	113
QUADRO 6.3.40 - EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR DOMICÍLIOS PARTICULARES.....	114
QUADRO 6.3.41 - ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE	115
QUADRO 6.3.42 - PRINCIPAIS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013	117
QUADRO 6.3.43 - VALOR ADICIONADO BRUTO E PIB A PREÇOS CORRENTES- 2006 E 2012... 120	120
QUADRO 6.3.44 - ÁREA TERRITORIAL, ÁREA DE PLANTIO, PERCENTUAL DE PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA DE CACAU NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO (2013).	123
QUADRO 6.3.45 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ATIVIDADE – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, 2010.	124
QUADRO 6.3.46 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NAS MICRORREGIÕES, BAHIA E BRASIL- 2010	126
QUADRO 6.3.47 - GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL.....	127
QUADRO 6.3.48 - GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL- MICRORREGIÕES, BAHIA E BRASIL- 2010	128
QUADRO 6.3.49 - RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA (REAIS)	129
QUADRO 6.3.50 - EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES POR SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (UNIDADES)	132
QUADRO 6.3.51 - FLUXO TURÍSTICO NA BAHIA NO PERÍODO DE 2008-2011(EM MILHÕES)	149
QUADRO 6.3.52 - FLUXO TURÍSTICO NA BAHIA, 2008-2011	150
QUADRO 6.3.53 - ZONAS TURÍSTICAS DA BAHIA.....	151
QUADRO 6.3.54 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS NAS ZONAS TURÍSTICAS - 2007-2011	156
QUADRO 6.3.55 - PLANOS E PROGRAMAS TURÍSTICOS EM EXECUÇÃO NA BAHIA	161
QUADRO 6.3.56 - LAVOURA TEMPORÁRIA (2004).....	173
QUADRO 6.3.57 - LAVOURA TEMPORÁRIA, (2008).....	175
QUADRO 6.3.58 - LAVOURA TEMPORÁRIA (2012).....	177
QUADRO 6.3.59 - LAVOURA PERMANENTE (2004).....	180
QUADRO 6.3.60 - LAVOURA PERMANENTE, (2008).....	181
QUADRO 6.3.61 - LAVOURA PERMANENTE (2012).....	182
QUADRO 6.3.62 - ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NOS MUNICÍPIOS (2006)	184
QUADRO 6.3.63 - ATIVIDADE EXTRATIVISTA NAS MICRORREGIÕES (2006).....	187
QUADRO 6.3.64 - PRODUTOS DE SILVICULTURA – QUANTIDADE COLHIDA (2006)	188
QUADRO 6.3.65 - NÚMERO DE CABEÇAS POR ESPÉCIES DE EFETIVOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (2006).....	190
QUADRO 6.3.66 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS POR ÁREA DOS ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO – PERCENTUAL (2006)	195
QUADRO 6.3.67 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR (2006)	198

QUADRO 6.3.68 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR PARA AS MICRORREGIÕES- 2006	201
QUADRO 6.3.69 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (PERCENTUAL)/ POR ÁREA- 2006.....	204
QUADRO 6.3.70 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - PERCENTUAL POR ÁREA TOTAL (2006)	208
QUADRO 6.3.71 - GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (UNIDADES) E PERCENTUAL DESTINADO ÀS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (2006).....	209
QUADRO 6.3.72 - GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PERCENTUAL– MICRORREGIÕES (2006)	211
QUADRO 6.3.73 - ASSENTAMENTOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS	235
QUADRO 6.3.74 - ASSENTAMENTOS IDENTIFICADOS NA INTERSECÇÃO DA FAIXA DE 5KM DA BR 101/BA	240
QUADRO 6.3.75 - TAXONOMIA SINTÉTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL	242
QUADRO 6.3.76 - ZONAS ECOLÓGICAS- ECONÔMICAS DA BAHIA.....	243
QUADRO 6.3.77 - PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO	257
QUADRO 6.3.78 - PERÍMETROS URBANOS E PRINCIPAIS ENTRONCAMENTOS NO TRECHO DA BR-101 EM ESTUDO.	260
QUADRO 6.3.79 - PONTOS DE INTERFERÊNCIA OBSERVADOS AO LONGO DO TRECHO EM ESTUDO NA BR 101	263
QUADRO 6.3.80 - TIPOS DE ACIDENTES NA BR-101/ BA.	267
QUADRO 6.3.81 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE PROPRIEDADES, BENFEITORIAS E PESSOAS QUE PODERÃO SER ATINGIDAS COM AS OBRAS DA RODOVIA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	271
QUADRO 6.3.82 - ÁREA TOTAL DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO (HA) E DE POSSÍVEIS ÁREAS UTILIZADAS PELO SISTEMA CACAU CABRUCO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.	274

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 6.3.1 - MICRORREGIÕES INTERCEPTADAS PELA DUPLICAÇÃO DA BR-101	12
FIGURA 6.3.2 - COOPERATIVA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE GANDU	37
FIGURA 6.3.3 - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARATACA	37
FIGURA 6.3.4 - SINDICATO RURAL DE GANDU.....	38
FIGURA 6.3.5 - VIATURAS DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE BUERAREMA	39
FIGURA 6.3.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO GRAU DE RISCO.....	41
FIGURA 6.3.7 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, NO MUNICÍPIO DE BARRO PRETO.	51
FIGURA 6.3.8 - UNIDADE DE SAÚDE JOÃO JACINTO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS.	52
FIGURA 6.3.9 - ATENDIMENTO NO SISTEMA DE ENSINO NA BAHIA NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.	70
FIGURA 6.3.10 - CAIXAS D'ÁGUA LOCALIZADAS SOBRE RESIDÊNCIAS, MUNICÍPIO DE ITABUNA	101
FIGURA 6.3.11 - RIO DAS ALMAS, WENCESLAU GUIMARÃES	105
FIGURA 6.3.12 - PLACA INSTALADA PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE WENCESLAU GUIMARÃES PROTESTANDO CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO. DAS ALMAS.....	105
FIGURA 6.3.13 - SALGA DE PESCADO, NO MUNICÍPIO DE UBAITABA.....	111
FIGURA 6.3.14 - DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE ITABUNA	111
FIGURA 6.3.15 - DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ARATACA.....	119
FIGURA 6.3.16 - INDÚSTRIA TÊXTIL DA TRIFIL, EM BARRO PRETO.....	134
FIGURA 6.3.17 - CARACTERÍSTICAS DE PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEBI.	136

FIGURA 6.3.18 - POLO INDUSTRIAL DO SETOR DE CELULOSE E PAPEL NO MUNICÍPIO DE BELMONTE.....	136
FIGURA 6.3.19 - EXTENSAS ÁREAS NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS DESTINADAS AO PLANTIO DE EUCALIPTO. .	136
FIGURA 6.3.20 - TRANSPORTE DE TORAS DE MADEIRA PARA ABASTECER INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE, NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS	136
FIGURA 6.3.21 - POLO INDUSTRIAL DA VERACEL CELULOSE S.A. NO MUNICÍPIO DE BELMONTE.	137
FIGURA 6.3.22 - UNIDADE DA FACULDADE MARIA MILZA- FAMAM EM GOVERNADOR MANGABEIRA	140
FIGURA 6.3.23 - MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA E SÃO FÉLIX, LOCALIZADOS ÀS MARGENS DO RIO PARAGUAÇU – PONTE QUE LIGA OS DOIS MUNICÍPIOS	140
FIGURA 6.3.24 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	141
FIGURA 6.3.25 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX.....	141
FIGURA 6.3.26 - ILHÉUS, POLO TURÍSTICO DO LITORAL DA BAHIA	143
FIGURA 6.3.27 - SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITACARÉ	143
FIGURA 6.3.28 - COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DE FRUTAS REGIONAIS AS MARGENS DA BR-101, NO MUNICÍPIO DE JUSSARI.....	144
FIGURA 6.3.29 - POLO INDUSTRIAL DE PAPEL E CELULOSE – VERACEL A CELULOSE S.A, EM BELMONTE ..	145
FIGURA 6.3.30 - BARRACAS COM EXPOSIÇÃO E COMÉRCIO DE FRUTAS, DERIVADOS DE FARINHA, MEL, ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE LAJE.....	146
FIGURA 6.3.31 - REGIÕES DINÂMICAS DA BAHIA (FONTE: OLIVEIRA, 2012	147
FIGURA 6.3.32 - ZONAS TURÍSTICAS DA BAHIA	151
FIGURA 6.3.33 - PORTO DE <i>FERRY BOAT</i> , NO RIO UNA, NO MUNICÍPIO DE VALENÇA	157
FIGURA 6.3.34 - VISTA PARCIAL DO CENTRO URBANO DE VALENÇA, AS MARGENS DO RIO UNA	157
FIGURA 6.3.35 - CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DA RODOVIA NAS PROXIMIDADES DO PERÍMETRO URBANO DE CONCEIÇÃO DA FEIRA, E À ESQUERDA, NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA.....	216
FIGURA 6.3.36 - CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DA RODOVIA NAS PROXIMIDADES DO PERÍMETRO URBANO DE CONCEIÇÃO DA FEIRA, E À ESQUERDA, NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA.....	216
FIGURA 6.3.37 - CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS DE EROSIÃO E INSTABILIDADE DE TALUDES, EM GOVERNADOR MANGABEIRA E MURITIBA.....	216
FIGURA 6.3.38 - CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS DE EROSIÃO E INSTABILIDADE DE TALUDES, EM GOVERNADOR MANGABEIRA E MURITIBA.....	216
FIGURA 6.3.39 - CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS DE EROSIÃO E INSTABILIDADE DE TALUDES, EM GOVERNADOR MANGABEIRA E MURITIBA.....	217
FIGURA 6.3.40 - CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO AO LONGO DA RODOVIA, EM CRUZ DAS ALMAS.....	218
FIGURA 6.3.41 - CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO AO LONGO DA RODOVIA, EM CRUZ DAS ALMAS.....	218
FIGURA 6.3.42 - CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO AO LONGO DA RODOVIA, EM CRUZ DAS ALMAS.....	218
FIGURA 6.3.43 - CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO AO LONGO DA RODOVIA, EM CRUZ DAS ALMAS.....	218
FIGURA 6.3.44 - LINHAS DE TRANSMISSÃO PRÓXIMAS A RODOVIA, EM SAPEAÇU.	219
FIGURA 6.3.45 - CARACTERIZAÇÃO DE TALUDES VEGETADOS EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E ÁREAS PLANAS COM SOLO EXPOSTO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	220
FIGURA 6.3.46 - CARACTERIZAÇÃO DE TALUDES VEGETADOS EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E ÁREAS PLANAS COM SOLO EXPOSTO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS	220
FIGURA 6.3.47 - CARACTERIZAÇÃO DE TALUDES VEGETADOS EM CONCEIÇÃO DO ALMEIDA E ÁREAS PLANAS COM SOLO EXPOSTO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	220

FIGURA 6.3.48 - LOCALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS EM ÁREA DESTINA A FAIXA DE DOMÍNIO, EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	221
FIGURA 6.3.49 - LOCALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS EM ÁREA DESTINA A FAIXA DE DOMÍNIO, EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	221
FIGURA 6.3.50 - - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO ENTORNO DA RODOVIA, NO MUNICÍPIO DE LAJE.....	221
FIGURA 6.3.51 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO ENTORNO DA RODOVIA, NO MUNICÍPIO DE LAJE	221
FIGURA 6.3.52 - REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	221
FIGURA 6.3.53 - REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	221
FIGURA 6.3.54 - REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	222
FIGURA 6.3.55 - REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	222
FIGURA 6.3.56 - REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	222
FIGURA 6.3.57 – REPRESENTAÇÃO DA VEGETAÇÃO AO LONGO DOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA E WENCESLAU GUIMARÃES.....	222
FIGURA 6.3.58 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIO DE GANDU E IBIRAPITANGA.....	223
FIGURA 6.3.59 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIO DE GANDU E IBIRAPITANGA.....	223
FIGURA 6.3.60 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE MARAÚ E IBAITABA.....	223
FIGURA 6.3.61 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE MARAÚ E IBAITABA.....	223
FIGURA 6.3.62 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE MARAÚ E IBAITABA.....	223
FIGURA 6.3.63 - VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE MARAÚ E IBAITABA.....	223
FIGURA 6.3.64 - TALUDE LOCALIZADO PRÓXIMO A RODOVIA, EM GANDU E MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, EM IBIRAPITANGA.	224
FIGURA 6.3.65 - TALUDE LOCALIZADO PRÓXIMO A RODOVIA, EM GANDU E MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, EM IBIRAPITANGA.	224
FIGURA 6.3.66 - TALUDES LOCALIZADOS PRÓXIMOS A RODOVIA, EM MARAÚ.....	224
FIGURA 6.3.67 - COMUNIDADE DE ITAMARATY, NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IBIRAPITANGA.	225
FIGURA 6.3.68 - COMUNIDADE DE ITAMARATY, NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IBIRAPITANGA.	225
FIGURA 6.3.69 - COMUNIDADE DE UBIATABA, NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE UBAITABA.....	225
FIGURA 6.3.70 - COMUNIDADE DE UBIATABA, NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE UBAITABA.....	225
FIGURA 6.3.71 - TALUDES LOCALIZADOS PRÓXIMOS A RODOVIA, EM AURELINO LEAL E ITACARÉ.....	226
FIGURA 6.3.72 - TALUDES LOCALIZADOS PRÓXIMOS A RODOVIA, EM AURELINO LEAL E ITACARÉ.....	226
FIGURA 6.3.73 - TALUDES LOCALIZADOS PRÓXIMOS A RODOVIA, EM URUÇUCA E ITABUNA.....	226
FIGURA 6.3.74 - TALUDES LOCALIZADOS PRÓXIMOS A RODOVIA, EM URUÇUCA E ITABUNA.....	226
FIGURA 6.3.75 - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE URUÇUCA E ITABUNA.....	226

FIGURA 6.3.76 - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO RALEADA PARA O PLANTIO DE CACAU NOS SUB-BOSQUES, NOS MUNICÍPIOS DE URUÇUCA E ITABUNA.....	226
FIGURA 6.3.77 - ÁREA URBANA DE ITABUNA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	227
FIGURA 6.3.78 - ÁREA URBANA DE ITABUNA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	227
FIGURA 6.3.79 - ÁREA URBANA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	227
FIGURA 6.3.80 - ÁREA URBANA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	227
FIGURA 6.3.81 - - ÁREA URBANA DE BUERAREMA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	228
FIGURA 6.3.82 - - ÁREA URBANA DE BUERAREMA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	228
FIGURA 6.3.83 - ÁREA URBANA DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	228
FIGURA 6.3.84 - ÁREA URBANA DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA, NO ENTORNO DA RODOVIA.....	228
FIGURA 6.3.85 - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO E TALUDES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	229
FIGURA 6.3.86 - - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO E TALUDES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	229
FIGURA 6.3.87 - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO E TALUDES, NO MUNICÍPIO DE CAMACAN.	229
FIGURA 6.3.88 - PRESENÇA DE VEGETAÇÃO E TALUDES, NO MUNICÍPIO DE CAMACAN.	229
FIGURA 6.3.89 - VEGETAÇÃO, PROCESSOS EROSIVOS E PECUÁRIA EM MASCOTE.	230
FIGURA 6.3.90 - VEGETAÇÃO, PROCESSOS EROSIVOS E PECUÁRIA EM MASCOTE.	230
FIGURA 6.3.91 - VEGETAÇÃO, PROCESSOS EROSIVOS E PECUÁRIA EM MASCOTE.	230
FIGURA 6.3.92 - PROCESSOS EROSIVOS AO LONGO DA RODOVIA, EM BELMONTE E ITAPEBI.....	230
FIGURA 6.3.93 - PROCESSOS EROSIVOS AO LONGO DA RODOVIA, EM BELMONTE E ITAPEBI.....	230
FIGURA 6.3.94 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAPEBI.	230
FIGURA 6.3.95 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAPEBI.....	231
FIGURA 6.3.96 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAPEBI.....	231
FIGURA 6.3.97 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAPEBI.....	231
FIGURA 6.3.98 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAPEBI.....	231
FIGURA 6.3.99 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAGIMIRIM.....	231
FIGURA 6.3.100 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM ITAGIMIRIM.....	231
FIGURA 6.3.101 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.102 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.103 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.104 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.105 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.106 - PLANTIOS DE MONOCULTURAS E PECUÁRIA, EM EUNÁPOLIS.....	232
FIGURA 6.3.107 - ÁREA URBANA DE ITAGIMIRIM INTERCEPTADA PELA RODOVIA.....	233
FIGURA 6.3.108 - ÁREA URBANA DE ITAGIMIRIM INTERCEPTADA PELA RODOVIA.....	233
FIGURA 6.3.109 - ÁREA URBANA DE ITAGIMIRIM INTERCEPTADA PELA RODOVIA.....	233
FIGURA 6.3.110 - ÁREA URBANA DE ITAGIMIRIM INTERCEPTADA PELA RODOVIA.....	233
FIGURA 6.3.111 - ÁREA URBANA DE EUNÁPOLIS INTERCEPTADA PELA RODOVIA.....	233
FIGURA 6.3.112 - PA PAULO JACKSON - CAMAMU.....	239
FIGURA 6.3.113 - ACAMPAMENTO IRMÃ DORATH, EM EUNÁPOLIS. AO FUNDO, A ESQUERDA, RODOVIA BR-101.	240
FIGURA 6.3.114 - CARACTERÍSTICAS DAS EDIFICAÇÕES DO ACAMPAMENTO IRMÃ DORATH, EM EUNÁPOLIS.	240

FIGURA 6.3.115 - ENTRADA DO ACAMPAMENTO IRMÃ DORATH.	240
FIGURA 6.3.116 - ASSENTAMENTO ERNESTO CHE GUEVARA DO MST, AS MARGENS DA BR-101, EM WENCESLAU GUIMARÃES.	240
FIGURA 6.3.117 - VULNERABILIDADE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS INTERCEPTADOS PELA RODOVIA – SEPLAN (2013).	255
FIGURA 6.3.118 - ÁREA URBANA INTERCEPTADA PELA RODOVIA NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS.	262
FIGURA 6.3.119 - ÁREA URBANA INTERCEPTADA PELA RODOVIA NO MUNICÍPIO DE MASCOTE.	263
FIGURA 6.3.120 - COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTOS EM TRECHO DA BR-101, NO MUNICÍPIO DE JUSSARI	265
FIGURA 6.3.121 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012	268
FIGURA 6.3.122 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012	268
FIGURA 6.3.123 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012 (FONTE: DPRF, 2012)	269
FIGURA 6.3.124 - - ACIDENTES OCORRIDOS AO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012	269
FIGURA 6.3.125 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2013 (FONTE: DPRF, 2013)	270
FIGURA 6.3.126 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1º SEMESTRE DE 2013	270
FIGURA 6.3.127 - ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS INTERCEPTADA PELA BR-101	273
FIGURA 6.3.128 - PESCADOR ARTESANAL NO RIO DE CONTAS, NO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL	279
FIGURA 6.3.129 - BANHISTAS EM TRECHO DO RIO DE CONTAS, NO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL	279
FIGURA 6.3.130 - PROCESSO DE SALGA DO PESCADO EM COLÔNIA DE PESCADORES, MUNICÍPIO DE CAMAMU	280
FIGURA 6.3.131 - EMBARCAÇÕES DE PESCA NO RIO ICARAÍ, MUNICÍPIO DE CAMAMU.....	281
FIGURA 6.3.132 - LOCAL ONDE FUNCIONA A SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-17 E O MERCADO DE PEIXE, MUNICÍPIO DE CAMAMU	281
FIGURA 6.3.133 - PRAÇA PÚBLICA DE CONCEIÇÃO DA FEIRA	283
FIGURA 6.3.134 - PONTE SOBRE O RIO PARDO, NA BR-101, E ACESSO À COLÔNIA DE PESCADORES DO RIO PARDO, MUNICÍPIO DE MASCOTE.....	284
FIGURA 6.3.135 - PONTE SOBRE O RIO PARDO, NA BR-101, E ACESSO À COLÔNIA DE PESCADORES DO RIO PARDO, MUNICÍPIO DE MASCOTE.....	284
FIGURA 6.3.136 - ÚNICA RUA DA COLÔNIA DE PESCADORES DO RIO PARDO, MUNICÍPIO DE MASCOTE.....	284
FIGURA 6.3.137 - COMUNIDADE DE PESCADORES, PRODUTORES E MORADORES DA FAZENDA DO PILAR OUTEIRO REDONDO	286
FIGURA 6.3.138 - VISTA DO MUNICÍPIO DE UBAITABA E PONTE SOBRE O RIO DE CONTAS NA BR-101, NO MUNICÍPIO DE UBAITABA	288
FIGURA 6.3.139 - LAVADEIRAS E PESCADOR NO RIO DE CONTAS NO MUNICÍPIO DE UBAITABA	288
FIGURA 6.3.140 - PESCADORES NO RIO UNA , NO MUNICÍPIO DE VALENÇA.....	289
FIGURA 6.3.141 - BARCOS DE PESCA E DE TRANSPORTE DE PESSOAS NO RIO UMA, NO MUNICÍPIO DE VALENÇA.....	290
FIGURA 6.3.142 - BARCO ANCORADO NO RIO UMA, NO MUNICÍPIO DE VALENÇA	290

ÍNDICE DE GRÁFICO

GRÁFICO 6.3.1 - CASOS DE DENGUE REGISTRADOS ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2012 NA BAHIA.	40
GRÁFICO 6.3.2 - NÚMERO DE CASOS DE FEBRE TIFOIDE ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2014 NA BAHIA.	42

GRÁFICO 6.3.3 - NÚMERO DE CASOS DE LEISHMANIOSE VISCERAL ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2013 NA BAHIA.....	42
GRÁFICO 6.3.4 - NÚMERO DE CASOS DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2013 NA BAHIA.....	43
GRÁFICO 6.3.5 - PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E INDIGÊNCIA NA BAHIA - 2000/2010	131
GRÁFICO 6.3.6 - MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS PARA VIAJAR PARA A BAHIA	153
GRÁFICO 6.3.7 - FLUXO TURÍSTICO DOMÉSTICO POR REGIÕES TURÍSTICAS.....	155
GRÁFICO 6.3.8 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO FEIRA DE SANTANA	201
GRÁFICO 6.3.9 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO SANTO ANTÔNIO DE JESUS FONTE: IBGE, 2014 ^a	202
GRÁFICO 6.3.10 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO JEQUIÉ.....	202
GRÁFICO 6.3.11 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO VALENÇA.....	202
GRÁFICO 6.3.12 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA.....	203
GRÁFICO 6.3.13 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO PORTO SEGURO	203
GRÁFICO 6.3.14 - DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS QUE PREVALECEM NOS MUNICÍPIOS	207
GRÁFICO 6.3.15 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO FEIRA DE SANTANA.....	212
GRÁFICO 6.3.16 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO SANTO ANTÔNIO DE JESUS	212
GRÁFICO 6.3.17 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO JEQUIÉ	213
GRÁFICO 6.3.18 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO VALENÇA.....	213
GRÁFICO 6.3.19 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO ILHÉUS- ITABUNA	214
GRÁFICO 6.3.20 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO PORTO SEGURO	214

6 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

6.3 Meio socioeconômico

6.3.1 Introdução

A elaboração deste diagnóstico foi realizada como base na obtenção de dados secundários e primários. A obtenção de dados secundários foi baseada no levantamento de informações disponibilizadas por instituições federais, estaduais e municipais, por meio de fontes oficiais. Corroborando com as informações secundárias, foram obtidos dados primários por meio de observações e coleta de dados realizadas em campo, em distintos períodos.

O diagnóstico socioeconômico foi estruturado, tendo, como foco, as dinâmicas populacional, econômica, territorial e sociocultural da área de estudo, de forma que fossem estudados os temas fundamentais para a sua caracterização e para a análise dos possíveis impactos a serem gerados pelo empreendimento. Embora os dados secundários privilegiem as informações em nível municipal, sempre que possível, foram apresentadas análises com recorte regional e nacional, com o objetivo de tecer comparações entre as características dos municípios, das microrregiões onde esses se inserem, da Bahia e do Brasil.

Nas análises de cada uma das temáticas foram adotadas metodologias explicitadas e justificadas no item correspondente e que estão de acordo com as normas específicas e com as práticas científicas consagradas.

No item “Dinâmica Populacional” foram caracterizados os municípios a partir da distribuição geográfica da sua população, nos meios urbano e rural. Foram descritos os fluxos migratórios que possibilitaram a atual configuração populacional. Foi apresentado e analisado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM. Esse item também concentrou a análise de informações acerca dos serviços básicos e de infraestrutura, sendo composto por vários subitens.

No subitem “Organização Social” foram identificados os grupos de interesse e organizações da sociedade civil dos municípios interceptados, passíveis de interação com o empreendimento.

No subitem “Condições de saúde e doenças endêmicas” foram apresentados e analisados os principais riscos e doenças e a incidência de endemias.

No subitem “Infraestrutura básica e de serviços” foram caracterizados a infraestrutura e os serviços disponíveis nos municípios, com destaque para a capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde, número de leitos, número de profissionais, tipos de especialização, bem como equipes de saúde atuantes.

Ainda nesse subitem caracterizou-se o sistema de saneamento básico nos municípios estudados, avaliando as condições do abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Foram também apresentados os dados sobre o número de domicílios que possuem energia elétrica, nos municípios interceptados pela rodovia. Também foi descrita a avaliação da população local acerca da qualidade do fornecimento de energia.

No item “Dinâmica Econômica” levantaram-se aspectos da estrutura produtiva e de serviços da área de estudo, bem como os vetores de crescimento regional e sua interrelação com o empreendimento, assim como o desenvolvimento do potencial turístico da região. Para tanto, trabalhou-se com indicadores de renda, PEA - População Economicamente Ativa, taxa de desemprego, PIB – Produto Interno Bruto, dentre outros. Caracterizou-se, ainda nesse item, a mão de obra disponível na região.

No item “Dinâmica Territorial”, foi apresentado o histórico do processo de ocupação humana, com seus reflexos sobre o povoamento e formatação do território de suas áreas de influência. Verificaram-se as formas de uso e ocupação do solo, o zoneamento e ordenamento espacial estabelecidos por meio de planos diretores e do Zoneamento Econômico-Ecológico da Bahia. Também verificaram-se as características e condições de mobilidade urbana nas áreas interceptadas pelo empreendimento.

No item “Dinâmica Sociocultural” foram identificadas as comunidades da área de estudo, focalizando a Colônia de Pescadores do Rio Pardo, localizada no município de Mascote e a Comunidade de Pescadores da Fazenda Pilar. Também foram apresentadas as percepções desses atores sociais sobre o projeto de duplicação da BR-101, trecho em estudo.

6.3.2 Objetivos

São objetivos do presente diagnóstico:

- levantar informações secundárias, de cunho quantitativo e qualitativo, sobre as áreas de influência do empreendimento, com o propósito de caracterizar a realidade socioeconômica do local onde esse será instalado;
- levantar dados primários junto aos municípios interceptados pelo empreendimento, por meio de pesquisa de campo, sobre as características da infraestrutura, economia, das dinâmicas territorial e sociocultural, a fim de complementar e confirmar os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental;
- levantar a percepção dos grupos de interesse que interagem com o empreendimento a respeito do projeto em estudo;
- identificar as vulnerabilidades da infraestrutura e os principais problemas socioeconômicos existentes nas áreas de influência;
- analisar as informações obtidas a fim de subsidiar a avaliação dos impactos e traçar o prognóstico socioambiental.

6.3.3 Metodologia

Os impactos identificados e devidamente classificados, conforme metodologia referida anteriormente, encontram-se descritos a seguir.

6.3.3.1 Levantamento bibliográfico e coleta de dados primários

Adotaram-se nesse estudo as abordagens quantitativa e qualitativa para a coleta e análise de dados. A primeira centrou-se na utilização de estatísticas de fontes oficiais e

pesquisas especializadas e na produção de análises voltadas para quantificar e comparar as características dos municípios interceptados. Sempre que possível os dados municipais foram contrapostos a dados regionais, a fim de se traçar paralelos e comparações que pudessem ajudar na compreensão das dinâmicas local e regional.

Para se trabalhar com a perspectiva regional, utilizaram-se recortes diferentes, em razão da disponibilidade de informações existentes. As bases de dados oficiais (IBGE, DATASUS, IPEA) adotam o recorte das microrregiões; já as elaborações das políticas públicas têm privilegiado os recortes das regiões econômicas e dos territórios de identidade. Os municípios em estudo foram identificados e destacados segundo essas formas de regionalização. Ressalta-se, contudo que, embora as microrregiões se enquadrem na área de estudo não são consideradas, nesse momento, como áreas de influência direta ou indireta.

A abordagem qualitativa foi utilizada para a coleta e análise de dados primários, bem como para lidar com variáveis cujo uso da quantificação não era apropriado. O método qualitativo foi importante para se identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e suas interações.

O levantamento bibliográfico constituiu-se na fase inicial dos trabalhos, quando foram compilados os documentos e dados disponíveis sobre a região, o empreendimento e os diversos temas a serem considerados. Essa atividade foi desenvolvida pesquisando-se as várias fontes de informação, desde os arquivos do empreendedor, até bibliotecas de instituições públicas e privadas, além da busca na internet.

Em seguida, voltou-se para a identificação de documentos por meio de contatos com informantes qualificados, dentre eles funcionários públicos, de órgãos de pesquisa e técnicos que trabalham na região.

Entre os documentos consultados encontram-se aqueles elaborados pelas equipes técnicas dos órgãos vinculados às administrações municipais, estaduais e federal; pesquisas, monografias e teses desenvolvidas por centros acadêmicos e universidades. Foram examinados estudos ou avaliações disponíveis sobre a área, desde os documentos mais antigos, que fornecem informações sobre a história de ocupação da área, até os estudos mais recentes.

Foram pesquisados os dados divulgados pelo IBGE, por meio dos Censos Demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD e das Contagens Populacionais. Bancos de dados com estatísticas do SUS, da ANATEL e da ANEEL também subsidiaram as análises realizadas neste estudo.

As informações secundárias fundamentaram, junto com os resultados das pesquisas de campo, o desenvolvimento dos diagnósticos e proposições.

A pesquisa de campo consistiu no levantamento de dados primários, coletados por meio de entrevistas realizadas junto a representantes do poder municipal, do sistema de segurança pública e de associações de classe. Foram coletadas informações importantes sobre o sistema de atenção à saúde, educação, transportes, segurança, saneamento básico, pressão migratória, plano diretor e zoneamento territorial, organizações sociais, comunidades existentes às proximidades do eixo da rodovia, possíveis conflitos sociais existentes e a percepção dos atores sobre o empreendimento.

Os instrumentos de coleta de dados primários (Volume de Anexos – Anexo 13) foram as entrevistas semiestruturadas ou por pautas (utilizadas para entrevistas com representantes de instituições públicas e associações da sociedade civil) e questionários, aplicados junto à comunidade em geral. Segundo Gil (2012), a entrevista por pautas apresenta um certo grau de estruturação; o entrevistador faz algumas perguntas diretas e deixa que o entrevistado fale livremente. Quando o entrevistado se afasta das pautas assinaladas o entrevistador intervém, de maneira sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

Os questionários foram compostos por perguntas relativas ao perfil do entrevistado, às suas percepções sobre as condições de infraestrutura e serviços dos municípios onde residiam e suas expectativas com o empreendimento.

Para se fazer o levantamento das expectativas e percepções sobre o empreendimento, trabalhou-se com uma amostra não probabilística intencional, a qual consiste na seleção de subgrupos da população que possam ser considerados representativos de toda a população, no estudo de uma determinada situação (Gil, 1999). Esse tipo de amostragem é próprio das pesquisas qualitativas e tem como parâmetro não o número de entrevistados, mas a representatividade dos grupos sociais, a exaustividade dos questionamentos e a recorrência das respostas.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, nos meses de fevereiro e março de 2014, com levantamento de dados e informações dos municípios que fariam parte da área de estudo do empreendimento.

Para a definição dessa área foram utilizados alguns critérios para abarcar os municípios que teriam maior probabilidade e que, conseqüentemente, seriam mais impactados pelas obras, considerando aspectos relacionados ao meio socioeconômico, tanto nas fases de implantação quanto operação do empreendimento. Assim posto, foram apontados, os municípios que tivessem seus limites territoriais atravessados pela rodovia e com comunidades localizadas próximas, além daqueles com sedes administrativas e núcleos urbanos inseridos num raio de 3 (três) quilômetros do eixo da rodovia existente, com exceção para Dom Macedo Costa, que tem sua sede administrativa nas proximidades.

Cabe ressaltar que, embora o estudo tenha contemplado dados dos municípios de Dom Macedo Costa, Feira de Santana, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Cachoeira, Governador Mangabeira, Muritiba, São Félix, Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Laje, Valença, Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandu, Camamu, Ibirapitanga, Maraú, Ubatuba, Itacaré, Aurelino Leal, Uruçuca, Ilhéus, Itajuípe, Barro Preto, Itabuna, Buerarema, São José da Vitória, Jussari, Una, Arataca, Camacam, Santa Luzia, Mascote, Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Ubatã e Nova Ibiá, apenas aquelas prefeituras dos municípios que tiveram seu limite territorial atravessado, ou paralelo ao eixo da faixa de domínio, terão o encaminhamento de solicitação da anuência para o andamento das etapas relacionadas ao licenciamento junto ao órgão ambiental do presente empreendimento.

Essa região envolve a área onde as obras serão executadas, abrangendo integralmente a faixa de domínio da rodovia, pistas de rolamento, canteiros de obras, pontes, viadutos, acostamentos, bota-foras, jazidas, construção de desvios de tráfego, bem como

aquelas que estão fora dela, tais como áreas contíguas. A área de estudo é definida com esta abrangência em função de que essas, e outras ações da obra, presumidamente, implicarão desapropriações e reassentamentos, além de perdas de áreas produtivas e alterações de conforto e bem-estar das comunidades localizadas às proximidades da rodovia, incluindo nessas, interferência em povos quilombolas e terras indígenas, assentamentos rurais, além da possibilidade de interferência com patrimônio histórico, cultural e arqueológico.

A localização do empreendimento pode ser visualizada no Mapa de Situação do Empreendimento no Volume de Mapeamento Temático – Tomo I.

Foram levantadas informações junto aos representantes do poder municipal, que também informaram sobre as organizações sociais existentes nos municípios, seus representantes e os meios de contato com estes. De posse dessas informações, buscou-se entrevistar o maior número possível de representantes de organizações sociais, procurando atender todos os municípios de interesse, para tanto, levou-se em conta a necessidade de se abranger um corpo diversificado de atores, de forma que fossem aí incluídos representantes de diferentes setores da sociedade.

Entrevistaram-se representantes das prefeituras e secretarias municipais com o objetivo de complementar as informações obtidas por meio do levantamento de dados secundários e acrescentar análises da administração local acerca das características, potencialidades e deficiências dos municípios. Também foram levantadas junto a esses informantes as percepções do poder público acerca do empreendimento, de forma a verificar os impactos positivos e negativos sobre o município, na visão desses representantes.

Líderes locais e representantes de associações dos municípios foram entrevistados e se posicionaram diante do empreendimento, contrapondo as necessidades do município com os benefícios e impactos a serem gerados por esse.

Na pesquisa de percepção não foi realizada uma mensuração quantitativa das respostas dos entrevistados, mas uma análise de cunho qualitativo, segundo os princípios da técnica da “análise de conteúdo”. Esse instrumento possibilita a sistematização, categorização e análise de material linguístico oral ou escrito. A análise de conteúdo permite ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação (Gil, 2012). Possibilita a compreensão do material textual, buscando explicitar o que está subentendido na mensagem e em qual contexto essa é produzida. Procurou-se, na estruturação da análise das entrevistas, mapear o contexto em que as enunciações foram produzidas e localizar os sujeitos da pesquisa nesse cenário.

No QUADRO 6.3.1, a seguir, tem-se a relação do número de entrevistados em cada município.

QUADRO 6.3.1 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO NA ÁREA DE ESTUDO

Município	Instituição	Número de Entrevistados
Arataca	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arataca	02
	Associação dos Moradores de São Domingos	02
	Delegacia da Polícia Civil	01
Aurelino Leal	Sec. Mun. De Assistência Social	01
	Cooperativa Casa de Arte Aurelino Leal	02
	Colônia de Pescadores Z-89	01

Município	Instituição	Número de Entrevistados
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	02
Barro Preto	Serviço de Água e Esgoto da Prefeitura	01
	Associação dos Moradores do Bairro Bonfinzão	02
Belmonte	Moradores ribeirinhos	03
	Pescadores	03
Buerarema	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	03
	Delegacia de Polícia Civil	02
Cachoeira	Cia de Polícia Militar	01
	Secretaria Municipal de Assistência Social	02
Camacan	CEPLAC – Ministério da Agricultura	01
	Associação dos Artesãos do Bairro Novo de São João da Panelinha	04
	Associação dos Guardas Cíveis Municipais	02
Camamu	Secretaria Municipal de Administração	01
	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-17	05
Conceição da Feira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
	Colônia de Pesca Z-8	02
	Secretaria Municipal de Governo	01
Conceição do Almeida	Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	03
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura	02
	Associação Comercial de Conceição do Jacuípe	02
Cruz das Almas	Secretaria Municipal de Administração	01
	Conselho Municipal de Assistência Social	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	04
Eunápolis	Câmara Municipal de Eunápolis	01
	Sindicato dos Radialistas	01
	Sindicato dos Professores do Estado da Bahia - APLB	03
	Associação dos Agentes de Saúde	01
	Secretaria de Meio Ambiente	01
	CEPLAG-Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira	01
	Cia da Polícia Militar	01
Acampamento Irmã Dorath	04	
Gandu	Associação Regional do Baixo Sul	01
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	03
	Destacamento da Polícia Militar	02
	Cooperativa Agrícola - COPAG	02
Governador Mangabeira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
	Secretaria Municipal de Administração Geral	02
Ibirapitanga	Sindicato dos Trabalhadores em Educação	02
	Delegacia de Polícia Civil	01
	Assentamento Rural Paulo Jackson	03
Ilhéus	Costa do Cacau Comunision Bureau	01
Itabuna	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	02
	Secretaria Municipal de Obras	03
	Secretaria Municipal de Planejamento e Tecnologia	02
	Associação dos Moradores do Parque Santa Clara	02
	Associação do Bairro Jaçanã	02
	Associação Roça do Povo	02
Itacaré	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	02

Município	Instituição	Número de Entrevistados
Itagimirim	Associação dos Moradores de Itagimirim	02
	Associação dos Produtores Rurais	03
	Associação dos Apicultores	02
Itajuípe	Professora	01
Itapebi	Associação dos Agentes de Saúde	01
	Representantes Comunitários	03
	Associação dos Moradores Ribeirinhos do Rio Jequitinhonha	04
	Associação de Pescadores Artesanais da Região da Bacia do Jequitinhonha de Itapebi	04
Jussari	Associação de Moradores do Bairro E. B.	01
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	03
	Destacamento da Polícia Militar	01
Laje	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	01
	Associação Beneficente Comunitária e Recreativa de Laje	02
	Destacamento da Polícia Militar	02
Maraú	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
	Associação dos Moradores do Tanque	02
Mascote	Prefeitura – Chefe de Gabinete	01
	Secretaria Municipal de Saúde	02
	Colônia de Pescadores	03
	Colônia de Pescadores do Rio Pardo	03
Muritiba	Secretaria Municipal de Administração	02
Nova Ibiá	Associação de Moradores Novo Milênio	02
	APRIPE -Associação dos Moradores do rio do Peixe	01
Presidente Tancredo Neves	Federação das Associações de Municípios - FAMP	02
	Destacamento da Polícia Militar	02
Santo Antônio de Jesus	Secretaria Municipal de Saúde	02
	Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente	02
	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	02
	Moradores	02
São Félix	Secretaria Municipal de Administração	01
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	03
	Associação de Pescadores, Produtores e Moradores da Fazenda Pilar Outeiro Redondo	06
São Gonçalo dos Campos	Associação dos Artesãos de São Gonçalo dos Campos-ARTESEG	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	01
São José da Vitória	Secretaria Municipal de Administração	01
São Miguel das Matas	Secretaria Municipal de Administração	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
Sapeaçu	Secretaria Municipal de Administração	01
Teolândia	Secretaria Municipal de Administração	01
	ONG- Centro de Integração Social Pasquale Finartte	02
Ubaitaba	Colônia de Pescadores Z-68	03
	Sindicato dos Agentes da Saúde	03
	Destacamento da Polícia Militar	01
Ubatã	Secretaria Municipal de Agricultura	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
Una	Representantes dos Moradores de Una	02

Município	Instituição	Número de Entrevistados
	Associação de Moradores da Comunidade de URBIS	02
	Delegacia da Polícia Civil	01
Uruçuca	Sindicato dos Fazendeiros	02
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
	Associação dos Moradores Rita Menezes Faria	03
	Delegacia da Polícia Civil	01
	Acampamento	02
Valença	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	02
	Secretaria Municipal de Assistência Social	01
	Secretaria Municipal de Vigilância e Saúde	01
	Colônia de Pescadores Z-15	03
	ASCOOP – Cooperativa dos Trabalhadores em transporte Alternativo	02
Wenceslau Guimarães	Prefeitura Municipal - Chefe de Gabinete	01
	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	01
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	01

A análise das entrevistas foi feita por contraposição das respostas e da observação das recorrências e das repetições encontradas nas respostas dos entrevistados. Assim, as opiniões e caracterizações dos municípios emitidas pelos entrevistados foram comparadas e contrapostas às análises técnicas que já haviam sido realizadas, bem como aos dados estatísticos.

6.3.4 Dinâmica populacional

Para o entendimento da dinâmica populacional estabelecida na área de estudo, buscou-se caracterizar, através de breve descrição histórica, a ocupação do território da Bahia, destacando a importância da BR-101, haja vista que esta se destaca como uma das mais importantes rodovias que compõe o eixo norte-sul do Brasil, nomeada, no ano de 2001 com o nome de Rodovia Governador Mário Covas, pelo Decreto Lei nº 10.292 – 27/09/2001.

A localização do traçado da rodovia está relacionada ao processo histórico do Brasil-Colônia, associada às características da Mata Atlântica e ao relevo escarpado da Serra do Mar, onde a colonização portuguesa fixou-se inicialmente nas planícies litorâneas. O processo inicial deu-se com a criação das Capitânicas Hereditárias (1534-1536) e com a instituição do Governo Geral (1549).

O primeiro Governador-Geral foi Thomé de Souza e este, por sua vez, instalou a sede do governo, estrategicamente, na Bahia, fundando a cidade de Salvador. Em função do Tratado de Tordesilhas, a região de Salvador era o ponto litorâneo mais próximo de Portugal e dividia em proporções iguais as distâncias entre o norte e o sul do território recém-formado.

Ainda na Bahia, como a planície litorânea era fértil, e o acesso aos portos, por questões geográficas era mais facilitado, surgiram as primeiras fazendas produtoras de cana-de-açúcar que objetivavam abastecer Portugal e o mercado europeu de forma geral (Cancian, 2005).

Com a intensificação da produção da cana-de-açúcar, com a exploração do Pau-Brasil e com o início das primeiras investidas dos desbravadores pelo interior do território, mais

idades ao longo do litoral foram se consolidando, como por exemplo: Ilhéus, Santa Cruz e Porto Seguro.

Ao passo que novas cidades surgiam, a comunicação entre elas precisava ser estabelecida, principalmente para fortalecer as questões do escoamento dos bens de consumo. Nasceram as primeiras “estradas”, que não passavam de caminhos melhorados para que os burros-de-carga e carroças pudessem transitar entre as localidades e os portos por onde a mercadoria era escoada.

Com o passar dos séculos, muitas destas “estradas” acabaram servindo de base para as verdadeiras rodovias, como é o caso da BR-116, que foi traçada sobre o caminho dos tropeiros, e da própria BR-101, que também foi traçada sobre os caminhos até então utilizados para o escoamento de bens de consumo.

Atualmente, a BR-101, muitas vezes referenciada como rodovia translitorânea, é uma rodovia federalizada e posicionada longitudinalmente, cruzando o território nacional de norte a sul, saindo da localidade de Touros (RN), cruzando, ao todo, doze estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), perfazendo uma extensão total de 4.551,40 km, finalizando na localidade de São João do Norte (RS). Por isso ela é considerada a espinha dorsal do Brasil, constituindo, conforme já mencionado anteriormente, a principal via de transporte rodoviário e de cargas do país.

6.3.4.1 Caracterização populacional

Entre os anos 1960 a 1980, o Brasil foi marcado por grandes deslocamentos de população na direção do campo para a cidade. Nesse período, delineou-se um processo de intensificação da urbanização, que caracterizou como áreas de emigração da Região Nordeste, os estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram os que registraram maior atração populacional nessas décadas (Oliveira & Oliveira, 2011).

No entanto, no final dos anos 80 e anos 90, verificou-se redução no volume dessas migrações, bem como a formação de novos fluxos migratórios, como aqueles direcionados para as cidades médias, conforme evidencia o Censo Demográfico de 1991. A tendência passou a ser de deslocamentos entre municípios de um mesmo estado, o que levou à queda acentuada nas migrações inter-regionais. A saturação das metrópoles e uma melhor distribuição da oferta de emprego são indicadores das causas dessa mudança no padrão migratório.

Nos anos 2000, ao contrário da tendência das duas décadas anteriores, a Região Nordeste se destacou com a maior perda populacional absoluta (cerca de 760 mil pessoas), registrando um fluxo migratório para a Região Sudeste, que correspondeu a 2/3 do total apontado. No final dessa década, o Nordeste ainda permaneceu como uma região de importante expulsão populacional (Oliveira & Oliveira, 2011).

O Censo Demográfico de 2010 demonstrou que na Bahia confirmou-se um quadro de estabilidade em alguns municípios e de perda populacional em quase todos os demais. Contudo, devido as mudanças na estrutura produtiva do meio rural, tem ocorrido crescimento

populacional em alguns municípios do litoral e também naqueles que já apresentavam maior concentração de atividades econômicas, especialmente os que representam polos regionais. (Oliveira & Oliveira, 2011).

6.3.4.2 Localização da área de estudo

A Bahia é o quinto estado do país com maior extensão territorial e o maior em extensão litorânea, situação que contribui para a intensificação do uso da rodovia BR-101. Sua área ocupa 6,63% do território brasileiro e 36,33% da região Nordeste do Brasil.

A região semiárida da Bahia é bastante representativa no Estado, ocupando 69,34% do seu território. Já o litoral do estado possui cerca de 1.183 km de extensão, onde estão localizadas as principais cidades.

Para fins de caracterização do processo socioeconômico da Bahia, foram adotados critérios, como posição geográfica, aspectos naturais, número de municípios e habitantes, atividades econômicas, entre outros. Utilizou-se, nesse estudo, as subdivisões territoriais de mesorregiões e microrregiões, utilizadas pelo IBGE para fins estatísticos.

As mesorregiões são subdivisões dos estados brasileiros que congregam diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais.

As microrregiões consistem em agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações públicas de interesse comum. Os municípios de cada microrregião com maior população e desenvolvimento econômico, com malha viária e oferta de transporte coletivo, tendem a funcionar como uma referência no oferecimento de serviços para os demais municípios.

QUADRO 6.3.2 - MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Centro Norte Baiano	Feira de Santana	<ul style="list-style-type: none"> • Feira de Santana • Conceição do Jacuípe • São Gonçalo dos Campos • Conceição da Feira
Metropolitana de Salvador	Santo Antônio de Jesus	<ul style="list-style-type: none"> • Cachoeira • São Félix • Sapeaçu • Santo Antônio de Jesus • Governador Mangabeira • Muritiba • Cruz das Almas • Conceição do Almeida • Dom Macedo Costa
Sul Baiano	Valença	<ul style="list-style-type: none"> • Valença • Camamu • Maraú • Presidente Tancredo Neves
	Ilhéus-Itabuna	<ul style="list-style-type: none"> • Teolândia • Gandu • Ibirapitanga • Itacaré • Uruçuca

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
		<ul style="list-style-type: none"> • Ilhéus • Buerarema • Una • Arataca • Santa Luzia • Mascote • Belmonte • Wenceslau Guimarães • Nova Ibiá • Ubatã • Ubaitaba • Aurelino Leal • Itajuípe • Barro Preto • Itabuna • São José da Vitória • Jussari • Camacan • Itapebi
	Porto Seguro	<ul style="list-style-type: none"> • Eunápolis • Itagimirim
Centro Sul Baiano	Jequié	<ul style="list-style-type: none"> • São Miguel das Matas • Laje

Fonte: ANTT, 2012

As mesorregiões do Sul Baiano e a Metropolitana de Salvador são as que concentram o maior número de municípios interceptados pela rodovia em estudo. Essas mesorregiões correspondem, quase em sua integralidade, com exceção de poucos municípios, à Região Econômica Litoral Sul, que se destaca, inclusive, por ser a principal zona de cultivo de cacau, denominada zona cacauzeira tradicional.

A seguir, a Figura 6.3.1 apresenta a localização do eixo do trecho da rodovia BR-101 e as microrregiões interceptadas por essa rodovia.

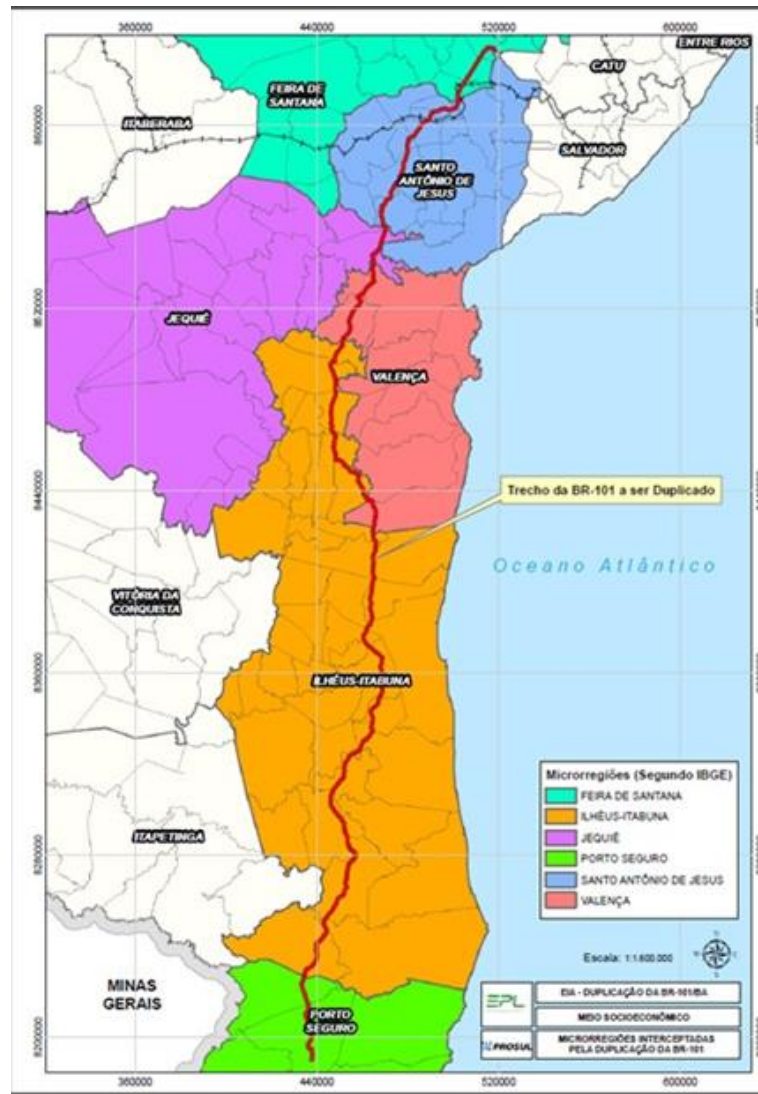


Figura 6.3.1 - Microrregiões interceptadas pela duplicação da BR-101

6.3.4.3 Aspectos demográficos

A Bahia, embora reproduza algumas tendências da região Nordeste, no que se refere aos padrões demográficos e migratórios, apresenta algumas especificidades, sendo o quarto estado mais populoso do País. Contudo, vem experimentando considerável desaceleração no seu ritmo de crescimento demográfico.

Alguns fatores, como a queda da mortalidade, o declínio do índice de natalidade, o acesso aos serviços de infraestrutura, e o conseqüente aumento da longevidade, com mudanças na distribuição espacial da população inter e intraregional e rural-urbana, impulsionados por iniciativas desenvolvimentistas regionais, contribuíram para alterar a dinâmica populacional, reforçando a necessidade de projeções demográficas para os municípios e suas localidades, entre os quais, instrumentos de planejamento de atividades econômicas e políticas públicas. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2013), as projeções para o Estado, entre os períodos de 2010 – 2013, sugerem que o incremento referente a este indicador tenda a diminuir, pois embora o crescimento seja positivo, será cada vez menor, com um ritmo de crescimento cada vez menos intenso.

As microrregiões de Feira de Santana, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus e Valença, apresentaram incremento no número de moradores, principalmente, Porto Seguro, com aumento, aproximado, de 15%, seguido de Valença, com 10,8%, Feira de Santana, com 10,6% e Santo Antônio de Jesus, com 6,8%.

De acordo com o SEI, a taxa de crescimento populacional, de 0,85% ao ano, entre 2010 e 2015, sofrerá redução progressiva, até chegar a 0,55% ao ano, entre 2025 e 2030, projetando incremento de pouco mais de 2 milhões de pessoas, totalizando cerca de 16,2 milhões ao final de 2030.

Essas projeções seguem movimentos que tendem a se intensificar com a população residente nas áreas urbanas e com uma diminuição do número de moradores inseridos no meio rural, e mesmo com esse cenário, a Bahia deverá permanecer entre os estados menos urbanizados do país, com pouco mais de 77%, previsto para 2030, haja vista a presença de considerado contingente de pessoas residindo ainda em áreas rurais.

Considerando os dados populacionais dos municípios da área de estudo, observou-se entre os anos de 2000 e 2010, que mais de 55% dos 45 municípios, apresentaram redução no número total de habitantes. Já Camacan, Dom Macedo Costa, Itagimirim e Sapeaçu, registraram pouca alteração, mantendo quantidade semelhante de habitantes, porém apresentaram redução no número de moradores na área rural.

A população inserida nos municípios da área de estudo, segundo dados do Censo, realizado pelo IBGE, em 2010, é constituída por 2.003.474 habitantes, embora alguns desses municípios apresentem poucos habitantes, outros se destacam como importantes centros urbanos, concentrando grande número de habitantes, como Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus e Eunápolis, respectivamente.

A situação dos domicílios, no que se refere à distribuição da população sob o território, indica que a população que vive em áreas rurais está reduzindo gradualmente nos municípios. Este fator pode estar associado às novas conformações da paisagem, em termos de acesso à infraestrutura de serviços básicos e de novas oportunidades de trabalho, à medida que determinados espaços vão se configurando, de modo a oferecer vantagens comparativas, terminando os mesmos a apresentar certo dinamismo econômico. Esse processo pode ser observado na região estudada e tende a se estender por outras que, paulatinamente, vão perdendo a característica de área de veraneio para o estabelecimento de áreas residenciais, não sazonais. Segundo Baiardi, 2010, essa situação já seria observada ao norte e ao sul de Ilhéus, bem como no entorno de Itacaré, ambos municípios presentes na área de estudo do empreendimento.

No que se refere aos dados populacionais do Estado, observa-se que entre 2000 e 2010, houve um acréscimo de cerca de 7,3% da população total. Tal aumento populacional ocorreu em cerca de 55,5% dos municípios. Eunápolis se destaca dentre os municípios, uma vez que houve um incremento de aproximadamente 18,7% em sua população total, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2014a).

A seguir, observam-se os dados que evidenciam a variação populacional entre os anos de 2000 e 2010 nos municípios em estudo, nas respectivas microrregiões, na Bahia e no Brasil.

QUADRO 6.3.3 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES, ESTADO E PAÍS NOS ANOS DE 2000 E 2010

LOCALIDADE E	2000			2010		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
Arataca	5.451	5.740	11.191	5.588	4.804	10.392
Aurelino Leal	13.778	3.200	16.978	11.426	2.169	13.595
Barro Preto	5.161	3.441	8.602	5.295	1.158	6.453
Belmonte	10.805	9.164	19.969	11.420	10.378	21.798
Buerarema	16.249	2.880	19.129	15.277	3.328	18.605
Cachoeira	15.757	14.567	30.324	16.387	15.639	32.026
Camacan	24.282	6.760	31.042	24.685	6.787	31.472
Camamu	12.082	21.537	33.619	15.618	19.562	35.180
Conceição da Feira	11.235	6.287	17.522	13.137	7.254	20.391
Conceição do Almeida	8.293	10.572	18.865	7.926	9.963	17.889
Conceição do Jacuípe	19.460	6.723	26.183	23.539	6.584	30.123
Cruz das Almas	39.611	13.444	53.055	49.885	8.721	58.606
Dom Macedo Costa	1.296	2.451	3.747	1.761	2.113	3.874
Eunápolis	79.151	5.261	84.412	93.413	6.783	100.196
Feira de Santana	431.530	49.607	481.137	510.635	46.007	556.642
Gandu	22.062	5.096	27.158	24.848	5.488	30.336
Governador Mangabeira	6.680	10.483	17.163	7.417	12.401	19.818
Ibirapitanga	6.362	15.791	22.153	6.163	16.435	22.598
Ilhéus	161.898	59.985	221.883	155.281	28.955	184.236
Itabuna	190.888	5.568	196.456	199.643	5.024	204.667
Itacaré	7.942	10.163	18.105	13.642	10.676	24.318
Itagimirim	5.938	1.776	7.714	5.649	1.461	7.110
Itajuípe	16.113	6.397	22.510	16.839	4.242	21.081
Itapebi	8.510	2.588	11.098	8.268	2.227	10.495
Jussari	5.119	2.417	7.536	4.876	1.598	6.474
Laje	5.135	14.448	19.583	6.080	16.121	22.201
Maraú	2.847	15.499	18.346	3.561	15.540	19.101
Mascote	11.939	4.243	16.182	11.679	2.961	14.640
Muritiba	17.913	12.740	30.653	18.040	10.859	28.899
Nova Ibiá	2.517	4.627	7.144	2.807	3.841	6.648

LOCALIDADE	2000			2010		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
Presidente Tancredo Neves	6.191	13.175	19.366	9.569	14.277	23.846
Santa Luzia	8.310	7.171	15.481	8.072	5.272	13.344
Santo Antônio de Jesus	66.219	11.121	77.340	79.299	11.686	90.985
São Félix	8.754	4.952	13.706	9.265	4.833	14.098
São Gonçalo dos Campos	13.548	13.430	26.978	16.505	16.778	33.283
São José da Vitória	5.145	1.056	6.201	5.162	553	5.715
São Miguel das Matas	2.771	7.230	10.001	3.360	7.054	10.414
Sapeaçu	7.523	8.926	16.449	8.084	8.501	16.585
Teolândia	3.600	8.949	12.549	5.068	9.768	14.836
Ubaitaba	18.580	5.281	23.861	17.598	3.093	20.691
Ubatã	17.812	3.962	21.774	17.951	7.053	25.004
Una	15.276	15.989	31.265	15.030	9.080	24.110
Uruçuca	14.137	6.163	20.300	15.779	4.058	19.837
Valença	55.840	21.613	77.453	64.368	24.305	88.673
Wenceslau Guimarães	6.881	22.419	29.300	7.511	14.678	22.189
Microrregião Feira de Santana	598.978	296.032	895.010	719.313	270.725	990.038
Microrregião Ilhéus – Itabuna	801.309	294.313	1.095.622	803.376	217.266	1.020.642
Microrregião Jequié	329.496	185.497	514.993	348.794	158.553	507.347
Microrregião Porto Seguro	467.151	165.942	633.093	573.434	154.479	727.913
Microrregião Santo Antônio de Jesus	316.563	188.849	505.412	355.414	184.444	539.858
Microrregião Valença	115.017	122.398	237.415	140.309	122.876	263.185
Bahia	8.761.604	4.305.306	13.066.910	10.102.476	3.914.430	14.016.906
Brasil	137.953.959	31.845.211	169.799.170	160.925.792	29.830.007	190.755.799

FONTE: IBGE, 2014^a

Destaca-se que no município de Ilhéus, considerando os dados de 2000 e 2010, houve diminuição no número de moradores na área rural, com redução de 51%, diferentemente do

que ocorreu no município de Laje, o qual apresentou um incremento de 10% no número de moradores localizados na área rural, e pouco mais de 18% de aumento nos moradores da área urbana.

Cabe salientar que, apesar do contingente da população urbana estar aumentando, ainda pode-se verificar relativo contingente de moradores residindo nas áreas rurais do estado baiano.

Ampliando a análise dos aspectos demográficos para um recorte regional, nota-se que nas microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Jequié houve redução na população total, com 6,84% e 1,48%, respectivamente, situação não observada nas outras microrregiões. A microrregião de Ilhéus-Itabuna, mesmo apresentando maior percentual de redução populacional, ainda se destaca por concentrar o maior número de habitantes.

Em todas as microrregiões da área de estudo, observa-se que, mesmo apresentando muitos aspectos relacionados ao setor primário, a maior concentração populacional se encontra na área urbana, onde a microrregião de Feira de Santana apresenta 72,6% dos seus moradores residindo em área urbana, Santo Antônio de Jesus, com 65,8%; a microrregião de Valença, com 53,3%; a microrregião de Ilhéus-Itabuna, com 78,7%; a microrregião de Porto Seguro apresenta 78,8% e a microrregião de Jequié, com 68,7%. Cabe salientar que a região de Ilhéus-Itabuna, além de abarcar o maior número de municípios da área de estudo, se destaca pela grande incidência do êxodo de jovens à procura de novas oportunidades de trabalho e qualificação profissional, principalmente para as regiões de Salvador e Espírito Santo, considerados grandes centros urbanos e importantes polos turísticos.

Um índice importante a considerar, consiste na densidade demográfica, a qual expressa a relação entre a população e a superfície do território. Entre os municípios da área de estudos, verifica-se que a grande maioria apresenta taxas superiores à média brasileira, que é de aproximadamente 23 hab/km², porém os municípios de Belmonte, Itagimirim, Itapebi, Jussari, Santa Luzia fogem a essa regra, apresentando taxas inferiores à média do Brasil.

Com densidade demográfica elevada, destacam-se os municípios de Itabuna (473,50 hab/km²); Feira de Santana (416,50 hab/km²), Cruz das Almas (402,12 hab/km²) e Santo Antônio de Jesus (348,14 hab/km²) e Muritiba (323,58 hab/km²), conforme demonstram os dados do QUADRO 6.3.4.

QUADRO 6.3.4 - ÁREA TOTAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS

ESTADO E MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (EM KM ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/ KM ²)
Arataca	435,962	27,70
Aurelino Leal	445,394	29,70
Barro Preto	201,585	50,26
Belmonte	1.931,985	11,06
Buerarema	219,487	80,73
Cachoeira	395,223	81,03
Camacan	584,848	50,22
Camamu	905,468	38,22
Conceição da Feira	162,883	125,19

ESTADO E MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (EM KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/ KM²)
Conceição do Almeida	289,935	61,70
Conceição do Jacuípe	117,529	256,30
Cruz das Almas	145,742	402,12
Dom Macedo Costa	84,761	45,70
Eunápolis	1.425,968	84,97
Feira de Santana	1.337,993	416,03
Gandu	243,150	124,76
Governador Mangabeira	106,317	186,40
Ibirapitanga	954,373	50,53
Ilhéus	1.584,693	104,67
Itabuna	401,028	473,50
Itacaré	726,167	32,96
Itagimirim	876,799	8,47
Itajuípe	270,752	74,10
Itapebi	1.013,056	10,44
Jussari	329,190	18,14
Laje	457,740	48,50
Maraú	848,381	23,20
Mascote	818,711	18,95
Muritiba	89,311	323,58
Nova Ibiá	178,745	37,19
Presidente Tancredo Neves	417,200	57,16
Santa Luzia	650,558	17,22
Santo Antônio de Jesus	261,348	348,14
São Félix	99,203	142,11
São Gonçalo dos Campos	300,734	110,67
São José da Vitória	127,925	78,84
São Miguel das Matas	214,409	48,57
Sapeaçu	117,209	141,50
Teolândia	289,362	46,68
Ubaitaba	181,102	115,72
Ubatã	268,239	93,22
Una	1.222,494	20,48
Uruçuca	510,032	50,61
Valença435	1.192,614	74,35
Wenceslau Guimarães	674,029	32,92

FONTE: IBGE, 2014^a

Outro indicador utilizado para avaliações populacionais, refere-se à estrutura etária populacional, o qual permite verificar o comportamento da natalidade e das tendências futuras

de crescimento. Um comportamento absolutamente claro para os estudiosos da área, é a tendência de redução das taxas de natalidade, onde pode-se observar o estreitamento das bases da pirâmide, e conseqüentemente, o envelhecimento da população. A pirâmide populacional é uma forma de representação da estrutura etária de uma população, que demonstra visualmente a distribuição dos grupos etários, que em geral, lembra a forma de uma pirâmide, dependendo de suas características socioeconômicas. As faixas etárias compreendem pessoas jovens, entre 0 e 15 anos, adultos, de 15 anos a 64 anos, e idosos, dos 65 anos em diante.

A seguir, o QUADRO 6.3.5 apresenta a participação das faixas etárias da população menor de 15 anos, de 15 a 64 anos e maior de 64 anos, e da população total em cada um dos municípios da área de estudo.

QUADRO 6.3.5 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DAS FAIXAS ETÁRIAS E A POPULAÇÃO TOTAL (1991, 2000 E 2010)

MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010	POPULAÇÃO TOTAL
Feira de Santana	Menos de 15 anos	152.937	145.454	134.360	556.642
	15 a 64 anos	238.724	313.757	389.373	
	População de 65 anos ou mais	14.871	22.165	32.909	
Conceição do Jacuípe	Menos de 15 anos	8.930	7.665	7.402	30.123
	15 a 64 anos	12.794	17.027	20.642	
	População de 65 anos ou mais	1.181	1.502	2.079	
São Gonçalo dos Campos	Menos de 15 anos	9.670	8.406	8.604	33.283
	15 a 64 anos	13.187	16.604	22.109	
	População de 65 anos ou mais	1.431	1.990	2.570	
Conceição da Feira	Menos de 15 anos	6.366	5.486	5.322	20.391
	15 a 64 anos	8.695	10.868	13.560	
	População de 65 anos ou mais	1.006	1.160	1.509	
Cachoeira	Menos de 15 anos	1.195	9.362	8.008	32.026
	15 a 64 anos	15.237	18.899	21.633	
	População de 65 anos ou mais	1.958	2.155	2.385	
São Félix	Menos de 15 anos	4.793	4.128	3.198	14.098
	15 a 64 anos	6.571	8.695	9.941	
	População de 65 anos ou mais	818	876	959	
Sapeaçu	Menos de 15 anos	5.928	4.712	4.107	16.585
	15 a 64 anos	7.644	8.882	11.060	
	População de 65 anos ou mais	1.072	1.195	1.418	
Santo Antônio de Jesus	Menos de 15 anos	23.494	22.500	21.284	90.985
	15 a 64 anos	36.879	49.830	64.008	

MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010	POPULAÇÃO TOTAL
	População de 65 anos ou mais	3.554	4.627	5.693	
Governador Mangabeira	Menos de 15 anos	8.458	6.304	5.140	19.818
	15 a 64 anos	9.624	11.603	13.175	
	População de 65 anos ou mais	1.121	1.230	1.503	
Muritiba	Menos de 15 anos	8.126	8.114	7.049	28.899
	15 a 64 anos	11.773	16.944	19.526	
	População de 65 anos ou mais	1.409	1.965	2.324	
Cruz das Almas	Menos de 15 anos	17.280	15.161	13.420	58.606
	15 a 64 anos	25.548	33.064	40.945	
	População de 65 anos ou mais	2.386	3.257	4.241	
Conceição do Almeida	Menos de 15 anos	7.079	6.089	3.980	17.889
	15 a 64 anos	9.982	12.228	12.189	
	População de 65 anos ou mais	1.616	1.828	1.720	
Valença	Menos de 15 anos	27.663	25.943	23.637	88.673
	15 a 64 anos	36.577	47.666	59.408	
	População de 65 anos ou mais	3.138	4.340	5.628	
Camamu	Menos de 15 anos	16.233	15.009	11.840	35.180
	15 a 64 anos	17.073	20.491	21.318	
	População de 65 anos ou mais	1.236	1.763	2.022	
Maraú	Menos de 15 anos	7.854	6.377	5.968	19.101
	15 a 64 anos	8.367	9.803	12.034	
	População de 65 anos ou mais	529	750	1.099	
Presidente	Menos de 15 anos	8.821	7.319	7.079	23.846
Tancredo Neves	15 a 64 anos	8.918	11.030	15.348	
	População de 65 anos ou mais	799	1.055	1.419	
Teolândia	Menos de 15 anos	5.919	5.162	4.328	14.836
	15 a 64 anos	6.340	7.080	9.686	

MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010	POPULAÇÃO TOTAL
	População de 65 anos ou mais	530	620	822	
Gandu	Menos de 15 anos	11.239	9.082	8.266	30.336
	15 a 64 anos	14.253	16.735	20.159	
	População de 65 anos ou mais	969	1.343	1.911	
Ibirapitanga	Menos de 15 anos	12.169	8.563	7.460	22.598
	15 a 64 anos	12.689	11.788	13.564	
	População de 65 anos ou mais	881	1.228	1.574	
Itacaré	Menos de 15 anos	8.434	7.081	7.694	24.318
	15 a 64 anos	9.294	10.219	15.464	
	População de 65 anos ou mais	703	820	1.160	
Uruçuca	Menos de 15 anos	13.655	7.398	5.406	19.837
	15 a 64 anos	17.676	13.257	12.853	
	População de 65 anos ou mais	1.116	1.291	1.578	
Ilhéus	Menos de 15 anos	88.177	69.347	46.427	184.236
	15 a 64 anos	125.291	139.248	124.537	
	População de 65 anos ou mais	7.373	11.011	13.727	
Buerarema	Menos de 15 anos	8.734	6.367	4.702	18.605
	15 a 64 anos	10.951	11.372	12.099	
	População de 65 anos ou mais	1.154	1.379	1.804	
Una	Menos de 15 anos	11.687	11.866	6.996	24.110
	15 a 64 anos	12.940	19.501	15.498	
	População de 65 anos ou mais	726	1.345	1.616	
Arataca	Menos de 15 anos	6.468	3.871	3.432	10.392
	15 a 64 anos	6.839	6.038	6.255	
	População de 65 anos ou mais	460	600	705	
Mascote	Menos de 15 anos	10.042	6.509	4.520	14.640
	15 a 64 anos	10.853	9.957	8.857	

MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010	POPULAÇÃO TOTAL
	População de 65 anos ou mais	962	1.089	1.263	
Belmonte	Menos de 15 anos	9.508	7.197	6.574	21.798
	15 a 64 anos	10.952	11.321	13.575	
	População de 65 anos ou mais	1.128	1.300	1.649	
Wenceslau Guimarães	Menos de 15 anos	7.712	9.077	6878	22.189
	15 a 64 anos	8.669	13.969	14.067	
	População de 65 anos ou mais	565	1.076	1.244	
Nova Ibiá	Menos de 15 anos	4.675	2.441	1.795	6.648
	15 a 64 anos	5.488	4.300	4.378	
	População de 65 anos ou mais	339	425	475	
Ubatã	Menos de 15 anos	10.543	6.748	6.930	25.004
	15 a 64 anos	12.483	12.133	16.024	
	População de 65 anos ou mais	1.249	1.581	2.050	
Ubaitaba	Menos de 15 anos	9.277	8.370	5.647	20.691
	15 a 64 anos	10.904	14.020	13.365	
	População de 65 anos ou mais	881	1.464	1.679	
Aurelino Leal	Menos de 15 anos	7.001	6.408	3.911	13.595
	15 a 64 anos	7.971	9.746	8.648	
	População de 65 anos ou mais	765	995	1.036	
Itajuípe	Menos de 15 anos	10.277	7.348	5.369	21.081
	15 a 64 anos	14.012	13.762	13.733	
	População de 65 anos ou mais	1.229	1.554	1.979	
Barro Preto	Menos de 15 anos	4.205	2.803	1.619	6.453
	15 a 64 anos	5.866	5.279	4.260	
	População de 65 anos ou mais	295	531	574	
Itabuna	Menos de 15 anos	67.878	56.175	46.639	204.667
	15 a 64 anos	108.746	128.370	142.274	
	População de 65 anos ou mais	8.094	11.437	15.754	
	Menos de 15 anos	4.122	2.512	1.666	5.715

MUNICÍPIOS	FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010	POPULAÇÃO TOTAL
São José da Vitória	15 a 64 anos	4.897	3.723	3.543	
	População de 65 anos ou mais	273	462	506	
Jussari	Menos de 15 anos	3.559	2.579	1.788	6.474
	15 a 64 anos	4.457	4.733	4.097	
	População de 65 anos ou mais	353	543	589	
Camacan	Menos de 15 anos	16.492	11.031	9.454	31.472
	15 a 64 anos	18.732	18.042	19.627	
	População de 65 anos ou mais	1.393	1.874	2.391	
Itapebi	Menos de 15 anos	5.157	4.120	3.269	10.495
	15 a 64 anos	5.667	6.486	6.451	
	População de 65 anos ou mais	478	602	775	
Eunápolis	Menos de 15 anos	28.713	27.514	27.594	100.196
	15 a 64 anos	38.246	52.377	66.871	
	População de 65 anos ou mais	2.610	3.823	5.731	
Itagimirim	Menos de 15 anos	3.766	2.575	1.953	7.110
	15 a 64 anos	4.649	5.025	4.494	
	População de 65 anos ou mais	465	550	663	
São Miguel das Matas	Menos de 15 anos	3.578	3.199	2.705	10.414
	15 a 64 anos	5.005	5.988	6.780	
	População de 65 anos ou mais	728	833	929	
Laje	Menos de 15 anos	7.256	6.261	6.019	22.201
	15 a 64 anos	8.840	10.986	14.613	
	População de 65 anos ou mais	975	1.202	1.569	
Dom Macedo Costa	Menos de 15 anos	1340	985	873	3.874
	15 a 64 anos	1861	2147	2581	
	População de 65 anos ou mais	335	338	420	
Santa Luzia	Menos de 15 anos	7155	5683	3870	13.344
	15 a 64 anos	7995	8505	8428	
	População de 65 anos ou mais	629	950	1046	

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download>>. Acessado em: 29.04.2015.

Em análise aos dados de população por faixa etária entre os anos de 1990 e 2010, observa-se que os municípios abrangidos pela rodovia registraram uma tendência semelhante à encontrada no Brasil e no próprio estado da Bahia. Houve uma redução da população

compreendida pela faixa etária situada entre 0 e 15 anos em todos os municípios, exceto em Cachoeira, o qual apresentou um aumento de mais de 500% de população jovem. Verifica-se também um aumento gradual da participação de adultos e idosos sobre o total da população. Segundo os dados levantados, houve um aumento da participação percentual de pessoas entre 15 e 64 anos na maior parte das cidades, exceto em Ilhéus, Itajuípe, Itagimirim, Jussari, Arataca, Mascote, Nova Ibiá, Uruçuca, Barro Preto e São José da Vitória. A população de idosos aumentou em todas as cidades da área de estudo.

De um modo geral, analisando todos os municípios em estudo, houve uma diminuição média de aproximadamente 27% na população de jovens, e em contrapartida, houve um aumento médio de aproximadamente 38% na população de adultos e 81% na população de idosos. Essas informações estariam associadas ao envelhecimento da população, com acesso, mesmo que de maneira não satisfatória, ao atendimento aos serviços básicos de saúde e ao deslocamento da população mais jovem aos grandes centros urbanos em busca de maiores oportunidades de trabalho e educação mais qualificada.

Os dados analisados seguem a tendência apresentada no estudo Projeções Populacionais, da SEI, 2013, onde a população dos grupos etários mais jovens (menos de 15 anos) tendem a diminuir a sua influência na estrutura etária, aumentando o peso relativo da população idosa (mais de 65 anos). No entanto, a população das idades intermediárias permanecerá com o maior peso relativo na estrutura etária, e esse peso será incrementado durante o período. Essas mudanças incidem uma forte necessidade de serviços aos idosos, acompanhada de uma menor pressão para as demandas relacionadas à infância e à adolescência, fato este que aumentará o foco das políticas de seguridade social, saúde e educação, para a população idosa, com a promoção de iniciativas e políticas públicas voltadas ao atendimento desse público.

6.3.4.4 Índice de desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990 com o objetivo de oferecer um contraponto ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB) que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2012).

O IDH é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, que leva em consideração três aspectos: a longevidade (a expectativa de vida da população), a renda per capita (toda a riqueza produzida ao longo de um ano, dividida aritmeticamente por sua população) e a escolaridade (número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o IDH é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O índice considerado Muito Baixo está entre 0 e 0,499, Baixo, entre 0,500 e 0,599, Médio entre 0,600 e 0,699, Alto, entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto, de 0,8 a 1. É um índice referência, tendo sido utilizado pelo governo federal e administrações regionais, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado da Bahia, o coloca na 22ª posição no

ranking nacional. O índice de 0,660, embora considerado médio, e tenha melhorado aproximadamente 71%, quando comparado aos últimos 20 anos, superando ainda os índices observados no país, com pouco mais de 47%, mesmo assim, encontra-se abaixo do apresentado pela média nacional, de 0,727, classificado como alto desenvolvimento.

Em geral, observa-se que dos municípios estudados, apenas os municípios de Feira de Santana, Itabuna e Santo Antônio de Jesus obtiveram um IDHM Médio, no período de 2010, em relação à variação definida pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Os outros municípios permaneceram na linha do IDHM Baixo ou Muito Baixo, principalmente quando considerado o IDHM referente ao aspecto Educação. Entretanto, houve um aumento do índice em todos os municípios entre os anos de 2000 e 2010. O avanço geral do índice ocorreu em função das significativas melhoras registradas em todas as dimensões que estruturam o indicador, em todos os municípios citados, principalmente àquela relacionada à Longevidade, situação corroborada pela tendência observada nas regiões, com a grande participação da faixa etária da população ligada às pessoas com mais de 60 anos.

A seguir, o QUADRO 6.3.6 apresenta os índices de IDHM para os anos de 2000 e 2010, considerando os aspectos Renda, Longevidade e Educação nos municípios da área de estudo e no estado da Bahia.

QUADRO 6.3.6 - IDHM DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO E DO ESTADO DA BAHIA E IDHM CONSIDERANDO OS ASPECTOS RENDA, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO PARA OS ANOS DE 2000 E 2010

MUNICÍPIO	IDHM		IDHM RENDA		IDHM LONGEVIDADE		IDHM EDUCAÇÃO	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arataca	0,372	0,559	0,463	0,557	0,637	0,758	0,175	0,413
Aurelino Leal	0,365	0,568	0,44	0,555	0,626	0,759	0,177	0,434
Barro Preto	0,421	0,602	0,489	0,576	0,615	0,744	0,248	0,508
Belmonte	0,441	0,598	0,541	0,577	0,638	0,771	0,249	0,48
Buerarema	0,42	0,613	0,496	0,604	0,631	0,772	0,236	0,495
Cachoeira	0,516	0,647	0,546	0,615	0,675	0,762	0,372	0,577
Camacan	0,441	0,581	0,559	0,608	0,635	0,768	0,241	0,419
Camamu	0,377	0,565	0,472	0,562	0,694	0,71	0,164	0,452
Conceição da Feira	0,496	0,634	0,51	0,606	0,649	0,766	0,369	0,548
Conceição do Almeida	0,482	0,606	0,502	0,578	0,672	0,805	0,331	0,479
Conceição do Jacuípe	0,531	0,663	0,569	0,63	0,67	0,799	0,392	0,579
Cruz das Almas	0,574	0,699	0,592	0,659	0,705	0,796	0,452	0,650
Dom Macedo Costa	0,469	0,632	0,509	0,598	0,668	0,795	0,304	0,531
Eunápolis	0,54	0,677	0,628	0,687	0,672	0,791	0,373	0,572
Feira de Santana	0,585	0,712	0,634	0,71	0,716	0,82	0,44	0,619
Gandu	0,484	0,632	0,586	0,645	0,674	0,771	0,287	0,508

MUNICÍPIO	IDHM		IDHM RENDA		IDHM LONGEVIDADE		IDHM EDUCAÇÃO	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Governador Mangabeira	0,514	0,643	0,508	0,594	0,715	0,754	0,373	0,594
Ibirapitanga	0,391	0,558	0,46	0,561	0,651	0,748	0,2	0,415
Ilhéus	0,521	0,69	0,607	0,688	0,708	0,808	0,329	0,59
Itabuna	0,581	0,712	0,636	0,695	0,733	0,807	0,421	0,643
Itacaré	0,384	0,583	0,487	0,594	0,663	0,807	0,175	0,413
Itagimirim	0,493	0,634	0,573	0,602	0,686	0,821	0,304	0,516
Itajuípe	0,451	0,599	0,516	0,609	0,657	0,759	0,27	0,466
Itapebi	0,394	0,572	0,494	0,568	0,689	0,718	0,18	0,458
Jussari	0,426	0,567	0,489	0,577	0,657	0,699	0,24	0,451
Laje	0,431	0,586	0,517	0,548	0,699	0,764	0,221	0,48
Maraú	0,354	0,593	0,521	0,643	0,67	0,801	0,127	0,404
Mascote	0,356	0,581	0,464	0,567	0,61	0,744	0,159	0,464
Muritiba	0,529	0,66	0,544	0,629	0,675	0,796	0,403	0,573
Nova Ibiá	0,395	0,57	0,482	0,62	0,631	0,714	0,203	0,419
Presidente Tancredo Neves	0,387	0,559	0,486	0,566	0,626	0,727	0,190	0,424
Santa Luzia	0,378	0,556	0,459	0,564	0,638	0,768	0,184	0,396
Santo Antônio de Jesus	0,560	0,7	0,591	0,677	0,743	0,815	0,401	0,622
São Félix	0,489	0,639	0,535	0,582	0,637	0,769	0,343	0,583
São Gonçalo dos Campos	0,473	0,627	0,533	0,636	0,641	0,752	0,31	0,516
São José da Vitória	0,361	0,546	0,463	0,553	0,649	0,686	0,156	0,429
São Miguel das Matas	0,435	0,593	0,519	0,568	0,709	0,783	0,224	0,468
Sapeaçu	0,49	0,614	0,519	0,602	0,709	0,735	0,319	0,522
Teolândia	0,342	0,555	0,439	0,541	0,664	0,756	0,137	0,418
Ubaitaba	0,434	0,611	0,518	0,607	0,646	0,767	0,245	0,490
Ubatã	0,443	0,593	0,534	0,586	0,67	0,788	0,243	0,452
Una	0,366	0,56	0,483	0,584	0,631	0,71	0,161	0,424
Uruçuca	0,438	0,616	0,491	0,607	0,715	0,758	0,239	0,507
Valença	0,489	0,623	0,56	0,619	0,67	0,778	0,312	0,502
Wenceslau Guimarães	0,372	0,544	0,46	0,558	0,664	0,752	0,169	0,380
Bahia	0,512	0,660	0,594	0,663	0,680	0,783	0,332	0,555

Fonte: PNUD, 2014.

Diante deste contexto, com base nos três aspectos que medem este índice (QUADRO 6.3.6), é possível observar um aumento significativo no aspecto Renda para a maioria dos

municípios da área de estudo. No entanto, os municípios com maior importância regional, como Eunápolis, Feira de Santana e Ilhéus já apresentavam índices elevados no ano de 2000, não apresentando o mesmo ritmo de desenvolvimento para o ano de 2010, o que não ocorreu para os demais municípios. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), esta melhora significativa do índice pode ser atribuída, principalmente, ao desenvolvimento econômico-social do país, com o ganho de uma série de direitos trabalhistas, referentes ao pagamento de benefícios como o seguro-desemprego e abono salarial, a qualificação social e profissional, a rede de proteção ao trabalho, a inspeção em segurança e saúde no trabalho, além de programas que incentivam os jovens a dar continuidade aos estudos. Com isso, o aumento dos trabalhos formais com carteira assinada foi significativo, melhorando os índices de desenvolvimento.

No aspecto Longevidade, que considera a expectativa de vida ao nascer das pessoas, o índice para todos os municípios estudados no período de 2000, ultrapassou a casa dos 0,6, considerado nível Médio de desenvolvimento. Já para o ano de 2010, na maioria dos municípios este índice evoluiu para a casa dos 0,7, considerado nível Alto de desenvolvimento. Neste aspecto, os municípios que mais progrediram a nível de IDHM foram Conceição do Almeida, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itagimirim, Maraú e Santo Antônio de Jesus, com um índice ultrapassando 0,8, considerado nível Muito Alto de desenvolvimento.

Em relação ao aspecto Educação, a maioria dos municípios estudados apresentaram índices de desenvolvimento abaixo de 0,499 no ano de 2000, considerado Baixo a Muito Baixo, com exceção dos municípios de Cruz das Almas, Itabuna, Santo Antônio de Jesus e Muritiba. Em 2010, este índice foi elevado a 0,500, considerado ainda nível Baixo de desenvolvimento. O município de Feira de Santana obteve destaque em relação a esse aspecto no período de 2010, ao apresentar um aumento aproximado de 41%, elevando o índice para 0,619. O município de Wenceslau Guimarães, embora tenha apontado crescimento de 125%, neste mesmo período, seu índice ainda foi considerado Muito Baixo, de 0,380.

Destaca-se que, dentre os aspectos que compõem o IDHM, os municípios com melhores desempenho foram aqueles que apresentaram destaque em mais de um (1) aspecto, como os municípios de Feira de Santana, Itabuna e Santo Antônio de Jesus, cujo índice ficou acima do 0,7, caracterizando nível Alto de desenvolvimento. O IDHM-Educação foi o que mais cresceu entre os municípios estudados, com crescimento médio de 57%, portanto, foi o que mais contribuiu para a elevação geral do índice.

Verifica-se que, embora entre os anos de 2000 e 2010, tenha ocorrido aumento no IDHM de todos os municípios, ainda assim, considera-se o IDHM de Baixo desenvolvimento, em mais de 48% destes, onde Wenceslau Guimarães representa o menor índice, com 0,544, seguido de São José da Vitória, com 0,546. No ranking das 10 cidades baianas com melhores índices, Itabuna e Feira de Santana aparecem empatados, com o IDHM de 0,712, considerado de Alto desenvolvimento. Santo Antônio de Jesus aparece em oitavo, com o IDHM de 0,700 e Cruz das Almas, em décimo lugar no estado, com 0,699, considerado de Médio desenvolvimento.

Embora os índices divulgados pelo PNUD apontem que todos os municípios em estudo possuem IDH classificado como Médio desenvolvimento, as observações de campo demonstram que há graves deficiências na infraestrutura de todos os municípios em estudo, o que conduz a uma outra análise da realidade local.

6.3.4.5 Organização social

O entendimento dos conflitos ambientais muitas vezes estão atrelados à configuração dos usos e utilização dos recursos naturais localizados em uma determinada região. As tensões sociais, assim como os atores envolvidos, podem conferir, algumas vezes, ações e desdobramentos indutores de tomadas de decisões, sejam estas, à nível local ou de âmbito ainda maior, dependendo de todos os aspectos e situações envolvidas, que às vezes surgem e se afirmam como novos agentes políticos.

As organizações sociais desempenham papel fundamental no processo de descentralização das estruturas de poder do Estado, servindo como abertura maior na participação da população no planejamento, implementação e avaliação das políticas nacionais, onde os atores sociais podem ser constituídos por diferentes grupos, identificados como indivíduos, entre outros grupos, os quais se organizam em torno de uma questão em comum. Isto ocorre principalmente, quando da presença de conflitos e antagonismos referentes a aspectos ambientais e de desenvolvimento econômico localizada em determinada região, e quando apresentam algum envolvimento com projetos de grandes construções de infraestrutura, como hidrelétricas, portos, rodovias, entre outros.

As organizações sociais apontadas na região de estudo, relacionam-se a sindicatos de diversas classes, bem como, à associações de moradores e de bairro. A presença de sindicatos de trabalhadores rurais e de colônia de pescadores são algumas das organizações que mais se destacam entre àquelas localizadas nos municípios da área de estudo.

Pode-se considerar que as organizações entrevistadas possuem um nível razoável de articulação, sendo que os sindicatos de professores e os sindicatos rurais mostraram-se os mais atuantes.

O QUADRO 6.3.7, a seguir, demonstra as organizações levantadas e aquelas que foram contatadas por meio das entrevistas. As associações selecionadas para essa listagem representam os grupos de interesse relacionados ao projeto em estudo.

QUADRO 6.3.7 - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA ÁREA DA ESTUDO

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
Arataca	<ul style="list-style-type: none"> Associação de moradores do distrito de Itatingui Associação comunitária do bairro São Domingos Associação dos moradores do bairro da Roseira Associação dos moradores do bairro da Cajazeira Associação dos moradores do bairro do Javi Associação de moradores da Vila Jequié Associação de moradores do bairro Lorena Associação beneficente das mulheres carentes de Arataca Sindicato dos trabalhadores rurais de Arataca Sindicato rural de Arataca 	<p>Associação comunitária do bairro São Domingos</p> <p>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arataca</p>	<p>Presidente</p> <p>Presidente e associado</p>	Delegacia de Polícia Civil	Agente
Aurelino Leal	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato rural de Aurelino Leal Associação dos canoeiros e pescadores de Aureliano Leal e Ubaitaba 	<p>*CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social</p> <p>Cooperativa Casa de Arte Aurelino Leal</p> <p>Colônia da Associação Z-89 dos Pescadores e Aquicultores de Aurelino Leal</p>	<p>Coordenadora</p> <p>Presidente</p> <p>Presidente</p>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Coordenadora
Barro Preto	<ul style="list-style-type: none"> Associação da Pedra Lascada 	Associação dos Moradores do Bairro Bonfinção de Barro Preto	Presidente	Serviço de Água e Esgoto Municipal - SAE	Técnico
Belmonte	—	Associação de Moradores e Pescadores de Belmonte	Pescador	—	—
Buerarema	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buerarema 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buerarema	Presidente	Delegacia de Polícia Civil	—
Cachoeira	—	Foi informado a existência de uma Colônia de pescadores, que fica a cerca	—	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretária Municipal

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
		de 20 km da sede municipal. Devido à distância em relação à faixa de domínio essa organização não foi procurada			
Camacan	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato Rural de Camacan Sindicato dos motoristas profissionais de Camacan Associação beneficente de moradores de Jacareci Associação de moradores do bairro Elias Ribeiro Associação das famílias carentes de Camacan Associação Aliança Beneficente de São João do Panelinha Associação de Moradores do Morro de Camacan Associação dos Posseiros da Região do Baixão Associação de Moradores do Rio Pardo 	<p>Associação de Artesãos do Bairro Novo de São João do Paulistinha</p> <p>Colônia de Pescadores de Camacan</p> <p>Sindicato dos Guardas Civis Municipais da Bahia – Camacan</p> <p>Sindicato Rural de Camacan</p>	<p>Diretor</p> <p>Diretor</p> <p>Presidente</p> <p>Administrador</p>	CEPLAC Ministério da Agricultura	Engenheiro Agrônomo - Coordenador
Camamu	<ul style="list-style-type: none"> Associação Agrovila da Paz Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu Sindicato Rural de Camamu Apabas-Associação dos Pequenos Artesões do Baixo Sul 	Associação dos Pescadores de Camamu	Presidente	Secretaria Municipal de Administração	Administrador
Conceição da Feira	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição da Feira Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural do Teiru 	<p>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</p> <p>Associação dos Pescadores e Produtores de Conceição da Feira</p>	<p>Secretária</p> <p>Presidente</p>	<p>Secretaria Municipal de Planejamento</p> <p>Secretaria de Governo</p>	<p>Secretário de Planejamento</p> <p>Secretário de Governo</p>
Conceição do Almeida	<ul style="list-style-type: none"> Associação Comunitária de Apoio a Cultura do Município de Conceição do Almeida 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Secretária e Tesoureiro		

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
Conceição do Jacuípe	<ul style="list-style-type: none"> Associação Comunitária dos Moradores de Conceição do Jacuípe 	Associação Comercial de Conceição do Jacuípe	Sec. Executivo	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário Municipal
Cruz das Almas	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas Sindicato dos Trabalhadores da Ind. de Fumo de Cruz das Almas Desagro - Associação para o Desenvolvimento Agronomia 	<p>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</p> <p>Conselho Municipal de Assistência Social</p>	<p>Secretária</p> <p>Representante Sociedade Civil para a Bolsa Família</p>	Secretaria Municipal de Planejamento	Diretor
Dom Macedo Costa	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Produtores Rurais de Dom Macedo Costa Associação de Moradores de Dom Macedo Costa Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Recôncavo (SISPUMUR) Associação de Bordadeiras - APROART 	—	—	—	—
Eunápolis	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Empregados do Comércio de Eunápolis Sindicato dos Estabelecimentos Comerciais Eunápolis Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil 	<p>Sindicato dos Radialistas de Eunápolis</p> <p>APLB - Sindicato dos Professores do Estado da Bahia – Seção Eunápolis</p> <p>Sindicato dos Agentes de Saúde de Eunápolis</p>	<p>Presidente</p> <p>Diretor Associado</p> <p>Secretário</p>	<p>Câmara Municipal</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</p> <p>CEPLC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira</p> <p>Polícia Militar da Bahia</p>	<p>Vereador</p> <p>Secretário Municipal</p> <p>Coordenador</p> <p>Capitão</p>
Feira de Santana	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Feira de Santana Sindicato dos Servidores Públicos Feira Santana Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Feira de Santana Associação de Moradores Parque Brasil Sindicato dos Trabalhadores Transporte Rodoviários e Carga de Feira de Santana 	Sindicato dos Empregados do Comércio de Feira de Santana	—	—	—

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
	<ul style="list-style-type: none"> • Apaeb-Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana • Asta-Associação Profissional de Técnicos Agrícolas da Bahia • Sindicato dos Empregados do Comércio de Feira de Santana • Associação de Apoio as Cooperativas de Apoio a Economia Familiar 				
Gandu	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato Rural de Gandu, Pq S Serafim, s/n, Centro, (73) 3254-1222 	Associação Regional do Baixo Sul da Bahia Sindicato dos Agentes Comunitários da Saúde de Gandu COPAG - Cooperativa Agrícola de Gandu	Presidente Presidente Secretaria	Polícia Militar	Tenente
Governador Mangabeira	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato dos Trabalhadores Rurais • Associação dos Moradores de Tocos I • Povoado de Tocos I 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Diretor	Secretaria Municipal de Administração Geral	Diretor
Ibirapitanga	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato Rural de Ibirapitanga • Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirapitanga • Associação de Itamarati • Associação de Moradores do Município de Ibirapitanga • Associação dos Moradores do Povoado de Camamuzinho • Associação do Movimento Comunitário de Camamuzinho • Associação comunitária Ibirapitanguense 	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia	Vice-presidente	Delegacia da Polícia Civil	Investigador
Ilhéus	<ul style="list-style-type: none"> • ATIL – Associação de Turismo de Ilhéus • Associação de Praças da Polícia • Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Ilhéus - Malhado 	ATIL – Associação de Turismo de Ilhéus Costa do Cacau Bureau	Presidente Diretor	—	—

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Ilhéus lesb-Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia Associação Ex-Combatentes do Brasil - Pontal Sindicato dos Comerciantes de Ilhéus Amabel – associação de moradores do alto Belmonte 				
Itabuna	<ul style="list-style-type: none"> Organização não governamental de Itabuna 	<p>Organização não governamental de Itabuna</p> <p>Associação do Bairro Santa Clara</p> <p>Associação Bairro Jaçanã</p> <p>Associação Comunitária</p>	<p>Representante da Mobilização Social</p> <p>Representante da Comunidade</p> <p>Vice-Presidente</p> <p>Diretor</p>	<p>Secretaria Municipal de Obras</p> <p>Secretaria Municipal de Planejamento e Tecnologia</p>	<p>Engenheiro Civil – Coordenador</p> <p>Diretora</p>
Itacaré	<ul style="list-style-type: none"> ACERTI – Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré Associação dos Condutores de Visitantes de Itacaré Associação de Canoeiros do Rio de Contas ONG – SOS Itacaré Instituto de Turismo de Itacaré Instituto Floresta Viva Sindicato dos Trabalhadores Rurais 	ONG – SOS Itacaré	—	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Técnico
Itagimirim	<ul style="list-style-type: none"> Associação Comunitária e Beneficente de Itagimirim Associações de Pequenos Produtores Rurais Sindicato Rural de Itagimirim 	<p>Associação dos Produtores Rurais de Itagimirim</p> <p>Associação dos Apicultores de Itagimirim</p> <p>Associação dos Moradores de Itagimirim</p>	<p>Presidente</p> <p>Presidente</p> <p>Presidente</p>	—	—
Itajuípe	<ul style="list-style-type: none"> ONG – Associação Bathmarco de assistência e serviço social 	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Itajuípe	Presidente	—	—

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
		Associação Comunidade de Itajuípe	Presidente		
Itapebi	<ul style="list-style-type: none"> Appabi – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areia Branca de Itapebi Associação dos Moradores de Caiubi Associação de Moradores da Cidade Baixa – Ama 	Associação dos Moradores e Pescadores Ribeirinhos do Rio Jequitinhonha ASPABE - Associação dos Pescadores Artesanais da Região da Bacia do Jequitinhonha do município de Itapebi	03 pescadores. Presidente	—	—
Jussari	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos trabalhadores rurais de Jussari Sindicato Rural de Jussari Associação de moradores do bairro Ezupério Botelho 	Associação de Moradores do Bairro Ezupério Botelho Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jussari,	Presidente Presidente	Polícia Militar	Sargento
Laje	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laje Associação de Pequenos Produtores rurais do riacho, Fazenda Borges, zona rural 	Associação Beneficente Comunitária Recreativa de Laje	Diretor	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Polícia Militar	Secretário Municipal Soldado
Maraú	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato Rural de Maraú Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraú Associação de Esporte e Cultura Aquerê Associação dos Moradores Amigos e Produtores do Tanque 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraú Associação dos Moradores Amigos e Produtores do Tanque	Presidente fundadora Morador	—	—
Mascote	—	Associação de Pescadores de Mascote Colônia de Pescadores do Rio Pardo – Distrito de São João do Paraíso	Diretor Pescador	Subprefeitura – Secretaria de Saúde Prefeitura Municipal	Diretora Chefe de Gabinete
Muritiba	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba 			Secretaria Municipal de Administração	Secretaria Municipal
Nova Ibiá	<ul style="list-style-type: none"> Agripe - Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Rio do 	Associação Novo Milênio de Moradores de Nova Ibiá	Diretor	—	—

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
	Peixe,	Associação Avante Brasil Agripe – Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Região do Rio do Peixe	Presidente		
Presidente Tancredo Neves	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais Apasb - Associação de Pequenos Agricultores da Serra da Bananeira Associação de Moradores e Produtores Rurais da Cachoeira do Ouro Preto 	FAMP – Federação das Associações do Município de Presidente Tancredo Neves Associação de Mulheres do Distrito de Moenda	Presidente Presidente	Polícia Militar	Sargento
Santa Luzia	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	—	—	—
Santo Antônio de Jesus	<ul style="list-style-type: none"> Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio de Jesus 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio de Jesus	Diretora	Secretaria Municipal de Indústria e Meio Ambiente Secretaria Municipal de Saúde	Engenheira Florestal – Diretora Enfermeira Chefe
São Félix	<ul style="list-style-type: none"> Associação dos Moradores do Bairro do 135 Ong Amigos de São Felix Asprocal - Associação Dos Pequenos Produtores Rurais de Calumbi e Região 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Associação de Pescadores, Produtores e Moradores de Fazenda Pilar Outeiro Redondo	Presidente Presidente	Secretaria Municipal de Administração	Secretário
São Gonçalo dos Campos	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo dos Campos 	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo dos Campos ARTESEG – Associação dos Artesãos de São Gonçalo dos Campos	Presidente Presidente	—	—
São José da Vitória	—	—	—	Prefeitura Municipal	Chefe de Gabinete
São Miguel das	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato dos Trabalhadores Rurais 	—	—	Secretaria Municipal	Secretário Municipal

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
Matas				de Administração	
Sapeaçu	<ul style="list-style-type: none"> Associação Sapezinho, Zona Rural Associação de Barrocas, Zona Rural 	Cooperativa de Transportes	—	Secretaria Municipal de Administração	Secretário Municipal
Teolândia	<ul style="list-style-type: none"> Asdcbjb - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jose Braga Teles 	ONG PAFI – Centro de Integração Social Pasquale Finarette	Presidente	Secretaria Municipal de Administração	Secretário Municipal
Ubaitaba	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato rural de Ubaitaba Asscub - Associação Cultural de Ubaitaba 	Colônia de Pesca Z-68 Sindicato dos Agentes de Saúde	Presidente Agente de Saúde	Polícia Militar	Tenente
Ubatã	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato Rural de Ubatã Associação Nova Aliança, Rua Lauro de Freitas, Centro 	Sindicato dos Produtores Rurais de Ubatã	Presidente Funcionária	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário Municipal
Una	<ul style="list-style-type: none"> Associação Beneficente dos Moradores de Una Associação Boa Esperança, 	Associação Beneficente dos Moradores de Una URBIS – Comunidade de moradores	Associado Representante da Comunidade	—	—
Uruçuca	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato Rural de Uruçuca, Associação Comunitária de Ecologia e Cultura de Uruçuca 	Sindicato dos Fazendeiros de Uruçuca Associação Comunitária dos Moradores Rita Menezes Faria Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuca	Diretora Vice-presidente Tesoureiro	Delegacia da Polícia Civil	Delegada
Valença	<ul style="list-style-type: none"> Grupo Ação Comunitária de Valença Sindicato dos Trabalhadores Rurais 	ASCOOB – Cooperativa de Crédito Rural Costa do Dendê Colônia de Pescadores Z-15 de Valença	Presidente Vice-presidente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Assistência Social	Diretora Diretora de Vigilância e Saúde Assistente Social
Wenceslau	<ul style="list-style-type: none"> Sindicato Rural de Wenceslau Guimarães 	Associação Desportiva e	Presidente	Prefeitura Municipal	Chefe de Gabinete

Municípios	Organizações Sociais Identificadas	Organizações Sociais Contatadas	Representantes de Organizações Sociais Entrevistados	Instituição Pública Visitada	Gestor Público ou Representante Entrevistado
Guimarães	<ul style="list-style-type: none">Associação de Moradores de Wenceslau Guimarães	Cultura de Wenceslau Guimarães ONG Nova Vida	Presidente		

Da Figura 6.3.2 à Figura 6.3.4 são apresentadas as sedes de algumas organizações em que representantes foram entrevistados.



Figura 6.3.2 - Cooperativa Agrícola no Município de Gandu



Figura 6.3.3 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arataca



Figura 6.3.4 - Sindicato Rural de Gandu

Em suma, através da lista e contatos estabelecidos com algumas organizações ao longo do período de estudo nos municípios da região de interesse, observou-se que, a maior parte das associações estão relacionadas às organizações de moradores e sindicatos rurais, concentradas principalmente, próximas ou inseridas nos núcleos urbanos. Embora tenha sido observado, pontualmente no município de Wenceslau Guimarães, o descontentamento da Associação de Moradores com as condições de degradação ambiental do Rio das Almas, não foram encontradas, associações de cunho ambiental-preservacionista com atuação abrangente na área de estudo.

Destaca-se que durante a realização do diagnóstico, foi identificado um possível conflito envolvendo índios da etnia Tupinambá e os assentados do Projeto de Assentamento Ipiranga, localizado em Buerarema, resultando na morte de um líder do movimento dos “sem-terra”. Esse conflito, segundo informações em campo, teria sido gerado por possível sobreposição territorial entre essas áreas, resultando em posterior interdição de trecho na BR 101 para a realização de manifestação.

Na Figura 6.3.5, a seguir, visualiza-se o efetivo de veículos de segurança da Força Nacional, que teria sido deslocado para a região para evitar maiores conflitos.



Figura 6.3.5 - Viaturas da Força Nacional de Segurança no Município de Buerarema

6.3.5 Condições de saúde e doenças endêmicas

As condições de saúde e doenças endêmicas estão inseridas em um contexto de entendimento amplo, em dimensão histórico-social das relações entre ciência, saúde pública e projetos de desenvolvimento no Brasil.

As doenças não constituem realidades dadas na natureza a serem “desvendadas” pelos médicos e cientistas, mas são histórica e socialmente construídas, no que diz respeito tanto aos significados sociais a elas atribuídos, quanto às categorias e aos conteúdos pelos quais o conhecimento médico-científico as define como fenômenos biológicos particulares. É mediante este processo social de enquadramento que elas assumem o estatuto de entidades conceitualmente específicas e reais (Kropf, 2005).

Por definição, endemia é uma enfermidade, geralmente infecciosa que reina constantemente em certo país ou região por influência de causa local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p.06). As principais doenças endêmicas do Brasil, são, principalmente, Malária, Leishmaniose, Esquistossomose, Febre Amarela, Dengue, Doença de Chagas, Cólera e Influenza ou Gripe A.

As grandes endemias constituem hoje um dos maiores desafios à saúde pública, uma vez que atingem principalmente pessoas menos favorecidas. Entre as doenças endêmicas citadas, a maioria delas são oriundas de aspectos relacionados à pobreza econômica, isto é, de condições precárias de vida, onde a ineficiência de um sistema de saneamento básico atua como um dos principais fatores para o aparecimento de algumas doenças, como Malária, Febre Amarela, Leishmaniose, entre outras doenças.

Com relação à prevalência de doenças na Bahia, sabe-se que o estado está inserido em uma área endêmica, principalmente, para a Leishmaniose Visceral, dengue, com alguns poucos casos registrados para malária.

- **Dengue**

De acordo com dados do DATASUS, apresentados no Gráfico 6.3.1, entre 2008 e 2012 o estado da Bahia teve uma média de aproximadamente 50.000 casos de dengue por ano, com destaque para o ano de 2009, quando foram registrados mais de 100.000 casos.

Entre os municípios que fazem parte da área de estudo, segundo os dados de 2012 disponibilizados no DATASUS, destacam-se, em número de casos por 1.000 habitantes, São José da Vitória com 33 casos/1.000hab, Itabuna com 31 casos/1.000hab, e Buerarema com 21 casos/1.000hab.

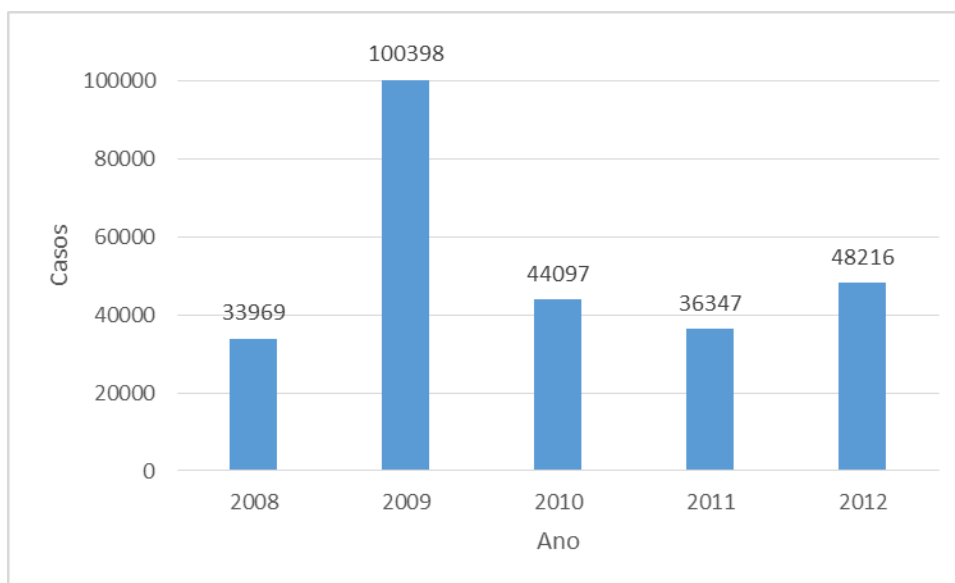


Gráfico 6.3.1 - Casos de Dengue Registrados Entre os Anos de 2008 e 2012 na Bahia.

- **Doença de Chagas**

No mapa da Bahia, apresentado na Figura 6.3.6, observa-se a distribuição dos municípios segundo o grau de risco para a doença de Chagas. Nota-se que os municípios da área de estudo localizam-se, em sua maioria, em área de baixo grau de risco. Na região Metropolitana de Salvador o traçado atual da rodovia adentra os limites da área classificada como de Médio Risco.

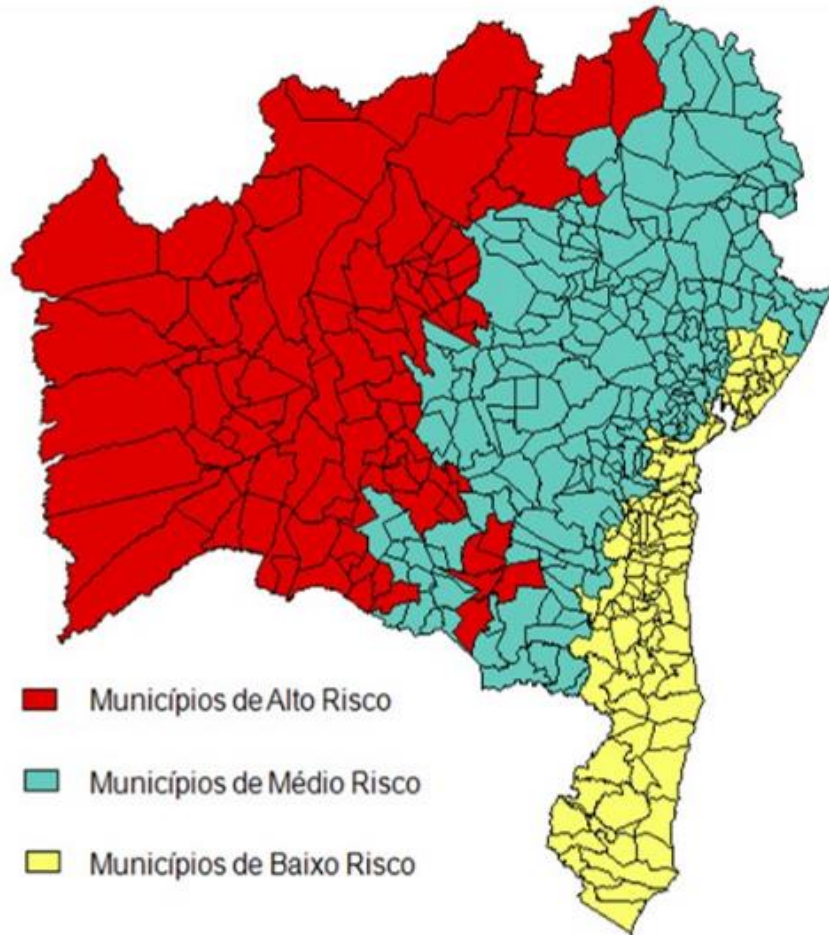


Figura 6.3.6 - Distribuição dos Municípios Segundo Grau de Risco

FONTE: Divep/Sesab. Disponível em: [HTTP://SLIDEPLAYER.COM.BR/SLIDE/1861928/](http://slideplayer.com.br/slide/1861928/). Acessado em: 30/05/2015

Em 2012 foram identificados 34 casos de doença de Chagas na Bahia, o que correspondeu a uma redução de 46,8% em relação a 2011, quando foram notificados 64 casos da doença. Não houve notificação de doença de Chagas nos municípios no ano de 2013.

- **Febre Tifoide**

De acordo com dados do DATASUS, entre 2008 e 2014 o estado da Bahia teve um total de 125 casos de Febre Tifoide, sendo que, segundo os dados apresentados no Gráfico 6.3.2, houve um declínio no número de casos nos últimos anos.

Entre os municípios que fazem parte da área de estudo, foram registrados casos da doença em Aurelino Leal (1 caso em 2010), Itabuna (13 casos em 2009), Ubaitaba (1 caso em 2008 e 1 caso em 2009) e Valença (1 caso em 2010). Destaca-se que desde 2011 não foram registrados casos de Febre Tifoide na região de estudo.

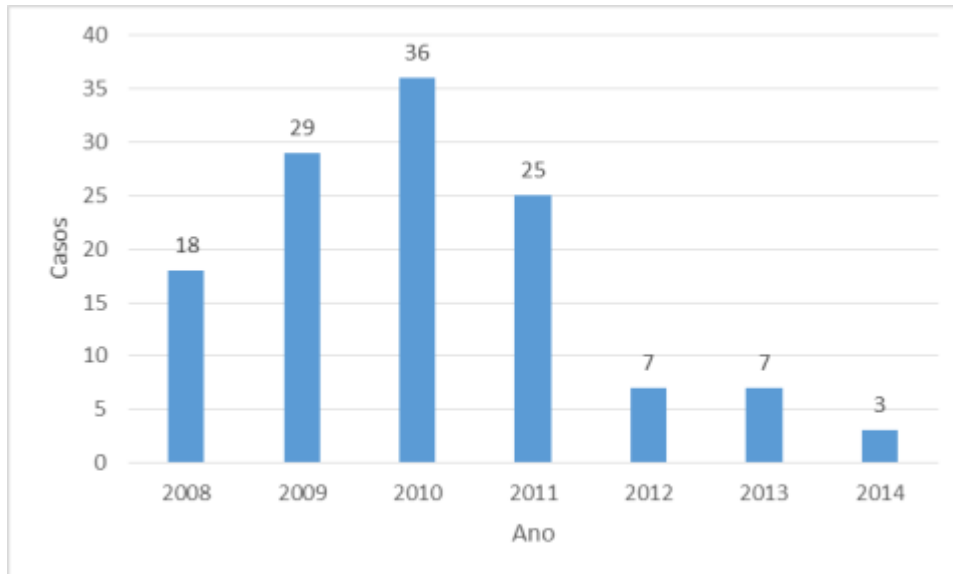


Gráfico 6.3.2 - Número de Casos de Febre Tifoide Entre os Anos de 2008 E 2014 na Bahia.

- **Leishmaniose Visceral**

A Leishmaniose Visceral é uma doença endêmica em franca expansão no estado da Bahia, presente em 43,2% dos municípios. O potencial de expansão urbana e adensamento de domicílios aparece como um importante fator na ocorrência de casos nos centros urbanos de importantes cidades do estado, como Feira de Santana, Jequié, Juazeiro, Irecê, Camaçari e Salvador.

De acordo com dados do DATASUS, apresentados no Gráfico 6.3.3, entre 2008 e 2013 o estado da Bahia teve uma média de aproximadamente 340 casos de Leishmaniose Visceral por ano, sendo que o ano de maior destaque foi 2010, com 408 casos.

Em 2013, entre os municípios que fazem parte da área de estudo, foram detectados 5 casos em Feira de Santana, 1 caso em Aurelino Leal, 1 caso em Itabuna e 1 caso em Presidente Tancredo Neves.

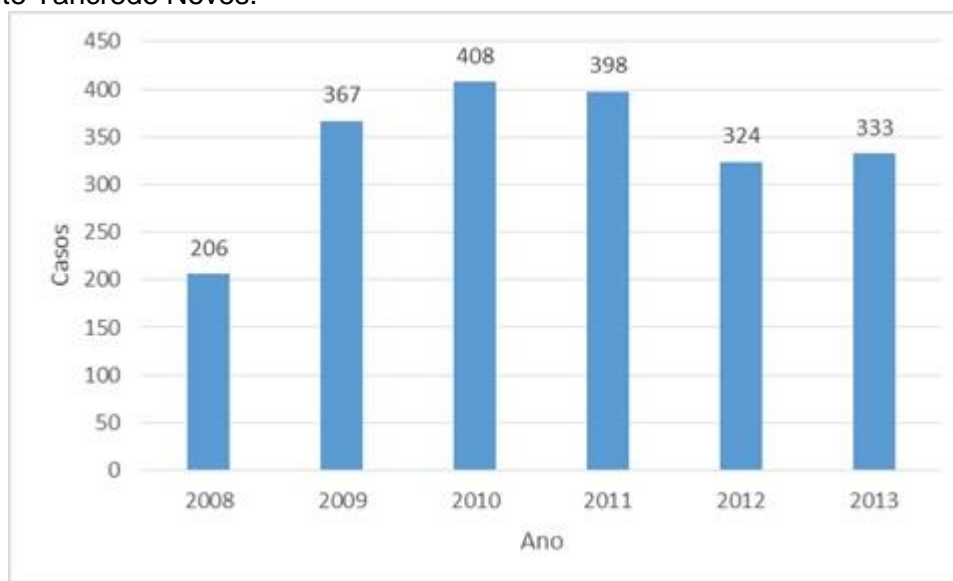


Gráfico 6.3.3 - Número de Casos de Leishmaniose Visceral Entre os Anos de 2008 E 2013 na Bahia

- **Leishmaniose Tegumentar**

A leishmaniose tegumentar encontra-se dispersa na Bahia, com existência de focos em todas as regiões. De acordo com dados do DATASUS, apresentados no Gráfico 6.3.4, entre 2008 e 2013 o estado da Bahia teve uma média de aproximadamente 3.900 casos de Leishmaniose Tegumentar por ano, sendo que o ano de maior destaque foi 2010, com 4971 casos.

Os dados relativos a 2012 registram a doença em 60,4% dos municípios. Entre 2010 e 2012 destacaram-se, com os maiores coeficientes médios de detecção por 100.000 habitantes, os municípios de Taperoá, Ituberá, Teolândia e Presidente Tancredo Neves. Essa doença vem ampliando seu potencial de manifestação nos meios urbanos, alcançando cidades consideradas importantes polos regionais como Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Jequié, Salvador, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas.

Feira de Santana por apresentar grande presença de ocupação e concentração urbana, registrou, entre os anos de 2001 e 2012, 20.546 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre essas, 14 casos para malária, 111 casos para leishmaniose e 20.532 casos para dengue, sendo que em 2012, a taxa de óbitos registrada foi de 0,2 a cada 100 mil habitantes.

Entre os municípios que fazem parte da área de estudo, segundo os dados de 2013 disponibilizados no DATASUS, destacam-se, em número de casos por 10.000 habitantes, Wenceslau Guimarães com 85 casos/10.000hab, Teolândia com 73 casos/10.000hab, e Presidente Tancredo Neves com 46 casos/10.000hab.

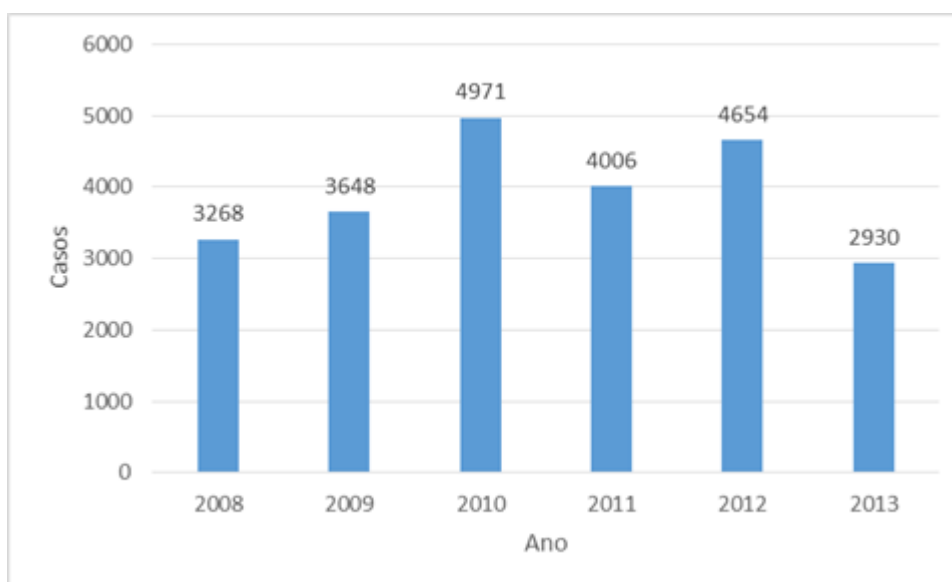


Gráfico 6.3.4 - Número de Casos de Leishmaniose Tegumentar Entre os Anos de 2008 e 2013 na Bahia

- **Influenza (ou Gripe A)**

Na Bahia, no período de 1º de janeiro a 05 de setembro de 2013 foram notificados 180 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), onde 24 destes, evoluíram para óbito. Dentre os casos, verificou-se que 26%, ou seja, 47 casos foram positivos para Influenza A

H1N1, correspondendo a um aumento de 66% no número de casos em relação ao mesmo período do ano anterior (BAHIA, 2014b).

Em 2013 foram notificados casos de H1N1 nos seguintes municípios: Cruz das Almas (1), Eunápolis (2), Feira de Santana (1), Ibirapitanga (1), Presidente Tancredo Neves (1), Santo Antônio de Jesus (1) e São Gonçalo de Jesus (1).

O município de Salvador, embora não esteja inserido na área de estudo, desempenha grande importância à socioeconomia da região por exercer forte influência turística, se destacando com o maior percentual, com 46,8% de casos registrados para essa doença.

Verifica-se que as doenças com o maior número de notificações nos municípios em 2013 estão relacionados à Tuberculose, Dengue e Leishmaniose Tegumentar. O município de Feira de Santana apresentou o maior número de casos de dengue nesse período. Com relação à Leishmaniose Tegumentar, Valença teve 146 casos, representando o município com maior número de casos registrados, seguida por Wenceslau Guimarães, com 88 e por Presidente Tancredo Neves, com 76 casos. Quanto à Leishmaniose Visceral, somente Feira de Santana apresentou 4 casos de notificação em 2013.

Os cuidados e o tratamento dos pacientes com Dengue, segundo os entrevistados, também têm sido tarefa difícil de se realizar, uma vez que faltam leitos para as internações.

A Esquistossomose e as Diarréias são também bastante frequentes nos municípios em estudo, sobretudo, pela inexistência de saneamento básico adequado.

Outro fato bastante preocupante, e que está diretamente relacionado com a precariedade do saneamento básico na área de estudo, é o surgimento de alguns casos de Cólera. Em Mascote, conforme relato de um informante, já houve alguns casos em 2013, porém ainda não há estatísticas disponíveis desta doença para esse período.

A Bahia não é área endêmica de Malária, tendo sido notificados, em 2012, dentre os municípios em estudo, apenas um caso em Belmonte, um caso em Feira de Santana e um caso em Itagimirim.

6.3.6 Infraestrutura básica e de serviços

6.3.6.1 Saúde

O Estado é responsável pelo direito à saúde de seus povos, embora a efetividade dos serviços prestados, em muito estão relacionados ao conhecimento da situação atual pelos órgãos públicos, com a realização de planejamento e atendimento de demandas identificadas, determinando, assim, qual o comportamento mais adequado à região e a realidade que se pretende atender.

Embora fatores ligados ao oferecimento de serviços de infraestrutura estejam ligados diretamente à saúde das pessoas, como a qualidade de saneamento básico, é comum observar que em algumas regiões a realidade é inversa à necessidade, acarretando comprometimento e aumento da demanda nas unidades de saúde existentes.

Na Bahia, a institucionalização de práticas de planejamento, entendido como instrumento de governo, foi incorporado à Secretaria de Estado da Saúde (SESAB Saúde) desde a década de 70, com a elaboração de programas de extensão e cobertura, com a posterior criação do Plano Estadual de Saúde, advindo da implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). Ao longo dos anos, os processos de planejamento foram aprimorados, através da construção de etapas para a elaboração do Sistema Único de Saúde (SUS), que a partir de 2007 passou a atingir âmbito nacional, através do Ministério da Saúde, com a promoção e articulação de instrumentos de planejamento governamental e de serviço particular.

O processo de construção do Plano Estadual de Saúde se deu entre 2008 e 2011, sistematizados através de sete movimentos, como: planejamento integrado; definição de linhas de ação de governo e construção de instrumentos estratégicos da gestão; análise da situação de saúde (ASIS); consolidação das demandas e recomendações das conferências de saúde; oficinas integradas entre problemas de saúde enfrentados pela população e o sistema de serviços da saúde; avaliação de desempenho da SESAB; fortalecimento da Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP/SUS); e o último movimento estaria relacionado à construção de módulos operacionais. Assim, o Plano Estadual de Saúde da Bahia, considerado relevante marco de consolidação do conjunto das políticas públicas de âmbito estadual, na qual as diretrizes explicitadas no documento, constituem elementos da agenda governamental para a construção do SUS no Estado (JESUS et al, 2010).

Segundo informações da Secretaria da Saúde (SESAB), o Estado, através deste órgão, estaria investindo na promoção da qualidade de vida do cidadão, através do suporte de saúde pública, porém, um dos aspectos que comprometeriam o atendimento desse serviço estaria relacionado à ausência dos profissionais nos períodos de funcionamento das unidades de atendimento ao público, juntamente ao elevado número de faltas nos plantões médicos, entre outros aspectos¹.

A falta de médicos e outros profissionais de saúde, além da precariedade dos estabelecimentos hospitalares e equipamentos, foram destacados pelos entrevistados durante o trabalho de campo, demonstrando que há uma insatisfação generalizada dos moradores e lideranças de movimentos sociais com o sistema de saúde.

As informações, acima expostas, podem ser corroboradas pelo número de ausências de profissionais da saúde registradas no Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, no ano de 2014, tem-se o registro de 165 profissionais que faltaram ao trabalho nos dois meses analisados. Segundo dados, essa situação também se assemelharia nos hospitais Luís Viana Filho, em Ilhéus, Geral de Camaçari e Geral Roberto Santos, em Salvador (Retiro Notícias, 2014).

¹ Disponível em: <http://varelanoticias.com.br/deputado-pede-providencias-ao-tce-sobre-possiveis-irregularidades-da-sesab/> - Acesso em 11/03/2015.

6.3.6.1.1 Estabelecimentos de saúde

Apesar dos problemas identificados em campo, de acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo DATASUS (QUADRO 6.3.8), verificou-se que no período entre 2005 e 2013 houve um aumento, em torno de 60%, no número de estabelecimentos de saúde nos municípios, como podem ser observados nos quadros seguintes. Contudo, ainda assim, os entrevistados afirmaram que são insuficientes as instalações de saúde disponíveis para atender à população.

QUADRO 6.3.8 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2005.

Município	Centro de Parto Normal	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Central de Regularização de Serviços de Saúde	Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório	Cooperativa	Hospital Especializado	Hospital Geral	Hospital Dia	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia	Unidade de Saúde da Família	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Mista	Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp Urgência/ Emergência	Unidade Móvel Terrestre
Arataca	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-
Aurelino Leal	-	3	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-
Belmonte	-	5	-	-	4	-	-	4	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-
Buerarema	-	7	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cachoeira	-	10	-	-	4	-	-	1	-	4	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Camacan	-	8	-	2	-	-	-	3	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-
Camamu	-	9	-	-	3	-	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	1	-	-
Conceição da Feira	-	4	-	-	1	-	-	1	-	-	3	-	1	1	-	1	-	-	-
Conceição do Almeida	-	7	-	2	-	-	-	1	-	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição do Jacuípe	-	2	-	3	2	-	-	2	-	1	2	-	-	1	-	1	-	-	-
Cruz das Almas	-	7	-	8	5	-	1	1	4	4	10	-	-	4	-	2	-	-	1
Dom Macedo Costa	--	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Eunápolis	-	24	-	27	42	-	3	4	1	3	-	-	-	10	-	3	-	-	1
Feira de Santana	-	67	1	100	10	3	8	8	-	5	5	-	2	41	-	1	-	1	2
Gandu	-	4	-	6	6	-	-	1	-	-	3	-	-	4	-	-	-	-	-
Governador Mangabeira	-	2	-	2	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-
Ibirapitanga	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Ilhéus	-	32	1	15	64	-	4	2	-	20	17	-	-	6	-	2	4	-	1
Itabuna	-	27	2	110	75	-	4	3	-	5	-	-	-	28	-	1	-	1	-
Itacaré	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Itagimirim	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Itajuípe	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	4	-	-	1	-	1	-	-	-
Itapebi	-	3	-	1	3	-	-	-	-	-	3	-	-	2	-	1	-	-	-
Jussari	-	3	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laje	-	9	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Maraú	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	1	-	-	-	-	-
Mascote	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Muritiba	1	7	-	-	7	-	1	1	-	1	3	-	-	2	-	2	1	-	1
Nova Ibiá	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Tancredo Neves	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	1	-	-	1	-	-
Santa Luzia	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	-	17	1	26	30	-	-	3	1	4	8	-	-	5	-	1	-	-	1
São Félix	-	8	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	-	8	-	-	5	-	-	2	-	1	9	-	-	1	-	2	-	-	-
São José da Vitória	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	-	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapeaçu	-	8	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Teolândia	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ubatuba	-	3	-	2	-	-	-	1	-	-	3	-	-	3	-	1	-	-	-
Ubatã	-	1	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Una	-	5	-	-	5	-	-	1	-	1	1	-	-	2	-	2	-	-	1
Uruçuca	-	7	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Valença	-	33	-	7	16	-	-	1	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-	2
Wenceslau Guimarães	-	7	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO 6.3.9 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2007 (Fonte: DATASUS, 2014).

Município	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Central de Regularização de Serviços de Saúde	Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório	Cooperativa	Farmácia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Hospital Dia	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Mista	Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp Urgência/ Emergência	Unidade Móvel Terrestre
Arataca	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Aurelino Leal	5	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	7	-	-	4	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Buerarema	7	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cachoeira	14	-	1	5	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Camacan	12	-	3	4	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-
Camamu	10	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Conceição da Feira	6	-	-	2	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	1	1	-	-	-
Conceição do Almeida	7	-	1	-	-	-	-	1	-	1	7	-	-	-	1	-	-	-	-
Conceição do Jacuípe	5	-	3	5	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	1	1	1	-	-
Cruz das Almas	8	-	11	4	-	-	1	1	4	4	9	-	-	1	5	-	-	-	1
Dom Macedo Costa	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Eunápolis	24	1	32	42	-	1	1	4	2	4	-	-	-	1	12	2	-	1	-
Feira de Santana	89	1	154	39	3	2	13	6	-	5	5	-	2	-	46	2	-	1	2
Gandu	7	-	7	13	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	3	-	-	-	-
Governador Mangabeira	5	-	3	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Ibirapitanga	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-
Ilhéus	40	2	25	64	-	-	3	5	-	8	18	-	-	-	14	2	4	-	1
Itabuna	31	2	124	81	-	-	4	3	1	5	-	-	-	-	31	1	-	1	-
Itacaré	4	-	1	4	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Itagimirim	3	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Itajuípe	5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	1	-	-	-
Itapebi	4	-	1	3	-	-	-	-	1	-	2	-	-	1	2	1	-	-	-
Jussari	3	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laje	9	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Maraú	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	-	-
Mascote	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Muritiba	9	-	-	7	-	-	1	1	-	1	2	-	-	-	2	2	-	-	1
Nova Ibiá	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Tancredo Neves	6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	1	-	1	-	-
Santa Luzia	5	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	23	1	31	31	-	-	-	3	1	6	8	-	-	-	5	2	-	-	2
São Félix	6	1	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	8	-	2	5	-	-	-	2	-	1	9	-	-	-	1	2	-	-	-
São José da Vitória	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	6	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapeaçu	8	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Teolândia	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ubaitaba	5	-	2	6	-	-	-	1	-	2	4	-	-	-	2	-	-	-	-
Ubatã	2	-	-	4	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-
Una	8	-	2	9	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	2	2	-	-	1
Uruçuca	8	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Valença	30	-	6	20	-	-	-	1	-	2	3	1	-	-	3	-	-	-	2
Wenceslau Guimarães	9	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO 6.3.10 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2013 (PARTE 1) (Fonte: DATASUS, 2014)

Município	Academia da saúde	Central de regulação	Central de regulação médica das urgências	Centro de apoio a saúde da família-casf	Centro de atenção psicossocial-caps	Centro de saúde/ unidade básica de saúde	Central de regulação de serviços de saúde	Clinica especializada/ ambulatório especializado	Consultório	Cooperativa	Farmácia	Hospital especializado	Hospital geral	Hospital dia
Arataca	-	-	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	-	-	-	6	-	-	1	-	-	-	1	-
Barro Preto	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-
Belmonte	-	-	-	1	1	8	-	1	3	-	-	-	1	-
Buerarema	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	1	-
Cachoeira	1	-	-	-	1	13	-	6	10	-	-	-	1	-
Camacan	-	-	-	2	1	12	-	2	3	-	-	-	3	-
Camamu	-	-	-	-	-	10	-	-	2	-	-	-	1	-
Conceição da Feira	-	-	-	-	1	9	-	1	2	-	-	-	1	-
Conceição do Almeida	-	1	-	-	-	6	-	3	-	-	-	-	1	-
Conceição do Jacuípe	-	-	-	-	1	7	-	3	7	-	-	-	2	-
Cruz das Almas	-	1	-	-	1	16	-	12	20	-	-	-	2	4
Dom Macedo Costa	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Eunápolis	2	1	1	-	3	22	-	24	65	-	1	-	5	1
Feira de Santana	-	1	1	-	5	102	1	252	120	6	2	18	6	5
Gandu	-	-	-	-	1	10	-	15	14	-	-	-	1	-
Governador Mangabeira	-	-	-	-	1	10	-	3	3	-	-	-	-	-
Ibirapitanga	-	-	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	1	-
Ilhéus	-	-	1	-	3	31	1	37	68	-	2	-	6	2
Itabuna	-	1	1	-	3	31	1	118	149	-	-	4	3	5
Itacaré	-	-	-	-	1	10	-	-	5	-	-	-	2	-
Itagimirim	-	1	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	1	-
Itajuípe	-	-	-	-	-	6	-	1	1	-	-	-	1	-
Itapebi	-	2	-	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-	-
Jussari	-	-	-	-	-	3	-	2	-	-	-	-	1	-
Laje	-	-	-	-	1	7	-	-	-	-	-	-	1	-
Maraú	-	1	-	1	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Mascote	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Muritiba	-	-	-	-	1	9	-	1	8	-	-	1	1	-
Nova Ibiá	-	-	-	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-
Presidente Tancredo Neves	-	-	-	-	-	8	-	1	1	-	1	-	-	-
Santa Luzia	-	-	-	-	-	5	-	-	1	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	-	-	1	-	2	23	-	35	50	-	-	-	5	1
São Félix	-	-	-	-	1	6	1	2	1	-	-	-	1	-
São Gonçalo dos Campos	-	-	-	-	1	11	-	-	12	-	-	-	1	-
São José da Vitória	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	1	-
Sapeaçu	-	-	-	-	-	8	-	1	3	-	-	-	1	-
Teolândia	-	-	-	1	-	6	-	1	-	-	1	-	1	-
Ubatuba	-	-	-	-	1	4	-	2	6	-	-	-	1	-
Ubatã	-	-	-	-	1	6	-	-	4	-	-	-	1	-
Una	-	-	-	-	1	7	-	3	7	-	-	-	1	-
Uruçuca	-	-	-	-	1	7	-	1	3	-	-	-	-	-
Valença	1	-	-	1	1	16	1	16	22	-	2	-	1	-
Wenceslau Guimarães	-	1	-	-	-	9	-	1	-	-	1	-	1	-

Fonte: DATASUS, 2014

QUADRO 6.3.11 - QUANTIDADE POR TIPO DE ESTABELECIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIO - NOV/2013 (PARTE 2) (Fonte: DATASUS, 2014)

Município	Policlínica	Posto de saúde	Pronto atendimento	Pronto socorro especializado	Pronto socorro geral	Secretaria de saúde	Serviço de atenção domiciliar isolado(home care)	Unidade de atenção à saúde indígena	Unidade de serviço de apoio de diagnóstico e terapia	Unidade de vigilância em saúde	Unidade mista	Unidade móvel de nível pre-hospitalar de urgência/emergência	Unidade móvel terrestre
Arataca	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Barro Preto	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	1	1	-
Buerarema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cachoeira	4	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Camacan	1	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-
Camamu	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Conceição da Feira	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	1	-
Conceição do Almeida	2	6	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Conceição do Jacuípe	1	1	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-
Cruz das Almas	6	8	1	-	-	2	-	-	9	-	-	2	-
Dom Macedo Costa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Eunápolis	6	-	-	-	-	2	-	-	18	2	-	6	-
Feira de Santana	10	2	1	-	2	2	1	-	58	1	-	8	2
Gandu	1	-	-	-	-	2	-	-	4	-	-	-	1
Governador Mangabeira	2	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-
Ibirapitanga	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ilhéus	18	16	-	-	1	1	-	2	23	-	-	4	2
Itabuna	4	-	-	-	-	2	-	-	37	-	-	4	-
Itacaré	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1
Itagimirim	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Itajuípe	-	2	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Itapebi	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Jussari	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Laje	2	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-
Maraú	-	4	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Mascote	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Muritiba	1	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Nova Ibiá	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Tancredo Neves	1	-	-	-	-	1	-	-	3	-	1	1	-
Santa Luzia	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	1	-	-	-	-	2	-	-	7	-	-	3	2
São Félix	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
São Gonçalo dos Campos	1	9	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
São José da Vitória	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Sapeaçu	1	2	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-
Teolândia	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Ubaítaba	1	2	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Ubatã	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-
Una	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Uruçuca	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Valença	3	19	-	1	-	1	1	-	1	1	-	-	1
Wenceslau Guimarães	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: DATASUS, 2014

Observa-se que, pelos QUADRO 6.3.9, QUADRO 6.3.10 e QUADRO 6.3.11, com exceção de Itapebi e São Miguel das Matas, houve aumento no número dos estabelecimentos de saúde em todos os municípios, assim como o aumento nos números de consultórios médicos (104%); centros de saúde/unidades básicas de saúde (30%) e hospitais dia (200%), contudo, o número de postos de saúde caiu cerca de 33%, quando considerados todos os municípios da área de estudo (QUADRO 6.3.11).

Dentre os municípios de interesse, Cruz das Almas, Feira de Santana, Gandu, Itacaré e Sapeaçu, destacam-se por apresentar as maiores taxas de aumento no número de estabelecimentos de saúde. Cruz das Almas, apresentou um aumento de 78,7%; Feira de Santana, 138,6%; Gandu, 104%; Itacaré, 340% e Sapeaçu, 58,4%.

Conforme descrito anteriormente, ainda que tenha sido observado aumento no número de estabelecimentos, esses ainda não são suficientes para atender adequadamente à população. De acordo com os informantes, o deslocamento para realizar atendimentos e tratamentos médicos mais complexos tem sido sempre necessário, uma vez que a grande maioria dos municípios dispõem apenas do atendimento básico à saúde.

Eunápolis, Itabuna, Santo Antônio de Jesus, Valença, Feira de Santana e Salvador são cidades referência para esses atendimentos de média e alta complexidade. Em geral, as prefeituras dispõem de transporte para o deslocamento de pacientes até esses municípios. Destaca-se que para realizar o deslocamento para atendimento de saúde para esses centros, a população tem utilizado sempre a BR-101.



Figura 6.3.7 - Hospital nossa senhora da conceição, no município de barro preto.



Figura 6.3.8 - Unidade de saúde João Jacinto dos Santos no município de Eunápolis.

6.3.6.1.2 *Especialidades Médicas*

Com relação às especialidades médicas e à evolução do número de profissionais da área da saúde existentes nos municípios, têm-se os seguintes números, conforme indicado do QUADRO 6.3.12 ao QUADRO 6.3.14.

QUADRO 6.3.12 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2007)

Município	Anes-tesista	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relat à Saúde	Total
Arataca	-	-	2	1	2	6	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	2	17
Aurelino Leal	-	-	1	1	3	5	1	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	1	17
Barro Preto	1	-	1	1	5	4	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	16
Belmonte	1	-	3	5	8	12	2	1	-	2	1	7	-	1	1	1	1	-	46
Buerarema	3	1	2	1	6	8	-	-	1	2	1	3	-	-	-	-	3	1	32
Cachoeira	1	3	4	6	5	16	14	1	-	8	-	12	2	5	-	1	4	4	86
Camacan	3	1	4	2	14	15	4	-	-	2	1	7	-	1	-	1	2	2	59
Camamu	2	1	3	4	15	16	3	-	1	4	-	6	1	2	-	1	5	4	68
Conceição da Feira	-	-	1	-	6	7	-	-	1	3	-	5	2	-	-	1	3	-	29
Conceição do Almeida	1	1	1	2	4	7	3	1	-	2	1	7	-	1	-	2	7	-	40
Conceição do Jacuípe	9	-	4	5	19	5	3	-	-	3	-	12	1	-	-	3	1	-	65
Cruz das Almas	4	3	5	2	5	18	7	-	1	6	2	10	1	3	-	3	10	1	81
Dom Macedo Costa	-	1	1	-	1	3	-	-	3	2	-	2	-	-	1	-	2	-	16
Eunápolis	7	6	12	12	30	38	19	2	4	10	1	47	2	5	3	9	37	8	252
Feira de Santana	19	39	60	35	143	307	75	14	27	43	11	178	14	40	17	31	194	23	1.270
Gandu	-	1	3	1	13	7	5	-	-	2	1	12	-	2	-	1	3	6	57
Governador Mangabeira	-	2	2	-	4	7	-	-	-	1	2	5	-	2	1	-	3	1	30
Ibirapitanga	-	-	-	1	1	6	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	11
Ilhéus	8	6	17	17	59	82	20	4	6	8	12	94	9	7	1	9	43	16	418
Itabuna	8	13	24	20	65	104	31	11	11	7	10	129	9	22	3	10	104	21	603
Itacaré	-	1	-	2	7	8	3	-	-	2	2	6	-	-	-	-	1	2	34
Itagimirim	1	1	-	-	6	4	-	-	-	1	1	3	-	-	-	1	-	-	18
Itajuípe	-	1	2	1	2	8	2	-	-	-	1	5	-	-	-	-	1	-	23
Itapebi	-	-	1	-	4	5	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	16
Jussari	-	-	-	1	4	6	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	15
Laje	-	1	3	2	3	7	1	-	-	2	1	9	-	1	-	-	4	1	35
Maraú	-	-	-	-	1	7	-	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	13
Mascote	-	-	-	-	-	5	-	-	-	3	1	3	-	-	-	-	-	1	13
Muritiba	2	1	2	-	8	10	2	-	-	2	-	11	-	-	2	-	4	-	44
Nova Ibiá	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Presidente Tancredo Neves	-	-	2	-	7	7	2	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	1	26
Santa Luzia	-	-	1	-	4	5	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	13
Santo Antônio de Jesus	1	3	9	4	24	37	15	2	1	9	4	44	2	5	-	1	12	4	177
São Félix	-	2	2	2	5	8	1	1	1	2	2	9	-	3	-	-	7	5	50

Município	Anes-tesista	Assistente Social	Bioquímico/ farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relac à Saúde	Total
São Gonçalo dos Campos	-	1	4	1	7	8	4	-	1	7	2	5	-	1	-	-	-	3	44
São José da Vitória	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4
São Miguel das Matas	1	-	1	-	1	2	-	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	9
Sapeaçu	1	1	1	1	7	6	1	-	-	3	-	7	-	-	-	-	-	-	28
Teolândia	-	-	1	1	1	4	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	9
Ubatuba	-	-	2	-	5	5	2	-	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	23
Ubatã	-	-	1	-	-	6	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	10
Una	1	1	3	3	4	9	1	-	-	3	2	9	-	1	-	1	1	2	41
Uruçuca	-	-	2	-	6	4	1	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	2	21
Valença	2	2	5	10	9	20	5	1	-	4	2	13	2	1	1	1	7	1	86
Wenceslau Guimarães	-	2	-	1	1	15	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	22
Microrregião de Jequié	12	26	49	27	126	238	49	1	3	47	11	127	2	21	4	10	59	19	831
Microrregião de Porto Seguro	28	31	68	39	170	349	96	12	21	102	24	276	11	38	5	16	110	34	1.430
Microrregião de Valença	4	7	13	15	47	82	14	1	1	25	4	44	3	3	1	3	14	9	290
Microrregião Feira de Santana	30	46	93	51	240	448	96	14	34	91	19	263	18	45	20	38	207	36	1.789
Microrregião Ilhéus-Itabuna	29	32	91	77	273	454	89	18	20	66	43	369	23	41	6	31	184	70	1.917
Microrregião Santo Antônio de Jesus	21	29	50	40	120	205	56	9	13	67	19	167	9	31	7	16	92	17	968

FONTE: DATASUS, 2014

QUADRO 6.3.13 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2010)

Município	Anestesista	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relacionadas à Saúde	Total
Arataca	-	-	1	-	1	7	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	15
Aurelino Leal	-	1	1	2	7	8	2	-	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	25
Barro Preto	1	-	-	-	7	4	2	-	-	2	1	1	-	1	-	1	-	1	21
Belmonte	2	2	3	5	8	14	2	1	-	3	2	8	1	2	1	1	2	-	57
Buerarema	1	1	2	1	8	11	-	-	-	1	2	5	-	-	-	-	2	1	35
Cachoeira	2	3	4	7	6	18	13	2	-	7	1	17	1	4	-	1	3	5	94
Camacan	4	-	6	4	13	14	3	-	-	2	1	8	-	1	-	-	2	3	61
Camamu	1	-	2	-	9	12	2	-	1	2	-	6	2	1	1	1	5	4	49
Conceição da Feira	-	-	2	-	2	10	3	-	-	4	-	6	1	1	1	1	-	5	36
Conceição do Almeida	2	1	1	1	2	8	3	-	-	2	1	8	-	-	-	-	3	-	32
Conceição do Jacuípe	4	2	3	5	14	10	5	2	1	3	1	12	-	1	-	1	3	1	68
Cruz das Almas	8	4	9	3	22	36	19	2	1	5	3	26	1	4	-	4	16	3	166
Dom Macedo Costa	-	1	1	-	2	3	-	-	2	3	-	2	-	-	1	-	2	-	17
Eunápolis	7	10	19	20	45	67	19	7	6	5	6	55	3	14	2	6	32	9	332
Feira de Santana	24	61	80	85	191	472	134	36	23	40	40	247	34	43	18	37	249	38	1.852
Gandu	2	1	5	4	6	13	6	1	-	5	1	11	-	2	-	1	7	2	67
Governador Mangabeira	-	2	2	-	5	10	2	-	-	2	2	6	-	3	1	-	3	3	41
Ibirapitanga	-	-	-	1	3	12	2	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-	2	24
Ilhéus	9	12	35	29	77	146	49	9	7	8	21	110	9	17	1	6	57	43	645
Itabuna	10	13	30	45	79	262	84	20	8	7	20	126	11	35	2	8	131	32	923
Itacaré	-	-	-	1	5	12	1	-	-	3	1	6	-	1	-	-	-	3	33
Itagimirim	-	-	2	-	1	4	-	-	-	-	1	4	-	1	-	-	-	-	13
Itajuípe	-	1	-	2	3	8	2	-	-	4	1	8	-	-	-	-	1	1	31
Itapebi	-	-	1	-	1	7	1	-	-	1	-	6	-	-	-	-	-	-	17
Jussari	-	-	-	1	-	5	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-	11
Laje	-	1	1	7	5	10	2	-	-	-	-	10	-	1	-	-	2	2	41
Maraú	-	-	-	-	4	10	1	-	-	2	1	4	-	1	1	-	-	1	25
Mascote	-	-	-	-	-	5	-	-	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	11
Muritiba	3	1	1	2	10	11	2	-	-	1	1	7	-	-	1	-	3	2	45
Nova Ibiá	-	-	1	-	2	3	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	11
Presidente Tancredo Neves	-	1	4	-	4	7	1	-	-	1	1	7	-	-	-	-	1	1	28
Santa Luzia	-	-	1	-	1	5	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	1	12
Santo Antônio de Jesus	10	5	14	25	42	67	28	3	2	12	9	44	2	14	-	3	18	6	304
São Félix	-	3	4	7	7	9	2	1	-	2	2	13	-	3	-	-	5	3	61
São Gonçalo	-	3	3	1	10	15	4	1	-	4	1	7	-	-	-	-	-	3	52

Município	Anestesista	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relacionadas à Saúde	Total
dos Campos																			
São José da Vitória	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5
São Miguel das Matas	1	-	1	-	-	6	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	1	13
Sapeaçu	1	-	1	-	3	15	5	-	-	1	-	6	-	-	-	-	-	-	32
Teolândia	-	-	2	-	3	6	1	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	15
Ubaitaba	-	1	3	-	2	8	3	-	1	3	-	9	-	-	-	-	1	-	31
Ubatã	-	1	-	-	-	8	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6	18
Una	1	1	1	-	5	11	2	-	-	2	3	10	-	2	-	1	-	3	42
Uruçuca	-	1	2	-	6	8	1	-	-	1	-	5	-	1	-	-	-	2	27
Valença	2	2	11	12	12	26	17	4	-	2	3	18	2	4	2	3	3	1	124
Wenceslau Guimarães	-	4	1	-	3	13	2	-	-	2	1	9	-	3	-	-	-	2	40
Microrregião de Valença	3	7	19	15	44	92	32	4	1	17	6	56	4	7	4	4	10	12	337
Microrregião Feira de Santana	32	84	117	98	291	662	174	41	27	95	57	359	35	51	22	40	266	57	2.508
Microrregião Ilhéus-Itabuna	36	47	117	106	309	769	190	33	17	67	71	421	23	82	6	20	223	122	2.659
Microrregião Jequié	13	30	65	39	139	346	73	7	4	33	17	143	6	31	2	10	57	30	1.045
Microrregião Porto Seguro	32	37	94	54	211	493	127	22	26	75	34	302	27	59	6	20	113	46	1.778
Microrregião Santo Antônio de Jesus	32	26	58	56	145	292	97	12	8	59	28	202	6	42	6	9	68	33	1.179

Fonte: DATASUS, 2014

QUADRO 6.3.14 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS POR OCUPAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (2013)

Município	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relac à Saúde	Total
Arataca	1	-	-	1	8	1	-	-	1	1	2	-	2	1	-	-	2	20
Aurelino Leal	1	1	-	5	12	3	-	-	1	-	2	-	1	-	-	1	-	27
Barro Preto	-	1	-	5	6	1	-	-	1	1	3	-	-	1	-	2	2	23
Belmonte	-	-	1	4	16	2	-	-	1	2	8	1	2	1	1	5	1	45
Buerarema	1	1	-	4	11	-	-	-	2	1	6	2	-	-	-	-	2	30
Cachoeira	6	-	1	10	24	10	5	1	6	4	19	4	7	1	1	9	9	117
Camacan	5	2	-	6	17	14	-	-	2	3	9	5	6	1	1	3	3	77
Camamu	-	1	-	4	14	3	1	2	5	1	7	3	1	1	-	3	1	47
Conceição da Feira	1	2	-	1	12	3	-	1	3	-	4	2	1	-	-	1	4	35
Conceição do Almeida	1	1	-	6	18	3	-	1	2	-	4	1	2	-	1	1	1	42
Conceição do Jacuípe	3	1	-	16	13	12	1	2	6	1	17	2	1	1	-	8	1	85
Cruz das Almas	5	3	2	24	57	20	3	3	3	4	31	3	4	-	4	18	3	187
Dom Macedo Costa	1	1	1	2	3	-	-	1	2	-	3	-	1	1	1	2	-	19
Eunápolis	18	14	3	51	96	30	9	6	11	9	59	9	20	4	6	48	7	400
Feira de Santana	73	33	30	207	625	193	53	43	34	70	290	80	73	23	26	357	65	2.275
Gandu	3	3	-	7	21	10	1	2	2	2	17	2	2	1	1	4	5	83
Governador Mangabeira	2	1	-	3	10	3	1	-	3	2	9	-	2	1	-	4	2	43
Ibirapitanga	1	-	-	3	12	2	-	-	2	2	3	1	3	-	-	-	-	29
Ilhéus	24	9	5	80	209	59	11	10	6	26	102	29	22	2	5	80	39	718
Itabuna	17	14	4	87	309	105	20	12	5	32	140	27	53	3	6	185	49	1.068
Itacaré	1	1	-	5	18	2	-	-	2	2	6	-	4	-	-	2	2	45
Itagimirim	-	2	-	2	5	1	-	-	-	1	4	-	1	-	-	-	-	16
Itajuípe	2	-	-	2	8	3	-	-	1	1	4	-	1	-	-	-	2	24
Itapebi	-	1	-	4	10	2	-	-	3	1	4	-	-	-	-	-	-	25
Jussari	-	-	-	2	6	3	-	-	-	1	3	-	1	-	-	-	1	17
Laje	1	2	-	2	14	3	-	-	3	-	9	-	1	-	-	2	3	40
Maraú	1	-	-	3	14	3	-	-	4	1	5	1	2	-	-	-	1	35
Mascote	-	2	-	-	5	1	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-	13
Muritiba	2	1	-	4	19	5	-	-	6	1	12	-	2	-	-	3	3	58
Nova Ibiá	1	-	-	1	6	1	-	-	1	1	3	-	-	-	-	-	-	14
Presidente Tancredo Neves	1	1	-	3	14	1	-	-	4	-	7	-	-	-	-	1	2	34
Santa Luzia	-	1	-	1	8	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	13
Santo Antônio de Jesus	16	8	8	38	98	50	6	4	13	12	58	14	19	-	5	34	14	397
São Félix	1	1	1	4	17	2	1	-	2	2	9	-	2	-	-	6	2	50

Município	Assistente Social	Bioquímico/farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Gineco Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relacionadas à Saúde	Total
São Gonçalo dos Campos	3	2	1	3	18	5	1	-	1	2	10	-	2	-	-	1	3	52
São José da Vitória	-	-	-	1	4	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	9
São Miguel das Matas	-	-	-	4	6	1	-	-	2	1	2	-	-	-	-	-	1	17
Sapeaçu	1	1	-	1	20	7	1	-	1	-	6	-	1	-	-	1	2	42
Teolândia	1	1	-	2	9	2	-	-	2	2	3	-	2	-	-	-	-	24
Ubatuba	1	-	-	1	8	3	-	-	1	1	7	-	1	-	-	-	1	24
Ubatã	3	-	-	-	13	1	-	-	2	-	2	-	1	-	-	-	6	28
Una	1	-	-	8	17	6	-	-	1	2	10	-	5	-	1	-	2	53
Uruçuca	1	-	-	3	8	1	-	-	2	1	5	-	1	-	-	-	2	24
Valença	4	9	1	19	43	16	5	-	3	6	26	6	4	-	1	7	2	152
Wenceslau Guimarães	2	1	-	3	22	3	-	-	1	1	2	-	1	-	-	-	-	36
Microrregião Feira de Santana	107	50	32	300	875	253	59	55	103	96	426	90	92	26	28	380	83	3.055
Microrregião Santo Antônio de Jesus	61	31	17	132	429	139	26	13	75	45	236	35	60	6	12	90	50	1.457
Microrregião de Valença	13	14	1	45	134	41	7	2	23	11	64	12	10	3	1	11	10	402
Microrregião Ilhéus- Itabuna	79	48	10	291	968	264	35	25	57	100	437	82	124	12	17	302	134	2.985
Microrregião Porto Seguro	77	63	8	232	633	162	27	29	74	48	306	46	83	9	17	140	47	2.001
Microrregião Jequié	34	25	5	176	421	92	7	5	43	30	157	28	36	2	10	68	36	1.175

FONTE: DATASUS, 2014

A análise do QUADRO 6.3.12 ao QUADRO 6.3.14 indica que em apenas 4 municípios houve redução no número de profissionais da saúde, entre os anos 2007 e 2013, sendo esses: Belmonte, Buerarema, Camamu e Itagimirim. Em todas as microrregiões houve o aumento no número desses profissionais.

Em Santo Antônio de Jesus, houve um aumento de 124,3% no número de profissionais da saúde, entre os anos de 2007 e 2013, e em Cruz das Almas, observou-se um aumento de 130,9 %, enquanto Feira de Santana esse aumento foi de 79,1%.

Analisando ainda os quadros, observa-se que especialidades como fonoaudiologia, psiquiatria e radiologia são encontradas em poucos municípios e em número escasso. A falta de diversas especialidades médicas foi bastante destacada entre os entrevistados, que afirmaram que os municípios em geral contam apenas com o atendimento básico em saúde.

Alguns municípios como Mascote, Arataca, Santa Luzia e São José da Vitória apresentam um baixíssimo número de médicos, tendo em vista os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece o mínimo de 1 médico por cada 1000 habitantes.

De acordo com o mapa de concentração de médicos nos municípios, elaborado a partir dos dados do DATASUS, referentes a 2011 (O Globo, 2014), apenas 5 municípios, dentre aqueles inseridos na área de estudo, se adequaram, em 2013, aos parâmetros da OMS, sendo esses, São Félix (1,63 médicos/1000 habitantes), São João da Mata (1,07 médicos/1000 habitantes), Conceição do Almeida (1,01 médicos/1000 habitantes), Santo Antônio de Jesus (1,46 médicos/1000 habitantes) e Feira de Santana (1,31 médicos/1000 habitantes).

6.3.6.1.3 Leitos Hospitalares

No que se refere ao número de leitos existentes nos municípios, os dados divulgados pelo CNES–DATASUS são apresentados no QUADRO 6.3.15.

QUADRO 6.3.15 - NÚMERO DE LEITOS NOS MUNICÍPIOS (2013)

Municípios	Existente	SUS	Não SUS
Arataca	---	---	---
Aurelino Leal	38	38	0
Barro Preto	33	33	0
Belmonte	44	44	0
Buerarema	47	47	0
Cachoeira	84	84	0
Camacan	130	128	2
Camamu	17	17	0
Conceição da Feira	20	20	0
Conceição do Almeida	64	64	0
Conceição do Jacuípe	51	48	3
Cruz das Almas	187	162	25
Dom Macedo Costa	-	-	-

Municípios	Existente	SUS	Não SUS
Eunápolis	301	174	127
Feira de Santana	1667	1236	431
Gandu	76	72	4
Governador Mangabeira	---	---	---
Ibirapitanga	17	17	0
Ilhéus	456	359	97
Itabuna	899	681	218
Itacaré	40	40	0
Itagimirim	21	21	0
Itajuípe	60	60	0
Itapebi	11	11	0
Jussari	37	37	0
Laje	42	42	0
Maraú	14	14	0
Mascote	---	---	---
Muritiba	40	40	0
Nova Ibiá	---	---	---
Presidente Tancredo Neves	18	18	0
Santa Luzia	---	---	---
Santo Antônio de Jesus	453	373	80
São Félix	100	94	6
São Gonçalo dos Campos	38	38	0
São José da Vitória	---	---	---
São Miguel das Matas	29	29	0
Sapeaçu	24	24	0
Teolândia	24	24	0
Ubaitaba	100	100	0
Ubatã	110	110	0
Una	49	49	0
Uruçuca	---	---	---
Valença	234	211	23
Wenceslau Guimarães	44	44	0

FONTE: CNES – DATASUS, 2014

Observando o QUADRO 6.3.15, acima exposto, é possível perceber que a quase totalidade dos leitos existentes nos municípios de estudo estão relacionados a rede saúde pública, através do Sistema Único de Saúde - SUS.

De acordo com os parâmetros da OMS, é recomendável que os municípios apresentem, no mínimo, 2,5 leitos/1000 hab. Desta forma, fazendo a correlação desses parâmetros, nota-se que apenas 18 dos 45 municípios listados, apresentam o número de leitos necessários para o adequado atendimento à saúde da população.

6.3.6.1.4 Morbidade

No QUADRO 6.3.16 são apresentados os números referentes à morbidade hospitalar do SUS por local de residência, segundo as microrregiões em estudo.

QUADRO 6.3.16 - NÚMERO DE ÓBITOS HOSPITALARES DO SUS NAS MICRORREGIÕES EM ESTUDO E NA BAHIA (2013).

Lista Morbidade CID-10	Feira de Santana	Ilhéus-Itabuna	Jequié	Porto Seguro	Santo Antônio de Jesus	Valença	Total por microrregião	Total para Bahia
01 Algumas doenças infecciosas e parasitárias	8	7	1	1	2	-	19	48
Diarréia e gastroenterite origem infecções presumidas	-	1	-	-	1	-	2	6
Outras doenças infecciosas intestinais	-	-	-	-	-	-	-	2
Tuberculose respiratória	-	-	-	-	-	-	-	1
Tuberculose pulmonar	-	-	-	-	-	-	-	1
Septicemia	-	4	-	1	-	-	5	18
Outras doenças bacterianas	8	2	1	-	1	-	12	20
Restante de outras doenças bacterianas	8	2	1	-	1	-	12	20
Outras hepatites virais	-	-	-	-	-	-	-	1
02 Neoplasias (tumores)	8	16	2	4	5	1	36	138
Neoplasia maligna do lábio cavidade oral e faringe	-	-	-	-	1	-	1	4
Neoplasia maligna do esôfago	-	1	-	-	-	-	1	5
Neoplasia maligna do estômago	-	2	-	-	-	-	2	11
Neoplasia maligna do cólon	-	-	-	-	-	-	-	6
Neoplasias malignas junção retos reto ânus canal anal	-	-	1	-	-	-	1	1
Neoplasias malignas fígado e vias biliares intra-hepática	-	1	-	1	-	-	2	7
Neoplasia maligna do pâncreas	-	-	-	-	-	-	-	5
Outras neoplasias malignas de órgãos digestivos	1	2	-	-	-	-	3	4
Neoplasias malignas de laringe	-	-	-	-	-	-	-	3
Neoplasia maligna de traqueia brônquios e pulmão	-	2	-	1	-	-	3	6
Outras neoplasias malignas órgãos respiratórios e intratorácicas	1	-	-	-	-	-	1	3
Neoplasia maligna do osso e cartilagem articular	-	-	-	1	-	-	1	2
Outras neoplasias malignas da pele	-	-	-	-	-	-	-	1
Neoplasias malignas do tecido mesotelial e tecidos moles	2	-	-	-	-	-	2	3

Lista Morbidade CID-10	Feira de Santana	Ilhéus-Itabuna	Jequié	Porto Seguro	Santo Antônio de Jesus	Valença	Total por microrregião	Total para Bahia
Neoplasia maligna da mama	-	1	-	-	-	-	1	18
Neoplasia maligna do colo do útero	-	1	-	-	1	-	2	10
Neoplasias malignas outras porções e porção não específicas do útero	1	-	-	-	-	-	1	2
Outras neoplasias malignas órgãos genitais femininos	-	-	-	-	-	-	-	2
Neoplasia maligna da próstata	-	1	-	1	1	1	4	11
Neoplasia maligna da bexiga	-	-	-	-	1	-	1	4
Outras neoplasias malignas do trato urinário	-	-	-	-	1	-	1	1
Neoplasia maligna do encéfalo	-	-	-	-	-	-	-	3
Neoplasias malignas outras partes sistema nervoso central	-	1	-	-	-	-	1	1
Neoplasia maligna outro local	1	-	-	-	-	-	1	4
Linfoma não-Hodgkin	1	2	-	-	-	-	3	9
Leucemia	-	-	1	-	-	-	1	5
Outras neoplasia maligna tecidos	1	-	-	-	-	-	1	3
Leiomioma do útero	-	1	-	-	-	-	1	1
Neoplasia benigna encéfalo e outra parte sistema nervoso central	-	-	-	-	-	-	-	1
Outra neoplasia in situ benigna	-	1	-	-	-	-	1	2
03 Doenças sangue órgãos hematológica	3	2	-	-	-	-	5	13
Outras anemias	3	2	-	-	-	-	5	13
04 Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	12	1	7	1	-	23	33
Diabetes mellitus	-	4	1	1	1	-	7	10
Desnutrição	2	7	-	5	-	-	14	18
Depleção de volume	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros transtornos endócrinos nutricionais metabólicos	-	1	-	1	-	-	2	4
06 Doenças do sistema nervoso	-	1	-	1	-	-	2	5
Doenças inflamatórias do sistema nervoso central	-	-	-	-	-	-	-	2

Lista Morbidade CID-10	Feira de Santana	Ilhéus-Itabuna	Jequié	Porto Seguro	Santo Antônio de Jesus	Valença	Total por microrregião	Total para Bahia
Restante doenças inflamatório sistema nervoso central	-	-	-	-	-	-	-	2
Epilepsia	-	1	-	-	-	-	1	1
Outras doenças do sistema nervoso	-	-	-	1	-	-	1	2
07 Doenças do olho e anexos	-	-	-	1	-	-	1	1
Conjuntivite e outros transtornos da conjuntiva	-	-	-	1	-	-	1	1
09 Doenças do aparelho circulatório	8	20	2	7	5	1	43	98
Febre reumática aguda	-	-	1	-	-	-	1	1
Hipertensão essencial (primária)	-	1	-	-	-	-	1	3
Outras doenças hipertensivas	-	-	-	-	-	-	-	1
Infarto agudo do miocárdio	1	1	-	-	1	-	3	9
Outras doenças isquêmicas do coração	1	-	-	2	-	-	3	8
Transtornos de condução e arritmias cardíacas	-	1	1	1	-	-	3	4
Insuficiência cardíaca	2	10	-	1	3	-	16	31
Outras doenças do coração	-	1	-	-	-	-	1	1
Hemorragia intracraniana	-	2	-	-	-	-	2	5
Acidente vascular cerebral	2	3	-	2	1	1	9	27
Outras doenças cerebrovasculares	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras doenças vasculares periféricas	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras doenças das artérias arteríolas	-	1	-	-	-	-	1	2
Flebite tromboflebite embolia e trombose venosa	2	-	-	1	-	-	3	4
10 Doenças do aparelho respiratório	4	12	2	3	2	1	24	61
Influenza [gripe]	-	-	-	-	-	-	-	1
Pneumonia	2	4	1	3	1	-	11	28
Bronquite enfisema e outras doenças pulmões	-	1	1	-	1	-	3	6
Asma	-	-	-	-	-	-	-	3

Lista Morbidade CID-10	Feira de Santana	Ilhéus-Itabuna	Jequié	Porto Seguro	Santo Antônio de Jesus	Valença	Total por microrregião	Total para Bahia
Outras doenças do aparelho respiratório	2	7	-	-	-	1	10	23
11 Doenças do aparelho digestivo	2	12	1	3	1	-	19	36
Gastrite e duodenite	-	1	-	-	-	-	1	1
Outras doenças do esôfago estômago e duodeno	-	2	-	-	-	-	2	2
Doenças do apêndice	-	-	-	-	-	-	-	1
Íleo paralítico e obstrução intestinal s/hérnia	1	1	-	-	-	-	2	3
Outras doenças dos intestinos e peritônio	-	2	-	1	-	-	3	5
Doença alcoólica do fígado	-	-	1	1	1	-	3	6
Outras doenças do fígado	-	3	-	-	-	-	3	7
Colelitíase e colecistite	1	-	-	1	-	-	2	4
Pancreatite aguda e outras doenças do pâncreas	-	1	-	-	-	-	1	2
Outras doenças do aparelho digestivo	-	2	-	-	-	-	2	5
12 Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	1	-	-	1	3
Outras doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	1	-	-	1	1
Outras doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	-	2
13 Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	-	-	-	-	-	-	2
Doenças sistêmicas do tecido conjuntivo	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras dorsopatias	-	-	-	-	-	-	-	1
14 Doenças do aparelho geniturinário	-	3	-	-	-	-	3	18
Doenças renais túbulo-intersticiais	-	-	-	-	-	-	-	4
Insuficiência renal	-	2	-	-	-	-	2	8
Outras doenças do aparelho urinário	-	1	-	-	-	-	1	6
15 Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	-	-	-	1
Parto único espontâneo	-	-	-	-	-	-	-	1
16 Algumas afecções originadas no período perinatal	3	3	1	2	1	-	10	32

Lista Morbidade CID-10	Feira de Santana	Ilhéus-Itabuna	Jequié	Porto Seguro	Santo Antônio de Jesus	Valença	Total por microrregião	Total para Bahia
Hipóxia intrauterina e asfixia ao nascer	-	3	1	-	-	-	4	4
Outros transtornos respiratórios originadas no período perinatal	3	-	-	1	-	-	4	13
Outras infecções específicas do período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	1
17 Malformação congênita deformidades e anomalias cromossômicas	-	1	-	-	-	-	1	2
Outras malformações congênitas do sistema nervoso	-	1	-	-	-	-	1	1
Malformações congênitas do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	-	1
18 Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	12	3	-	-	-	-	15	22
Dor abdominal e pélvica	-	2	-	-	-	-	2	3
Outros sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório NCOP	12	1	-	-	-	-	13	19
19 Lesões envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	-	4	-	2	-	-	6	18
Fratura do fêmur	-	2	-	-	-	-	2	2
Fraturas envolvendo múltiplas regiões do corpo	-	-	-	1	-	-	1	1
Traumatismo intracraniano	-	1	-	1	-	-	2	7
Traumatismo de outros órgãos internos	-	1	-	-	-	-	1	2
21 Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	-	-	1
Pessoas em contato com serviços de saúde exame investigativo	-	-	-	-	-	-	-	1

FONTE: DATASUS, 2014

Os dados do DATASUS apresentados no QUADRO 6.3.16, demonstram que, em 2013 o maior número de óbitos hospitalares do SUS nas microrregiões em estudo, refere-se à doenças do aparelho circulatório, totalizando 43 registros. A microrregião Ilhéus-Itabuna apresenta o maior número de notificações, com 20 registros. Da mesma forma, essa microrregião também apresenta o maior número de óbitos por neoplasias, sendo 16 óbitos de um total de 36 casos para a microrregião. Ressalta-se que essa microrregião é a mais populosa do Estado.

Com relação ao total de óbitos notificados no Estado, no ano de 2013, verifica-se que o número dessas ocorrências por neoplasias, supera os óbitos decorrentes de outras doenças, com registro de 138 notificações. Em segundo lugar, destaca-se o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório, com 98 notificações.

6.3.6.1.5 Mortalidade Infantil

As estatísticas relativas à mortalidade infantil nos municípios são apresentadas no QUADRO 6.3.17.

QUADRO 6.3.17 - ÓBITOS INFANTIS ATÉ UM ANO DE IDADE/1000 NASCIDOS VIVOS NOS MUNICÍPIOS (2010)

Municípios	Mortalidade infantil até um ano de idade por 1000 nascidos vivos - 2010
Arataca	26,0
Aurelino Leal	25,8
Barro Preto	28,6
Belmonte	11,9
Buerarema	23,5
Cachoeira	25,2
Camacan	24,2
Camamu	35,3
Conceição da Feira	24,6
Conceição do Almeida	18,3
Conceição do Jacuípe	19,3
Cruz das Almas	19,8
Dom Macedo Costa	19,9
Eunápolis	20,5
Feira de Santana	15,6
Gandu	23,7
Governador Mangabeira	26,6
Ibipitanga	26,1
Ilhéus	18,0
Itabuna	18,1
Itacaré	18,1
Itagimirim	16,2
Itajuípe	25,8

Municípios	Mortalidade infantil até um ano de idade por 1000 nascidos vivos - 2010
Itapebi	33,6
Jussari	37,8
Laje	24,9
Maraú	18,9
Mascote	28,5
Muritiba	19,8
Nova Ibiá	34,4
Presidente Tancredo Neves	31,8
Santa Luzia	24,2
Santo Antônio de Jesus	16,9
São Félix	24,1
São Gonçalo dos Campos	27,0
São José da Vitória	40,7
São Miguel das Matas	21,7
Sapeaçu	30,3
Teolândia	26,3
Ubaitaba	24,3
Ubatã	20,9
Una	35,3
Uruçuca	26,0
Valença	22,6
Wenceslau Guimarães	27,1
Bahia	21,73
Brasil	16,70

FONTE: PNUD, 2014

Ao analisar o QUADRO 6.3.17 verifica-se que, com exceção dos municípios de Feira de Santana, Itagimirim, e principalmente, Belmonte, todos os demais apresentam taxas de mortalidade infantil superiores à média nacional para o ano de 2010, que foi de 16,70 óbitos/1000 nascidos vivos. De acordo com dados do PNUD (2014), 63,6% dos municípios da área de estudo apresentam taxas de mortalidade infantil superior à Bahia, haja vista que nesse, a taxa de mortalidade, para o mesmo período, é de 21,73 óbitos/1000 nascidos vivos.

São José da Vitória é o que apresenta a maior taxa de mortalidade infantil dentre os municípios (40,7 óbitos/1000 nascidos vivos), seguido por Jussari (37,8 óbitos/1000 nascidos vivos) e Camamu (35,3 óbitos/1000 nascidos vivos).

Nota-se que todos os municípios de interesse, além do Estado da Bahia e o próprio país, apresentam taxas de mortalidade infantil superiores ao considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde, que é 10 óbitos/1000 nascidos vivos.

É importante destacar que os municípios da Bahia, considerados referência para o atendimento de saúde, como Eunápolis, Itabuna, Santo Antônio de Jesus, Valença, Feira de Santa e Salvador, embora possuam estabelecimentos adequados e uma diversidade de

profissionais da saúde, têm tido uma sobrecarga em sua infraestrutura, mediante o constante fluxo de pacientes de várias partes do Estado. Com isso, a qualidade do atendimento médico tem se tornado extremamente prejudicada, mesmo que potencialmente esses municípios possuam condições de atender a população de maneira satisfatória.

Além das diversas críticas apresentadas pelos entrevistados em relação ao serviço de saúde pública nos municípios, foi recorrente a informação de que há uma crônica falta de medicamentos nas farmácias dos postos de saúde e hospitais, o que agrava o quadro de saúde dos pacientes que não possuem condições de pagar pelo seu tratamento. Em Buerarema, inclusive, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem fornecido medicamentos para os associados.

6.3.6.2 Educação

No item relacionado ao tema da educação, buscou-se empreender, em um primeiro momento, uma descrição mais abrangente do cenário em que se encerram os dados oficiais sobre a educação no estado da Bahia, assentados fundamentalmente nas informações cedidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em um segundo momento, procuramos considerar os dados voltados para a situação da educação em plano local, ou seja, nos municípios estudados que fazem parte da área de estudo elegida para a elaboração do diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos do empreendimento em questão. Para a descrição deste segundo momento, foram utilizados não somente dados secundários fornecidos pelo IDEB e outros documentos, mas também as informações obtidas no trabalho de campo.

6.3.6.2.1 Analfabetismo

Segundo demonstram os dados do IBGE, entre os anos 2000 e 2010 houve declínio nas taxas de analfabetismo na Bahia. Destaca-se, inclusive, o grupo na faixa etária entre 15 e 49 anos, que obteve a taxa de analfabetismo considerada como a mais baixa das últimas duas décadas. O QUADRO 6.3.18 demonstra a significativa evolução para os anos 1991, 2000 e 2010, identificada pelo INEP.

QUADRO 6.3.18 - TAXAS DE ANALFABETISMO SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - BAHIA (1991, 2000 E 2010)

Grupos etários	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
10 anos ou mais	46,0	21,6	15,4
7 a 14 anos	29,2	22,8	12,5
15 a 49 anos	35,2	16,2	9,8

FONTE: BAHIA, 2011

Em análise ao Quadro anterior, observa-se que a faixa etária que teve o melhor desempenho no período analisado (1991-2010) foi o grupo de 10 anos ou mais, com uma variação negativa de 30,6%. O período 1991-2000 foi o que apresentou a maior variação negativa, com uma redução de 24,4% sobre a taxa de analfabetismo referente ao grupo de 10 anos ou mais, seguida pelo grupo entre 7 a 14 anos, no período 2000-2010, com 10,3%.

6.3.6.2.2 Taxa de Matrícula

Entre 2000 e 2010, a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas nas escolas, se aproxima do pleno atendimento, atingindo 97%, enquanto que a faixa de 15 a 17 anos, atinge 83,7%. Porém, os índices apontam que a maioria dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, ainda encontram-se afastados do sistema de ensino, inclusive apontando variações negativas para o indicador no período analisado, que decresceu em 3,5%. Observa-se na Figura 6.3.9 a seguir, as taxas de atendimento escolar no estado da Bahia para os anos 1991, 2000 e 2010 (Bahia, 2011).

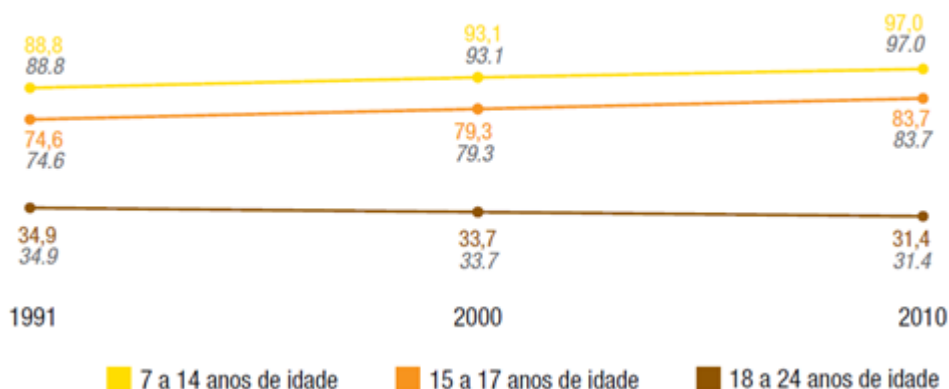


Figura 6.3.9 - Atendimento no sistema de ensino na bahia nos anos de 1991, 2000 e 2010.
FONTE: BAHIA, 2011

6.3.6.2.3 Sistema de Ensino

De acordo com o diagnóstico realizado para a elaboração do Plano Estadual de Educação da Bahia, há limitação de recursos financeiros frente às exigências de expansão do sistema educacional, tanto em extensão quanto em qualidade. Isso indica a necessidade de ampliação da infraestrutura física como laboratórios, bibliotecas e recursos multimidiáticos, além da acadêmica, como número de docentes qualificados por aluno, bem como outros expedientes que assegurem a qualidade da educação e que proporcionem suporte estratégico para a redução das desigualdades social e regional do Estado.

O Plano Estadual de Educação ressalta a tendência de estabilização do número de instituições públicas diante do aumento das instituições privadas no Nordeste e na Bahia (Bahia, 2014). Nesse Estado, em 2003, 93,3% do total dos estabelecimentos de ensino eram privados.

A avaliação dos estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia corroboram essa afirmação. Dados mais atualizados, do censo de 2010, demonstram que houve redução na frequência à rede de ensino público na Bahia ao longo da última década. Por outro lado, a frequência na rede de ensino particular cresceu 4,6%. O QUADRO 6.3.19 ratifica essa informação.

QUADRO 6.3.19 - FREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE ENSINO DA BAHIA (2000 E 2010)

Rede	2000	%	2010	%
Total	4.618.412	100	4.663.730	100
Pública	3.960.367	85,8	3.782.764	81,1
Privada	658.046	14,2	880.965	18,9

FONTE: BAHIA, 2011

Em relação à evolução do número de matrículas por município, os dados divulgados estão demonstrados no QUADRO 6.3.20 ao Quadro 6.3.22.

QUADRO 6.3.20 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2005).

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	3.319	314	0	3.005	0	477	32	0	445	0	554	0	0	554	0
Aurelino Leal	3.766	816	0	2.950	0	494	494	0	0	0	379	0	0	379	0
Barro Preto	2.356	0	0	2.356	0	314	314	0	0	0	265	0	0	265	0
Belmonte	4.831	893	0	3.902	36	1.136	596	0	540	0	886	0	0	827	59
Buerarema	4.978	460	0	4.273	245	1.139	1.139	0	0	0	987	0	0	805	182
Cachoeira	7.734	2.540	0	4.188	1.066	2.031	1.601	0	0	430	1.226	0	0	779	447
Camacan	8.417	1.360	0	6.673	384	1.471	1.463	0	0	8	805	0	0	364	441
Camamu	9.548	840	0	8.574	134	1.738	1.738	0	0	0	307	0	0	209	98
Conceição da Feira	4.124	1.568	0	2.435	121	792	792	0	0	0	696	0	0	627	69
Conceição do Almeida	3.185	1.609	0	1.426	150	923	889	0	0	34	462	0	0	382	80
Conceição do Jacuípe	5.333	2.092	0	2.438	803	1.741	1.487	0	175	79	1.261	0	0	561	700
Cruz das Almas	10.424	2.438	0	6.604	1.382	3.487	2.378	0	467	642	2.039	0	0	1.275	744
Dom Macedo Costa	812	390	0	422	0	118	118	0	0	0	141	0	0	96	46
Eunápolis	19.801	3.516	0	14.154	2.131	5.255	4.701	211	0	343	3.414	0	0	2.301	1.113
Feira de Santana	93.943	41.325	0	35.655	16.963	27.348	24.177	0	0	3.171	22.502	304	0	12.282	9.916
Gandu	7.002	1.183	0	5.355	464	1.596	1.519	0	0	77	861	0	0	618	243
Governador Mangabeira	4.879	836	0	3.876	167	1.164	1.089	0	0	75	1.155	0	0	1.083	72
Ibirapitanga	8.611	0	0	8.611	0	1.117	1.117	0	0	0	1.158	0	0	1.158	0
Ilhéus	33.893	10.986	0	18.512	4.395	10.918	9.554	0	0	1.354	6.336	274	0	2.477	3.585
Itabuna	37.328	12.252	0	19.725	5.351	12.788	10.960	0	0	1.828	6.383	0	0	3.947	2.436
Itacaré	4.753	457	0	4.116	180	434	222	0	212	0	886	0	0	807	79
Itagimirim	3.313	0	0	3.313	0	517	517	0	0	0	242	0	0	153	89
Itajuípe	6.375	1.161	0	4.950	264	576	530	0	46	0	819	0	0	679	140
Itapebi	3.226	312	0	2.782	132	961	961	0	0	0	1.051	0	0	487	564
Jussari	2.519	0	0	2.519	0	403	269	0	134	0	307	0	0	307	0

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Laje	4.646	518	0	4.050	78	1.067	1.067	0	0	0	555	0	0	501	54
Maraú	4.783	277	0	4.506	0	674	382	0	292	0	898	0	0	898	0
Mascote	4.910	241	0	4.669	0	638	638	0	0	0	429	0	0	429	0
Muritiba	6.135	615	0	4.929	591	1.656	1.505	0	0	151	1.507	300	0	993	214
Nova Ibiá	2.472	0	0	2.472	0	339	339	0	0	0	365	0	0	365	0
Presidente Tancredo Neves	8.458	0	0	8.368	90	1.351	1.218	0	133	0	734	0	0	582	152
Santa Luzia	3.674	254	0	3.379	41	585	585	0	0	0	385	0	0	355	30
Santo Antônio de Jesus	15.462	5.511	0	7.246	2.705	4.921	4.446	0	0	475	3.010	0	0	1.205	1.805
São Félix	2.876	653	0	2.014	209	886	619	0	218	49	686	0	0	486	200
São Gonçalo dos Campos	5.977	1.779	0	3.809	389	782	506	0	276	0	1.465	0	0	825	641
São José da Vitória	2.340	962	0	1.378	0	305	305	0	0	0	324	0	0	324	0
São Miguel das Matas	2.901	54	0	2.792	55	296	296	0	0	0	383	0	0	352	31
Sapeaçu	4.148	950	0	3.045	152	1.279	1.279	0	0	0	901	0	0	785	116
Teolândia	3.817	89	0	3.608	120	693	693	0	0	0	530	0	0	428	102
Ubaítaba	5.717	776	0	4.668	273	885	885	0	0	0	915	0	0	728	187
Ubatã	6.424	1.480	0	4.732	212	1.245	1.230	0	0	15	976	0	0	743	233
Una	7.399	953	0	6.327	119	1.475	1.425	0	50	0	713	0	0	568	145
Uruçuca	5.985	443	0	5.394	148	1.090	1.090	0	0	0	312	0	0	259	53
Valença	18.229	4.885	0	11.678	1.666	4.479	3.882	307	0	290	2.552	0	0	1.286	1.266
Wenceslau Guimarães	7.454	184	0	7.270	0	796	485	0	311	0	666	0	0	666	0

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.21 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2009).

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	2.639	96	0	2.543	0	536	536	0	0	0	483	0	0	483	0
Aurelino Leal	2.806	170	0	2.636	0	422	422	0	0	0	548	0	0	548	0
Barro Preto	1.326	47	0	1.279	0	467	467	0	0	0	266	0	0	234	32
Belmonte	4.349	33	0	4.275	41	1.163	609	0	554	0	724	0	0	713	11
Buerarema	3.764	712	0	2.814	238	824	824	0	0	0	955	25	0	746	184
Cachoeira	6.401	2.090	0	3.274	1.037	1.973	1.419	0	0	554	1.269	0	0	893	376
Camacan	6.496	939	0	5.141	416	860	846	0	0	14	643	0	0	345	298
Camamu	9.146	549	0	8.274	323	1.796	1.796	0	0	0	1.287	0	0	1.123	164
Conceição da Feira	3.984	1.109	0	2.451	424	660	660	0	0	0	762	0	0	508	254
Conceição do Almeida	2.703	1.441	0	1.107	155	641	617	0	0	24	595	0	0	508	87
Conceição do Jacuípe	5.556	1.502	0	2.867	1.187	1.444	1.292	0	0	152	1.073	0	0	615	458
Cruz das Almas	10.255	2.060	0	6.486	1.709	2.950	2.156	0	437	357	1.524	0	0	871	653
Dom Macedo Costa	747	359	0	379	9	120	120	0	0	0	114	0	0	106	8
Eunápolis	20.106	3.039	0	14.366	2.701	4.238	3.490	229	0	519	2.601	0	0	1.614	987
Feira de Santana	87.679	37.804	0	35.209	14.666	22.502	19.883	0	0	2.619	15.125	143	0	8.476	6.506
Gandu	6.042	1.116	0	4.291	635	1.377	1.317	0	0	60	1.123	0	0	793	330
Governador Mangabeira	4.060	434	0	3.443	183	981	934	0	0	47	960	0	0	899	61
Ibirapitanga	5.792	0	0	5.792	0	1.070	1.070	0	0	0	1.427	0	0	1.427	0
Ilhéus	31.068	7.742	0	19.234	4.092	8.104	7.097	0	0	1.007	4.682	88	0	2.509	2.085
Itabuna	33.286	10.059	0	17.433	5.794	9.732	8.361	0	0	1.371	6.210	0	0	4.167	2.043
Itacaré	4.634	491	0	3.956	187	962	251	0	711	0	1.027	0	0	969	58
Itagimirim	1.509	0	0	1.444	65	364	364	0	0	0	254	0	0	233	21
Itajuípe	4.409	883	0	3.244	282	723	723	0	0	0	823	0	0	712	111
Itapebi	2.548	100	0	2.287	161	574	574	0	0	0	441	0	0	266	175
Jussari	1.304	0	0	1.304	0	425	425	0	0	0	222	0	0	222	0
Laje	4.231	379	0	3.811	41	1.083	1.083	0	0	0	607	0	0	555	52
Maraú	4.468	93	0	4.375	0	598	598	0	0	0	832	0	0	832	0

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Mascote	3.371	28	0	3.343	0	734	734	0	0	0	495	0	0	495	0
Muritiba	4.764	405	0	3.597	762	1.415	1.211	0	0	204	1.498	0	0	1.256	242
Nova Ibiá	1.546	0	0	1.546	0	364	364	0	0	0	196	0	0	196	0
Presidente Tancredo Neves	5.725	0	0	5.725	0	1.295	1.259	0	0	36	549	0	0	549	0
Santa Luzia	2.858	334	0	2.443	81	614	493	0	121	0	286	0	0	270	16
Santo Antônio de Jesus	14.123	3.994	0	6.965	3.164	3.724	3.247	0	0	477	2.371	20	0	902	1.449
São Félix	2.615	325	0	2.037	253	824	824	0	0	0	550	0	0	366	184
São Gonçalo dos Campos	5.979	1.488	0	3.989	502	818	288	0	530	0	972	0	0	555	417
São José da Vitória	1.673	400	0	1.273	0	354	354	0	0	0	236	0	0	236	0
São Miguel das Matas	2.096	58	0	2.038	0	300	300	0	0	0	284	0	0	284	0
Sapeaçu	3.502	873	0	2.484	145	1.029	1.029	0	0	0	891	0	0	732	159
Teolândia	3.073	0	0	2.881	192	743	743	0	0	0	521	0	0	439	82
Ubatuba	4.595	413	0	3.816	366	851	851	0	0	0	457	0	0	250	207
Ubatã	4.932	1.309	0	3.269	354	730	730	0	0	0	884	0	0	694	190
Una	5.056	545	0	4.352	159	1.328	1.328	0	0	0	737	0	0	659	78
Uruçuca	4.624	307	0	4.241	76	1.236	956	0	280	0	881	0	0	834	47
Valença	17.156	1.509	0	14.031	1.616	4.187	3.598	383	0	206	2.593	0	0	1.969	624
Wenceslau Guimarães	6.450	0	0	6.341	109	665	384	0	281	0	987	0	0	892	95

FONTE: IBGE, 2014^a

Quadro 6.3.22 - NÚMERO DE MATRÍCULAS (2012)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	2.338	22	---	2.316	---	416	416	---	0	---	317	0	---	317	---
Aurelino Leal	2.129	63	---	2.066	---	406	406	---	0	---	442	0	---	442	---
Barro Preto	1.125	28	---	1.097	---	384	384	---	0	---	201	0	---	201	---
Belmonte	4.178	0	---	4.178	0	898	452	---	446	0	619	0	---	619	0
Buerarema	3.115	634	---	2.196	285	631	631	---	0	0	522	24	---	346	152
Cachoeira	5.798	1.545	---	2.965	1.288	1.635	1.204	---	0	431	931	0	---	582	349
Camacan	5.048	760	---	3.880	408	852	798	---	0	54	751	0	---	551	200
Camamu	8.119	450	---	7.158	511	1.544	1.498	---	0	46	1.242	0	---	1.002	240
Conceição da Feira	3.601	578	---	2.441	582	783	770	---	0	13	637	0	---	439	198
Conceição do Almeida	2.295	687	---	1.323	285	633	613	---	0	20	466	0	---	348	118
Conceição do Jacuípe	5.339	1.108	---	2.770	1.461	1.287	1.076	---	0	211	1.074	0	---	517	557
Cruz das Almas	9.385	1.361	---	5.901	2.123	2.848	1.902	---	395	551	1.341	0	---	839	502
Dom Macedo Costa	741	368	0	373	0	115	115	-	0	0	135	0	--	135	0
Eunápolis	18.183	1.353	0	13.700	3.130	4.119	3.241	494	0	384	2.400	0	0	1.614	786
Feira de Santana	83.202	31.445	0	32.089	19.668	21.105	17.896	151	0	3.058	14.050	195	0	7.342	6.513
Gandu	5.098	1.006	---	3.389	703	1.349	1.228	---	0	121	856	0	---	669	187
Governador Mangabeira	3.355	280	0	3.075	---	862	862	0	0	---	888	0	0	888	---
Ibirapitanga	5.692	0	---	5.692	---	929	929	---	0	---	1.078	0	---	1.078	---
Ilhéus	28.910	6.608	0	17.329	4.973	7.293	5.922	145	0	1.226	4.375	156	0	2.369	1.850
Itabuna	29.168	8.564	---	14.369	6.235	8.593	7.071	---	0	1.522	4.733	0	---	3.130	1.603
Itacaré	4.487	0	---	4.295	192	609	609	---	0	0	894	0	---	838	56
Itagimirim	1.373	0	---	1.325	48	305	305	---	0	0	193	0	---	165	28
Itajuípe	3.756	661	---	2.759	336	643	643	---	0	0	714	0	---	548	166
Itapebi	2.333	0	---	2.135	198	390	390	---	0	0	298	0	---	164	134
Jussari	1.234	0	---	1.234	---	273	273	---	0	---	172	0	---	172	---
Laje	3.834	315	---	3.453	66	885	885	---	0	0	771	0	---	714	57
Maraú	4.068	96	---	3.972	---	520	520	---	0	---	616	0	---	616	---
Mascote	2.913	0	---	2.913	---	719	719	---	0	---	579	0	---	579	---

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Muritiba	4.407	406	---	3.243	758	1.224	1.009	---	0	215	800	0	---	633	167
Nova Ibiá	1.137	0	---	1.137	---	242	242	---	0	---	209	0	---	209	---
Presidente Tancredo Neves	5.485	0	---	5.467	18	1.078	979	---	0	99	535	0	---	503	32
Santa Luzia	2.352	370	---	1.982	---	425	370	---	55	---	340	0	---	340	---
Santo Antônio de Jesus	14.610	2.874	---	7.489	4.247	3.506	2.906	---	0	600	2.651	0	---	1.030	1.621
São Félix	2.025	157	---	1.633	235	665	665	---	0	0	506	0	---	351	155
São Gonçalo dos Campos	4.488	1.328	---	3.047	113	825	339	---	486	0	618	0	---	498	120
São José da Vitória	1.234	207	---	1.027	---	292	292	---	0	---	173	0	---	173	---
São Miguel das Matas	1.941	52	---	1.837	52	310	310	---	0	0	265	0	---	243	22
Sapeaçu	3.255	686	---	2.276	293	882	882	---	0	0	560	0	---	394	166
Teolândia	2.921	0	---	2.883	38	533	533	---	0	0	492	0	---	477	15
Ubaitaba	3.702	176	---	3.125	401	760	760	---	0	0	683	0	---	522	161
Ubatã	3.291	932	---	1.977	382	638	638	---	0	0	663	0	---	482	181
Una	4.409	602	---	3.654	153	900	900	---	0	0	671	0	---	623	48
Uruçuca	4.169	55	0	3.761	353	1.242	1.097	145	0	0	665	0	0	513	152
Valença	16.159	1.069	---	12.545	2.545	3.540	2.454	---	0	332	2.341	0	---	1.652	689
Wenceslau Guimarães	4.399	0	---	4.293	106	510	510	---	0	0	787	0	---	702	85

FONTE: IBGE, 2014a

Observa-se através dos dados apresentados nos Quadro 6.3.20 ao Quadro 6.3.22, que houve uma redução no número de matrículas em quase todos os municípios, em todos os níveis de ensino, entre os anos de 2005 e 2012.

O número de matrículas no ensino fundamental aumentou somente no município de Conceição do Jacuípe, passando de 5.333, em 2005, para 5.339, em 2012, uma elevação muito discreta. Nos demais municípios verifica-se redução no número de matrículas, com destaque para os municípios em que essa diminuição é bastante expressiva: Itagimirim (58,5%), Itajuípe (41%) e Mascote (40,6%).

Segundo os entrevistados, ocorre em quase todos os municípios, principalmente naqueles com disponibilidade de infraestrutura e economia aparentemente mais estagnada, a saída dos jovens caracterizando um fenômeno bastante comum, devido à falta de oportunidades de trabalho na maioria das vezes. Portanto, a redução do número de matrículas pode estar relacionada com o alto índice de evasão dos jovens em busca de trabalho em outras regiões.

Embora os índices apontem uma tendência de redução no número de matrículas também para o ensino médio, os dados apresentados indicam que alguns municípios registraram elevação no número de matrículas para este nível de ensino: Barro Preto, Itacaré, Itajuípe, Mascote, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas e Uruçuca.

Em relação ao ensino pré-escolar também prevaleceu o padrão de redução no número de matrículas entre 2005 e 2012, com exceção dos municípios de Aurelino Leal, Camamu, Conceição do Almeida, Itacaré, Laje, Mascote e Wenceslau Guimarães. Dentre esses municípios, destaca-se Camamu, que teve uma elevação de cerca de 381% no número de matrículas no ensino pré-escolar.

6.3.6.2.4 *Docentes*

O Quadro 6.3.23 e o QUADRO 6.3.25 apresentam informações acerca do número de docentes nos anos de 2005, 2009 e 2012, nos municípios estudados.

Quadro 6.3.23 - NÚMERO DE DOCENTES (2005)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	160	20	0	140	0	25	12	0	13	0	25	0	0	25	0
Aurelino Leal	153	27	0	126	0	11	11	0	0	0	14	0	0	14	0
Barro Preto	83	0	0	83	0	14	14	0	0	0	21	0	0	21	0
Belmonte	203	30	0	169	4	33	21	0	12	0	47	0	0	42	4
Buerarema	241	19	0	200	22	40	40	0	0	0	73	0	0	61	12
Cachoeira	312	90	0	163	69	89	58	0	0	31	62	0	0	37	25
Camacan	323	58	0	226	39	35	26	0	0	9	46	0	0	15	31
Camamu	320	40	0	275	5	55	55	0	0	0	12	0	0	7	5
Conceição da Feira	176	65	0	106	5	40	40	0	0	0	34	0	0	30	4
Conceição do Almeida	190	73	0	96	21	57	45	0	0	12	58	0	0	50	8
Conceição do Jacuípe	256	82	0	107	67	83	55	0	7	21	64	0	0	28	36
Cruz das Almas	493	99	0	279	115	172	95	0	24	53	106	0	0	71	35
Dom Macedo Costa	40	19	0	21	0	12	12	0	0	0	9	0	0	5	4
Eunápolis	694	122	0	428	144	264	178	29	0	57	148	0	0	79	69
Feira de Santana	4.154	1.740	0	1.245	1.169	1.503	1.230	0	0	273	1.052	12	0	439	601
Gandu	271	42	0	197	32	67	56	0	0	11	58	0	0	42	16
Governador Mangabeira	236	54	0	165	17	81	68	0	0	13	53	0	0	48	5
Ibirapitanga	339	0	0	339	0	26	26	0	0	0	94	0	0	94	0
Ilhéus	1.364	466	0	589	309	550	391	0	0	159	282	16	0	84	182
Itabuna	1.581	517	0	671	363	622	436	0	0	186	307	0	0	158	149
Itacaré	206	17	0	175	14	32	6	0	26	0	67	0	0	63	4
Itagimirim	117	0	0	117	0	28	28	0	0	0	13	0	0	6	7
Itajuípe	250	46	0	186	18	34	27	0	7	0	53	0	0	46	7
Itapebi	139	17	0	113	9	30	30	0	0	0	47	0	0	25	22

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Jussari	130	0	0	130	0	18	5	0	13	0	21	0	0	21	0
Laje	158	19	0	134	5	30	30	0	0	0	24	0	0	19	5
Maraú	196	15	0	181	0	39	14	0	25	0	81	0	0	81	0
Mascote	259	11	0	248	0	20	20	0	0	0	16	0	0	16	0
Muritiba	264	30	0	190	44	71	52	0	0	19	68	9	0	49	10
Nova Ibiá	101	0	0	101	0	10	10	0	0	0	34	0	0	34	0
Presidente Tancredo Neves	308	0	0	295	13	29	26	0	3	0	46	0	0	37	9
Santa Luzia	162	16	0	142	4	18	18	0	0	0	38	0	0	36	2
Santo Antônio de Jesus	678	203	0	288	177	192	136	0	0	56	149	0	0	55	94
São Félix	159	32	0	105	22	55	31	0	16	8	43	0	0	30	13
São Gonçalo dos Campos	282	79	0	181	22	54	30	0	24	0	84	0	0	55	29
São José da Vitória	118	52	0	66	0	23	23	0	0	0	22	0	0	22	0
São Miguel das Matas	136	5	0	127	4	16	16	0	0	0	24	0	0	21	3
Sapeaçu	218	55	0	146	17	60	60	0	0	0	59	0	0	49	10
Teolândia	183	10	0	161	12	21	21	0	0	0	47	0	0	36	11
Ubatuba	256	35	0	195	26	32	32	0	0	0	45	0	0	29	16
Ubatã	244	65	0	156	23	49	40	0	0	9	42	0	0	29	13
Una	279	58	0	207	14	66	59	0	7	0	69	0	0	62	7
Uruçuca	247	31	0	201	15	37	37	0	0	0	14	0	0	9	5
Valença	639	140	0	374	125	166	94	28	0	44	171	0	0	94	77
Wenceslau Guimarães	286	8	0	278	0	33	10	0	23	0	34	0	0	34	0

FONTE: IBGE, 2014a

QUADRO 6.3.24 - NÚMERO DE DOCENTES (2009)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	138	15	0	123	0	28	28	0	0	0	23	0	0	23	0
Aurelino Leal	133	13	0	120	0	19	19	0	0	0	20	0	0	20	0
Barro Preto	72	12	0	60	0	23	23	0	0	0	11	0	0	9	2
Belmonte	201	5	0	192	4	54	18	0	36	0	34	0	0	32	2
Buerarema	209	37	0	147	25	34	34	0	0	0	42	2	0	29	11
Cachoeira	300	80	0	154	66	103	69	0	0	34	75	0	0	52	23
Camacan	284	64	0	180	40	57	49	0	0	8	38	0	0	19	19
Camamu	323	18	0	278	27	51	51	0	0	0	59	0	0	46	13
Conceição da Feira	194	58	0	105	31	39	39	0	0	0	35	0	0	22	13
Conceição do Almeida	186	65	0	94	27	56	43	0	0	13	22	0	0	16	6
Conceição do Jacuípe	246	67	0	94	85	77	49	0	0	28	50	0	0	20	30
Cruz das Almas	479	113	0	239	127	166	108	0	23	35	76	0	0	42	34
Dom Macedo Costa	46	18	0	26	2	11	11	0	0	0	6	0	0	5	1
Eunápolis	765	139	0	476	150	242	153	29	0	60	123	0	0	70	53
Feira de Santana	3.781	1.685	0	1.277	819	1.452	1.243	0	0	209	708	4	0	390	314
Gandu	252	51	0	158	43	70	59	0	0	11	46	0	0	23	23
Governador Mangabeira	214	34	0	161	19	55	43	0	0	12	49	0	0	45	4
Ibirapitanga	234	0	0	234	0	33	33	0	0	0	39	0	0	39	0
Ilhéus	1.451	453	0	720	278	468	345	0	0	123	280	9	0	135	136
Itabuna	1.430	522	0	560	348	580	461	0	0	119	294	0	0	163	131
Itacaré	220	21	0	178	21	52	10	0	42	0	46	0	0	41	5
Itagimirim	84	0	0	78	6	13	13	0	0	0	12	0	0	10	2
Itajuípe	186	40	0	129	17	38	38	0	0	0	36	0	0	28	8
Itapebi	107	6	0	93	8	15	15	0	0	0	17	0	0	9	8
Jussari	84	0	0	84	0	17	17	0	0	0	8	0	0	8	0

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Laje	129	14	0	113	2	39	39	0	0	0	26	0	0	21	5
Maraú	257	10	0	247	0	35	35	0	0	0	27	0	0	27	0
Mascote	153	9	0	144	0	31	31	0	0	0	28	0	0	28	0
Muritiba	246	14	0	189	43	54	40	0	0	14	81	0	0	72	9
Nova Ibiá	80	0	0	80	0	11	11	0	0	0	5	0	0	5	0
Presidente Tancredo Neves	220	0	0	220	0	45	37	0	0	8	20	0	0	20	0
Santa Luzia	139	14	0	118	7	39	19	0	20	0	9	0	0	7	2
Santo Antônio de Jesus	619	155	0	271	193	162	112	0	0	50	128	1	0	50	77
São Félix	154	27	0	110	17	39	39	0	0	0	32	0	0	19	13
São Gonçalo dos Campos	328	82	0	230	16	88	21	0	67	0	62	0	0	43	19
São José da Vitória	105	33	0	72	0	29	29	0	0	0	9	0	0	9	0
São Miguel das Matas	124	12	0	112	0	16	16	0	0	0	14	0	0	14	0
Sapeaçu	217	48	0	154	15	53	53	0	0	0	60	0	0	50	10
Teolândia	150	0	0	135	15	24	24	0	0	0	15	0	0	11	4
Ubaitaba	242	21	0	185	36	24	24	0	0	0	30	0	0	15	15
Ubatã	210	60	0	127	23	32	32	0	0	0	39	0	0	25	14
Una	224	38	0	162	24	49	49	0	0	0	52	0	0	45	7
Uruçuca	224	25	0	187	12	52	37	0	15	0	72	0	0	68	4
Valença	602	61	0	421	120	194	110	47	0	37	108	0	0	77	31
Wenceslau Guimarães	307	0	0	294	13	44	17	0	27	0	30	0	0	22	8

FONTE: IBGE, 2014a

QUADRO 6.3.25 - NÚMERO DE DOCENTES (2012) FONTE: IBGE, 2014a

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	146	11	---	135	---	40	40	---	0	---	14	0	---	14	---
Aurelino Leal	109	7	---	102	---	21	21	---	0	---	19	0	---	19	---
Barro Preto	61	8	---	53	---	20	20	---	0	---	10	0	---	10	---
Belmonte	201	0	---	201	0	48	20	---	28	0	29	0	---	29	0
Buerarema	211	40	---	144	27	38	38	---	0	0	52	3	---	37	12
Cachoeira	318	76	---	174	68	91	72	---	0	19	71	0	---	48	23
Camacan	277	64	---	175	38	63	51	---	0	12	42	0	---	26	16
Camamu	360	18	---	302	40	72	58	---	0	14	60	0	---	47	13
Conceição da Feira	175	36	---	105	34	49	41	---	0	8	29	0	---	21	8
Conceição do Almeida	180	46	---	101	33	59	45	---	0	14	24	0	---	16	8
Conceição do Jacuípe	264	54	---	118	92	76	49	---	0	27	56	0	---	24	32
Cruz das Almas	493	81	---	267	145	200	121	---	24	55	73	0	---	44	29
Dom Macedo Costa	39	18	0	21	0	13	13	0	0	0	9	0	0	9	0
Eunápolis	870	87	0	587	196	296	179	51	0	66	141	0	0	99	42
Feira de Santana	4.000	1.639	0	1.220	1.141	1.588	1.311	12	0	265	743	11	0	368	364
Gandu	221	53	---	122	46	88	63	---	0	25	46	0	---	32	14
Governador Mangabeira	192	34	0	158	---	51	51	0	0	---	51	0	0	51	---
Ibirapitanga	236	0	---	236	---	37	37	---	0	---	28	0	---	28	---
Ilhéus	1.318	345	0	638	335	520	368	14	0	138	291	16	0	150	125
Itabuna	1.394	471	---	525	398	589	471	---	0	118	230	0	---	120	110
Itacaré	259	0	---	230	29	35	35	---	0	0	45	0	---	38	7
Itagimirim	67	0	---	62	5	14	14	---	0	0	8	0	---	6	2
Itajuípe	180	36	---	123	21	33	33	---	0	0	34	0	---	25	9
Itapebi	92	0	---	85	7	18	18	---	0	0	13	0	---	8	5
Jussari	77	0	---	77	---	16	16	---	0	---	5	0	---	5	---

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Laje	142	13	---	126	3	41	41	---	0	0	30	0	---	25	5
Maraú	266	10	---	256	---	33	33	---	0	---	31	0	---	31	---
Mascote	161	0	---	161	---	28	28	---	0	---	24	0	---	24	---
Muritiba	272	19	---	214	39	54	39	---	0	15	51	0	---	46	5
Nova Ibiá	64	0	---	64	---	13	13	---	0	---	24	0	---	24	---
Presidente Tancredo Neves	206	0	---	204	2	46	37	---	0	9	18	0	---	17	1
Santa Luzia	126	16	---	110	---	22	13	---	9	---	13	0	---	13	---
Santo Antônio de Jesus	691	119	---	312	260	185	125	---	0	60	148	0	---	60	88
São Félix	128	14	---	97	17	34	34	---	0	0	32	0	---	21	11
São Gonçalo dos Campos	295	76	---	212	7	105	30	---	75	0	50	0	---	44	6
São José da Vitória	75	20	---	55	---	27	27	---	0	---	8	0	---	8	---
São Miguel das Matas	131	10	---	117	4	19	19	---	0	0	17	0	---	14	3
Sapeaçu	234	45	---	162	27	55	55	---	0	0	41	0	---	32	9
Teolândia	148	0	---	143	5	24	24	---	0	0	22	0	---	20	2
Ubaitaba	226	16	---	178	32	25	25	---	0	0	39	0	---	28	11
Ubatã	188	51	---	112	25	32	32	---	0	0	31	0	---	19	12
Una	205	36	---	144	25	51	51	---	0	0	47	0	---	43	4
Uruçuca	268	6	0	219	43	70	46	24	0	0	60	0	0	49	11
Valença	703	55	0	473	175	249	107	83	0	59	130	0	0	85	45
Wenceslau Guimarães	223	0	---	216	7	25	25	---	0	0	33	0	---	27	6

Observando-se estes quadros verifica-se que quase 40% dos municípios tiveram uma redução do número de docentes no ensino fundamental, entre os anos 2005 e 2012. Dentre os municípios que tiveram as reduções mais expressivas no número de docentes do ensino fundamental destacam-se Itagimirim (42,8%) e Itapebi (33,9%).

No que se refere ao ensino médio, o quadro se altera positivamente. Quase 40% dos municípios apresentaram aumento no número de docentes. Ressalta-se que, o aumento no número de docentes se associa ao aumento no número de escolas que passaram a oferecer o ensino médio nos municípios. Destacam-se, em função do aumento expressivo no número de docentes no ensino médio, os municípios de São Gonçalo dos Campos (94,5%), Aurelino Leal (91%) e Camacan (80%).

No ensino pré-escolar, que também é responsabilidade do governo municipal, observa-se que ocorre uma generalizada redução no número de docentes, entre os anos de 2005 e 2012, com exceção de 8 municípios (Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camamu, Ilhéus, Laje, Mascote e Uruçuca). Merecem destaque os municípios que tiveram grande redução no número de docentes, em 2012, a saber, Jussari (76,2%), Ibirapitanga (70,2%), Maraú (61,8%) e Presidente Tancredo Neves (61%).

6.3.6.2.4.1 Estabelecimentos de Ensino

Do QUADRO 6.3.26 ao QUADRO 6.3.28 exibem as estatísticas referentes à evolução do número de estabelecimentos de ensino entre os anos 2005, 2009 e 2012 para os municípios da área de estudo.

QUADRO 6.3.26 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2005)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	30	1	0	29	0	2	1	0	1	0	7	0	0	7	0
Aurelino Leal	26	3	0	23	0	1	1	0	0	0	6	0	0	6	0
Barro Preto	17	0	0	17	0	1	1	0	0	0	12	0	0	12	0
Belmonte	45	4	0	40	1	2	1	0	1	0	29	0	0	27	2
Buerarema	47	1	0	43	3	1	1	0	0	0	41	0	0	38	3
Cachoeira	51	8	0	37	6	5	3	0	0	2	29	0	0	23	6
Camacan	46	4	0	38	4	3	2	0	0	1	20	0	0	9	11
Camamu	96	3	0	92	1	1	1	0	0	0	5	0	0	4	1
Conceição da Feira	30	5	0	24	1	1	1	0	0	0	20	0	0	18	2
Conceição do Almeida	36	6	0	27	3	3	2	0	0	1	29	0	0	27	2
Conceição do Jacuípe	40	7	0	21	12	5	2	0	1	2	28	0	0	17	11
Cruz das Almas	57	7	0	42	8	8	4	0	1	3	48	0	0	39	9
Dom Macedo Costa	6	2	0	4	0	1	1	0	0	0	6	0	0	4	2
Eunápolis	68	8	0	45	15	13	8	1	0	4	46	0	0	28	18
Feira de Santana	426	85	0	176	165	59	43	0	0	16	334	5	0	147	182
Gandu	47	3	0	41	3	3	2	0	0	1	36	0	0	32	4
Governador Mangabeira	33	3	0	29	1	3	2	0	0	1	26	0	0	25	1
Ibirapitanga	69	0	0	69	0	1	1	0	0	0	65	0	0	65	0
Ilhéus	85	23	0	38	24	21	13	0	0	8	75	1	0	26	48
Itabuna	163	20	0	104	39	24	15	0	0	9	119	0	0	78	41
Itacaré	60	2	0	56	2	3	1	0	2	0	40	0	0	39	1
Itagimirim	11	0	0	11	0	1	1	0	0	0	5	0	0	3	2
Itajuípe	47	2	0	43	2	2	1	0	1	0	36	0	0	34	2
Itapebi	25	2	0	21	2	1	1	0	0	0	16	0	0	13	3
Jussari	20	0	0	20	0	2	1	0	1	0	16	0	0	16	0

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Laje	41	2	0	38	1	1	1	0	0	0	14	0	0	13	1
Maraú	76	2	0	74	0	4	2	0	2	0	65	0	0	65	0
Mascote	38	2	0	36	0	2	2	0	0	0	6	0	0	6	0
Muritiba	34	2	0	26	6	4	2	0	0	2	21	1	0	16	4
Nova Ibiá	31	0	0	31	0	1	1	0	0	0	29	0	0	29	0
Presidente Tancredo Neves	87	0	0	35	2	2	1	0	1	0	38	0	0	36	2
Santa Luzia	37	1	0	35	1	1	1	0	0	0	32	0	0	31	1
Santo Antônio de Jesus	68	14	0	35	19	7	3	0	0	4	57	0	0	34	23
São Félix	32	1	0	26	5	3	1	0	1	1	26	0	0	22	4
São Gonçalo dos Campos	52	8	0	39	5	2	1	0	1	0	43	0	0	35	8
São José da Vitória	16	1	0	15	0	1	1	0	0	0	11	0	0	11	0
São Miguel das Matas	22	1	0	20	1	1	1	0	0	0	21	0	0	20	1
Sapeaçu	39	2	0	35	2	2	2	0	0	0	32	0	0	30	2
Teolândia	44	1	0	40	3	1	1	0	0	0	33	0	0	30	3
Ubatiba	28	1	0	23	4	2	2	0	0	0	16	0	0	12	4
Ubatã	42	6	0	34	2	2	1	0	0	1	16	0	0	13	3
Una	76	3	0	71	2	3	2	0	1	0	57	0	0	55	2
Uruçuca	65	2	0	61	2	1	1	0	0	0	7	0	0	5	2
Valença	148	12	0	124	12	8	2	2	0	4	76	0	0	55	21
Wenceslau Guimarães	88	1	0	87	0	3	1	0	2	0	17	0	0	17	0

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2009)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	30	1	0	29	0	2	2	0	0	0	7	0	0	7	0
Aurelino Leal	22	1	0	21	0	1	1	0	0	0	9	0	0	9	0
Barro Preto	16	1	0	15	0	1	1	0	0	0	12	0	0	11	1
Belmonte	41	1	0	39	1	3	1	0	2	0	14	0	0	13	1
Buerarema	40	2	0	35	3	1	1	0	0	0	35	1	0	31	3
Cachoeira	52	7	0	39	6	6	4	0	0	2	35	0	0	29	6
Camacan	40	3	0	32	5	3	2	0	0	1	15	0	0	7	8
Camamu	95	1	0	91	3	1	1	0	0	0	38	0	0	35	3
Conceição da Feira	32	5	0	23	4	1	1	0	0	0	24	0	0	19	5
Conceição do Almeida	35	5	0	27	3	3	2	0	0	1	29	0	0	27	2
Conceição do Jacuípe	39	5	0	23	11	3	1	0	0	2	30	0	0	18	12
Cruz das Almas	54	6	0	38	10	8	4	0	1	3	36	0	0	27	9
Dom Macedo Costa	6	1	0	4	1	1	1	0	0	0	6	0	0	5	1
Eunápolis	64	8	0	41	15	14	8	1	0	5	36	0	0	21	15
Feira de Santana	360	79	0	172	109	61	47	0	0	14	252	3	0	147	102
Gandu	48	2	0	41	5	3	2	0	0	1	44	0	0	35	9
Governador Mangabeira	31	2	0	28	1	3	2	0	0	1	23	0	0	22	1
Ibirapitanga	66	0	0	66	0	1	1	0	0	0	62	0	0	62	0
Ilhéus	85	20	0	44	21	23	15	0	0	8	61	1	0	29	31
Itabuna	152	18	0	96	38	21	15	0	0	6	113	0	0	75	38
Itacaré	43	2	0	38	3	3	1	0	2	0	42	0	0	39	3
Itagimirim	9	0	0	8	1	1	1	0	0	0	6	0	0	5	1
Itajuípe	42	2	0	38	2	1	1	0	0	0	34	0	0	32	2
Itapebi	22	1	0	19	2	1	1	0	0	0	15	0	0	13	2
Jussari	17	0	0	17	0	1	1	0	0	0	14	0	0	14	0
Laje	31	1	0	29	1	2	2	0	0	0	20	0	0	19	1
Maraú	71	1	0	70	0	2	2	0	0	0	64	0	0	64	0

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal I	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal I	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Mascote	16	1	0	15	0	2	2	0	0	0	8	0	0	8	0
Muritiba	28	1	0	22	5	3	2	0	0	1	21	0	0	17	4
Nova Ibiá	29	0	0	29	0	1	1	0	0	0	24	0	0	24	0
Presidente Tancredo Neves	71	0	0	71	0	2	1	0	0	1	57	0	0	57	0
Santa Luzia	36	1	0	33	2	2	1	0	1	0	28	0	0	26	2
Santo Antônio de Jesus	73	12	0	38	23	7	3	0	0	4	59	1	0	31	27
São Félix	26	1	0	21	4	1	1	0	0	0	21	0	0	17	4
São Gonçalo dos Campos	54	8	0	40	6	4	1	0	3	0	36	0	0	29	7
São José da Vitória	7	1	0	6	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0
São Miguel das Matas	20	1	0	19	0	1	1	0	0	0	15	0	0	15	0
Sapeaçu	37	2	0	32	3	2	2	0	0	0	30	0	0	27	3
Teolândia	37	0	0	34	3	1	1	0	0	0	33	0	0	30	3
Ubaitaba	27	1	0	21	5	1	1	0	0	0	14	0	0	9	5
Ubatã	45	4	0	38	3	1	1	0	0	0	32	0	0	28	4
Una	60	2	0	56	2	2	2	0	0	0	36	0	0	34	2
Uruçuca	46	2	0	43	1	2	1	0	1	0	40	0	0	39	1
Valença	133	2	0	121	10	7	2	2	0	3	95	0	0	88	7
Wenceslau Guimarães	84	0	0	81	3	3	1	0	2	0	69	0	0	66	3

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.28 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2012)

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Arataca	30	1	---	29	---	2	2	---	0	---	21	0	---	21	---
Aurelino Leal	22	1	---	21	---	1	1	---	0	---	14	0	---	14	---
Barro Preto	8	1	---	7	---	1	1	---	0	---	5	0	---	5	---
Belmonte	39	0	---	39	0	2	1	---	1	0	20	0	---	20	0
Buerarema	38	2	---	33	3	2	2	---	0	0	32	1	---	27	4
Cachoeira	54	6	---	42	6	6	5	---	0	1	35	0	---	29	6
Camacan	34	3	---	26	5	3	2	---	0	1	21	0	---	15	6
Camamu	90	1	---	86	3	2	1	---	0	1	51	0	---	47	4
Conceição da Feira	32	2	---	26	4	2	1	---	0	1	21	0	---	16	5
Conceição do Almeida	33	2	---	27	4	3	2	---	0	1	27	0	---	24	3
Conceição do Jacuípe	38	4	---	24	10	3	1	---	0	2	25	0	---	16	9
Cruz das Almas	55	5	---	38	12	10	4	---	1	5	40	0	---	29	11
Dom Macedo Costa	5	1	0	4	0	1	1	0	0	0	5	0	0	5	0
Eunápolis	61	5	0	38	18	14	8	1	0	5	41	0	0	25	16
Feira de Santana	374	71	0	175	128	70	49	1	0	20	262	3	0	141	118
Gandu	43	2	---	35	6	4	2	---	0	2	36	0	---	30	6
Governador Mangabeira	30	2	0	28	---	2	2	0	0	---	21	0	0	21	---
Ibirapitanga	51	0	---	51	---	2	2	---	0	---	47	0	---	47	---
Ilhéus	93	18	0	43	32	26	16	1	0	9	63	1	0	28	34
Itabuna	151	16	---	91	44	22	15	---	0	7	112	0	---	71	41
Itacaré	50	0	---	47	3	2	2	---	0	0	44	0	---	41	3
Itagimirim	8	0	---	7	1	1	1	---	0	0	4	0	---	3	1
Itajuípe	41	2	---	36	3	1	1	---	0	0	35	0	---	32	3
Itapebi	17	0	---	15	2	1	1	---	0	0	6	0	---	4	2
Jussari	15	0	---	15	---	1	1	---	0	---	10	0	---	10	---
Laje	30	1	---	28	1	2	2	---	0	0	26	0	---	25	1
Maraú	68	1	---	67	---	2	2	---	0	---	61	0	---	61	---

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Ensino Fundamental					Ensino Médio					Ensino pré-escolar				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Mascote	24	0	---	24	---	2	2	---	0	---	22	0	---	22	---
Muritiba	29	1	---	24	4	3	2	---	0	1	17	0	---	14	3
Nova Ibiá	24	0	---	24	---	1	1	---	0	---	22	0	---	22	---
Presidente Tancredo Neves	57	0	---	56	1	2	1	---	0	1	26	0	---	25	1
Santa Luzia	25	1	---	24	---	2	1	---	1	---	21	0	---	21	---
Santo Antônio de Jesus	82	8	---	41	33	7	3	---	0	4	73	0	---	38	35
São Félix	24	1	---	19	4	1	1	---	0	0	20	0	---	16	4
São Gonçalo dos Campos	45	8	---	35	2	4	1	---	3	0	31	0	---	29	2
São José da Vitória	6	1	---	5	---	1	1	---	0	---	1	0	---	1	---
São Miguel das Matas	21	1	---	19	1	1	1	---	0	0	14	0	---	13	1
Sapeaçu	35	2	---	30	3	3	3	---	0	0	24	0	---	21	3
Teolândia	36	0	---	35	1	1	1	---	0	0	32	0	---	31	1
Ubaitaba	25	1	---	20	4	1	1	---	0	0	14	0	---	10	4
Ubatã	35	3	---	29	3	1	1	---	0	0	29	0	---	25	4
Una	55	2	---	51	2	2	2	---	0	0	42	0	---	40	2
Uruçuca	51	1	0	46	4	3	2	1	0	0	48	0	0	44	4
Valença	147	2	0	132	13	11	3	2	0	6	114	0	0	103	11
Wenceslau Guimarães	65	0	---	64	1	1	1	---	0	0	57	0	---	56	1

FONTE: IBGE, 2014^a

A partir da análise do QUADRO 6.3.26 ao QUADRO 6.3.28, é possível notar que, na maioria dos municípios, houve redução no número de escolas de ensino fundamental e ensino pré-escolar. No entanto, o número de escolas de ensino médio aumentou em cerca de 40% dos municípios.

O município de São José da Vitória se destaca pela elevada taxa de redução no número de escolas de ensino fundamental (68,8%). Esse município também apresentou forte redução no número de pré-escolas, que passou de 11, em 2005, para 1, em 2012.

Itapebi também apresentou redução no número de estabelecimentos ligados à pré-escola, passando de 16 instituições, em 2005, para seis, em 2012. Por outro lado, Uruçuca, Camamu e Arataca se destacam nos quadros, por apresentarem taxas elevadas de crescimento no número de pré-escolas, com percentuais de 586%, 920% e 200%, respectivamente.

A má conservação das escolas é um fator apontado por diversos entrevistados, os quais afirmam que esses estabelecimentos não oferecem adequadas condições para a sua utilização, oferecendo risco aos alunos. A falta de creches também é um problema grave nos municípios, especialmente naqueles com reduzido número populacional. Em Conceição da Feira os entrevistados enfatizaram a falta de merenda nas escolas, o que vem a prejudicar as atividades escolares e os alunos, que em muitos casos, dependem de forma importante desta alimentação.

Vale ressaltar que, as críticas em relação à estrutura física das escolas, não condizem com as críticas aos docentes. Em geral, os entrevistados afirmam que o corpo docente é qualificado e cumpre bem suas funções.

Em algumas cidades há polos de ensino superior à distância, como em Maraú, Teolândia, São Gonçalo dos Campos e Sapeaçu. Também puderam ser identificadas universidades com ensino presencial em Eunápolis (UNEB - Universidade Estadual da Bahia; IFBA – Instituto Federal da Bahia; UNISUL - Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia), Valença, Ilhéus, Itabuna, São Félix, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus (UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano).

6.3.6.2.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, visando avaliar condições determinantes da qualidade da educação como fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Tem como objetivo, traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino, por intermédio de um indicador calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios, variando de 0 a 10.

O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas, e de 3,9, para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0.

Ainda, considerando o IDEB de 2013, atualizado em 2014, nos anos iniciais, somente 711 municípios brasileiros obtiveram nota acima de 6,0. A situação é ainda mais crítica quando se verifica os anos finais do Ensino Fundamental, onde apenas 10 municípios brasileiros atingiram nota superior a 6,0.

A Bahia está na 22ª posição, entre os 27 Estados do Brasil, quando avaliados os alunos da 4ª série, atualmente 5º ano (anos iniciais), e na 23ª posição, no caso dos alunos da 8ª série, atualmente 9º ano (anos finais). O QUADRO 6.3.29 e o QUADRO 6.3.30 apresentam os índices divulgados pelo IDEB referentes aos municípios estudados, para os anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013.

QUADRO 6.3.29 - IDEB DOS MUNICÍPIOS – 4A SÉRIE/5O ANO

Municípios	2005	2007	2009	2011	2013
Arataca	1.8	2.6	2.8	3.2	2,9
Aurelino Leal	2.2	2.5	2.9	2.9	3,3
Barro Preto	---	---	---	---	4,1
Belmonte	2.6	2.6	3.1	3.2	3,1
Buerarema	2.7	2.7	2.7	4.3	2,8
Cachoeira	2.3	2.8	3.3	3.4	----
Camacan	2.5	2.7	3.2	3.3	3,5
Camamu	2.7	3.1	3.2	3.1	3,5
Conceição da Feira	3.1	3.1	4.3	4.3	3,4
Conceição do Almeida	3.2	3.3	4.0	3.7	3,2
Conceição do Jacuípe	2.7	2.9	3.0	3.6	3,5
Cruz das Almas	3.0	3.4	3.8	3.9	4,1
Dom Macedo Costa	2.7	3.6	4.6	5.7	4,8
Eunápolis	2.8	3.0	3.2	4.0	3,6
Feira de Santana	2.9	3.3	3.4	3.5	3,4
Gandu	3.0	3.1	3.4	4.2	4,5
Governador Mangabeira	3.0	3.4	3.7	3.9	4,1
Ibirapitanga	2.1	2.6	2.5	3.2	2,3
Ilhéus	2.9	3.2	3.7	3.9	3,0
Itabuna	3.1	3.9	4.0	4.3	3,2
Itacaré	2.3	2.2	2.8	4.6	2,4
Itagimirim	2.1	2.1	3.5	3.8	4,0
Itajuípe	2.3	3.3	3.3	3.5	3,6
Itapebi	2.1	2.8	2.8	3.1	3,3
Jussari	2.0	2.7	3.6	3.8	3,7
Laje	3.1	3.4	3.5	4.1	4,3
Maraú	1.9	2.6	3.1	3.4	---
Mascote	2.1	2.5	3.2	3.5	3,2
Muritiba	3.2	4.3	3.9	4.6	4,3
Nova Ibiá	2.8	3.4	3.3	4.0	3,8
Presidente Tancredo Neves	2.5	3.5	3.6	3.9	4,0
Santa Luzia	---	2.4	3.2	3.3	3,2
Santo Antônio de Jesus	3.1	3.7	3.9	4.3	4,2
São Félix	---	3.1	3.0	3.1	3,5
São Gonçalo dos Campos	3.1	3.1	3.2	3.6	4,1
São José da Vitória	2.2	2.1	3.2	3.5	3,2
São Miguel das Matas	2.2	3.1	3.7	4.3	4,0
Sapeaçu	2.3	3.1	3.0	3.7	3,2
Teolândia	2.2	2.9	3.3	4.0	3,7

Municípios	2005	2007	2009	2011	2013
Ubaitaba	3.1	3.5	3.7	4.4	3,7
Ubatã	1.8	0.9	2.5	3.5	3,1
Una	2.6	2.7	3.3	3.8	3,9
Uruçuca	2.1	2.5	3.3	3.0	3,1
Valença	2.4	2.6	2.9	3.2	4,0
Wenceslau Guimarães	1.7	2.5	2.8	4.4	3,6

FONTE: INEP, 2014

QUADRO 6.3.30 - IDEB DOS MUNICÍPIOS – 8ª SÉRIE/9º ANO

Municípios	2005	2007	2009	2011	2013
Arataca	2.2	2.3	2.5	2.6	3,0
Aurelino Leal	2.4	2.1	2.9	3.3	2,4
Barro Preto	---	---	---	---	3,6
Belmonte	3.0	3.1	3.1	2.5	2,8
Buerarema	3.0	2.5	2.7	2.7	2,9
Cachoeira	1.9	2.3	2.5	2.3	3,1
Camacan	2.3	2.3	2.5	3.4	3,4
Camamu	2.4	2.6	2.7	2.9	2,9
Conceição da Feira	2.6	2.8	3.0	3.0	2,8
Conceição do Almeida	2.6	2.6	2.7	3.0	3,7
Conceição do Jacuípe	2.8	2.8	2.7	2.9	3,0
Cruz das Almas	2.6	2.9	2.8	3.2	3,3
Dom Macedo Costa	2.5	2.8	3.3	2.2	2,7
Eunápolis	2.8	3.0	3.0	3.2	3,3
Feira de Santana	2.7	2.8	2.8	3.0	3,3
Gandu	2.8	3.1	2.9	3.4	3,8
Governador Mangabeira	2.4	2.6	2.7	2.8	2,8
Ibirapitanga	2.5	2.8	3.0	2.5	2,7
Ilhéus	2.6	2.9	3.1	3.4	3,2
Itabuna	3.0	2.7	2.9	3.3	3,4
Itacaré	2.7	3.0	3.0	3.3	2,8
Itagimirim	1.9	2.6	2.9	3.4	3,2
Itajuípe	2.4	2.6	2.8	2.6	3,0
Itapebi	2.2	2.4	2.6	2.7	2,9
Jussari	1.9	2.8	1.8	2.7	3,0
Laje	3.4	3.0	2.6	2.8	2,9
Maraú	2.6	2.9	2.7	2.5	2,8
Mascote	2.0	2.9	2.5	3.2	3,0
Muritiba	2.4	3.5	2.7	2.8	2,8
Nova Ibiá	2.7	2.8	3.4	3.3	3,8
Presidente Tancredo Neves	2.5	2.5	2.5	3.1	2,6
Santa Luzia	2.7	2.3	2.2	2.4	1,5
Santo Antônio de Jesus	2.9	2.7	3.2	2.8	3,2
São Félix	2.4	3.2	2.6	3.0	3,1
São Gonçalo dos Campos	2.5	2.6	2.4	2.7	3,1
São José da Vitória	2.4	2.4	2.8	2.7	2,7
São Miguel das Matas	2.5	3.2	3.1	3.2	3,4
Sapeaçu	2.2	2.4	2.5	2.5	2,9
Teolândia	---	2.8	3.5	4.0	3,8
Ubaitaba	2.9	3.2	3.0	---	3,4
Ubatã	2.2	2.1	2.0	2.6	2,5
Una	2.3	2.8	3.2	3.3	3,4

Municípios	2005	2007	2009	2011	2013
Uruçuca	2.5	2.8	2.6	2.4	2,3
Valença	2.7	2.7	2.5	2.7	2,9
Wenceslau Guimarães	2.2	2.2	2.2	2.7	3,0

FONTE: INEP, 2014

Ao analisar os dados, acima expostos, observa-se que Dom Macedo Costa, em 2011, apresentou o maior IDEB para as escolas públicas, quando considerado a 4ª série/5º ano, com o índice de 5,7, e mesmo com a redução de seu desempenho, para 4,8, em 2013, o município superou a meta proposta, que seria de 3,8 para o mesmo ano. Contudo, o índice para 8ª série/9º ano foi bastante baixo, registrando, em 2011, média de 2,2, aumentando seu índice em 0,5, em 2013, permanecendo abaixo do considerado ideal.

Itacaré e Muritiba, em 2011, apresentaram o IDEB elevado para as escolas públicas na 4ª série/5º ano, em relação aos demais municípios, ambos apresentaram índice de 4,6, já em 2013, esses índices baixaram para 3,6 e 4,3, respectivamente, porém, mesmo com esse quadro, as metas desses municípios foram atingidas. Contudo, esse índice ainda está abaixo da média nacional, que é de 4,7.

Ainda, de acordo com os dados referentes à 4ª série/5º ano, observa-se que quase todos os municípios apresentaram elevação no IDEB entre 2005 e 2011, com exceção de Camamu, Conceição do Almeida, Uruçuca, Nova Ibiá e Ubatã, sendo que, este último, reduziu, significativamente, seu índice no período de 2005 a 2007, passando de 1,8 para 0,9 pontos, respectivamente. Cabe ressaltar que, aproximadamente, 20 municípios, do total analisado, atingiram suas metas para 2013, enquanto que o desempenho do restante não foi suficiente para tal.

No QUADRO 6.3.30, que retrata os dados para a 8ª série/9º ano, observa-se que os municípios apresentaram IDEB abaixo da média nacional, correspondendo a 3,9 pontos, embora a média nacional estabelecida devesse atingir 6,0 pontos nas redes de ensino correspondentes ao sistema educacional público dos países desenvolvidos.

O município de Teolândia, destaca-se, entre todos os municípios analisados, apresentando o maior IDEB, com 4,0 pontos. Observa-se, entretanto, que houve aumento no IDEB da maior parte dos municípios, considerando os anos compreendidos entre 2005 a 2013. Doj total dos municípios em estudo, apenas 9 atingiram as metas estabelecidas para o anos de 2013 na etapa final do ensino fundamental, a saber, Cachoeira, Camacan, Conceição do Almeida, Gandu, Itagimirim, Mascote, Teolândia, Una e Nova Ibiá.

6.3.6.3 Saneamento

Os aspectos relacionados à questão de saneamento estão diretamente ligados aos recursos econômicos empregados no sistema de saneamento básico e o retorno efetivo ao acesso desse serviço à população, visto que grande parte dos problemas de saúde enfrentados estão frontalmente relacionados à qualidade do saneamento oferecido em determinada região. Assim, se um Estado não tem recursos econômicos para instalar um sistema adequado de captação, tratamento de água, distribuição e destinação adequada do esgoto produzido, dificilmente conseguirá controlar doenças relacionadas a esse aspecto, haja vista que a necessidade em garantir o bom andamento do sistema, consiste, inclusive,

em considerar a população que será atingida pelo sistema e a situação de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

De acordo com o IBGE, na Bahia, em 1990, 68,56% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo. Em 2012, esse percentual aumentou, passando para 95,11%.

Os dados estatísticos também apontam uma melhoria no acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica) no Estado. Em 1990, o acesso era de 49,72%, passando para 75,80% em 2012.

Não é possível identificar a evolução no número de domicílios que possuíam abastecimento de água, instalações sanitárias e coleta do lixo em 1991 e 2000.

QUADRO 6.3.31 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, COLETA DE LIXO, NOS ANOS DE 1991 E 2000

Municípios	Abastecimento de Água (número de estabelecimentos)		Instalações Sanitárias (número de estabelecimentos)		Coleta de lixo (número de estabelecimentos)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Arataca	2.931	2.943	2.931	2.943	2.931	2.943
Aurelino Leal	3.532	3.739	3.532	3.739	3.532	3.739
Barro Preto	1.900	2.037	1.900	2.037	1.900	2.037
Belmonte	4.968	5.091	4.968	5.091	4.968	5.091
Buerarema	4.676	4.767	4.676	4.767	4.676	4.767
Cachoeira	6.186	7.444	6.186	7.444	6.186	7.444
Camacan	7.940	7.503	7.940	7.503	7.940	7.503
Camamu	7.055	7.389	7.055	7.389	7.055	7.389
Conceição da Feira	3.307	4.183	3.307	4.183	3.307	4.183
Conceição do Almeida	4.211	4.770	4.211	4.770	4.211	4.770
Conceição do Jacuípe	4.873	6.501	4.873	6.501	4.873	6.501
Cruz das Almas	9.677	13.078	9.677	13.078	9.677	13.078
Dom Macedo Costa	885	965	885	965	885	965
Eunápolis	15.038	20.917	15.038	20.917	15.038	20.917
Feira de Santana	87.051	119.208	87.051	119.208	87.051	119.208
Gandu	5.786	6.706	5.591	6.706	5.786	6.706
Governador Mangabeira	3.567	3.884	3.567	3.884	3.567	3.884
Ibirapitanga	5.591	5.146	5.591	5.146	5.591	5.146
Ilhéus	45.828	54.031	1.900	54.031	45.828	54.031
Itabuna	41.125	51.039	41.125	51.039	41.125	51.039
Itacaré	4.035	4.177	4.035	4.177	4.035	4.177
Itagimirim	1.680	1.898	1.680	1.898	1.680	1.898
Itajuípe	5.447	5.545	5.447	5.545	5.447	5.545
Itapebi	2.321	2.652	2.321	2.652	2.321	2.652
Jussari	1.917	1.831	1.917	1.831	1.917	1.831
Laje	3.825	4.680	3.825	4.680	3.825	4.680
Maraú	3.584	4.072	3.584	4.072	3.584	4.072
Mascote	4.271	3.790	4.271	3.790	4.271	3.790
Muritiba	5.258	7.090	5.258	7.090	5.258	7.090
Nova Ibiá	2.035	1.714	2.035	1.714	2.035	1.714
Presidente Tancredo Neves	3.696	4.227	3.696	4.227	3.696	4.227

Municípios	Abastecimento de Água (número de estabelecimentos)		Instalações Sanitárias (número de estabelecimentos)		Coleta de lixo (número de estabelecimentos)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Santa Luzia	3.608	3.682	3.825	3.682	3.608	3.682
Santo Antônio de Jesus	14.017	19.655	14.017	19.655	14.017	19.655
São Félix	2.612	3.189	2.612	3.189	2.612	3.189
São Gonçalo dos Campos	4.834	6.097	4.834	6.097	4.834	6.097
São José da Vitória	1.450	1.508	1.450	1.508	1.450	1.508
São Miguel das Matas	2.201	2.533	2.201	2.533	2.201	2.533
Sapeaçu	3.272	4.023	3.272	4.023	3.272	4.023
Teolândia	2.521	2.791	2.521	2.791	2.521	2.791
Ubaitaba	4.449	5.444	4.449	5.444	4.449	5.444
Ubatã	5.467	5.297	5.467	5.297	5.467	5.297
Una	5.044	7.424	5.044	7.424	5.044	7.424
Uruçuca	6.580	5.101	6.580	5.101	6.580	5.101
Valença	14.502	19.209	14.502	19.209	14.502	19.209
Wenceslau Guimarães	3.496	4.596	3.496	4.596	3.496	4.596
Bahia	2.511.667	3.170.403	2.511.667	3.170.403	2.511.667	3.170.403
Brasil	34.734.715	44.795.101	34.734.715	44.795.101	34.734.715	44.795.101

FONTE: IBGE, 2014^a

No QUADRO 6.3.31 verifica-se que, de maneira geral, considerando os anos de 1991 e 2000 houve um aumento no número de domicílios que contavam com abastecimento de água, instalações sanitárias e coleta de lixo. Porém os municípios de Camacan, Ibirapitanga, Jussari e Mascote apresentaram redução no número de domicílios atendidos por esses serviços, com variação em torno de -4% e -16%.

6.3.6.3.1 Abastecimento de água

Ao observar o QUADRO 6.3.32 verifica-se que todos os municípios apresentaram, em 2010, a rede geral, como a principal forma de abastecimento de água na área urbana. E na área rural, a principal forma de abastecimento de água se faz através de poço ou nascente, existentes nas propriedades.

QUADRO 6.3.32 - FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2010)

Municípios	Forma de abastecimento de água – 2010 (por número de domicílios)															
	Rede geral		Poço ou nascente na propriedade		Poço ou nascente fora da propriedade		Carro-pipa ou água da chuva		Rio, açude, lago ou igarapé		Poço ou nascente na aldeia		Poço ou nascente fora da aldeia		Outra	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Arataca	1.554	379	14	462	10	161	-	24	5	328	-	-	-	-	39	53
Aurelino Leal	3.013	44	8	187	20	42	15	181	67	214	-	-	-	-	121	11
Barro Preto	1.451	19	8	256	3	30	5	1	-	44	-	-	-	-	136	-
Belmonte	2.955	1.984	328	373	22	111	1	27	1	420	-	-	-	-	63	75
Buerarema	4.250	68	143	580	48	159	5	18	16	117	-	-	-	-	80	5
Cachoeira	4.702	2.188	29	783	44	905	3	169	53	218	-	-	-	-	123	92
Camacan	6.813	251	29	639	69	409	40	58	5	555	-	-	-	-	152	47
Camamu	4.103	1.961	93	1.764	60	743	9	50	3	460	-	14	-	-	70	91
Conceição da Feira	3.572	1.057	33	367	9	534	-	7	1	45	-	-	-	-	20	16
Conceição do Almeida	1.955	502	60	722	255	1.354	3	5	9	129	-	-	-	-	46	57
Conceição do Jacuípe	4.268	504	2.167	879	399	485	20	9	7	17	-	-	-	-	113	24
Cruz das Almas	13.631	410	934	1.524	132	398	31	42	-	21	-	-	-	-	91	12
Dom Macedo Costa	562	13	9	342	6	240	-	3	-	-	-	-	-	-	2	2
Eunápolis	24.337	512	2.712	693	214	502	20	6	2	184	-	-	-	-	257	22
Feira de Santana	131.001	6.821	16.013	2.311	1.473	917	129	1.259	50	629	-	-	-	-	1.790	471
Gandu	6.358	123	663	966	204	345	46	6	30	217	-	-	-	-	252	5
Governador Mangabeira	2.089	666	64	1.943	8	246	3	329	-	18	-	-	-	-	20	16

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Forma de abastecimento de água – 2010 (por número de domicílios)															
	Rede geral		Poço ou nascente na propriedade		Poço ou nascente fora da propriedade		Carro-pipa ou água da chuva		Rio, açude, lago ou igarapé		Poço ou nascente na aldeia		Poço ou nascente fora da aldeia		Outra	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ibirapitanga	1.592	2.216	30	1.220	16	562	17	104	9	359	-	-	-	-	55	152
Ilhéus	43.572	1.358	2.119	3.865	561	1.716	85	492	62	1.186	-	-	-	-	801	186
Itabuna	59.098	351	244	402	101	128	450	300	32	178	-	-	-	-	1.570	166
Itacaré	3.541	104	110	1.595	107	571	2	39	3	515	-	-	-	-	130	41
Itagimirim	1.624	164	44	187	7	34	-	4	2	59	-	-	-	-	34	7
Itajuípe	4.736	517	73	500	37	150	11	37	5	64	-	-	-	-	221	49
Itapebi	2.278	122	4	237	2	114	-	9	23	153	-	-	-	-	45	9
Jussari	1.486	218	1	65	1	32	-	62	-	108	-	-	-	-	10	18
Laje	1.671	1.541	56	1.643	55	971	-	30	17	206	-	-	-	-	21	144
Maraú	941	448	13	2.253	30	502	1	75	6	807	-	-	-	-	12	74
Mascote	3.183	110	4	148	5	111	2	12	3	467	-	-	-	-	32	25
Muritiba	5.287	730	75	1.539	6	398	7	181	1	1	-	-	-	-	51	42
Nova Ibiá	810	11	6	720	25	333	-	11	2	86	-	-	-	-	13	5
Presidente Tancredo Neves	2.489	859	147	1.730	34	951	2	13	6	160	-	-	-	-	36	82
Santa Luzia	2.241	189	18	736	14	161	7	56	14	493	-	-	-	-	27	15
Santo Antônio de Jesus	22.968	107	877	1.199	127	1.637	25	21	2	256	-	-	-	-	164	44
São Félix	2.380	97	14	602	47	300	23	105	25	27	-	-	-	-	72	3
São Gonçalo dos Campos	4.086	2.349	223	1.180	317	598	2	118	1	67	-	-	-	-	31	43
São José da Vitória	1.460	9	4	91	12	15	4	5	24	52	-	-	-	-	33	2

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Forma de abastecimento de água – 2010 (por número de domicílios)															
	Rede geral		Poço ou nascente na propriedade		Poço ou nascente fora da propriedade		Carro-pipa ou água da chuva		Rio, açude, lago ou igarapé		Poço ou nascente na aldeia		Poço ou nascente fora da aldeia		Outra	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
São Miguel das Matas	1.028	360	17	850	16	709	-	12	-	85	-	-	-	-	6	15
Sapeaçu	2.112	421	216	995	18	479	4	7	1	20	-	-	-	-	24	482
Teolândia	993	319	14	716	270	713	-	83	9	400	-	-	-	-	4	100
Ubaitaba	4.720	88	44	407	166	181	31	5	17	167	-	-	-	-	147	42
Ubatã	4.671	8	236	1.236	133	228	5	2	16	142	-	-	-	-	96	1
Una	3.833	169	144	1.459	240	312	51	55	33	700	-	-	-	-	109	104
Uruçuca	4.481	44	159	738	55	89	15	120	4	144	-	-	-	-	109	62
Valença	18.951	767	110	2.611	104	1.268	7	36	93	1.734	-	-	-	-	423	238
Wenceslau Guimarães	1.952	703	25	1.347	16	896	8	166	2	743	-	-	-	-	114	49
Bahia	2.877.326	412.195	71.762	148.045	28.643	179.245	12.235	178.370	5.486	105.199	2	592	-	2	39.653	35.650
Brasil	45.243.421	2.250.604	2.713.265	3.037.210	777.337	1.387.038	135.372	561.494	51.612	691.012	589	15.183	27	1.000	305.128	153.875

FONTE: IBGE, 2014^a

Pode-se observar no trabalho de campo que, apesar da existência de rede de abastecimento de água nos municípios em estudo, em boa parte deles, como em Barro Preto, Gandu e Arataca, a mesma é presente apenas na sede dos municípios. Nos distritos, povoados e na zona rural os moradores não são atendidos por esse serviço. A constante falta de água é relatada em diversos municípios. Em Jacuípe, de acordo com relato dos entrevistados, a falta de água já atingiu 20 dias consecutivos.

A Figura 6.3.10 mostra uma imagem bastante recorrente nos municípios visitados, ou seja, casas que apresentam várias caixas d'água, com o objetivo de armazenar água, e tê-la disponível nos dias de desabastecimento.



Figura 6.3.10 - Caixas d'água localizadas sobre residências, município de Itabuna

O acesso à rede de abastecimento de água também não implica necessariamente em oferta de água tratada. Isto é, embora exista a disponibilidade de água por meio de uma rede de captação e de distribuição, em geral não há tratamento de água nos municípios em estudo. Dessa forma, há prevalência de doenças como a Diarréia e Esquistossomose em diversos municípios.

Itagimirim, Camamu, Mascote, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana e Eunápolis correspondem aos poucos municípios onde foi verificado a existência de tratamento de água pela EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento.

6.3.6.3.2 Esgotamento Sanitário

No QUADRO 6.3.33, a seguir, identifica-se o esgotamento sanitário por domicílios.

QUADRO 6.3.33 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2010)

Municípios	Instalações Sanitárias – Esgotamento sanitário por domicílios – 2010													
	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro tipo		Não tinham	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Arataca	314	113	30	88	834	802	360	210	27	34	16	31	41	129
Aurelino Leal	1.730	22	76	164	167	90	452	108	371	14	32	11	416	270
Barro Preto	1.343	1	11	51	30	160	149	89	4	2	6	1	60	46
Belmonte	2.311	937	214	187	629	1.277	11	17	10	4	77	156	118	412
Buerarema	3.286	8	82	238	489	321	196	309	298	1	89	12	102	58
Cachoeira	3.859	152	65	812	442	2.359	156	48	154	35	84	150	194	799
Camacan	5.854	278	84	545	327	418	356	86	16	197	319	294	152	141
Camamu	2.317	653	72	106	828	1.912	512	424	249	170	130	216	230	1.602
Conceição da Feira	203	2	87	37	3.231	1.788	57	25	1	1	31	14	25	159
Conceição do Almeida	459	20	553	464	1.214	2.038	21	126	11	6	49	54	21	61
Conceição do Jacuípe	215	10	363	16	6.246	1.709	26	33	2	-	41	12	81	138
Cruz das Almas	1.596	7	1.451	5	11.253	2.172	383	7	9	-	46	9	81	207
D. Macedo Costa	75	-	2	3	497	476	3	38	-	1	1	28	1	54
Eunápolis	7.557	18	3.818	9	14.836	1.560	381	110	610	23	137	13	203	186
Feira de Santana	75.489	70	21.976	1.131	45.752	8.619	2.773	459	1.740	9	995	552	1.731	1.568
Gandu	4.859	18	100	73	504	655	755	336	929	79	103	66	303	435
Governador Mangabeira	20	3	273	135	1.867	2.768	2	90	-	1	16	90	6	131
Ibirapitanga	1.205	1.565	72	196	190	1.075	44	328	100	302	32	223	76	924
Ilhéus	31.052	45	4.237	1.909	5.239	3.840	2.761	600	2.448	214	482	449	981	1.746

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Instalações Sanitárias – Esgotamento sanitário por domicílios – 2010													
	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro tipo		Não tinham	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Itabuna	49.430	237	1.631	188	2.247	678	3.945	191	2.078	13	1.183	105	981	113
Itacaré	1.900	5	531	217	557	906	438	258	315	83	27	310	125	1.086
Itagimirim	1.493	141	8	18	43	139	30	10	112	20	12	30	13	97
Itajuípe	3.579	81	29	119	525	377	323	373	391	108	32	68	204	191
Itapebi	107	35	3	16	1.989	282	57	77	80	30	26	67	90	137
Jussari	1.229	80	4	18	47	226	144	56	9	17	5	21	60	85
Laje	1.192	71	42	331	304	2.096	9	488	204	84	35	207	34	1.258
Maraú	331	39	13	652	431	1.741	15	529	130	96	16	140	67	962
Mascote	1.544	41	204	28	1.242	416	127	128	26	26	5	38	81	196
Muritiba	786	8	292	157	4.223	2.508	28	48	6	-	46	55	46	115
Nova Ibiá	719	3	2	3	78	400	24	286	13	126	2	26	18	322
Presidente Tancredo Neves	1.333	278	61	159	1.044	1.584	103	287	7	64	35	170	131	1.253
Santa Luzia	1.628	46	7	59	224	643	259	175	61	17	38	47	104	663
Sto Antônio de Jesus	17.192	2	1.226	63	4.373	2.227	665	180	392	25	118	81	197	686
São Félix	2.154	-	29	122	48	549	53	72	135	5	38	56	104	330
S. Gonçalo dos Campos	380	246	29	41	3.955	3.620	129	115	3	2	135	65	29	266
São José da Vitória	1.232	2	10	95	122	15	33	46	80	1	21	2	39	13
São Miguel das Matas	341	-	108	82	502	1.377	20	159	66	31	23	68	7	314
Sapeaçu	146	2	35	33	2.147	2.112	3	34	-	-	19	38	25	185
Teolândia	677	115	229	290	220	414	67	196	42	130	18	124	37	1.062
Ubaitaba	3.811	3	62	158	359	153	349	41	248	54	36	57	260	424

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Instalações Sanitárias – Esgotamento sanitário por domicílios – 2010													
	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro tipo		Não tinham	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ubatã	3.686	3	61	163	379	490	181	453	601	113	63	81	186	314
Una	1.499	-	144	269	1.748	1.427	434	52	135	15	180	242	270	794
Uruçuca	3.132	4	701	133	271	703	76	92	293	17	147	29	203	219
Valença	15.484	53	474	174	1.447	2.650	481	475	1.103	257	316	444	383	2.601
Wenceslau Guimarães	1.211	384	18	82	332	1.300	259	322	115	369	50	248	132	1.199
Bahia	1.825.907	33.091	187.102	73.343	833.872	566.092	63.788	47.489	55.407	9.900	25.223	48.844	43.808	280.539
Brasil	31.534.745	252.121	5.531.514	1.121.903	9.652.891	4.367.739	918.570	478.996	950.081	242.760	349.072	408.783	289.878	1.225.114

FONTE: IBGE, 2014a

Em análise ao QUADRO 6.3.33, a fossa rudimentar é a principal forma de esgotamento sanitário nos domicílios das áreas rurais, em mais de 60% do total de municípios. De acordo com as entrevistas realizadas, em grande parte dos municípios não há estação de tratamento de esgoto. Este é despejado sem nenhum tratamento nos cursos d'água. Em Muritiba, Cruz das Almas e Ilhéus verificou-se a existência de estações de tratamento de esgoto, porém, segundo os entrevistados, seriam insuficientes para atender todo o município.

A seguir (Figura 6.3.11), apresenta o Rio das Almas, que atravessa o município de Wenceslau Guimarães, onde os efluentes líquidos seriam lançados.



Figura 6.3.11 - Rio das Almas, Wenceslau Guimarães

Embora não tenha sido comumente observada manifestações aparentes sobre as condições ambientais na área de estudo, foi registrado, no período de campo (Figura 6.3.12), uma placa, instalada pela Associação de Moradores de Wenceslau Guimarães, citando, de maneira poética, o comprometimento da qualidade do rio local, intitulado Lamento do Rio das Almas.



Figura 6.3.12 - Placa Instalada pela Associação de Moradores de Wenceslau Guimarães Protestando Contra a Poluição do Rio. Das Almas

Em relação à existência de banheiros nos municípios, verificam-se os seguintes dados, apresentados no QUADRO 6.3.34.

QUADRO 6.3.34 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, EXISTÊNCIA DE BANHEIROS (2010)

Municípios	Instalações Sanitárias – Existência de Banheiros - 2010													
	Banheiro - de uso exclusivo do domicílio		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rede geral de esgoto ou pluvial		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa séptica		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa rudimentar		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - vala		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rio, lago ou mar		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - outro	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Arataca	1.292	936	291	103	26	59	702	603	245	132	25	28	3	11
Aurelino Leal	2.466	365	1.672	22	66	158	96	72	281	95	334	13	17	5
Barro Preto	1.404	231	1.306	1	11	47	25	124	56	58	3	1	3	-
Belmonte	3.036	2.065	2.237	924	193	178	569	939	8	4	9	1	20	19
Buerarema	3.920	744	3.105	4	64	220	279	293	156	221	244	1	72	5
Cachoeira	4.375	3.160	3.650	148	62	732	361	2.130	114	21	141	32	47	97
Camacan	6.441	1.500	5.572	265	74	494	271	386	259	72	11	180	254	103
Camamu	3.833	2.783	2.271	636	72	69	761	1.560	434	321	232	147	63	50
Conceição da Feira	3.566	1.718	202	2	87	35	3.201	1.652	51	19	1	-	24	10
Conceição do Almeida	2.257	2.581	450	18	544	451	1.208	1.994	12	93	10	4	33	21
Conceição do Jacuípe	6.552	1.447	208	8	362	15	5.935	1.405	25	14	2	-	20	5
Cruz das Almas	14.458	2.068	1.587	7	1.430	4	11.088	2.050	309	3	9	-	35	4
Dom Macedo Costa	574	482	75	-	2	3	493	442	3	30	-	1	1	6
Eunápolis	26.043	1.526	7.355	18	3.744	9	13.962	1.373	327	102	564	23	91	1
Feira de Santana	144.540	9.475	74.099	67	21.455	1.016	44.089	7.932	2.598	248	1.574	7	725	205
Gandu	6.671	935	4.754	14	92	73	282	516	590	228	869	60	84	44
Governador Mangabeira	2.071	2.406	19	2	267	110	1.776	2.241	-	33	-	1	9	19
Ibirapitanga	1.326	3.077	1.024	1.435	71	168	128	854	27	224	64	276	12	120
Ilhéus	43.514	5.199	30.034	43	4.062	1.703	4.655	2.864	2.291	333	2.170	145	302	111
Itabuna	55.908	1.025	47.076	207	1.489	163	1.688	529	3.061	90	1.755	7	839	29
Itacaré	3.501	996	1.847	4	523	157	463	663	382	85	282	55	4	32
Itagimirim	1.665	331	1.474	135	8	18	38	131	28	7	110	18	7	22
Itajuípe	4.533	680	3.437	70	25	55	457	233	224	223	363	77	27	22

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Instalações Sanitárias – Existência de Banheiros - 2010													
	Banheiro - de uso exclusivo do domicílio		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rede geral de esgoto ou pluvial		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa séptica		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa rudimentar		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - vala		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rio, lago ou mar		Banheiro - de uso exclusivo do domicílio - outro	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Itapebi	2.060	422	102	29	3	16	1.843	247	32	61	66	28	14	41
Jussari	1.358	348	1.189	79	4	14	45	196	109	44	8	10	3	5
Laje	1.760	3.135	1.188	69	42	320	299	2.012	9	464	195	82	27	188
Maraú	907	2.598	328	38	13	623	418	1.557	15	272	128	76	5	32
Mascote	2.893	569	1.512	41	190	28	1.068	367	97	85	23	24	3	24
Muritiba	5.295	2.218	778	7	292	111	4.157	2.052	28	16	5	-	35	32
Nova Ibiá	829	628	714	3	2	2	77	291	23	211	13	105	-	16
Presidente T. Neves	2.498	2.174	1.312	275	61	151	995	1.454	98	182	6	58	26	54
Santa Luzia	1.846	616	1.466	43	3	53	108	393	198	103	54	12	17	12
S. Antônio de Jesus	23.608	2.277	17.001	2	1.219	52	4.289	2.034	613	131	385	24	101	34
São Félix	2.297	547	2.053	-	26	110	25	391	47	27	125	3	21	16
S. Gonçalo dos Campos	4.554	3.832	374	245	29	35	3.914	3.444	108	77	2	2	127	29
São José da Vitória	1.229	79	1.043	-	10	53	75	8	25	17	65	1	11	-
São Miguel das Matas	1.046	1.627	340	-	106	82	498	1.334	20	154	63	31	19	26
Sapeaçu	2.304	1.990	136	2	35	33	2.114	1.918	3	27	-	-	16	10
Teolândia	1.091	1.057	648	115	220	276	149	332	30	140	32	121	12	73
Ubaitaba	4.444	322	3.647	1	46	119	247	111	268	23	220	38	16	30
Ubatã	4.333	931	3.388	3	33	148	230	362	110	322	535	62	37	34
Una	3.317	1.034	1.367	-	137	201	1.338	788	332	22	109	5	34	18
Uruçuca	4.196	655	2.932	4	679	108	227	474	56	47	253	11	49	11
Valença	18.825	3.453	15.317	52	447	148	1.349	2.434	431	367	1.033	236	248	216
W.Guimarães	1.741	2.030	1.157	347	15	67	247	947	180	223	103	303	39	143
Bahia	2.896.745	672.774	1.794.568	31.619	182.094	67.752	794.524	511.187	55.930	32.306	52.112	8.525	17.517	21.385
Brasil	47.759.776	5.743.020	31.239.154	245.404	5.453.506	1.079.415	9.169.782	3.786.050	787.620	274.031	901.302	218.443	208.412	139.677

FONTE: IBGE, 2014^a

De acordo com o quadro, acima exposto, observa-se que, apesar dos municípios apresentarem informações relacionadas à possível presença de instalações sanitárias, como banheiros de uso exclusivo, tanto na área urbana, como rural, sugere-se, considerando a situação de algumas comunidades observadas em campo, que os aspectos relacionados às condições de saneamento, não atendem adequadamente a demanda da grande maioria da população. As condições de saneamento proporcionadas aos cidadãos deveriam ter mais atenção do Poder Público, pois estas estão diretamente relacionadas às condições socioeconômicas que se estabelecem, incidindo no aumento de infraestrutura relativa ao atendimento na área da saúde, e, conseqüentemente, refletindo-se em outros níveis.

6.3.6.4 Resíduos sólidos urbanos

6.3.6.4.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pela Lei nº 12.305/10, é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A lei tem como fundamento a redução e a prevenção nas ações de geração de resíduos, bem como medidas estruturais que objetivam o aumento das práticas de reciclagem e da reutilização de resíduos sólidos, destacando o valor econômico destes, para os municípios e os estados, com vistas ao fomento de práticas e hábitos de consumo com fins sustentáveis.

6.3.6.4.2 Destinação dos Resíduos

No QUADRO 6.3.35 verifica-se o destino dos resíduos descartados nos domicílios.

QUADRO 6.3.35 - DESTINO DO LIXO (2010) (FONTE: IBGE, 2014^a)

Municípios	Destino do lixo - 2010															
	Coletado		Coletado por serviço de limpeza		Coletado em caçamba de serviço de limpeza		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro Destino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Arataca	1.570	410	1.306	181	264	229	28	803	4	40	18	129	1	2	1	23
Aurelino Leal	2.923	9	2.707	2	216	7	160	509	3	12	148	148	-	-	10	1
Barro Preto	1.467	6	956	2	511	4	42	278	2	8	92	57	-	1	-	-
Belmonte	3.145	1.985	2.960	1.758	185	227	150	865	32	77	37	52	4	2	2	9
Buerarema	4.315	7	4.298	7	17	-	153	795	2	52	52	69	6	-	14	24
Cachoeira	4.686	1.560	4.026	1.328	660	232	189	2.324	4	25	66	381	7	7	2	58
Camacan	6.840	659	6.333	618	507	41	132	1.142	4	53	115	90	2	7	15	8
Camamu	4.089	1.901	2.471	831	1.618	1.070	160	2.214	12	114	56	776	7	4	14	74
Conceição da Feira	3.545	515	3.494	336	51	179	60	1.303	3	55	17	142	3	1	7	10
Conceição do Almeida	2.218	553	425	58	1.793	495	96	2.066	1	78	9	62	-	-	4	10
Conceição do Jacuípe	6.643	1.025	6.524	998	119	27	215	773	12	24	85	86	1	-	18	10
Cruz das Almas	14.061	392	12.346	361	1.715	31	526	1.876	20	33	198	75	-	-	14	31
Dom Macedo Costa	564	61	1	1	563	60	15	486	-	6	-	28	-	1	-	16
Eunápolis	26.923	978	26.103	943	820	35	392	866	18	30	114	26	56	6	39	13
Feira de Santana	147.423	4.147	143.173	3.601	4.250	546	1.687	7.086	78	292	998	675	160	7	110	201
Gandu	6.986	169	6.451	50	535	119	154	1.141	8	33	369	299	8	1	28	19
Governador Mangabeira	2.089	255	2.010	219	79	36	62	2.700	2	88	31	157	-	1	-	17
Ibirapitanga	1.617	2.481	1.612	2.071	5	410	30	1.574	1	57	49	436	7	7	15	58
Ilhéus	44.001	3.140	38.534	1.519	5.467	1.621	1.039	4.681	55	224	1.637	625	149	23	319	110
Itabuna	58.199	263	53.845	206	4.354	57	552	1.047	8	80	2.527	89	125	3	84	43
Itacaré	3.721	222	2.937	108	784	114	103	1.997	3	130	46	424	-	5	20	87
Itagimirim	1.689	158	1.678	155	11	3	15	253	-	13	6	26	1	-	-	5
Itajuípe	4.931	574	4.257	419	674	155	36	530	-	49	111	145	2	1	3	18
Itapebi	2.165	127	1.965	112	200	15	111	471	4	12	65	23	5	2	2	9
Jussari	1.465	128	1.453	122	12	6	15	315	-	13	17	42	1	-	-	5
Laje	1.713	869	1.575	231	138	638	88	2.816	3	81	9	565	-	7	7	197
Maraú	927	1.477	821	1.157	106	320	59	2.014	4	183	8	443	-	12	5	30
Mascote	3.008	75	2.696	19	312	56	53	619	2	8	163	120	-	11	3	40
Muritiba	5.318	418	4.999	311	319	107	79	2.215	8	37	15	187	1	-	6	34
Nova Ibiá	807	42	454	29	353	13	11	744	-	49	35	322	-	5	3	4
Presidente Tancredo Neves	2.403	714	1.701	286	702	428	211	2.412	7	78	88	526	1	1	4	64
Santa Luzia	2.143	132	2.141	107	2	25	110	1.190	5	73	59	209	4	11	-	35
Santo Antônio de Jesus	22.956	159	22.174	144	782	15	382	2.558	8	50	690	329	14	3	113	165
São Félix	2.528	5	2.198	3	330	2	26	1.025	1	32	4	66	-	2	2	4
São Gonçalo dos Campos	4.424	1.831	4.357	1.764	67	67	180	2.234	7	61	42	181	-	3	7	45
São José da Vitória	1.429	1	1.255	1	174	-	30	153	1	5	71	11	1	-	5	4
São Miguel das Matas	1.043	6	823	3	220	3	10	1.597	3	48	11	355	-	3	-	22
Sapeaçu	2.224	380	1.773	303	451	77	112	1.698	7	97	23	172	-	2	9	55
Teolândia	1.000	399	837	208	163	191	37	883	4	120	235	899	10	7	4	23
Ubaitaba	4.875	173	4.646	18	229	155	43	582	2	11	199	117	4	2	2	5
Ubatã	5.040	7	4.946	2	94	5	44	1.391	-	67	67	139	2	3	4	10
Una	4.156	415	3.857	302	299	113	162	1.890	9	151	70	283	-	5	13	55
Uruçuca	4.404	89	3.507	62	897	27	47	791	4	55	348	194	6	2	14	66
Valença	18.699	652	16.985	545	1.714	107	390	4.604	19	137	534	808	28	12	18	441
Wenceslau Guimarães	1.809	1.045	1.260	319	549	654	94	1.933	2	68	202	666	1	9	9	183
Bahia	2.899.927	220.542	2.339.633	162.691	560.294	57.851	56.391	656.361	2.780	23.483	67.431	142.702	2.244	1.365	6.334	14.845
Brasil	47.926.640	2.179.448	44.338.538	1.653.046	3.588.102	526.402	777.861	4.702.788	38.723	293.324	400.862	733.896	26.245	16.807	56.420	171.153

Ao analisar o QUADRO 6.3.35, nota-se que, na área urbana prevalece a coleta de lixo e, na área rural, prevalece sua queima, exceto nos municípios de Arataca, Belmonte, Conceição do Jacuípe, Eunápolis, Ibirapitanga e Itajuípe, onde predomina a coleta de lixo na área rural.

O estado da Bahia também se enquadra nessa tendência e apresenta o maior número de domicílios com coleta de lixo na área urbana e queima na área rural.

Em geral não existem aterros sanitários, sendo que a grande maioria dos municípios conta apenas com lixões a céu aberto. Em Itapebi, observou-se no trabalho de campo, que o lixo é depositado no fundo do campo de futebol, única área de lazer da cidade, estando próximo das crianças e adultos que praticam esporte nesse local.

Alguns entrevistados afirmaram que as prefeituras estão elaborando seus planos de saneamento básico, que incluem previsão de criação de consórcios entre municípios para aterros sanitários. Contudo, não foi identificado nos municípios da área de estudo, a existência de um plano municipal de saneamento básico já em fase de execução. Verificou-se que há um consórcio, estabelecido, para implantação de um aterro sanitário entre Itapebi, Eunápolis, Itagimirim, Santa Cruz de Cabrália, Guaratinga, Itabela (os três últimos, fora da área de estudo).

Destaca-se que, na grande maioria dos municípios, existe a presença de trabalhadores informais, que desempenham como atividade econômica, a coleta de materiais recicláveis, entre os quais, papelão, garrafas plásticas e latinhas de alumínio, porém, sem qualquer vínculo desses à cooperativas.

No município de Valença, constatou-se a existência de uma empresa especializada que atua na coleta de lixo hospitalar.

Em Ubaitaba, pode-se observar um sério problema relacionado aos resíduos da feira de alimentos, onde os restos de animais, carcaças, ossadas são despejadas na rua, sem nenhum cuidado, atraindo um grande número de animais e deixando mau-cheiro por toda a cidade.

As Figura 6.3.13 e Figura 6.3.14. apresentam uma feira de alimentos em Ubaitaba, em que se observa a salga de pescado, atividade muito comum na região, embora em local inadequado, sem os devidos cuidados de higiene e o registro de descarte de resíduos inadequados no município de Itabuna.



Figura 6.3.13 - Salga de Pescado, no Município de Ubaitaba



Figura 6.3.14 - Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos no Município de Itabuna

6.3.6.5 Saneamento microrregional

6.3.6.5.1 Abastecimento de água

No que se refere ao abastecimento de água, os dados do IBGE fornecem as informações sobre as microrregiões em estudo, as quais estão organizadas no QUADRO 6.3.36. Nota-se que há uma prevalência no abastecimento de água por rede geral em todas as microrregiões, com destaque para a região de Feira de Santana, que apresenta o maior percentual de domicílios com essa forma de abastecimento.

QUADRO 6.3.36 - FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS MICRORREGIÕES

Microrregião	Rede geral (%)	Poço ou nascente na propriedade (%)	Poço ou nascente fora da propriedade (%)	Carro-pipa ou água da chuva (%)	Rio, açude, lago ou igarapé (%)	Poço ou nascente na aldeia (%)	Outra (%)
Feira de Santana	75,22	10,37	5,13	5,13	2,17	-	1,98
Santo Antônio de Jesus	70,57	14,95	9,04	1,51	1,65	-	2,28
Jequié	73,69	8,35	8,32	4,18	3,10	-	2,36
Valença	62,57	17,44	9,91	0,62	7,27	0,02	2,16
Ilhéus-Itabuna	79,01	9,30	4,17	1,32	3,84	0,02	2,34
Porto Seguro	72,68	18,30	5,77	0,27	1,73	0,18	1,07

FONTE: IBGE, 2014^a

6.3.6.5.2 Esgotamento Sanitário

Em uma perspectiva regional, é possível notar que as características apresentadas pelos municípios, acerca do esgotamento sanitário, seguem os mesmos padrões nas microrregiões, conforme se verifica no QUADRO 6.3.37.

Observa-se que prevalece nas microrregiões em estudo o esgotamento sanitário por rede de esgoto ou pluvial, contudo, não significa que haja tratamento, mas sim canalização do esgoto, que em geral é despejado nos rios. Apenas nas microrregiões de Feira de Santana e de Santo Antônio de Jesus há um maior número de domicílios que utiliza a fossa rudimentar como forma de esgotamento (46,63% e 46,4% dos domicílios, respectivamente).

QUADRO 6.3.37 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR DOMICÍLIO, 2010

Microrregiões	Rede geral de esgoto ou pluvial (%)	Fossa séptica (%)	Fossa rudimentar (%)	Vala (%)	Rio, lago ou mar (%)	Outro tipo (%)	Não tinham (%)
Feira de Santana	31,69	9,77	46,63	2,44	0,69	1,56	7,22
Santo Antônio de Jesus	32,66	5,81	46,4	2,93	3,89	2,17	6,15
Jequié	40,19	4,43	37,75	4,23	3,28	2,51	7,61
Valença	37,07	5,07	25,42	5,82	7,14	4,03	15,44
Ilhéus-Itabuna	58,4	5,46	14,69	7,12	4,89	2,54	6,88
Porto Seguro	42,83	7,54	40,12	1,83	2,43	1,18	4,07

FONTE: IBGE, 2014^a

Também pode-se verificar, que há compatibilidade entre os dados regionais encontrados e os dados municipais acerca da existência de banheiros. Observa-se que em todas as microrregiões estudadas, a maior parte dos domicílios, possui banheiro de uso exclusivo, como mostra o QUADRO 6.3.38 a seguir.

QUADRO 6.3.38 - EXISTÊNCIA DE BANHEIROS NAS MICRORREGIÕES, 2010

Microrregiões	De uso exclusivo do domicílio (%)	De uso exclusivo do domicílio - rede geral de esgoto ou pluvial (%)	De uso exclusivo do domicílio - fossa séptica (%)	De uso exclusivo do domicílio - fossa rudimentar (%)	De uso exclusivo do domicílio - vala (%)	De uso exclusivo do domicílio - rio, lago ou mar (%)	De uso exclusivo do domicílio - outro (%)
Feira de Santana	87,30	30,97	9,42	43,53	1,93	0,63	0,82
Santo Antônio de Jesus	88,62	31,99	5,60	43,51	2,42	3,69	1,40
Jequié	84,65	38,91	4,17	33,43	3,38	3,03	1,73
Valença	77,33	36,62	4,81	23,12	4,36	6,63	1,78
Ilhéus-Itabuna	83,23	55,76	4,96	11,58	5,31	4,30	1,32
Porto Seguro	89,63	41,72	7,20	36,39	1,47	2,27	0,57

FONTE: IBGE, 2014^a

6.3.6.5.3 Resíduos Sólidos

No que se refere à destinação do lixo nas microrregiões, o QUADRO 6.3.39, a seguir, evidencia os dados. Observa-se que a maior parte dos domicílios da região em estudo possui a coleta como principal forma de destinação de lixo.

QUADRO 6.3.39 - DESTINO DO LIXO NAS MICRORREGIÕES, 2010

Microrregiões	Coletado (%)	Coletado por serviço de limpeza (%)	Coletado em caçamba de serviço de limpeza (%)	Queimado na propried. (%)	Enterrado (na propriedade) (%)	Jogado em terreno baldio ou logradouro (%)	Jogado em rio, lago ou mar (%)	Outro destino (%)
Feira de Santana	76,86	71,92	4,94	18,39	0,67	3,45	0,08	0,53
Santo Antônio de Jesus	70,46	60,44	10,01	24,10	0,66	3,74	0,14	0,91
Jequié	73,48	60,04	13,44	20,13	0,74	4,69	0,14	0,82
Valença	65,54	50,47	15,07	24,23	1,35	7,52	0,18	1,17
Ilhéus-Itabuna	80,60	70,89	9,72	13,23	0,67	4,73	0,19	0,58
Porto Seguro	84,38	76,37	8,02	13,16	0,47	1,57	0,12	0,30

FONTE: IBGE, 2014^a

6.3.6.6 Energia elétrica

Com relação ao fornecimento de energia elétrica, observou-se em campo, que a grande maioria dos moradores tem acesso à energia elétrica, sendo poucos os domicílios que não dispõem desse serviço. Alguns entrevistados relataram a necessidade na melhoria das condições relativas à iluminação pública, que em geral, se mostra insuficiente para atender à demanda, assim como alguns relatos revelaram que, o fornecimento de energia elétrica seria constante e com poucas interrupções.

A seguir, QUADRO 6.3.40, algumas informações referentes ao fornecimento de energia elétrica nos municípios em estudo.

QUADRO 6.3.40 - EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR DOMICÍLIOS PARTICULARES

Municípios	Tinham (2011)		Não tinham (2011)	
	Unidades	Percentual	Unidades	Percentual
Arataca	2.677	88,38	352	11,62
Aurelino Leal	3.674	93,65	249	6,35
Barro Preto	1.822	93,29	131	6,71
Belmonte	5.676	89,25	684	10,75
Buerarema	5.188	94,52	301	5,48
Cachoeira	9.196	98,79	113	1,21
Camacan	8.660	95,51	407	4,49
Camamu	8.156	86,57	1.265	13,43
Conceição da Feira	5.584	98,64	77	1,36
Conceição do Almeida	5.045	98,98	52	1,02
Conceição do Jacuípe	8.846	99,48	46	0,52
Cruz das Almas	17.116	99,36	110	0,64
Dom Macedo Costa	1.163	98,64	16	1,36
Eunápolis	28.988	98,39	473	1,61
Feira de Santana	162.286	99,65	578	0,35
Gandu	8.951	97,14	264	2,86
Governador Mangabeira	5.359	99,2	43	0,8
Ibirapitanga	5.771	91,14	561	8,86
Ilhéus	54.323	97	1.680	3
Itabuna	62.460	99,11	560	0,89
Itacaré	5.553	82,17	1.205	17,83
Itagimirim	2.031	93,77	135	6,23
Itajuípe	6.196	96,81	204	3,19
Itapebi	2.801	93,49	195	6,51
Jussari	1.895	94,7	106	5,3
Laje	6.197	97,51	158	2,49
Maraú	4.053	78,52	1.109	21,48
Mascote	3.758	91,61	344	8,39
Muritiba	8.264	99,35	54	0,65
Nova Ibiá	1.890	93,47	132	6,53
Presidente Tancredo Neves	6.016	92,43	493	7,57
Santa Luzia	3.400	85,62	571	14,38
Santo Antônio de Jesus	27.245	99,34	182	0,66
São Félix	5.874	98,79	72	1,21
São Gonçalo dos Campos	8.882	98,52	133	1,48
São José da Vitória	1.606	93,86	105	6,14
São Miguel das Matas	2.986	96,38	112	3,62
Sapeaçu	4.721	98,79	58	1,21
Teolândia	2.978	82,24	643	17,76
Ubaitaba	5.663	94,15	352	5,85
Ubatã	6.234	92,03	540	7,97
Una	5.909	81,97	1.300	18,03
Uruçuca	5.634	93,59	386	6,41
Valença	24.832	94,27	1.510	5,73
Wenceslau Guimarães	5.271	87,54	750	12,46

 FONTE: IBGE, 2014^a

6.3.6.7 Segurança pública

O aspecto relacionado à condição de segurança pública em determinada região, durante estudos referentes ao meio socioeconômico, sempre se defronta com a necessidade de banco de dados mais completos, de maneira a agregar informações e estatísticas sobre segurança pública em nível municipal, e as disponibilize à população em geral. Dessa forma, informações dessa pesquisa sobre efetivo policial e viaturas foram obtidos, basicamente, por meio de contatos telefônicos e visitas a delegacias de polícia nos municípios. Foi possível obter estatísticas apenas sobre os tipos de crime notificados.

De maneira geral, observou-se que há grande carência de equipamentos e pessoal na área de segurança pública. Constatou-se baixo efetivo de policiais e viaturas, agravados pela carência de combustível para fazer as rondas, fatores que levam várias regiões dos municípios ficarem descobertas de segurança. Segundo relato dos entrevistados, há várias ocorrências relacionadas à assaltos e homicídios na zona rural dos municípios, ressaltando que a violência nessas áreas está diretamente relacionada com a ineficiência do serviço de segurança pública.

A criminalidade geralmente está associada ao uso e tráfico de entorpecentes, sobretudo o crack. Os entrevistados afirmam que os municípios enfrentam muitos problemas como a falta de perspectivas diante de emprego e renda que atendam às necessidades das famílias, a falta de lazer, e o uso de bebidas alcoólicas e de drogas. Os crimes mais citados são pequenos furtos e roubos, arrombamentos de carros e de casas, e assassinatos para acerto de contas. A prostituição e o abuso sexual infantil no litoral também são apontados frequentemente. Além disso, o crime de assalto a bancos também foi bastante citado nas entrevistas.

No QUADRO 6.3.41 a seguir, buscou-se organizar as informações obtidas em relatos de entrevistados acerca da segurança pública nos municípios estudados.

QUADRO 6.3.41 - ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE

Arataca	O entrevistado afirmou que a cidade é bem tranquila. Há 4 policiais, mas que dão conta da segurança do município.
Barro Preto	O efetivo é de 2 policiais, o que, segundo o entrevistado não é suficiente. Há registros de assaltos a bancos.
Buerarema	O exército está na cidade em razão de um conflito entre moradores e indígenas.
Camamu	São poucos policiais, sendo 2 por plantão. Existem somente 3 investigadores, não sendo o suficiente para suprir toda a área da cidade. O maior número de ocorrências são relacionadas a roubo de carro, de moto e assalto a bancos. As drogas são um importante problema. Faltam viaturas para atender a população, pois há somente 2 viaturas no município.
Conceição do Almeida	Dois policiais por plantão. Há 2 viaturas, uma da polícia militar e uma da civil.
Cruz das Almas	Há muitos assaltos na zona rural.
Gandu	Possuem 76 policiais que atendem os municípios de Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandu, Iraí do Norte, Itamaré.
Governador Mangabeira	Está sendo implantado um sistema de segurança com o uso de câmeras nas vias públicas. O efetivo corresponde a 22 policiais, 1 delegado e 3 agentes. O município dispõe de 2 viaturas. As principais ocorrências de violência estão relacionadas ao uso de drogas.
Itacaré	Há muitos homicídios na zona rural. O município dispõe de 10 policiais civis e 30 militares. Possuem um única viatura, a qual se encontra em estado bem precário, sendo de uso tanto para Itacaré quanto para Taboquinha.
Itagimirim	O município não dispõe de viaturas. O delegado comparece à delegacia uma ou duas vezes por semana. O policiamento não é suficiente para atender toda a cidade. Quando há ocorrência em Distritos próximos o policiamento é direcionado e a cidade fica sem proteção. Os maiores problemas estão relacionados ao tráfico de drogas e mais específico ao crack, o qual gera o grande número de furtos, feitos geralmente pelos usuários.
Itajuípe	O número de policiais não é suficiente. O município dispõe de apenas uma viatura. Os maiores problemas de criminalidade, estão relacionados ao tráfico de drogas, violência doméstica que gera muitas ocorrências pela lei Maria da Penha. Assalto e roubos de veículos no trevo da cidade, que possui a saída para várias outras cidades o que facilita a fuga. Não possuem dados estatísticos na delegacia, mas podem ser acessados com agendamento com o pessoal responsável pela estatística.

Itapebi	Principais crimes são por homicídios e tráfico de drogas. Em 2013 houve 13 ocorrências de homicídios, o que para cidade com menos de 20.000 habitantes pode ser considerado um alto índice. O município não dispõe de viatura para a polícia civil, somente 1 veículo para polícia militar. O delegado da polícia civil considera que o número de policiais não é suficiente: somente 1 policial civil e 2 policiais militares.
Maraú	O delegado atende também em Itacaré. As principais ocorrências relacionam-se a afogamentos em finais de semana ou por brigas de vizinhos. Há somente 1 viatura para atender o município. O efetivo de policiais não é suficiente. Ocorrem menos homicídios que em Itacaré.
São Félix	Há uma viatura disponível. O efetivo de policiais não é suficiente.
São José da Vitória	Muitos furtos relacionados ao uso do crack.
São Miguel das Matas	Há 1 viatura da Polícia Militar e 4 policiais. As principais ocorrências estão relacionadas ao uso de drogas.
Teolândia	Os principais crimes estão relacionados com ameaças e agressões entre marido e mulher. O município dispõe de 2 viaturas, sendo uma civil e outra militar. O efetivo da polícia civil consiste em 1 delegado e 1 agente investigador, não sendo suficiente para o município.
Ubatã	Os principais crimes são furtos simples e qualificados, roubo, violência doméstica e o tráfico de drogas. Há muitas ocorrências envolvendo brigas e ameaças, lesão corporal tanto na área urbana quanto rural. O município dispõe de 1 viatura, 2 investigadores, 1 escrivã e 1 delegado.
Una	O exército está no município em razão de um conflito entre indígenas e moradores.
Uruçuca	Há muitos crimes no município relacionados à disputas políticas.
Valença	Na cidade há um presídio de segurança máxima dentro da área urbana, acarretando em grandes problemas para a segurança da população. Possuem 300 policiais que atendem 11 municípios. Existe um bairro chamado Bolívia, onde há presença de gangues rivais e muita violência. Foi instaurada uma Unidade de Polícia Pacificadora-UPP- no bairro para intervir.

FONTE: DELEGACIAS DOS REFERIDOS MUNICÍPIOS (2014)

A seguir, estão apresentadas no QUADRO 6.3.42, as principais ocorrências policiais em alguns dos municípios em estudo.

QUADRO 6.3.42 - PRINCIPAIS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

Municípios	Homicídio Doloso	Lesão Corporal Seguida de Morte	Roubo com Resultado de Morte (Latrocínio)	Tentativa de Homicídio	Estupro	Roubo a Ônibus (Urbano e Rodovia)	Roubo de Veículo	Furto de Veículo	Uso/Porte Substância Entorpecente (Usuários)
Arataca	6	0	0	6	5	0	4	1	1
Aurelino Leal	5	0	0	12	3	0	14	0	0
Barro Preto	1	0	0	1	1	0	0	1	2
Belmonte	2	0	0	1	7	0	1	2	4
Buerarema	5	0	0	6	2	2	9	4	3
Cachoeira	12	2	1	28	10	4	18	3	23
Camacan	14	2	1	12	6	0	11	9	4
Camamu	23	1	0	4	2	0	13	4	6
Conceição da Feira	3	0	0	2	1	2	20	2	6
Conceição do Almeida	1	0	0	1	2	0	4	0	2
Conceição do Jacuípe	10	0	0	7	10	2	81	10	12
Cruz das Almas	14	0	0	13	9	0	38	13	18
Dom Macedo Costa	0	0	0	1	2	0	0	0	2
Eunápolis	70	0	5	48	21	0	132	47	40
Feira de Santana	332	1	10	195	185	71	1249	70	339
Gandu	9	0	0	8	11	0	15	4	34
Governador Mangabeira	5	0	0	2	2	1	15	1	1
Ibirapitanga	14	0	0	11	7	1	23	3	4
Ilhéus	129	2	3	81	74	109	105	54	163
Itabuna	129	3	1	160	36	42	378	123	98
Itacaré	12	0	0	5	5	0	8	3	33
Itagimirim	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Itajuípe	7	0	1	13	5	1	27	3	11
Itapebi	13	0	0	6	1	0	1	1	0
Jussari	4	0	1	1	1	1	0	2	0
Laje	4	0	0	13	2	0	13	2	3
Maraú	12	0	1	5	6	0	7	3	0
Mascote	14	0	0	0	0	0	4	1	0
Muritiba	13	0	2	12	4	0	12	5	7

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Homicídio Doloso	Lesão Corporal Seguida de Morte	Roubo com Resultado de Morte (Latrocínio)	Tentativa de Homicídio	Estupro	Roubo a Ônibus (Urbano e Rodovia)	Roubo de Veículo	Furto de Veículo	Uso/Porte Substância Entorpecente (Usuários)
Nova Ibiá	3	0	0	0	7	0	0	0	0
Presidente Tancredo Neves	14	1	0	8	6	0	16	7	0
Santa Luzia	7	0	0	1	1	0	1	2	0
Santo Antônio de Jesus	28	3	0	19	16	1	44	37	96
São Félix	2	0	1	11	4	0	7	0	8
São Gonçalo dos Campos	15	1	0	4	7	1	17	2	2
São José da Vitória	1	0	0	4	3	0	0	2	4
São Miguel das Matas	1	0	0	1	0	0	6	1	3
Sapeaçu	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Teolândia	10	0	0	6	6	0	7	2	1
Ubatuba	8	1	0	7	13	0	8	6	5
Una	18	0	1	16	8	0	7	4	16
Ubatã	6	0	0	9	2	1	5	1	10
Uruçuca	18	0	2	4	8	0	21	0	6
Valença	74	2	1	78	21	1	48	15	29
Wenceslau Guimarães	4	1	0	0	3	0	4	0	0

FONTE: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (2014)

Ao analisar o QUADRO 6.3.42, percebe-se que o roubo de veículos, é o principal tipo de criminalidade registrado nos municípios, informação tal, que coincide com os depoimentos de vários entrevistados. Em Feira de Santana foram registrados 1.249 ocorrências de roubo de veículos, Itabuna 378 registros e Eunápolis 132 registros. Este tipo de ocorrência ganha destaque em relação às outras formas de criminalidade, por apresentar número relativamente superior aos outros tipos de criminalidade em cada município.

A segunda ocorrência de criminalidade mais frequente é o homicídio doloso. Em 13 municípios, dentre os listados no QUADRO 6.3.42, aparece como o principal registro de ocorrência.

A seguir, na Figura 6.3.15, algumas características da Delegacia de Polícia Civil de Arataca e viatura, aspecto semelhante da edificação pôde ser observada em outros municípios durante o período de campo.



Figura 6.3.15 - Delegacia de Polícia Civil de Arataca

6.3.7 Dinâmica econômica

6.3.7.1 Estrutura produtiva e de serviços

A fim de caracterizar o desempenho econômico dos municípios baianos inseridos no corredor de estudo, priorizou-se analisar os principais indicadores referentes ao Estado incluindo os que mostram a estrutura da economia como Produto Interno Bruto (PIB), assim como os que auxiliam na compreensão de dinâmicas mais específicas, como aquelas relacionadas a emprego ou ocupações da população economicamente ativa dos municípios - PEA, utilizando-se de informações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

O PIB considera em seu cálculo, a soma de bens e produtos finais, serviços, investimentos e gastos do governo, sendo que não entram no cálculo os bens já existentes, os bens intermediários (utilizados para a produção de outros bens), serviços não remunerados e as atividades informais e ilegais. Há de se considerar que o PIB a preços correntes não desconta as perdas de poder aquisitivo da moeda, provocados pela inflação.

A leitura do PIB sob a ótica do produto considera o cálculo do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da economia, isto é, primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços), o que permite visualizarmos o peso que as atividades representam à produção municipal.

De acordo com os dados do IBGE no QUADRO 6.3.43 que apresentam o VAB dos setores da economia, bem como o PIB, permite-se fazer uma análise da evolução econômica dos municípios inseridos no corredor de estudo entre os anos de 2006 a 2012 e verificar a importância do setor agropecuário, de indústria e de serviços na composição do PIB municipal.

Em 2006, os municípios que apresentaram maior contribuição para o aumento do PIB nacional foram Feira de Santana (3.867.472 mil reais) seguido de Itabuna (1.582.089 mil reais) e Ilhéus (1.535.083 mil reais), mantendo o mesmo panorama em 2012, onde novamente os municípios de Feira de Santana seguido de Itabuna e Ilhéus apresentaram maior PIB. Vale destacar que a maioria dos municípios apresentaram um grande incremento no valor do PIB, em mais de 50 % do valor nos anos observados de 2006 a 2012. Os municípios de Dom Macedo Costa, São José da Vitória e Barro Preto, mantiveram-se com o menor PIB, em comparação com os demais municípios nos anos observados, como mostra o QUADRO 6.3.43 a seguir.

QUADRO 6.3.43 - VALOR ADICIONADO BRUTO E PIB A PREÇOS CORRENTES- 2006 E 2012

Municípios	Agropecuária (mil reais)		Indústria (Mil reais)		Serviços (Mil reais)		PIB (Mil reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Arataca	16.527	20.136	2.446	5.503	18.292	36.400	38.466	63.939
Aurelino Leal	9.173	12.885	3.912	6.769	26.330	32.648	40.567	54.716
Barro Preto	3.612	7.270	1.820	3.810	13.104	27.836	19.168	40.647
Belmonte	22.890	93.184	14.769	15.351	46.933	111.795	91.479	228.077
Buerarema	3.416	5.763	5.956	12.846	49.811	107.273	66.260	140.732
Cachoeira	11.817	15.294	52.612	72.025	80.162	152.769	156.016	265.347
Camacan	9.197	14.553	9.875	25.064	71.693	141.110	98.662	196.063
Camamu	16.453	36.454	11.164	22.790	60.305	142.992	92.817	214.301
Conceição da Feira	4.782	17.648	12.262	28.358	35.770	79.971	60.066	135.048
Conceição do Almeida	8.872	9.632	7.953	15.189	35.900	64.414	56.577	95.039
Conceição do Jacuípe	31.242	28.991	31.259	274.643	92.275	244.671	172.625	692.833
Cruz das Almas	17.445	21.176	33.205	69.727	196.608	384.421	280.536	532.912
Dom Macedo Costa	3.572	4.581	1.114	2.304	7.418	15.291	12.427	22.829
Eunápolis	45.716	73.421	355.314	356.662	396.762	807.659	921.405	1.495.706
Feira de Santana	55.864	39.780	633.674	1.840.038	2.463.905	5.367.869	3.867.472	8.635.051
Gandu	13.538	17.030	11.715	22.198	72.645	143.380	107.091	196.725
Governador Mangabeira	10.585	18.827	24.131	16.806	36.679	78.277	74.425	120.562
Ibirapitanga	24.816	27.354	5.366	11.133	44.102	72.201	78.774	114.683
Ilhéus	44.553	93.077	481.211	673.866	812.880	1.371.008	1.535.083	2.524.536
Itabuna	9.422	16.298	228.563	577.748	1.128.478	1.999.532	1.582.089	2.982.059
Itacaré	9.125	16.859	6.902	15.835	40.977	93.068	62.440	131.833
Itagimirim	10.053	21.329	2.273	4.811	18.989	32.649	33.608	61.139
Itajuípe	7.324	18.005	19.853	45.855	45.940	90.477	77.428	168.870
Itapebi	9.728	14.357	111.253	115.729	32.609	44.907	160.237	177.708

Municípios	Agropecuária (mil reais)		Indústria (Mil reais)		Serviços (Mil reais)		PIB (Mil reais)	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Jussari	5.064	7.007	1.865	4.053	13.396	25.945	21.114	38.218
Laje	12.697	18.967	5.832	16.076	46.593	111.933	70.764	160.537
Maraú	9.158	22.299	4.789	11.531	30.601	66.285	46.280	103.468
Mascote	6.795	10.767	3.750	7.940	25.615	52.745	37.778	74.484
Muritiba	9.133	11.995	21.475	52.538	60.178	113.290	99.176	192.268
Nova Ibiá	7.954	11.367	1.580	3.773	12.488	28.717	22.937	46.118
Presidente Tancredo Neves	15.055	27.216	5.807	15.095	37.171	83.363	60.189	131.201
Santa Luzia	7.500	9.902	3.615	7.903	24.601	44.136	37.184	63.419
Santo Antônio de Jesus	11.371	14.628	66.333	166.771	390.268	798.936	552.888	1.146.132
São Félix	7.673	10.533	7.681	8.951	38.538	66.209	57.266	90.413
São Gonçalo dos Campos	12.367	15.032	42.976	100.961	70.432	146.502	139.312	295.973
São José da Vitória	1.229	1.855	2.481	3.170	9.441	21.732	13.568	27.980
São Miguel das Matas	28.646	16.616	2.907	7.355	22.874	62.936	56.552	95.716
Sapeaçu	14.408	11.765	4.726	10.810	35.671	63.564	57.790	90.274
Teolândia	10.681	11.995	2.704	7.428	20.420	46.167	34.739	68.251
Ubaitaba	3.340	9.383	15.448	18.470	57.478	117.016	82.743	158.551
Ubatã	5.471	8.355	6.472	13.984	49.855	81.131	67.786	111.204
Una	19.700	35.553	8.705	18.128	50.439	97.572	86.291	163.544
Uruçuca	5.874	12.482	8.039	17.517	39.754	76.483	57.652	113.734
Valença	34.504	53.589	44.452	101.368	241.320	498.468	356.177	726.193
Wenceslau Guimarães	58.788	66.390	5.868	10.527	50.221	79.743	117.980	160.285

FONTE: IBGE, 2014^a

Nota-se que dos setores que compõem o PIB de cada município (indústria, agropecuária e serviços), o setor de serviços é o que possui maior valor adicionado, seguido pelo secundário e primário. Ressalta-se que em Wenceslau Guimarães, embora o setor de serviços seja preponderante na composição do PIB, com 79.743 mil reais em 2012, observa-se que a agropecuária possui sua importância, tendo apresentado, para esse mesmo ano, o valor de 66.390 mil reais, que ultrapassa o valor apresentado da indústria de 10.527 mil reais nesse mesmo período. O mesmo observa-se em Belmonte, onde apesar do setor de serviços compor um valor de 111.795 mil reais em 2012, a agropecuária se destaca, tendo apresentado, para esse mesmo ano, o valor de 93.184 mil reais, ultrapassando também o valor apresentado da indústria de 15.351 mil reais nesse mesmo período.

Nos municípios de Conceição do Jacuípe e Itapebi o setor da indústria prevalece, apresentando 274.643 mil reais e 115.729 mil reais respectivamente para o ano de 2012, ultrapassando o setor de serviços, onde os valores representaram 244.671 mil reais e 44.907 mil reais respectivamente nos municípios no mesmo período observado.

Importante relatar que a partir da análise de campo a base da economia dos municípios estudados é constituída pela atividade agrícola e pelo setor de serviços, sendo que a

administração pública municipal é a maior empregadora na grande maioria desses. A atividade pecuária não é muito expressiva.

Diante a estes aspectos da economia, ressalta-se a importância que o setor da agricultura exerce sobre os municípios da área de estudos, onde considera-se a cultura da cana-de-açúcar e do cacau como grande lavoura comercial, assim como as pequenas culturas comerciais que compõem produções em destaque como a mandioca, o coco-da-baía, o fumo, o café, o agave, a cebola e o dendê (e conseqüente azeite-de-dendê), e as culturas de subsistência, encontradas em todo o território baiano, sendo a cultura da mandioca, a mais importante, seguida pelo feijão, o milho, o café e a banana.

Destaca-se que o estado da Bahia é o primeiro produtor nacional de cacau, sisal, mamona, coco, feijão e mandioca, sendo a microrregião de Ilhéus-Itabuna, denominada “Região Cacaueira”. Essa região é considerada uma das mais propícias áreas para o cultivo do cacau, onde além de ser o principal produtor, é também o principal exportador de cacau no Brasil, ressaltando porém que a produção aliada às crises da cacauicultura, declinou nos últimos anos. Percebe-se também a participação de áreas destinadas, principalmente, à cacauicultura ao longo da faixa de domínio nos municípios da área de estudo. Salientando que 70% do cultivo de cacau na Bahia são sob o sistema de cabruca, que consiste em um forma tradicional de plantio, no qual são deixadas espécies arbóreas da mata original para sombrear os pés de cacau.

A seguir, expõem-se no QUADRO 6.3.45 as áreas de plantio de cacau e respectiva participação dessa cultura nos municípios, bem como o seu valor de produção. Pode-se constatar em análise aos números apresentados, que a maior participação de plantio da cultura de cacau mediante a área total, se faz nos municípios pertencentes à microrregião de Ilhéus-Itabuna, destacando os municípios de Barro Preto seguido de Itajuípe e Arataca, que apresentaram aproximadamente 69%, 59% e 52% respectivamente, sem deixar de ressaltar o município de Ilhéus, que representa maior área de cultivo de cacau (52.206 ha) entre os municípios.

QUADRO 6.3.44 - ÁREA TERRITORIAL, ÁREA DE PLANTIO, PERCENTUAL DE PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DA LAVOURA DE CACAU NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO (2013).

Municípios	Área Territorial (ha)	Área Plantio de Cacau (ha)	% área de plantio de Cacau	Produção de Cacau (ton)	Valor da Produção (Mil reais)
Conceição do Jacuípe	11743,72	-	-	-	-
Feira de Santana	133692,81	-	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	30049,4	-	-	-	-
Conceição da Feira	16275,24	-	-	-	-
Cachoeira	39490,83	84	0,21	18	72
Muritiba	8923,96	-	-	-	-
Governador Mangabeira	10623,21	-	-	-	-
Cruz das Almas	14562,62	-	-	-	-
Sapeaçu	11711,66	-	-	-	-
Conceição do Almeida	28970,84	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	26114,33	93	0,35	67	407
São Miguel das Matas	21424,91	853	3,98	629	3.787
Laje	45739,16	3.321	7,26	2.072	10.008
Valença	119167,91	4.999	4,19	2.280	11.012
Presidente Tancredo Neves	41688,8	4.162	9,98	1.411	6.815
Teolândia	31759,75	4.829	15,20	1.589	7.913
Wenceslau Guimarães	67356,92	13.238	19,65	5.573	28.144
Gandu	24297,13	8.494	34,95	3.992	20.110
Nova Ibiá	17862,03	6.439	36,05	3.348	16.991
Ibirapitanga	44691,73	20.004	44,75	6.001	30.905
Camamu	91964,88	11.396	12,39	3.066	14.809
Maraú	82271,29	13.388	16,27	3.280	14.666
Ubaitaba	17867,42	6.734	37,69	1.522	8.524
Aurelino Leal	45740,97	7.541	16,48	1.825	10.585
Itacaré	73728,58	14.239	19,31	4.058	20.075
Ilhéus	175873,21	52.206	29,68	11.485	64.686
Uruçuca	39166,9	16.416	41,91	3.776	21.101
Itajuípe	28428,57	16.722	58,82	3.060	17.056
Barro Preto	12828,53	8.884	69,25	1.626	9.046
Itabuna	43191,22	10.932	25,31	2.536	12.611
Buerarema	23028,09	7206	31,29	1.593	8.623
São José da Vitória	7243,61	2.606	35,97	568	2.370
Una	117651,04	16.286	13,84	4.202	23.508
Jussari	35659,32	4.600	12,89	860	4.299
Arataca	37492,58	19.670	52,46	3.403	18.421
Camacan	62619,7	14.278	22,80	2.470	13.371
Mascote	77188,45	10.028	12,99	1.905	9.473
Belmonte	196860,2	11.191	5,68	2.843	10.803
Itapebi	100469,01	3.824	3,81	918	5.324
Itagimirim	83848,44	119	0,14	19	110
Eunápolis	117831,02	958	0,81	334	1.937

Fonte: IBGE (2015)

Associado ao VAB está a PEA (População Economicamente Ativa), que por sua vez, vai revelar a disponibilidade e a ocupação da mão de obra, consistindo num dos principais fatores de produção necessários ao desenvolvimento nos municípios em estudo. O conceito

é atribuído para designar a população que está disponível no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando inserir-se nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Ressalta-se que o IBGE mudou a faixa de idade da população em idade ativa na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, onde a população considerada em idade economicamente ativa passou de 10 anos ou mais para 15 anos ou mais, já que as crianças de 10 a 14 anos não têm representatividade na força de trabalho do País servindo de parâmetro internacional, em termos de comparação.

No QUADRO 6.3.45 observa-se a condição de ocupação dos moradores dos municípios da área de estudo.

QUADRO 6.3.45 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ATIVIDADE – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, 2010.

Municípios	Economicamente ativas		Economicamente ativas - ocupadas		Economicamente ativas - desocupadas		Não economicamente ativas	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Arataca	4.094	49,93	3.837	46,79	258	3,14	4.106	50,07
Aurelino Leal	5.278	47,22	4.715	42,18	563	5,04	5.900	52,78
Barro Preto	2.436	44,31	2.140	38,93	296	5,38	3.062	55,69
Belmonte	9.259	52,34	7.840	44,31	1.419	8,02	8.432	47,66
Buerarema	6.343	40,27	5.578	35,41	766	4,86	9.409	59,73
Cachoeira	14.956	55,09	13.246	48,79	1.711	6,3	12.190	44,91
Camacan	11.516	45,26	9.729	38,24	1.787	7,02	13.928	54,74
Camamu	15.321	55,05	13.956	50,15	1.364	4,9	12.511	44,95
Conceição da Feira	9.181	53,93	7.581	44,53	1.599	9,4	7.843	46,07
Conceição do Almeida	6.872	44,41	5.166	33,39	1.706	11,03	8.600	55,59
Conceição do Jacuípe	15.140	59,74	12.930	51,02	2.210	8,72	10.203	40,26
Cruz das Almas	27.195	54,12	22.953	45,68	4.242	8,44	23.052	45,88
Dom Macedo Costa	1.772	53,26	1.572	47,26	200	6,00	1.555	46,74
Eunápolis	49.011	59,27	43.588	52,71	5.423	6,56	33.686	40,73
Feira de Santana	292.296	62	261.614	55,49	30.683	6,51	179.150	38
Gandu	14.592	58,36	13.227	52,91	1.365	5,46	10.409	41,64
Governador Mangabeira	9.964	60,37	9.394	56,92	570	3,45	6.540	39,63
Ibirapitanga	9.023	50,31	8.339	46,49	684	3,82	8.913	49,69
Ilhéus	87.718	56,57	76.610	49,4	11.109	7,16	67.354	43,43
Itabuna	98.549	56,3	84.834	48,47	13.715	7,84	76.479	43,7
Itacaré	11.055	57,04	10.167	52,45	889	4,59	8.327	42,96
Itagimirim	2.932	49,97	2.496	42,53	436	7,44	2.936	50,03
Itajuípe	8.635	48,7	7.615	42,95	1.019	5,75	9.097	51,3
Itapebi	3.840	45,54	3.282	38,92	558	6,62	4.592	54,46
Jussari	2.388	44,46	2.016	37,53	372	6,93	2.984	55,54
Laje	11.044	59,98	10.622	57,69	422	2,29	7.369	40,02

Municípios	Economicamente ativas		Economicamente ativas - ocupadas		Economicamente ativas - desocupadas		Não economicamente ativas	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Maraú	8.016	52,56	7.540	49,44	477	3,12	7.234	47,44
Mascote	4.856	41,17	4.093	34,7	763	6,47	6.939	58,83
Muritiba	12.960	52,67	10.808	43,93	2.152	8,74	11.645	47,33
Nova Ibiá	3.043	55,31	2.882	52,39	161	2,92	2.458	44,69
Presidente Tancredo Neves	11.600	59,99	11.140	57,61	460	2,38	7.736	40,01
Santa Luzia	5.492	50,02	5.087	46,33	405	3,69	5.489	49,98
Santo Antônio de Jesus	47.894	61,7	42.861	55,21	5.033	6,48	29.734	38,3
São Félix	6.865	56,37	5.977	49,08	888	7,29	5.314	43,63
São Gonçalo dos Campos	16.233	58,42	14.174	51,01	2.060	7,41	11.554	41,58
São José da Vitória	2.031	43,49	1.798	38,5	233	5	2.639	56,51
São Miguel das Matas	5.431	62,28	5.207	59,71	224	2,57	3.289	37,72
Sapeaçu	7.602	54,18	6.797	48,44	805	5,74	6.429	45,82
Teolândia	6.579	54,25	5.975	49,27	604	4,98	5.548	45,75
Ubaitaba	8.682	50,93	7.973	46,77	709	4,16	8.366	49,07
Ubatã	10.375	50,16	8.416	40,69	1.959	9,47	10.309	49,84
Una	10.678	54,45	9.061	46,2	1.618	8,25	8.933	45,55
Uruçuca	8.422	51,37	7.173	43,75	1.250	7,62	7.974	48,63
Valença	43.901	59,49	39.038	52,9	4.863	6,59	29.892	40,51
Wenceslau Guimarães	10.394	58,14	9.623	53,83	770	4,31	7.484	41,86

FONTE: IBGE, 2014^a

No QUADRO 6.3.45, observa-se que a maioria dos municípios listados apresentam maior percentagem de pessoas economicamente ativas. Embora prevaleça nos municípios, uma alta taxa de pessoas economicamente ativas e ocupadas, é preciso ressaltar que a taxa de população economicamente inativa é alta, alcançando altos índices, sobretudo em Buerarema (59,73%), Mascote (58,83%), São José da Vitória (56,51%). O município de São José das Matas destaca-se por apresentar as maiores taxas de população economicamente ativa ocupada, 59,71%.

A necessidade de mais oportunidades de trabalho, principalmente formal, foi um discurso destacado durante as entrevistas e nos diálogos em campo, apesar de haver mão de obra disponível e em condições de empregabilidade, os municípios não são capazes de absorvê-la, o que acaba ocasionando a evasão, sobretudo, de jovens, principalmente para o sudeste e cidades da Bahia, os quais possuem melhor estrutura e disponibilidade de vagas, sobretudo àquelas relacionadas ao setor turístico, como Porto Seguro (muito citada pelos entrevistados), geralmente para atuar em algum trabalho temporário.

Os entrevistados destacaram que há muita informalidade regendo as relações de trabalho nos municípios, principalmente no comércio varejista. Os números para as condições

de ocupação nas microrregiões em estudo, para a Bahia e Brasil se encontram no QUADRO 6.3.46, a seguir.

QUADRO 6.3.46 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NAS MICRORREGIÕES, BAHIA E BRASIL- 2010

Localidades	Economicamente ativas		Economicamente ativas - ocupadas		Economicamente ativas - desocupadas		Não economicamente ativas	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Microrregião Feira de Santana	491.862	58,96	441.286	52,9	50.577	6,06	342.316	41,04
Microrregião Santo Antônio de Jesus	255.782	55,87	227.153	49,61	28.629	6,25	202.061	44,13
Microrregião Jequié	228.977	53,83	206.860	48,63	22.117	5,2	196.405	46,17
Microrregião Valença	122.717	57,26	112.735	52,6	9.983	4,66	91.591	42,74
Microrregião Ilhéus-Itabuna	441.514	51,93	384.950	45,28	56.565	6,65	408.696	48,07
Microrregião Porto Seguro	341.888	57,36	305.140	51,2	36.748	6,17	254.113	42,64
Bahia	6.555.397	55,72	5.841.078	49,65	714.319	6,07	5.208.712	44,28
Brasil	93.504.659	57,73	86.353.839	53,31	7.150.820	4,41	68.476.640	42,27

FONTE: IBGE, 2014a

A análise em recorte regional também demonstra que prevalece a população economicamente ativa nas microrregiões, na Bahia e no Brasil, sendo que a microrregião Feira de Santana é a que apresenta a maior taxa (58,96%), acima da taxa estadual (55,73%) e nacional (57,73%). Na análise das taxas da população economicamente ativa ocupada, a microrregião Feira de Santana, com 52,9%, ainda permanece acima da média estadual, porém abaixo da média nacional (53,31%). Já a menor taxa de população economicamente ativa ocupada é da microrregião Ilhéus-Itabuna (45,28%).

A seguir, observa-se, no QUADRO 6.3.47 e QUADRO 6.3.48, as estatísticas relativas às principais atividades profissionais e os grupos de ocupação encontrados na área de estudo.

QUADRO 6.3.47 - GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL

Municípios	Diretores e gerentes		Profissionais das ciências e intelectuais		Técnicos e profissionais de nível médio		Trabalhadores de apoio administrativo		Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados		Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca		Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios		Operadores de instalações e máquinas e montadores		Ocupações elementares		Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares		Ocupações mal definidas	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Arataca	125	3,25	219	5,7	55	1,42	109	2,85	436	11,36	685	17,85	182	4,73	141	3,68	1.781	46,42	-	-	105	2,74
Aurelino Leal	154	3,26	332	7,05	150	3,19	202	4,29	856	18,16	543	11,52	323	6,84	146	3,09	1.784	37,84	5	0,11	219	4,65
Barro Preto	37	1,75	196	9,17	125	5,83	111	5,18	226	10,54	282	13,16	158	7,4	111	5,17	817	38,16	-	-	78	3,65
Belmonte	224	2,85	575	7,33	310	3,96	180	2,29	1.032	13,17	1.428	18,22	812	10,36	413	5,27	2.436	31,07	43	0,55	386	4,92
Buerarema	106	1,9	577	10,34	161	2,89	167	3	1.003	17,98	795	14,26	405	7,26	170	3,04	1.817	32,58	-	-	376	6,75
Cachoeira	470	3,55	824	6,22	566	4,28	591	4,46	2.400	18,12	3.008	22,71	1.188	8,97	570	4,3	2.730	20,61	14	0,11	886	6,69
Camacan	246	2,53	616	6,34	380	3,91	509	5,23	1.934	19,88	723	7,44	985	10,12	770	7,92	2.797	28,75	12	0,12	756	7,77
Camamu	359	2,58	821	5,88	247	1,77	362	2,6	1.595	11,43	4.515	32,35	848	6,08	677	4,85	3.489	25	-	-	1.043	7,47
Conceição da Feira	238	3,14	464	6,13	287	3,78	260	3,43	843	11,12	2.312	30,49	819	10,81	445	5,87	1.433	18,91	12	0,16	467	6,16
Conceição do Almeida	62	1,2	376	7,27	149	2,89	218	4,21	486	9,4	1.593	30,84	406	7,87	404	7,82	1.005	19,46	12	0,23	455	8,8
Conceição do Jacuípe	435	3,36	679	5,25	604	4,67	705	5,46	1.785	13,8	1.780	13,76	1.791	13,85	1.407	10,88	3.019	23,35	-	-	726	5,61
Cruz das Almas	551	2,4	2.066	9	1.156	5,04	1.531	6,67	4.433	19,31	1.832	7,98	2.747	11,97	1.479	6,44	5.554	24,2	105	0,46	1.499	6,53
Dom Macedo Costa	70	4,47	64	4,06	48	3,02	65	4,16	166	10,55	323	20,57	71	4,49	110	7,00	616	39,15	-	-	40	2,53
Eunápolis	1.725	3,96	3.247	7,45	2.915	6,69	2.888	6,63	9.011	20,67	2.098	4,81	6.372	14,62	3.345	7,67	8.946	20,52	30	0,07	3.012	6,91
Feira de Santana	10.842	4,14	21.970	8,4	19.380	7,41	18.572	7,1	48.162	18,41	13.482	5,15	33.741	12,9	21.204	8,11	52.464	20,05	1.901	0,73	19.895	7,6
Gandu	415	3,13	914	6,91	615	4,65	646	4,89	2.314	17,5	2.190	16,56	1.330	10,06	692	5,23	3.632	27,46	-	-	480	3,63
Governador Mangabeira	169	1,79	459	4,88	201	2,14	374	3,99	935	9,95	1.510	16,07	770	8,2	328	3,49	4.337	46,16	-	-	312	3,32
Ibirapitanga	118	1,42	446	5,35	159	1,91	163	1,95	1.062	12,73	2.806	33,64	485	5,82	376	4,5	1.927	23,11	-	-	798	9,57
Ilhéus	3.072	4,01	6.938	9,06	4.439	5,79	4.655	6,08	15.195	19,83	7.438	9,71	7.521	9,82	4.298	5,61	16.515	21,56	661	0,86	5.877	7,67
Itabuna	3.668	4,32	8.666	10,22	6.898	8,13	6.048	7,13	19.548	23,04	1.650	1,94	9.434	11,12	6.369	7,51	15.883	18,72	347	0,41	6.324	7,45
Itacaré	523	5,14	803	7,9	269	2,64	278	2,73	1.641	16,14	2.572	25,3	848	8,34	254	2,5	2.413	23,74	-	-	565	5,56
Itajimirim	83	3,31	176	7,04	127	5,09	92	3,68	469	18,77	380	15,24	324	13	187	7,5	489	19,6	7	0,29	162	6,48
Itajuípe	223	2,93	582	7,64	408	5,36	416	5,47	1.072	14,07	654	8,59	695	9,13	551	7,24	2.320	30,46	53	0,69	640	8,41
Itapebi	80	2,43	185	5,63	77	2,34	163	4,97	434	13,24	487	14,84	511	15,58	189	5,76	979	29,83	-	-	177	5,39
Jussari	69	3,42	171	8,48	97	4,79	89	4,4	307	15,25	314	15,56	149	7,37	67	3,34	682	33,83	-	-	72	3,57
Laje	124	1,17	425	4	196	1,85	203	1,91	634	5,97	6.136	57,77	303	2,86	596	5,62	1.677	15,79	-	-	328	3,09
Maraú	315	4,18	428	5,68	162	2,14	218	2,9	735	9,75	2.407	31,92	523	6,94	256	3,39	2.178	28,89	-	-	318	4,22
Mascote	69	1,7	337	8,25	128	3,13	159	3,89	720	17,59	635	15,52	352	8,59	222	5,42	1.296	31,66	7	0,16	168	4,1
Muritiba	197	1,83	714	6,6	323	2,98	228	2,11	1.524	14,1	3.677	34,02	1.306	12,09	493	4,56	1.717	15,89	23	0,22	605	5,6
Nova Ibiá	57	1,97	139	4,82	28	0,98	66	2,28	199	6,91	1.396	48,45	100	3,48	70	2,44	783	27,17	-	-	43	1,5
Presidente Tancredo Neves	146	1,31	457	4,11	239	2,15	216	1,94	935	8,39	4.861	43,64	689	6,19	516	4,63	2.516	22,58	-	-	563	5,06
Santa Luzia	177	3,48	242	4,75	107	2,1	118	2,33	511	10,04	1.245	24,48	338	6,65	208	4,08	1.781	35,01	-	-	361	7,1
Santo Antônio de Jesus	1.498	3,5	2.859	6,67	2.468	5,76	3.350	7,82	8.755	20,43	3.607	8,42	4.689	10,94	3.774	8,81	9.428	22	71	0,16	2.362	5,51
São Félix	83	1,39	361	6,04	260	4,36	259	4,33	806	13,48	1.547	25,88	511	8,55	371	6,2	1.630	27,27	10	0,17	139	2,33
São Gonçalo dos Campos	394	2,78	576	4,06	474	3,34	411	2,9	1.551	10,94	2.251	15,88	1.949	13,75	752	5,31	4.839	34,14	-	-	978	6,9
São José da Vitória	44	2,42	137	7,61	61	3,37	70	3,89	244	13,55	247	13,74	154	8,57	78	4,32	684	38,02	3	0,15	78	4,36
São Miguel das Matas	43	0,82	189	3,62	75	1,44	87	1,68	288	5,53	3.536	67,91	132	2,54	138	2,65	575	11,04	18	0,34	126	2,43
Sapeaçu	66	0,98	455	6,69	232	3,42	274	4,03	937	13,79	2.027	29,82	361	5,32	329	4,84	1.664	24,48	-	-	451	6,63
Teolândia	46	0,78	319	5,34	102	1,7	43	0,71	640	10,71	3.300	55,23	177	2,97	241	4,03	822	13,75	-	-	285	4,77
Ubaitaba	290	3,64	588	7,37	405	5,07	243	3,05	1.536	19,27	883	11,07	442	5,54	424	5,31	2.510	31,48	9	0,11	644	8,08
Ubatã	208	2,47	714	8,48	444	5,27	273	3,24	1.131	13,43	1.477	17,55	632	7,51	476	5,66	2.579	30,65	22	0,27	461	5,48
Una	390	4,31	432	4,77	226	2,49	243	2,68	888	9,8	3.240	35,76	574	6,33	287	3,17	2.330	25,71	11	0,12	440	4,86
Uruçuca	247	3,45	607	8,47	298	4,16	321	4,47	883	12,31	768	10,71	621	8,66	314	4,38	2.656	37,03	9	0,12	447	6,24
Valença	1.138	2,92	2.824	7,23	1.408	3,61	1.844	4,72	6.444	16,51	9.328	23,89	3.662	9,38	1.888	4,84	8.262	21,16	87	0,22	2.152	5,51
Wenceslau Guimarães	121	1,26	616	6,4	161	1,67	199	2,07	793	8,25	3.931	40,84	536	5,57	299	3,11	2.663	27,67	-	-	303	3,15

QUADRO 6.3.48 - GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL- MICRORREGIÕES, BAHIA E BRASIL- 2010

Localidades	Diretores e gerentes		Profissionais das ciências e intelectuais		Técnicos e profissionais de nível médio		Trabalhadores de apoio administrativo		Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados		Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca		Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios		Operadores de instalações e máquinas e montadores		Ocupações elementares		Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares		Ocupações mal definidas	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Microrregião Feira de Santana	14.001	3,17	31.018	7,03	24.180	5,48	23.703	5,37	67.461	15,29	60.496	13,71	49.834	11,29	31.389	7,11	109.800	24,88	2.090	0,47	27.314	6,19
Microrregião Santo Antônio de Jesus	4.840	2,13	14.683	6,46	8.281	3,65	9.891	4,35	34.185	15,05	48.174	21,21	19.914	8,77	12.403	5,46	62.905	27,69	379	0,17	11.499	5,06
Microrregião Jequié	4.686	2,27	14.382	6,95	8.148	3,94	7.424	3,59	27.251	13,17	57.467	27,78	17.549	8,48	13.799	6,67	45.487	21,99	726	0,35	9.942	4,81
Microrregião Valença	2.818	2,5	6.865	6,09	3.105	2,75	3.858	3,42	14.442	12,81	33.012	29,28	8.329	7,39	4.819	4,27	29.438	26,11	93	0,08	5.957	5,28
Microrregião Ilhéus – Itabuna	13.241	3,44	31.793	8,26	19.566	5,08	19.041	4,95	68.457	17,78	52.458	13,63	35.407	9,2	21.662	5,63	96.871	25,16	1.279	0,33	25.175	6,54
Microrregião Porto Seguro	11.369	3,73	21.890	7,17	14.631	4,79	16.010	5,25	57.478	18,84	35.299	11,57	35.120	11,51	20.920	6,86	71.781	23,52	521	0,17	20.121	6,59
Bahia	178.032	3,05	471.126	8,07	309.064	5,29	309.530	5,3	916.123	15,68	953.459	16,32	561.205	9,61	352.074	6,03	1.385.623	23,72	19.761	0,34	385.080	6,59
Brasil	3.380.638	3,91	8.494.780	9,84	5.528.045	6,4	6.004.563	6,95	14.379.354	16,65	7.390.489	8,56	9.812.945	11,36	6.989.495	8,09	17.377.753	20,12	489.112	0,57	6.506.665	7,53

FONTE: IBGE, 2014^a

Observa-se no QUADRO 6.3.47 e o QUADRO 6.3.48 que a maior parte da população dos municípios em estudo, do Estado e do Brasil desempenham ocupações elementares. Essa tendência é identificada em cerca de 60% dos municípios em estudo. O segundo grupo de ocupação que agrega maior percentual da população dos municípios consiste em “trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca”. O grupo “trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados” também possui importância na economia dos municípios, englobando significativo percentual de trabalhadores, sobretudo em Itabuna (23,04%) e Eunápolis (20,67%).

Nas microrregiões em estudo, na Bahia e no Brasil observa-se que a maior parte dos trabalhadores se dedicam a ocupações elementares. Já o grupo de ocupação “trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados” corresponde ao segundo maior agregador de trabalhadores.

Em termos de renda média per capita, apresentam-se os seguintes números, conforme QUADRO 6.3.49.

QUADRO 6.3.49 - RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA (REAIS)

Municípios	1991	2000	2010
Arataca	63,81	140,25	252,87
Aurelino Leal	77,74	121,63	249,13
Barro Preto	51,98	162,83	284,73
Belmonte	105,85	230,59	277,80
Buerarema	99,81	168,75	299,28
Cachoeira	126,36	235,18	356,00
Camacan	127,00	210,84	335,52
Camamu	87,39	157,32	260,17
Conceição da Feira	129,21	185,97	339,32
Conceição do Almeida	110,57	186,78	280,52
Conceição do Jacuípe	154,52	276,30	398,26
Cruz das Almas	173,00	312,29	462,99
Dom Macedo Costa	82,51	193,28	321,67
Eunápolis	183,20	385,18	563,87
Feira de Santana	260,07	407,25	646,63
Gandu	212,58	301,66	435,91
Governador Mangabeira	83,71	187,26	318,38
Ibirapitanga	71,67	139,36	259,36
Ilhéus	162,22	338,80	571,51
Itabuna	271,75	409,10	585,24
Itacaré	121,05	165,47	318,63
Itagimirim	134,03	281,71	330,20
Itajuípe	112,18	193,26	349,99
Itapebi	81,59	171,93	266,35
Jussari	72,42	168,39	279,98
Laje	117,71	196,72	238,16
Maraú	95,01	197,07	429,96
Mascote	75,41	141,60	251,72

Municípios	1991	2000	2010
Muritiba	114,98	229,56	388,56
Nova Ibiá	92,13	160,18	377,42
Presidente Tancredo Neves	66,34	165,80	268,36
Santa Luzia	91,99	137,92	261,94
Santo Antônio de Jesus	187,69	309,87	526,09
São Félix	121,96	218,52	296,39
São Gonçalo dos Campos	106,32	220,51	410,24
São José da Vitória	60,14	141,33	242,27
São Miguel das Matas	102,74	202,96	269,66
Sapeaçu	104,56	193,71	332,40
Teolândia	102,93	119,75	229,03
Ubaitaba	131,13	196,42	346,46
Ubatã	137,29	213,09	301,48
Una	88,88	161,62	291,22
Uruçuca	74,56	163,18	340,26
Valença	149,22	259,61	365,23
Wenceslau Guimarães	77,33	141,04	255,81

FONTE: IBGE, 2014^a

Nota-se que entre 1991 e 2010 houve aumento na renda média domiciliar per capita em todos os municípios. Entretanto, enquanto Belmonte apresentou aumento de 17% no período entre 2000 e 2010, Ilhéus, teve aumento de 40,7%. Logo, conclui-se que o aumento na renda média apresentou taxas bastante diversificadas entre os municípios estudados.

Os municípios de Feira de Santana e Itabuna apresentaram as maiores rendas médias domiciliares per capita em 2010, de R\$ 646,63 e R\$ 585,24, respectivamente, seguido de Santo Antônio de Jesus, que apresentou R\$ 526,09. Comparando os valores apresentados pelos municípios com a renda média estadual, de R\$ 481,18, verifica-se que apenas 5 municípios da área de estudo, apresentaram rendas maiores que a média no estado baiano.

A renda média domiciliar per capita do Brasil, em 2010, foi de R\$ 767,02. Observa-se, dessa forma, que o Estado da Bahia, e os municípios em estudo, encontram-se em uma posição bem inferior à média nacional, ocupando o 21º lugar nesse ranking (DATASUS, 2014).

De acordo com as informações do IBGE (2014) e análises do IPEA, em 2000, o Estado da Bahia tinha 50,51% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 30,06% em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 40,49% no período, esse percentual representa 4.137.491 pessoas nessa linha de pobreza, o que pode ser evidenciado no Gráfico 6.3.5 a seguir.

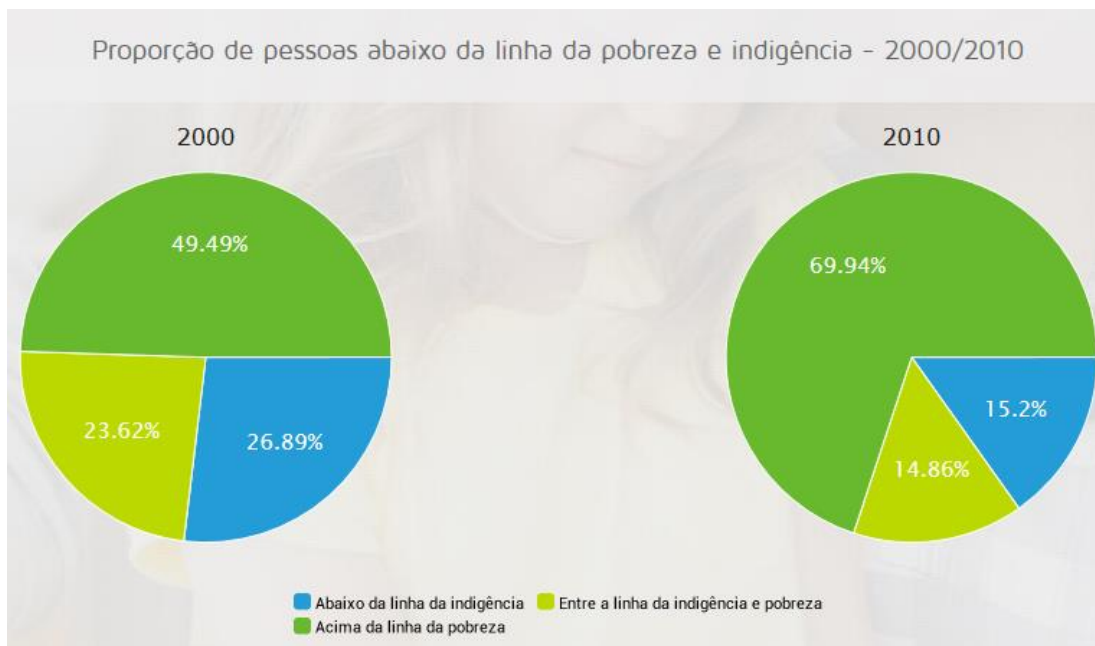


Gráfico 6.3.5 - proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência na bahia - 2000/2010
 Fonte: portal odm, 2014

O setor de serviços é bem diversificado nos municípios em estudo, como pode ser verificado no QUADRO 6.3.50, a seguir.

QUADRO 6.3.50 - EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES POR SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (UNIDADES)

Municípios	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços
Arataca	1	-	3	-	-	1	32	-	4	1	-	-	-	3	2	-	1	-	5
Aurelino Leal	2	-	5	-	2	6	82	-	3	-	-	-	1	2	3	21	4	2	9
Barro Preto	1	-	-	-	-	2	23	-	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-	6
Belmonte	5	1	10	-	-	3	182	5	22	5	3	1	3	7	2	3	4	5	36
Buerarema	1	-	14	-	-	1	120	9	10	1	-	-	3	3	2	2	3	-	30
Cachoeira	6	2	28	-	-	31	205	20	35	5	28	1	8	21	2	10	12	10	53
Camacan	9	1	42	-	1	18	461	6	34	12	-	-	7	19	2	16	18	7	47
Camamu	6	-	27	-	1	12	240	22	30	2	1	-	4	15	1	5	6	2	100
Conceição da Feira	5	-	15	-	-	10	134	14	6	2	-	-	5	7	2	28	1	3	19
Conceição do Almeida	3	1	23	-	-	2	101	3	11	-	2	-	3	7	2	5	3	5	16
Conceição do Jacuípe	20	4	42	-	1	54	777	44	35	21	6	6	47	79	3	18	23	6	48
Cruz das Almas	6	-	97	-	1	43	721	27	64	20	8	7	29	68	3	95	59	23	110
Dom Macedo Costa	-	-	-	3	-	-	-	11	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Eunápolis	17	5	170	-	5	66	1.253	60	114	34	12	12	79	100	4	81	79	26	126
Feira de Santana	49	18	1.481	-	23	442	7.698	510	663	202	73	112	345	812	12	426	550	129	948
Gandu	9	-	59	1	1	24	467	15	44	10	3	1	17	33	2	10	29	7	57
Governador Mangabeira	3	1	14	-	1	1	135	6	17	1	3	1	7	10	2	3	5	5	64
Ibirapitanga	1	-	6	1	-	3	117	-	7	1	-	-	-	4	2	4	1	1	12
Ilhéus	34	13	230	-	7	120	1.639	79	341	52	31	31	109	254	4	80	117	52	262
Itabuna	41	5	302	1	14	161	2.799	129	270	71	36	17	193	374	4	210	300	63	278
Itacaré	12	-	10	-	-	8	213	4	162	6	-	10	6	34	2	3	9	8	26
Itagimirim	2	2	4	-	-	5	40	1	8	-	-	2	2	5	2	1	-	-	3
Itajuípe	-	-	9	-	1	2	132	2	8	5	-	-	3	6	2	4	5	5	14
Itapebi	3	3	3	1	2	3	36	1	2	1	-	-	2	1	2	-	1	-	3
Jussari	2	-	2	-	1	2	47	-	1	-	-	-	1	2	2	-	-	1	10
Laje	1	1	8	-	-	3	89	-	6	-	1	-	2	6	2	26	3	3	33
Maraú	5	2	7	-	1	6	71	1	74	1	1	3	1	13	2	2	1	-	20
Mascote	3	2	3	-	-	3	109	4	9	1	-	-	1	5	2	1	1	-	4
Muritiba	2	-	17	-	-	11	202	4	9	2	1	-	12	11	2	9	7	2	33
Nova Ibiá	-	-	2	-	1	2	19	-	3	-	-	-	-	3	2	1	-	-	14
Presidente Tancredo Neves	3	3	8	-	-	7	122	-	4	1	-	-	4	3	2	1	1	-	36
Santa Luzia	3	2	4	-	-	4	81	3	1	-	-	-	1	-	2	2	3	1	26
Santo Antônio de Jesus	4	-	255	-	5	70	1.137	43	104	32	11	11	62	122	3	51	99	23	123
São Félix	1	2	3	-	-	4	51	4	10	5	-	-	2	1	2	-	2	2	22
São Gonçalo dos Campos	5	-	43	-	1	14	201	25	9	4	18	2	8	10	3	12	8	8	44
São José da Vitória	1	-	3	-	-	1	38	-	2	-	-	-	-	3	2	1	-	-	13
São Miguel das Matas	-	-	4	-	1	1	35	-	1	3	-	-	1	3	2	1	1	-	5
Sapeaçu	1	-	12	1	-	3	104	1	3	-	-	1	3	1	3	19	4	1	14

Municípios	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços
Teolândia	-	-	4	-	-	1	65	1	3	-	-	-	3	3	2	1	2	1	14
Ubatuba	-	1	28	-	1	10	288	7	21	5	3	-	4	16	2	8	16	15	36
Ubatã	2	-	9	-	-	3	180	1	9	3	-	-	4	9	2	8	5	7	18
Una	8	-	19	-	2	5	153	2	16	1	-	-	6	10	3	4	5	8	26
Uruçuca	4	-	9	-	-	7	153	12	18	2	-	1	7	9	2	13	4	1	21
Valença	77	2	106	-	2	44	717	30	110	18	19	3	39	71	4	39	48	13	87
Wenceslau Guimarães	8	-	11	-	-	2	92	1	4	-	-	1	-	5	3	1	1	-	35

FONTE: IBGE, 2014^a

Coerentemente com a composição do PIB dos municípios, que demonstra a importância do setor de serviços para a economia local, verifica-se que o tipo de estabelecimento encontrado em maior número nos municípios em estudo, são aqueles voltados para o comércio de reparação de veículos, automotores e motocicletas, além de “outras atividades de serviços”. Os municípios de Feira de Santana e Itabuna destacam-se com o maior número de estabelecimentos desse tipo, com respectivamente 7.698 e 2.799 empresas, já o município de Barro Preto apresenta o menor número de empresas nesse ramo (total de 24 estabelecimentos).

Percebe-se que a presença de indústrias nos municípios é pequena, onde o município de Feira de Santana apresenta o maior número (1.481 indústrias de transformação e 18 indústrias extrativas). As empresas agropecuárias também não são encontradas em grande número nos municípios. Nos municípios da área de estudo, estão localizadas indústrias e fábricas, como de calçados (Muritiba), móveis (Santo Antônio de Jesus), colchão (Gandu), Fábrica de esmalte (Itajuípe), palmilhas (Teolândia), têxtil (Valença - Companhia Valença Industrial), banana chips (Wenceslau Guimarães), fertilizantes (Governador Mangabeira) e eletrodomésticos (Conceição do Jacuípe). Contudo, a absorção de mão de obra é pequena, em relação ao número de pessoas disponíveis. Destaca-se que diversas dessas pequenas fábricas e indústrias estão localizadas às margens da BR-101.

Segundo relato de entrevistados, Eunápolis é a cidade mais beneficiada pelo setor industrial, com a presença da indústria de celulose Veracel, porém a exigência de qualificação profissional para contratação na empresa, impede a absorção da mão de obra da região.

Na Figura 6.3.16, observa-se a fábrica da Trifil, localizada em Barro Preto, à margem da BR-101.



Figura 6.3.16 - indústria têxtil da trifil, em barro preto

6.3.7.1.1 Características da economia local e vetores de crescimento econômico regional

A economia do estado baiano é diversificada e atuante em diversos setores, respondendo por 36% do PIB do Nordeste. O Estado se destaca nacionalmente pela produção de cacau, sisal, mamona, coco, feijão e mandioca, com destaque, para Ilhéus, que apresenta condições favoráveis à produção de cacau, milho e cana-de-açúcar, situação que predominou até o início da década de 60, com base alicerçada no setor agrícola. A partir da década de 70,

o estado foi contemplado com vários projetos industriais para a produção de bens intermediários, visando complementar a matriz de produção já implementada na região Sudeste do país. Esse processo teve início na década de 50, com a implantação da Refinaria de Mataripe, aproveitando, entre outros, a disponibilidade do petróleo existente, através do Complexo Petroquímico de Camaçari, conjunto de empreendimentos concentrado na Região Metropolitana de Salvador - RMS, que respondia por 70% da produção industrial do Estado (ALCOFORADO, 2003). Apesar da RMS não estar inserida no trecho do presente estudo, convém mencionar que a mesma desempenha papel fundamental e estratégico nas relações socioeconômicas que se estabelecem entre os municípios, haja vista que é uma região onde estão concentradas importantes atividades relacionadas ao setor industrial, turismo e comércio, tendo a rodovia BR-101 como importante via de escoamento da produção industrial e ligação entre as regiões sul e nordeste.

Na década de 90 a indústria de papel e celulose começa a se instalar no Extremo Sul do Estado, reduzindo a importância de outras atividades relativas ao setor primário, alterando a dinâmica regional, levando à expansão do setor secundário (industrial). Conforme o levantamento de campo, foi observada a atuação de grandes empresas do setor de papel e celulose determinando novas configurações territoriais, haja vista que essas desempenham importante peso na política das localidades onde estão inseridas.

Essas informações foram corroboradas em campo, onde, segundo relato de entrevistados, a produção de eucalipto para abastecer a indústria de celulose, estaria contribuindo diretamente para a intensificação do êxodo rural em Belmonte, onde a redução dos níveis de água nos lençóis freáticos, levaria à perda da qualidade das terras agricultáveis e conseqüente redução na produção agrícola, estimulando a venda de terras dos pequenos agricultores para indústria de celulose e papel.

A indústria de celulose Veracel, localizada no extremo sul da Bahia opera em uma região que abrange os municípios de Eunápolis, Belmonte, Itagimirim, Itapebi, Mascote, dentre outros, apresentando uma importante influência na dinâmica econômica e territorial desses municípios. As operações industriais estão concentradas em Eunápolis e Belmonte, como mostram as figuras (Figura 6.3.17 e Figura 6.3.18).



Figura 6.3.17 - características de propriedade rural no município de itapebi.



Figura 6.3.18 - polo industrial do setor de celulose e papel no município de belmonte

Ainda, segundo relatos de entrevistados, pequenos agricultores rurais residentes do município de Mascote, teriam comercializado suas terras com a empresa Veracel, mudando-se para o Rio de Janeiro e Espírito Santo. A seguir, a Figura 6.3.19 apresenta extensa área no município de Eunápolis destinada ao plantio de eucalipto e a Figura 6.3.20 mostra o transporte de toras de madeira na rodovia BR 101, para abastecer indústria de papel e celulose, também no município de Eunápolis.



Figura 6.3.19 - extensas áreas no município de eunápolis destinadas ao plantio de eucalipto.



Figura 6.3.20 - transporte de toras de madeira para abastecer indústria de papel e celulose, no município de eunápolis

Na Figura 6.3.21, a seguir, observa-se o polo industrial destinado à produção de celulose e papel da indústria Veracel Celulose, localizada em Belmonte.



Figura 6.3.21 - polo industrial da veracel celulose s.a. No município de belmonte.

Segundo Pereira (2011), a desconcentração industrial no Estado, ocorrida a partir dos anos 70, reduziu a perda populacional na Bahia. Os saldos líquidos migratórios, embora ainda permaneçam negativos, têm apresentado aumento, especialmente em razão das migrações de retorno. No período 1986-1991 a taxa de migração de retorno para o estado foi de 32,7%, passando para 43,1%, entre 1995 e 2000, e 62,9% entre 2004 e 2009.

Ressalta-se que o município de Arataca, de acordo com relato de entrevistado, tem atraído trabalhadores do Espírito Santo para as lavouras de café, atividade crescente nesse município, caracterizando um processo migratório pra a região.

A busca de trabalho no Sudeste ainda é um importante fator de migração de moradores dos municípios estudados e pode ajudar a explicar a redução e/ou estabilização da população em cerca de 37% dos municípios estudados.

Em Gandu foi identificado um significativo processo de migração para Minas Gerais, de moradores interessados em trabalhar nas Centrais de Abastecimento - CEASA.

O êxodo de jovens em busca de trabalho no Sudeste é predominante nos municípios estudados. Em Itagimirim os jovens fundaram o grupo “Filhos Ausentes de Itagimirim”, como uma forma de manter o contato entre aqueles que já não se encontram mais nesse município.

Diversos jovens de Itajuípe estão migrando para Vitória (ES) e São Paulo. Os cafezais dessas cidades também têm atraído trabalhadores de Ubaitaba.

Em Itapebi, uma entrevistada destacou, que há uma predominância das mulheres na cidade, e que essas assumiram a responsabilidade de cuidar sozinhas de suas famílias, já que os maridos saíram em busca de trabalho.

Um entrevistado de Teolândia afirmou, que há um significativo fluxo migratório desse município para Tancredo Neves (BA). Também foi muito enfatizado nas entrevistas, a migração sazonal para Porto Seguro, que atrai trabalhadores de diversos municípios da Bahia no verão.

Valença, por se tratar de uma cidade referência para os municípios próximos, tem atraído uma população flutuante de estudantes universitários (no período escolar). Porém, segundo relato de entrevistada, esse fluxo de pessoas não tem comprometido a infraestrutura de serviços do município.

Feira de Santana se estrutura como centro de convergência regional, pela concentração de maior quantidade de bens e serviços, tendo por base as atividades comerciais e industriais, principais vetores de expansão econômica. Percebe-se claramente a influência de Feira de Santana na sua microrregião geográfica, destacando-se por ser um centro coletor e distribuidor de bens e serviços. Além de ser o município mais dinâmico economicamente, também é o mais populoso e se sobressai diante de todos os outros, no que se refere à representatividade econômica e política do Estado. A infraestrutura de Feira de Santana beneficia toda a microrregião.

O município de Conceição da Feira, integrante da microrregião de Feira de Santana, destaca-se pela avicultura (sendo considerado um polo estadual nesse setor) e pelas indústrias de produção de ração para aves. Na região, o setor agrícola se destaca na produção de mandioca, milho e feijão, com beneficiamento da mandioca.

O município de Conceição do Jacuípe possui um polo industrial composto por dez indústrias, dentre elas a de eletrodomésticos e de equipamentos hospitalares, que geram mais de 5.000 empregos.

São Gonçalo dos Campos faz parte do Centro Industrial de Subaé, instalado entre o sul de Feira de Santana e o norte desse município. Destaca-se ainda pela fomicultura, avicultura, agricultura em geral e pecuária, fazendo parte do polo avícola do estado. Em São Gonçalo dos Campos está instalado o maior fabricante de charutos do Brasil e a única indústria de tintas automotivas do nordeste.

Os dados de campo permitiram deduzir, que as vantagens locais da microrregião de Feira de Santana, permitem que esta se sobreponha às demais, por estar numa posição que se torna passagem rodoviária obrigatória entre as regiões norte e nordeste do país, e também por estar em um entroncamento que liga os municípios a Salvador, o que facilita o acesso às outras rodovias.

A microrregião polarizada por Santo Antônio de Jesus concentra a mais antiga rede urbana do estado da Bahia, composta por 11 municípios, oriundos do cultivo da cana e do fumo.

A economia dessa microrregião também é diversificada, e a proximidade com Feira de Santana e Salvador propicia maior dinâmica no setor produtivo e atração para novos investimentos. A economia está baseada na produção de hortifrúti, com destaque para o amendoim, mandioca, laranja, limão e banana.

A pecuária é outra atividade desenvolvida na região com criadores de bovinos e muares, mas na maioria dos municípios prevalece a agricultura familiar, conforme declararam os entrevistados.

No setor de bens minerais, Santo Antônio de Jesus é produtor de areia e argila. O comércio e os serviços tornaram-se os mais importantes setores da economia a partir da década de 70, quando houve migração da população rural para a cidade, segundo informações dos gestores públicos entrevistados.

O polo industrial da microrregião de Santo Antônio de Jesus é composto por indústrias de calçados, de plásticos, de fertilizantes e de móveis. Os gestores municipais entrevistados declararam que o polo industrial está em expansão, com projetos de infraestrutura em fase de planejamento e ou de implantação por parte dos municípios, citando, o município de Conceição do Almeida, o qual possui projeto de duplicação e asfaltamento de estrada vicinal ligando a BR-101 à BR-116; Cruz das Almas, que prevê a ampliação do parque industrial e implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e Santo Antônio de Jesus, que possui política de incentivo para novos investimentos com vistas à ampliação do parque industrial, conforme declarado pelos gestores públicos entrevistados.

Nesta microrregião, o município de Cruz das Almas conta com um Centro de Pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), além de ser sede regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA).

De acordo com os entrevistados, o crescimento do agronegócio na microrregião de Santo Antônio de Jesus e as implantações de agroindústrias, podem ser considerados como indicadores da desconcentração espacial das atividades econômicas, permitindo a redução da pressão demográfica sobre a capital e mais oferta de empregos em cidades que fazem parte da região do recôncavo baiano.

A pesquisa de campo permitiu verificar, que em Muritiba a economia está baseada na agricultura e em pequenas indústrias do ramo de calçados. Uma montadora de motocicletas está se instalando no município, e o poder público trabalha para a recuperação das estradas vicinais e asfaltamento das principais vias que ligam o município à BR-101, como meio de incentivar novos investimentos. O zoneamento territorial está atualizado, e aponta como vetores de expansão econômica os novos empreendimentos das áreas situadas nas proximidades da rodovia.

Em Governador Mangabeira também observou-se a instalação de empreendimentos às margens da BR-101, conforme mostra a Figura 6.3.22.



Figura 6.3.22 - unidade da faculdade maria milza- famam em governador mangabeira

A economia de São Félix e Cachoeira baseia-se na agricultura familiar, em indústrias de pequeno porte de calçados e biscoitos, além da pecuária e turismo. Em Cachoeira está implantada uma indústria do ramo de celulose. Ambos municípios estão inseridos no roteiro turístico de Salvador, o que indica o turismo como o principal vetor de crescimento econômico na percepção dos entrevistados.



Figura 6.3.23 - municípios de cachoeira e são félix, localizados às margens do rio paraguaçu – ponte que liga os dois municípios

A Figura 6.3.24 e a Figura 6.3.25 apresenta edificações que integram o patrimônio histórico de Cachoeira e São Félix.



Figura 6.3.24 - Patrimônio Histórico do Município de Cachoeira



Figura 6.3.25 - Patrimônio Histórico do Município de São Félix

A microrregião de Valença tem esse município como seu município polo. Apresenta uma base produtiva agrícola bastante diversificada, destacando os cultivos de cravo da índia, cacau, guaraná, seringueira, pimenta do reino, coco-da-baía, dendê, banana, laranja e café. A mandioca constitui o principal produto regional entre as lavouras temporárias. Conforme declararam os gestores públicos, o setor industrial apresenta uma produção orientada para o mercado local e regional, concentração espacial, baixo nível tecnológico e escala reduzida.

As informações levantadas em campo evidenciaram que as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura produtiva do meio rural, estão relacionadas em alguns casos, à queda na produção de cacau, devido à principal doença que atinge essa cultura, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, popularmente conhecida por “vassoura de bruxa”, que dizimou algumas áreas produtivas e reduziu muito os níveis de produção nessas regiões. Esse fato, associado à expansão de monoculturas de café e produção de eucalipto destinada à celulose, como também, a expansão da pecuária e o manejo inadequado dos recursos naturais, tem contribuído, desde a década de 1980, para a diminuição da qualidade ambiental no meio rural

e, conseqüentemente, com o aumento do êxodo rural. Tal fenômeno ainda tem estimulado o deslocamento dos migrantes para os núcleos urbanos, induzindo o aumento da população urbana e da necessidade de incremento no fornecimento dos serviços públicos oferecidos.

Vale ressaltar, que durante levantamento em campo, obteve-se informação sobre um processo de emigração que vem ocorrendo, de moradores dos municípios de Buerarema e São José da Vitória para Brusque (município do estado de Santa Catarina). O parque industrial deste município de Santa Catarina, tem sido um importante polo atrativo de trabalhadores da Bahia.

As unidades industriais concentram-se nos municípios de Valença e Camamu. Entre as grandes empresas, destacam-se, uma do ramo têxtil e outra da maricultura localizadas em Valença, e duas indústrias de pequeno porte, do ramo de calçados localizadas em Presidente Tancredo Neves. De acordo com os entrevistados, a microrregião possui alta potencialidade em diversos segmentos como o agrícola e o turístico, mas ambos necessitam de planejamento e alto investimento para se tornarem atrativos e mais rentáveis.

A microrregião de Ilhéus-Itabuna concentra o maior número de municípios interceptados pelo atual traçado da BR-101 (trecho em estudo). Esta microrregião divide-se em duas subáreas, onde uma abrange a região cacauzeira e a outra compõe os municípios do litoral sul do estado da Bahia. Contempla grande variedade de atividades produtivas, sendo as principais o cacau e a pecuária bovina.

O município de Itabuna, em conjunto com Ilhéus, pela elevada aglomeração urbana, forma uma “capital regional”, conforme classificação do IBGE. Trata-se de um município que teve o cacau como sua base econômica e, após, a decadência da produção e conseqüente desvalorização do produto no mercado, procurou diversificar sua agricultura e desenvolveu um importante polo industrial, com indústrias de grande porte. É considerado um importante entreposto do estado da Bahia e, por sua localização, é considerado um polo de serviços médicos, de prestação de serviços e de educação.

Indústrias de grande porte como Nestlé, Kissex, Produtos Padim, Delphi Cacau, Cambuci S/A (Penalty) fazem parte do polo industrial da microrregião de Itabuna.

A economia de Ilhéus está baseada na agricultura, indústria e turismo, conforme pode ser verificada na Figura 6.3.26. É considerada a Capital do Cacau, mesmo após a crise da produção. O município possui importante polo de informática do estado e um distrito industrial onde estão instaladas indústrias responsáveis pela seleção e transformação do cacau. Os setores do comércio e de serviços, associados ao turismo, encontram-se em franca expansão, segundo os entrevistados. Outro ponto destacado pelos entrevistados é a implantação de um novo porto, o “Porto Sul”, que será instalado em águas profundas e integrado ao sistema ferroviário “Ferrovia Leste-Oeste”. Há também projeto para implantação de um novo aeroporto, que deverá operar voos nacionais e internacionais.



Figura 6.3.26 - Ilhéus, Polo Turístico do Litoral da Bahia

Os demais municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna têm sua economia com base na produção de cacau, mas possuem uma diversificação agrícola, com destaque para o café e a banana, prevalecendo a agricultura familiar, com organização sindical dos produtores. A seguir a Figura 6.3.27 mostra a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar, em Itacaré.



Figura 6.3.27 - Sede Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar no Município de Itacaré

Os setores do comércio e de serviços são incipientes, com grandes semelhanças entre eles. De acordo com o gestor público entrevistado, Teolândia é o único município que registrou crescimento negativo na região.

Na pesquisa de campo, pode-se observar que o município de Buerarema apresenta baixo crescimento, embora na agricultura possua produção expressiva de cacau. Em relação à pecuária, apresenta significativo rebanho de muares. Ainda de acordo com relato dos entrevistados, o comércio local possibilita elevado número de empregos e apresenta também algumas indústrias, com potencial para extração de argila.

Observa-se a oferta de produtos regionais, especialmente frutas, às margens da rodovia BR-101, ao longo de alguns pontos do trecho entre Eunápolis e Feira de Santana, conforme Figura 6.3.28, a seguir.



Figura 6.3.28 - Comercialização Informal de Frutas Regionais as Margens da BR-101, no Município de Jussari

Ao longo do eixo da rodovia, percebe-se expressiva contradição no desenvolvimento econômico dos municípios polos e os demais, que vem a contribuir para que os vetores de crescimento econômico, concentrem-se nos municípios de Ilhéus e Itabuna, cuja infraestrutura oferece melhores condições para instalação de novos empreendimentos.

Na microrregião de Porto Seguro, os municípios que estão sob a área de estudo são Eunápolis e Itagimirim. Em Itagimirim prevalece a agricultura e pecuária de subsistência. Em Eunápolis, município polo regional, a economia tem como principal vetor de crescimento a indústria de celulose. A Veracel Celulose, localizada no município de Belmonte, levou esse município a superar Teixeira de Freitas na arrecadação de tributos federais. A Figura 6.3.29, a seguir, apresenta a planta industrial da Veracel Celulose, localizada em Belmonte.



Figura 6.3.29 - Polo Industrial de Papel E Celulose – Veracel a Celulose S.A, em Belmonte

Essa região do estado baiano é considerada a segunda na atração de investimentos, e nela concentra-se a maior produção de celulose. A infraestrutura desenvolvida serve de base para o desenvolvimento do turismo e também para investimentos de implantação de derivados da fruticultura. Entre os investimentos de ampliação, encontram-se projetos de grande porte ligados ao segmento madeireiro.

No setor agropecuário, o Extremo-Sul possui aptidões diversas. Tem a pecuária bovina como a produção dominante, seguida do cultivo do mamão, cacau, café, coco da baía, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto.

A silvicultura desempenha importante papel econômico na região, ocupando extensas áreas nos municípios em estudo. Várias empresas atuam nesse segmento, orientadas para a produção de celulose e carvão de uso siderúrgico. De acordo com os dados coletados em campo, excluindo a produção de papel e celulose, essa microrregião apresenta baixo nível de industrialização.

Os entrevistados dos municípios de Belmonte, Itapebi, Itagimirim e Eunápolis declararam que, a silvicultura e a celulose trouxeram dinamismo e impulsionaram outros setores da economia regional, contudo, têm provocado êxodo rural, o que tem contribuído para aumentar os problemas urbanos, especialmente em Eunápolis.

Na microrregião de Jequié, os municípios de São Miguel das Matas e Laje, mostram dados bastante semelhantes em relação à sua economia que é basicamente agrícola, com produção expressiva de produtos derivados da mandioca e da citricultura, além da banana e do artesanato. Os produtores expõem boa parte dos produtos em barracas às margens da BR-101, conforme mostra a Figura 6.3.30.



Figura 6.3.30 - Barracas com Exposição e Comércio de Frutas, Derivados de Farinha, Mel, Artesanato no Município de Laje

Entre 2000 e 2010 a economia da Bahia passou por um importante fortalecimento, em razão da instalação de indústrias de grande porte. Destacam-se a Ford, Monsanto, a Veracel Celulose (que tem adensado a cadeia produtiva de papel no sul do estado) e diversas indústrias calçadistas. Estas últimas foram fundamentais para aumentar a participação das regiões do interior do estado na cadeia produtiva do setor (Oliveira, 2012).

Os anos 2000 evidenciaram um quadro econômico que se caracteriza como um novo ciclo, marcado por uma política estadual de atração de investimentos industriais por isenções fiscais. A tônica desse planejamento estadual, era o adensamento do parque produtivo da Bahia, permitindo maior expansão do PIB. Nesse mesmo período houve um investimento no estado equivalente a R\$ 42 bilhões em investimentos industriais.

Contudo, não houve uma significativa modificação na estrutura produtiva do estado, no sentido de adensar e diversificar a matriz industrial da Bahia (Júnior *et al.*, 2011).

A despeito de todos os esforços para atrair novos investimentos industriais capazes de criar uma nova dinâmica na economia baiana, a diversificação do parque industrial, bem como sua interiorização foi bastante tímida. Com exceção da atração da indústria automobilística e da produção de celulose, não houve grande alteração na composição da indústria de transformação. Esses dois segmentos industriais, juntamente com a indústria química, representaram aproximadamente 50% de toda a produção industrial baiana em 2009 (Júnior *et al.*, 2011).

De certa forma, essa estratégia de industrialização contribuiu com uma relativa redução da concentração econômica espacial, uma vez que verifica-se que entre 1999 e 2007 houve ganho de participação no PIB para os municípios que não fazem parte da região metropolitana de Salvador (Júnior *et al.*, 2011). Contudo é preciso considerar que, a falta de infraestrutura no interior do estado, e os custos de escoamento da produção, ainda propiciam a concentração de atividades econômicas no entorno da região metropolitana. Isso se reflete também na dinâmica do comércio exterior.

Na Figura 6.3.31 verifica-se que há uma maior dinamicidade econômica nas bordas do território, sendo que uma vasta região no centro do estado carece de dinâmica econômica, não apresentando grande quantidade de empregos formais, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais- RAIS (BRASIL, 2014).



Figura 6.3.31 - Regiões Dinâmicas Da Bahia (Fonte: Oliveira, 2012)

Os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego indicam que, em 2000, apenas sete microrregiões concentravam 83,52% do emprego no estado, sendo reduzido para 77,35% em 2010. Destaca-se entretanto, que a microrregião de Salvador reduziu de 59,64% para 49,90% sua participação relativa no total de empregos no estado, mas ainda assim permanece uma grande concentração de emprego nas bordas do território (Oliveira, 2012).

Em todas as microrregiões, com exceção da microrregião de Salvador, a taxa de crescimento em determinados setores de cada microrregião foi maior do que a taxa de crescimento média do estado. Ou seja, independentemente de possuir mais setores dinâmicos, houve crescimento de emprego, devido às vantagens locacionais de cada microrregião.

Segundo os dados da RAIS (Brasil, 2014), a microrregião de Feira de Santana apresenta taxa de crescimento do emprego de 2,10%. A região está especializada em setores com altas taxas de crescimento. Pode-se verificar que nesta microrregião não há um padrão, existem muitos setores nos quais a região apresenta especialização independentemente de possuir vantagem competitiva ou não. Destaca-se que esta região é especializada nas atividades de comércio por atacado, setor do qual dispõe de vantagem competitiva. Considera-se como vantagem competitiva, a ocorrência de níveis de performance econômica acima da média de mercado, em função das estratégias adotadas pelas empresas (Oliveira, 2012).

A microrregião de Ilhéus-Itabuna apresenta taxa de crescimento de 1,75%, e observa-se a presença de setores com baixas taxas de crescimento. Isso indica uma certa estagnação da microrregião, tanto em termos de sua estrutura produtiva, quanto da capacidade de atrair mão de obra pelos setores já instalados (Oliveira, 2012).

A microrregião de Porto Seguro apresenta taxa de crescimento de emprego de 2,19%.

Dentre as microrregiões localizadas próximas à microrregião de Salvador, e que são destacadas nesse estudo, Santo Antônio de Jesus e Valença apresentam taxas de crescimento próximas a 2%.

As perspectivas dos estudos realizados para a elaboração do Zoneamento Econômico-Ecológico da Bahia, apontam para a possibilidade de uma importante transformação na dinâmica socioeconômica regional. Prevê-se que haja na região econômica Litoral Sul, com destaque para o município de Eunápolis, a instalação de uma Usina Termelétrica a gás natural, e para o município de Ilhéus, a implantação da Sul Americana Metais. Juntamente com os investimentos para o complexo Porto Sul-Ferrovia de Integração Oeste-Leste, estima-se que haverá importantes mudanças na dinâmica da região (Bahia, 2014c). Também para Eunápolis está prevista a expansão da silvicultura, resultando em uma área total de 281 mil hectares, em direção ao semiárido da Bahia.

O cenário, diante dos investimentos em infraestrutura e empreendimentos, é de que haja uma tendência para a formação de uma nova região metropolitana ao longo do eixo Ilhéus-Itabuna. Os municípios de Valença, Eunápolis e Teixeira de Freitas, tendem a assumir uma função secundária dentro da rede urbana dessa macrorregião. Segundo a análise do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia, é possível inclusive, que se reverta o déficit demográfico da região com a crise do cacau.

A implantação de outro aeroporto em Ilhéus, previsto dentre esses projetos estruturantes, poderá contribuir com a consolidação do Litoral Sul da Bahia no turismo nacional e internacional (Bahia, 2014c). Tais investimentos tendem a reforçar o PIB industrial da região, sobretudo o de Eunápolis.

Contudo, tais projetos podem carregar consigo uma série de potenciais impactos de degradação ambiental, intensificação das taxas de urbanização da região, acentuando a vulnerabilidade social desses municípios.

6.3.7.1.2 *Potencial de desenvolvimento turístico*

O turismo é uma atividade de grande importância para a economia de diversos países. Segundo os dados da Organização Mundial de Turismo, de 2013 (OMT), as receitas geradas pelo turismo internacional alcançaram US\$ 1,075 trilhão em exportações, um crescimento de 3,1% em relação a 2011. Entre 2005 e 2013, as viagens internacionais cresceram em média,

3,8% ao ano, alcançando o total recorde de 1.087 milhões de chegadas de turistas em 2013, o que corresponde a um aumento de 5% comparativamente a 2012.

Ainda de acordo com a OMT, o volume de negócios relacionados com a atividade turística é igual ou superior aos negócios vinculados à exportação de petróleo, alimentos ou automóveis, gerando anualmente US\$ 4 trilhões ao redor do mundo. Ressalta-se que estes dados evidenciam a grande relevância do setor na economia mundial, afinal, o turismo é o responsável por 9% do PIB mundial e emprega 200 milhões de pessoas no mundo.

Em 2011, segundo o World Economic Fórum, o turismo internacional no Brasil foi responsável por 5,4 milhões de desembarques e U\$ 6,5 bilhões de receita. E em 2012, estima-se que o turismo representou 8,9% do PIB Nacional e 8,1% dos empregos do país.

A tendência do turismo brasileiro é de crescimento, e vem ocupando espaço de destaque junto às demais áreas sociais não protegidas constitucionalmente, como meio ambiente, cultura, esporte e lazer no debate sobre políticas públicas. Os dados da OMT apontam que o turismo brasileiro deve continuar crescendo nos próximos anos, acima da média mundial. Cabe ao setor governamental, o papel de regular e estimular os investimentos privados, fomentando assim o desenvolvimento econômico social das regiões.

O turismo na Bahia tem assumido importância no âmbito do discurso estatal, como um setor econômico prioritário, uma vez que é indutor de desenvolvimento econômico local e regional, gerando emprego e renda para a população. De fato, é notória a importância da atividade turística para a economia baiana, sobretudo, na faixa territorial litorânea, em quase toda a sua extensão. Estima-se que o turismo possua uma participação aproximada de 6%, sobre o PIB estadual (Observatório do Turismo da Bahia, 2014).

A Bahia tem registrado um crescente fluxo de turistas nacionais, registrando uma variação positiva de 4,94% no período entre 2010 a 2011, passando de 9,9 milhões para 10,4 milhões de pessoas respectivamente.

O QUADRO 6.3.51, a seguir, demonstra o fluxo turístico de pessoas na Bahia entre os anos de 2008 a 2011.

QUADRO 6.3.51 - FLUXO TURÍSTICO NA BAHIA NO PERÍODO DE 2008-2011(EM MILHÕES)

Ano	Nacional	Internacional	Global
2008/2009	8.538.000	514.000	9.052.000
2010	9.940.000	600.000	10.540.000
2011	10.457.000	558.000	11.015.000

FONTE: BAHIA, 2014^d

Os dados acima apresentados, permitem verificar que o fluxo turístico internacional na Bahia, em 2011, representou 5,1% do total, enquanto que o fluxo de turistas brasileiros chegou a 94,9% do fluxo global. Também, segundo informações da Secretaria de Turismo da Bahia, os turistas locais, isto é, os baianos, respondem por 50,7% do fluxo nacional.

As informações de campo evidenciaram que a microrregião do baixo sul da Bahia recebe muitos turistas da região Centro-Oeste do Brasil.

Os dados a seguir, QUADRO 6.3.52, ilustram bem essas informações.

QUADRO 6.3.52 - FLUXO TURÍSTICO NA BAHIA, 2008-2011

Fluxo	2008/2009	2010	2011
Internacional	5,7 %	5,7%	5,1%
Doméstico (nacional e local)	94,3%	94,3%	94,9%
Nacional	47,8%	49,88	49,3%
Local	52,2%	50,12%	50,7%

FONTES: BAHIA, 2014^d

Quando observados os dados, acima expostos, verifica-se que, de maneira geral, não houve variação relevante sobre o fluxo de turistas, não alterando na tendência observada, em que predomina a presença de turistas domésticos no estado. O fluxo internacional foi reduzido em 0,6% entre 2010 e 2011, enquanto que o fluxo nacional caiu 0,58% nesse mesmo período, embora tenha aumentado 2,08% entre 2008 e 2010. O fluxo local reduziu em 1,5% entre 2008 e 2011.

Segundo os dados da Secretaria de Turismo da Bahia (Bahia, 2014d), a Bahia lidera o ranking doméstico e internacional dos estados no nordeste, com 8,3% da participação no fluxo turístico brasileiro. Com relação ao fluxo internacional, a Bahia recebe mais turistas que todos os estados nordestinos juntos, destacando a importância do segmento para o setor de comércio e de serviços, bem como a geração de renda e de empregos no estado.

O processo de desenvolvimento do turismo na Bahia reporta-se à década de 1970, quando foi elaborado o primeiro plano estratégico para o setor, denominado “Plano de Turismo Recôncavo”. Em 1979 elaborou-se um segundo documento, “Caminhos da Bahia”, que contemplava a construção e gerenciamento de hotéis e de pousadas, ações promocionais e capacitação de recursos humanos. Para o período entre 1991-2002, o governo do estado elaborou o plano “Estratégia Turística da Bahia”, ancorado no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, que previa ações de infraestrutura básica de qualificação dos recursos humanos, de marketing de incentivo ao empresário, implantação de negócios turísticos, dentre outras ações (Bahia, 2014d).

Até 2003, o governo do Estado posicionou-se como protagonista do desenvolvimento do turismo na Bahia, por meio da elaboração de planos estratégicos e apoio às iniciativas empresariais. Entretanto, com a publicação do plano estratégico “Século XXI - Consolidação do Turismo” criou-se a expectativa de uma nova divisão de responsabilidades entre governo, empresários e sociedade civil, além de maior interatividade no meio empresarial. Essa terceira fase, compreendida como “O Terceiro Salto”, com o horizonte de 2016, veio a agregar essa nova proposta do planejamento turístico (Bahia, 2014d). Na gestão governamental, que se iniciou em 2007, veiculou-se o discurso de descentralização do turismo pelo território baiano. Foi realizado, então, um mapeamento das zonas turísticas do estado, conforme mostra a Figura 6.3.32.

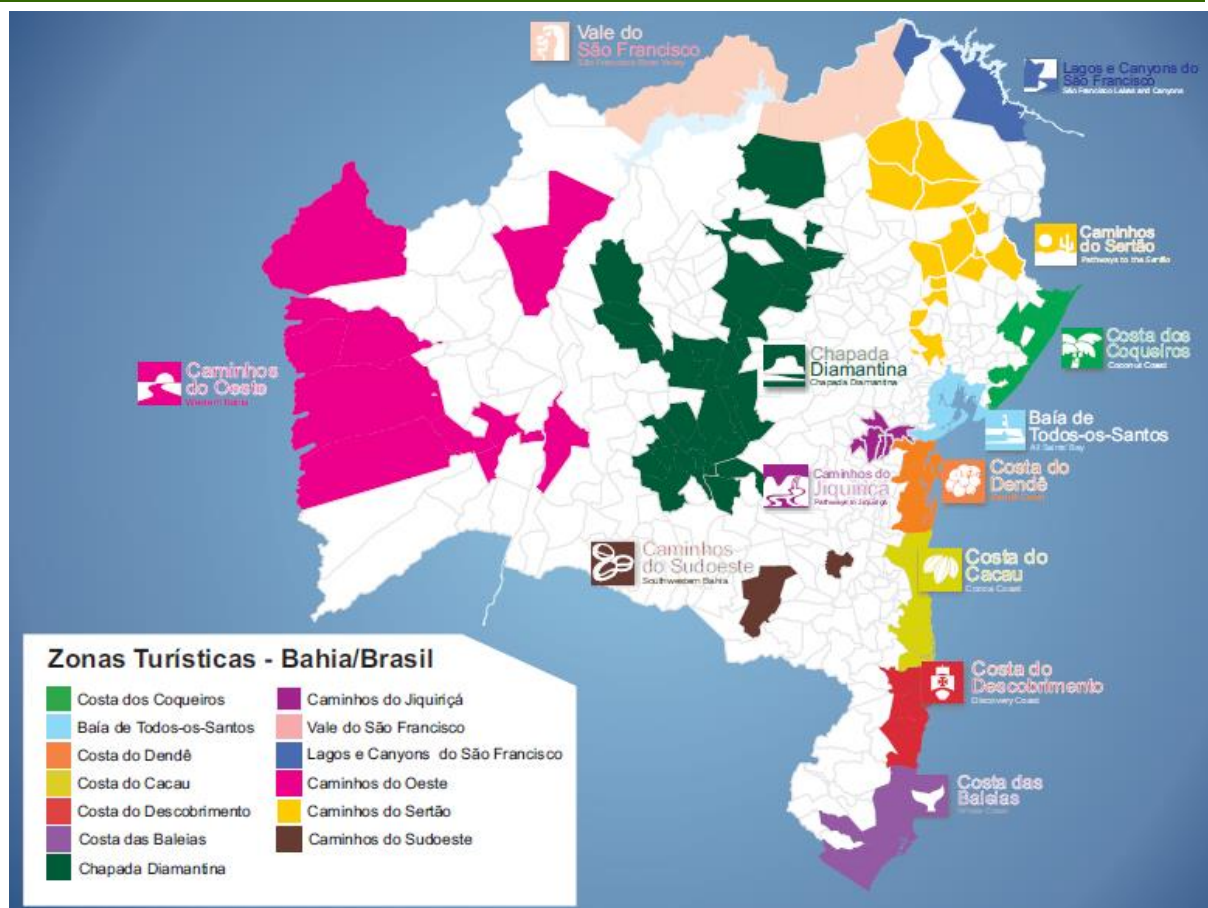


Figura 6.3.32 - Zonas Turísticas da Bahia
(FONTE: BAHIA, 2014d)

No QUADRO 6.3.53, a seguir, observam-se os municípios que fazem parte de cada uma das zonas turísticas da Bahia, incluindo os municípios em estudo, que estão em destaque.

QUADRO 6.3.53 - ZONAS TURÍSTICAS DA BAHIA

Zonas Turísticas	Municípios
Costa dos Coqueiros	Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro Freitas, Itanagra
Baía de Todos os Santos	Aratuípe, Muniz Ferreira, Nazaré, Itaparica, Vera Cruz, Salinas da Margarida, Maragojipe, São Félix , Cachoeira , Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Salvador
Costa do Dendê	Valença , Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu , Marau , Presidente Tancredo Neves
Costa do Cacau	Itacaré , Uruçuca , Ilhéus , Una , Canavieiras, Santa Luzia , Pau Brasil
Costa do Descobrimento	Belmonte , Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Itabela, Eunápolis
Costa das Baleias	Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Itamaraju, Teixeira de Freitas
Chapada Diamantina	Circuito do Diamante - Mucugê, Itaetê, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras, Seabra, Ibicoara, Iraquara, Nova Redenção, Iramaia, Souto Soares
	Circuito do Ouro- Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora, Abaíra, Jussiape, Paramirim
	Circuito Chapada Norte: Bonito, Caem, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmón, Morro do Chapéu, Ourolândia, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga, Wagner, Andorinha, Jaguarari, Pindobaçu
	Circuito Chapada Velha: Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Ipupiara, Central, Xique- Xique.

Zonas Turísticas	Municípios
Caminhos do Oeste	Circuito do Rio Grande: Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério Circuito do Rio Corrente: Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santana, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe
Caminhos do Jiquiriçá	Circuito do Vale do Jiquiriçá: Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Jiquiriçá, Laje , Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas , Ubaíra, Itirapuã Circuito Recôncavo Sul: Castro Alves, Conceição do Almeida , Cruz das Almas , Dom Macedo Costa , Santa Terezinha, Santo Antônio de Jesus , Itatim
Lagos e Cânions do São Francisco	Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho
Vale do São Francisco	Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho
Caminhos do Sudoeste	Iguaí, Vitória da Conquista
Caminhos do Sertão	Feira de Santana , Candeal, Serrinha, Teofilândia, Araci, Tucano, Cipó, Nova Soure, Itapicuru, Ribeira do Pombal, Banzaê, Euclides da Cunha, Monte Santo, Uauá e Canudos

FONTE: SANTOS, 2013

Ao observar o quadro acima, nota-se que, dos 45 municípios em estudo, 20 deles estão enquadrados dentro das Zonas Turísticas da Bahia: Cachoeira (Baía de Todos os Santos), Valença, Camamu, Maraú, Presidente Tancredo Neves (Costa do Dendê), Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia (Costa do Cacau), Belmonte, Eunápolis (Costa do Descobrimento), Laje, São Miguel das Matas, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa e Santo Antônio de Jesus (Caminhos do Jiquiriçá).

Segundo análise da Secretaria de Turismo da Bahia (Bahia, 2014c), diversos aspectos compõem o imaginário do turista que deseja viajar para a Bahia. A maior parte dos consumidores é motivado por um conjunto de aspectos inseparáveis, dentre os quais pode-se citar as praias (37%), a beleza do lugar (26%), cultura e história (17%), carnaval e outras festas (9%), o povo (5%), a natureza (3%) e a gastronomia (3%). O Gráfico 6.3.6 ilustra essas afirmações.

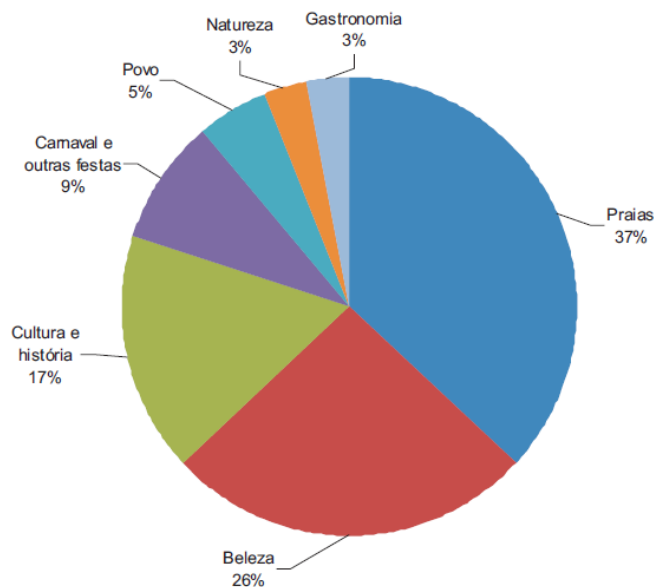


Gráfico 6.3.6 - Motivações Dos Turistas para Viajar para a BAHIA
FONTE: IBGE, 2013

O potencial motivacional identificado nas zonas turísticas, que incluem os municípios da área de estudo, é formado por regiões de relevante potencial socioeconômico, sendo essas:

Baía de Todos os Santos

A zona turística Baía de Todos os Santos é rica em tradições e festas populares, combinando elementos afro-brasileiros, europeus e indígenas. São atrações dessa zona turística, a gastronomia, música, teatro e vasto patrimônio histórico, bem como ilhas cobertas de vegetação nativa e manguezais preservados, destacando-se também as excelentes condições de navegação e de lazer. Essa região é foco principal do projeto piloto de desenvolvimento do turismo náutico, em execução, pela Secretaria do Turismo da Bahia e pelo Ministério do Turismo (Bahia, 2014d).

Costa do Dendê

Nessa zona turística concentra-se a cultura do dendê, palmeira que dá origem a um dos ingredientes mais simbólicos da culinária baiana - o azeite de dendê. A Costa do Dendê, devido ao seu litoral recortado, onde se sobressai a Baía de Camamu, apresenta condições ideais para a prática de uma variedade de atividades náuticas direcionadas ao lazer e ao esporte. A região é repleta de praias desertas, arquipélagos, relíquias do patrimônio histórico e pequenos povoados, preservando paisagens naturais.

Destacam-se nessa zona turística manifestações folclóricas, produção artesanal e variada gastronomia relacionada principalmente aos frutos do mar, além das praias, ilhas e a península de Maraú, muito apreciados pela sua beleza cênica (Bahia, 2014d).

Costa do Cacau

Essa região tornou-se conhecida por ser o cenário de romances escritos por Jorge Amado. A Costa do Cacau é grande produtora desse fruto, que se destacou durante um longo período na economia local, permanecendo como considerável patrimônio arquitetônico dos tempos da lavoura cacauzeira. Remanescentes de Mata Atlântica ainda se encontram preservados na região, justamente devido ao modelo de exploração do cacau, que utilizava a vegetação nativa para fornecer sombra aos cacauais (Bahia, 2014d).

Costa do Descobrimento

A zona turística Costa do Descobrimento oferece um grande conjunto de atrativos históricos e naturais, considerada o segundo maior destino turístico do estado, possuindo a mais extensa rede hoteleira da Bahia. Essa região abriga um preservado conjunto histórico-arquitetônico que remonta aos primórdios da história do Brasil.

Destacam-se, ainda, nessa zona turística, praias, falésias, manguezais, rios e remanescentes de Mata Atlântica. Nessa região também se encontram três parques nacionais, a saber, Descobrimento, Monte Pascoal e Pau-Brasil, assim como outras áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas.

O artesanato indígena e as manifestações culturais, como o reisado, os bailes pastoris, a puxada do mastro e os mandus, são elementos da cultura local (Bahia, 2014d).

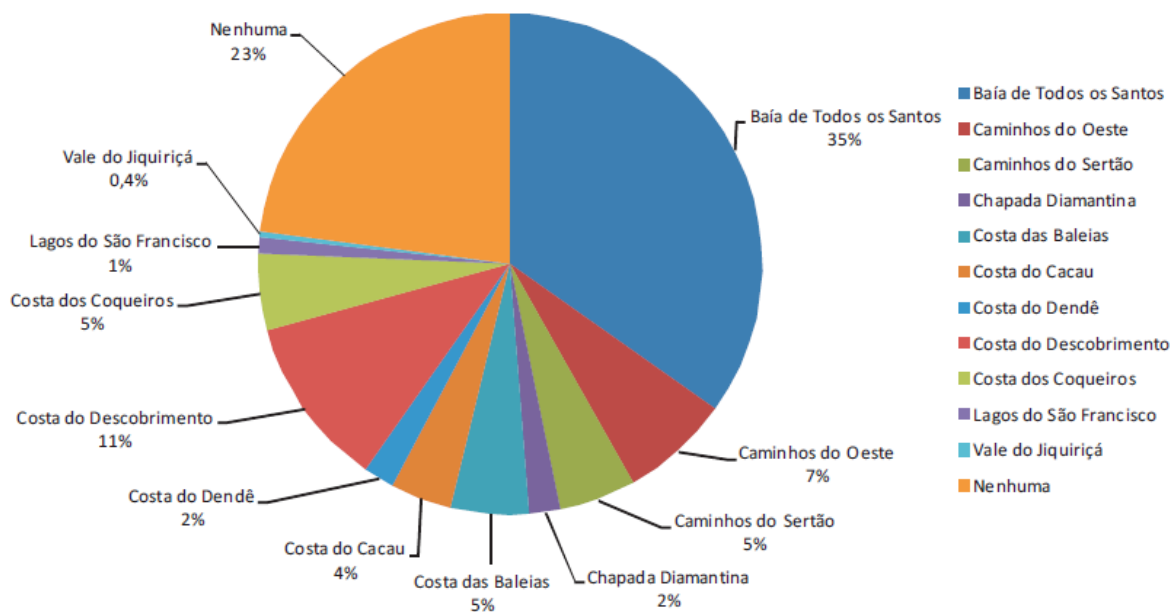
Caminhos do Jiquiriçá

Essa zona turística conta com belas cachoeiras, rios, flora e fauna muito rica, atraindo visitantes que se interessam pela contemplação da beleza cênica, pela prática de esportes como cavalgadas, canoagem e pesca. O artesanato da região, o turismo rural e o patrimônio histórico-cultural são importantes atrativos da região.

Segundo dados da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (Bahia, 2014d), a Baía de Todos os Santos concentra o maior fluxo turístico (35%), sendo que Salvador é o principal destino, atraindo 28,8% do fluxo doméstico do Estado, enquanto Porto Seguro responde por 10,8% desse total. A Costa do Descobrimento (com participação de 11%) e Caminhos do Oeste, com 7% estão em segundo e terceiro lugar no Estado.

Observa-se que a zona Vale do Jiquiriçá, onde estão localizados os municípios Laje, São Miguel das Matas, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, aqui em estudo, apresenta a menor participação no fluxo turístico, a saber, 0,4%.

No Gráfico 6.3.7, observa-se a participação das regiões turísticas no fluxo turístico doméstico da Bahia.



**Gráfico 6.3.7 - Fluxo Turístico Doméstico Por Regiões Turísticas
 (FONTE: IBGE, 2013)**

Embora o Governo do Estado tenha elaborado planos e programas visando a expansão do turismo no estado, ainda predomina a concentração de investimentos nas zonas turísticas localizadas no litoral, principalmente na Baía de Todos Santos, onde o destino turístico mais importante é Salvador, na costa do Descobrimento (em Porto Seguro) e na Costa dos Coqueiros, em especial no município de Mata de São João (Santos, 2013).

Em observação ao QUADRO 6.3.54, nota-se que há uma concentração de investimentos públicos nas zonas localizadas na costa (Costa do Cacau, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento e Costa dos Coqueiros), devido, principalmente, às demandas por infraestrutura, haja vista que esta região é a que registra os maiores índices ligados ao segmento turístico.

A Baía de Todos os Santos, por exemplo, atrai mais investimentos públicos, enquanto que a Costa dos Coqueiros e Costa do Descobrimento recebem mais investimentos privados. A diferença de investimento é perceptível, e mostra que o setor público está inteiramente voltado para a Baía de Todos os Santos, pois esta zona, é a área que o setor público investe com mais intensidade. Porém, em se tratando de setor público, os investimentos deveriam ser melhor distribuídos, visto que todas as regiões turísticas tem a sua parcela na contribuição para o desenvolvimento do turismo Baiano².

² Disponível em: < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/turismo.html>>. Acessado em: 28/04/2015.

QUADRO 6.3.54 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS NAS ZONAS TURÍSTICAS - 2007-2011

Zona turística	Valor investido (R\$)
Baía de Todos os Santos	100.407.916,54
Chapada Diamantina	1.045.795,02
Costa do Cacau	542.000,00
Costa do Dendê	95.385.063,12
Costa do Descobrimento	1.105.196,26
Costa dos Coqueiros	17.176.390,72
Lagos do São Francisco	1.253.444,78
Vale do Jiquiriçá	325.833,33
Caminhos do Sertão	217.000,00
Caminhos do Sudoeste	218.000,00

FONTE: SANTOS, 2013

Santos (2013) destaca que, também foram privilegiadas as zonas turísticas que já vinham recebendo importantes investimentos públicos, desde a década de 90, como a Costa do Descobrimento, Costa dos Coqueiros, Chapada Diamantina e a Costa do Cacau. As demais zonas turísticas necessitam de um trabalho gradual de investimentos públicos e privados.

Na maioria dos municípios do interior do Estado, o turismo praticado é de base comunitária, priorizando a infraestrutura de pequeno porte, diferentemente do turismo desenvolvido pela grande capital (Santos, 2013). Entre os municípios que compõem as zonas turísticas, há grandes discrepâncias no desenvolvimento dessa atividade, em razão da precária infraestrutura viária, hoteleira e de serviços que predomina no interior da Bahia. Dessa forma, apesar destes estarem incluídos nas zonas turísticas, mesmo assim, não apresentam potencial para o desenvolvimento do turismo.

Segundo os informantes de Valença, o município apresenta um excelente potencial para o desenvolvimento do turismo, já que está localizado dentro da Baía de Todos os Santos e na região da Baía de Tinharé, Baía de Camamu (que já são polos consolidados de turismo).

Valença é um município da rota turística “Costa do Dendê”, e detém um valioso patrimônio arquitetônico e cultural, que pode ser observado em suas calçadas de pedras irregulares, nos sobrados coloniais e nas ruínas da antiga fábrica de tecidos. A cidade é também um grande centro artesanal de construção naval. Recebe elevado contingente de turistas, principalmente por ser o principal acesso à Ilha de Tinharé, turisticamente famosa pelo povoado de Morro de São Paulo e também pela praia do Guaibim, considerada uma das mais belas do litoral baiano, com o seu extenso areal, localizada a cerca de 10 quilômetros da sede do município.

Destaca-se como atividade econômica em Valença, a produção de camarão em cativeiro, sendo o principal produtor da Bahia, além da cultura e beneficiamento de cravo da índia, pimenta do reino e de azeite de dendê. Possui movimentado porto, do sistema *ferry boat*, para quem deseja passear pelo arquipélago até Morro de São Paulo e Boipeba, Ilha de

Itaparica e outras praias, além do acesso a Salvador, conforme mostram as Figura 6.3.33 e Figura 6.3.34, a seguir.



Figura 6.3.33 - Porto De Ferry Boat, no Rio Una, no Município De Valença



Figura 6.3.34 - Vista Parcial do Centro Urbano de Valença, as Margens do Rio Una

Valença possui importante potencial turístico, contudo, evidenciam-se sérias deficiências na sua infraestrutura básica, na qualidade dos serviços e na mão de obra oferecida. Os entrevistados também apontaram que há falta de segurança para os turistas que querem fazer passeios em cachoeiras e em praias localizadas em regiões mais afastadas da área central.

Ainda assim, o turismo movimenta a economia de Valença, sobretudo pelo atendimento do comércio. De acordo com os entrevistados, Valença é um importante local de abastecimento de alimentos, de oferta de serviços, de material de construção, direcionados às ilhas de Boipeba, Cairu e Tinharé. Porém, o fluxo significativo de turistas em Valença permanece restrito ao carnaval, sendo que no resto do ano, as pousadas e hotéis são mantidas por viajantes e representantes comerciais, o que justificaria a afirmativa de uma entrevistada: “Valença é passagem, estacionamento ou supermercado”.

De acordo com as narrativas obtidas, o turismo no Estado tem se desenvolvido, de uma maneira geral, sem o planejamento e infraestrutura necessário ao atendimento do fluxo turístico, principalmente nas altas temporadas. As cidades estão crescendo de forma desordenada e com precariedade, sofrendo com a especulação imobiliária. Esse crescimento sem planejamento, possibilitou a instalação de uma rede de hotéis e de pequenas e médias pousadas, construídas sem nenhuma política de turismo preestabelecida, respondendo apenas às necessidades da demanda que foi surgindo.

No que se refere à mão de obra empregada, a Baía de Todos os Santos ocupa lugar de destaque. Conforme levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), em 2010, o quadro comparativo da mão de obra empregada formalmente na região, demonstrou um total de 70.980 postos de trabalho ligados às Atividades Características do Turismo (ACTs). Em 2011 houve um crescimento de 8%, passando para um quantitativo de 76.747 pessoas formalmente empregadas na área (Observatório do Turismo da Bahia, 2014).

Na Bahia, em 2011, o total de empregos nas ACTs apresentou 151.694 postos de trabalho, sendo que, aproximadamente 51% desse total, correspondem à região da Baía de Todos os Santos.

Dentre as atividades que representam o maior quantitativo de empreendimentos, destacam-se aquelas relacionadas à alimentação, transporte, terminais e alojamento, totalizando 4.472 empresas, ou 82% do total de empreendimentos formais da região.

Atualmente, na região litorânea, os investimentos estão voltados para o turismo náutico, com a construção de duas marinas localizadas nos principais roteiros mais procurados. Outras regiões do litoral que estão localizadas na área de estudo do empreendimento, embora detenham elevado potencial, também têm desenvolvido o turismo com menor intensidade, conforme apurado na pesquisa de campo.

Percebe-se uma tendência nas políticas do setor, para toda a região nordeste, que enfatizam o turismo como “vetor de desenvolvimento local”, aliado à “preservação da natureza”. Baseia-se na busca da potencialidade natural da região para a atividade, valorizando a extensa faixa litorânea (mais de 3.000 quilômetros de praias) e o clima quente (quase o ano todo), legitimando a valorização do segmento sol e praia (Flores & Oliveira, 2012).

Recentemente o Estado tem investido na infraestrutura exigida pela atividade turística, por meio de um oneroso processo de reordenamento territorial em espaços de grande beleza cênica e ambientalmente frágeis, como os ecossistemas de restinga, estuários e dunas, presentes na costa baiana. Esses, até então rarefeitamente ocupados, têm sido privatizados e ocupados por grandes empreendimentos nacionais e estrangeiros.

Os megaprojetos baianos, como o Projeto Linha Verde, possuem o principal objetivo de multiplicar a capacidade de hospedagem regional, através de um processo da implantação

da infraestrutura básica, a fim de atrair investimentos privados para a região (Flores e Oliveira, 2012).

Planos e programas turísticos

A Secretaria de Estado de Turismo do Governo da Bahia - SETUR, entendendo que o turismo é uma atividade econômica, com implicações políticas, sociais, ambientais e culturais, cumpre o seu papel de fomento ao turismo e articula, em conjunto com os Circuitos Turísticos, prefeituras, entidades e empresas da cadeia turística, projetos e ações que maximizam e fortalecem a atividade em todo o estado (SETUR).

O planejamento e gestão do turismo consiste em amenizar a complexidade das relações entre os diversos atores envolvidos, bem como valorizar as peculiaridades de cada atrativo. Muitos gestores municipais vêm buscando reconhecer mecanismos eficientes para desenvolver o turismo local. Como todo processo de planejamento participativo, apesar de não existir um único meio ou ferramenta, alguns instrumentos são essenciais para que a implementação das ações alcance os objetivos e expectativas almejados.

Assim como outros setores da administração pública, a atividade turística deve ser sustentada e regida por um planejamento técnico responsável, que aponte estratégias para alcançar o futuro desejado pelo conjunto de atores que representa a comunidade.

A atividade relaciona-se, direta ou indiretamente, com os diversos setores de uma comunidade: hospedagem, alimentação, transporte, atrativos e atividades turísticas, produção rural, prefeitura, hospital, escola, comércio, cultura, serviços de comunicação, entre outros. Para garantir a atuação alinhada deste conjunto diverso, o planejamento da atividade turística deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo representantes de todos os grupos que compõem uma comunidade.

Como forma de promover a integração a nível nacional, em 2004, o Ministério do Turismo - MTur adotou a regionalização como diretriz para o desenvolvimento do turismo no país, implementando, em todo o território nacional, o PRT - Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil.

O Programa de Regionalização é o principal instrumento de execução da Política de Turismo em todo o país, e serve de modelo de ordenamento político-territorial, referência para todas as ações do Ministério do Turismo e das Secretarias de Estado de Turismo, buscando multiplicar e ampliar as opções de atrativos turísticos nos municípios, através da criação de estratégias eficazes diante de regiões, que muitas vezes, tem um elenco de áreas e atrativos.

O Estado está se organizando, através de uma rede de cooperação para o fortalecimento do turismo, haja vista que este aspecto desempenha papel fundamental no desenvolvimento da Bahia, e é baseada nas zonas turísticas, sendo que cada uma dessas zonas seria composta por um grupo de técnicos e gestores municipais, indicados pelos prefeitos de cada um dos municípios que integram essa rede.

Integram também, os gestores da rede, técnicos das instituições de suporte, entre esses, a SETUR, a Empresa de Turismo da Bahia - BAHIAATURSA e a Universidade Federal da Bahia - UFBA, sendo que a participação dessas tem o sentido de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, além da disponibilização de recursos de conhecimentos (como encontros e fóruns temáticos), entre outras atividades.

No QUADRO 6.3.55 a seguir, observam-se os planos e programas turísticos dos governos no âmbito estadual e federal para o estado da Bahia.

QUADRO 6.3.55 - PLANOS E PROGRAMAS TURÍSTICOS EM EXECUÇÃO NA BAHIA

Nome do projeto/programa	Local de implantação	Descrição
Projeto São João da Bahia	Estado da Bahia	Promoção da Festa de São João como um novo produto turístico
Projeto Espicha Verão	Ilhéus, Porto Seguro, Lençóis e Itacaré	Tem como principal objetivo a atração de turistas e o prolongamento da sua permanência na Bahia, após o Carnaval.
GP Bahia de Stock Car – Turismo Esportivo	Salvador, Estado da Bahia, Chapada Diamantina, Cânions do São Francisco	O Turismo Esportivo é considerado como um vetor de inovação no turismo da Bahia. Além da StockCar, Salvador sedia outros eventos esportivos ao longo do ano, como campeonatos de surf e de mountain bike. Outros destinos da Bahia, a exemplo da Chapada Diamantina e dos Cânions do São Francisco, também são palcos frequentes de eventos de esporte de aventura, como a canoagem.
Turismo Náutico	Baía de Todos-os-Santos e Baía de Camamu	Caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade de movimentação turística.
Turismo Étnico (Afro-indígena)	Estado da Bahia	Pretende-se valorizar a diversidade étnico-racial do Estado através da atividade turística.
Capoeira	Salvador	Realizou-se um mapeamento completo dos grupos de capoeira nos âmbitos estadual, nacional e internacional. Paralelamente, vêm sendo empreendidas ações para instalação do Escritório Internacional da Capoeira e Turismo, que funcionará em Salvador, no Forte de Santo Antônio. Vêm sendo ministradas aulas por capoeiristas baianos, que funcionam como embaixadores culturais da Bahia.
Turismo GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes)	Bahia	A partir da parceria firmada com o Grupo Gay da Bahia – GGB, foram estabelecidas algumas ações, como a capacitação para qualidade no atendimento ao público GLS. Elaborou-se um roteiro específico para esse segmento, para ser operacionalizado pelas agências de viagens em Salvador, com guias credenciados e capacitados no segmento GLS.
Turismo Religioso	Salvador e interior do estado da Bahia, com destaque para Cachoeira, Bom Jesus da Lapa, Canudos, Monte Santo	Estimular o turismo, além dos períodos festivos que ocorrem no verão, através da atração de visitantes para eventos religiosos, como a tradicional “Lavagem do Bonfim”, em Salvador, a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira; Festa de Nosso Senhor Bom Jesus, em Bom Jesus da Lapa; Romaria de Canudos, em Canudos; e a Romaria da Serra de Piquaraçá, em Monte Santo.
Enoturismo	Região do Vale do São Francisco	Diversas ações promocionais e de sensibilização para a degustação de vinhos, realizadas na região, muitas em parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e as vinícolas.
Turismo Rural	Recôncavo Baiano	Vêm sendo promovidas visitas técnicas às propriedades instaladas no Recôncavo Baiano, que participam do turismo rural.
Sistema Integrado de Informação Turística	Estado da Bahia	Visa oferecer um atendimento amplo ao turista que visita a Bahia, abrangendo os níveis presencial, eletrônico e digital. Atuando de forma integrada, o sistema fornece informações sobre acessos, hotéis, bares e restaurantes, além de indicadores e estatísticas dos 156 municípios turísticos do Estado. O sistema atende ainda à demanda por informações acadêmicas, solicitadas por estudantes, professores e pesquisadores da área.
Serviço de Atendimento ao Turista - SAT	Estado da Bahia	Ampliação e inovação dos serviços oferecidos nos Postos de Informações Turísticas, garantindo uma prestação de serviços de excelência.
Postos de Informações Turísticas	Estado da Bahia	Desenvolvimento do atendimento e do relacionamento direto com o turista.
Disque Bahia Turismo	Estado da Bahia	Serviço oferecido com a finalidade de auxiliar o turista a conhecer, através de ligação telefônica, as alternativas turísticas de que o estado dispõe.

Nome do projeto/programa	Local de implantação	Descrição
Portal de internet	Estado da Bahia	Disponibilização de roteiros, hotéis, horários de voos, eventos, informações turísticas e acadêmicas, diretamente ou através de links no portal oficial de turismo da Bahia.
Sites Institucionais	Estado da Bahia	Têm o objetivo de oferecer aos seus públicos informações da esfera governamental sobre o turismo.
Sites temporários	Estado da Bahia	Trata-se de uma estratégia que visa possibilitar um relacionamento direto com o público interessado pelo produto e também com os órgãos de imprensa, uma vez que nesses ambientes são disponibilizadas notícias e fotografias de alta resolução.
Redes Sociais	Estado da Bahia	Vem sendo utilizado um sistema de <i>newsletter</i> , que possibilita ao usuário receber boletins informativos sobre o segmento turístico do seu interesse.
Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos	Estado da Bahia	Tem por objetivo a capacitação dos recursos humanos envolvidos nessa atividade, valorizando a cultura do turismo para os destinos turísticos do Estado.
Projeto de Qualificação Profissional e Empresarial	Estado da Bahia	Ações de qualificação profissional e empresarial, contando com o SEBRAE para a execução desse projeto. Essa vertente do programa corresponde à modalidade Formação de Gestores do Turismo e tem como finalidade capacitar os empresários para tornar a Bahia um destino turístico altamente competitivo, diferenciado, capaz de adotar novas ferramentas que vão influir no gerenciamento dos empreendimentos e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços turísticos oferecidos.
Projetos de Qualificação Especial	Estado da Bahia	Abrange vários projetos de caráter especial com foco na qualidade de serviços: “Bahia é Muito Mais Verão”: O projeto beneficia 12 municípios e abrange cursos voltados para polícia turística, taxistas, monitores turísticos, donos e funcionários de barracas de praia, bares e restaurantes, baianas do acarajé, motoristas e cobradores de ônibus, ambulantes, frentistas de postos de combustível e pessoas que trabalham em operadoras de eventos (segurança, caixa, barman, apoio). “Turismo Étnico”: Esse projeto tem por objetivo realizar pesquisa de demanda e promover a qualificação de profissionais e empresários da região do Recôncavo Baiano “Projeto Olá! Turista”: tem a finalidade capacitar 80 mil pessoas em todo o Brasil para a Copa de 2014, através da oferta de cursos de inglês ou espanhol online, para quem trabalha diretamente no atendimento ao turista. “Guias do Carnaval”: tem o objetivo de qualificar e estruturar o serviço de recepção na cidade de Salvador, através do treinamento e contratação de profissionais capazes de fornecer informações seguras e precisas sobre o destino Bahia, durante o período do Carnaval.
Programa de Regionalização	Estado da Bahia	Tem o objetivo de integrar territorialmente os produtos turísticos ofertados ao mercado, promovendo a participação das instâncias de governança do turismo nas decisões políticas e governamentais.
Programa de Gestão Participativa	Estado da Bahia	Realização de diversos fóruns de discussão e deliberação sobre a Política Nacional do Turismo e seus desdobramentos, nas diferentes escalas territoriais do país.
Programa de Turismo Sustentável	Estado da Bahia	Criação e operacionalização de modelos diferenciados de desenvolvimento turístico, embasados no conceito da sustentabilidade social, econômica e ambiental.
Projeto de Pesquisas e Estudos Econômicos	Estado da Bahia	Tem a finalidade de levantar informações e indicadores estatísticos que subsidiem os investidores na decisão de instalar equipamentos turísticos na Bahia.

Nome do projeto/programa	Local de implantação	Descrição
Projeto de Atração de Investimentos Privados	Estado da Bahia	Tem o objetivo de desenvolver atividades relacionadas à captação de investimentos privados para o incremento do setor de turismo, através da participação em eventos nacionais e internacionais, onde são divulgadas as oportunidades de investimento no Estado. São fornecidas orientações a investidores, em relação às necessidades prévias à implantação de seu negócio. O projeto inclui ainda a divulgação do potencial turístico do Estado em publicações especializadas.
Projeto de Pesquisa da Produção Associada ao Turismo	Polos turísticos do estado da Bahia	A pesquisa tem como objetivo principal realizar um diagnóstico da estrutura da oferta dos bens e serviços turísticos e da produção local de 11 Polos Turísticos do Estado. Consta deste projeto a realização de Pesquisa da Cesta de Consumo nos destinos turísticos e da produção local (Produção Associada ao Turismo), que é o passo inicial para gerar subsídios à articulação dos órgãos governamentais para apoio à implantação de empreendimentos privados mais integrados às economias locais, além de gerar informações aos diversos órgãos governamentais para a atração de investimentos públicos e privados para as regiões.
Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva	Estado da Bahia	O projeto visa incentivar a produção regional associada ao turismo e o desenvolvimento de negócios nos diversos municípios das zonas turísticas, proporcionando o crescimento das oportunidades de emprego e a geração de renda, a partir de processos produtivos que sejam compatíveis com a vocação regional.
Projeto de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais	Estado da Bahia	Este projeto visa incentivar a produção regional em segmentos associados ao turismo, desenvolvendo novos negócios nos diversos municípios das zonas turísticas, proporcionando novas oportunidades de emprego, fomentando o empreendedorismo e a geração de renda, a partir de processos produtivos que sejam compatíveis com a vocação regional.
Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	Salvador, Praia do Forte, Porto Seguro, Ilhéus, Itacaré, Morro de São Paulo e Lençóis	Os projetos destinados à realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014, envolveram a implantação de dez "Fan Parks", sendo cinco em Salvador (Aeroclube Plaza Show, Praça Castro Alves, Bairro das Cajazeiras, Península de Itapagipe e Periperi) e cinco em localidades turísticas do Estado (Praia do Forte, Porto Seguro, Ilhéus/Itacaré, Morro de São Paulo e Lençóis). A criação da Cidade da Música também propiciará a expansão da oferta de eventos neste segmento e compõe importante ação desta estratégia turística, constituindo-se em mais um Fan Park. Através desse projeto também têm sido realizadas diversas outras intervenções complementares em infraestrutura.
XXXI Jogos Olímpicos – Rio 2016	Salvador	Ações visando atrair turistas internacionais para a Bahia.
Bahia Mostra Bahia	Estado da Bahia	O projeto tem os seguintes objetivos: incrementar o fluxo turístico intra-Bahia; promover os diversos destinos baianos em Salvador; gerar espaço na mídia para os produtos turísticos baianos; promover o intercâmbio comercial entre as agências de turismo de Salvador e as agências de receptivo dos diversos destinos da Bahia; propiciar aos gestores das Zonas Turísticas e trade local a oportunidade de apresentarem seus destinos e comercializarem seus produtos.
Novos roteiros agroecoturísticos	Municípios de Ituberá, Nilo Peçanha e Igrapiúna, todos localizados na Zona Turística Costa do Dendê	Em parceria com o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo e com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), os órgãos governamentais já começaram a articular e implantar novos roteiros agroecoturísticos.
Rota da Independência	Recôncavo Baiano	Alia o conhecimento sobre a história da Bahia à cultura peculiar do Recôncavo Baiano.
Programa de Cadastramento e Fiscalização	Estado da Bahia	O Programa contempla três atividades distintas: Censo Turístico, Cadastramento de Equipamentos Turísticos e a Fiscalização dos Serviços Turísticos. O programa prevê ações de fiscalização e controle de qualidade dos equipamentos e serviços turísticos realizadas, periodicamente, em todo o estado, junto às agências de viagem e turismo, operadoras, transportadoras turísticas, meios de hospedagem, empresas organizadoras de eventos, guias de turismo e turismólogos.

Nome do projeto/programa	Local de implantação	Descrição
Programa de Implantação de Infraestrutura Turística	Estado da Bahia	O programa prevê a realização de intervenções em infraestrutura pública, com o papel de melhorar a qualidade dos destinos turísticos baianos e propiciar melhores condições de vida às populações residentes nessas áreas.

FONTE: BAHIA, 2014^d

6.3.7.1.3 Caracterização da mão de obra disponível

Segundo os gestores públicos entrevistados, o processo de industrialização da economia baiana teve seu início a partir da política federal de integração da economia nacional, cuja proposta era a desconcentração industrial e o crescimento de áreas que fossem bem dotadas de recursos naturais, mão de obra pouco especializada, boa localização e outras vantagens competitivas, que estimulassem a atração de indústrias potenciais. Segundo Filho (2002), as indústrias que se instalaram na Bahia, produtoras de bens intermediários, estariam voltadas ao capital-intensivo, pouco empregadoras e de grande porte, necessitando de elevados investimentos, com uma elevada concentração empresarial.

O processo de industrialização do Estado trouxe as indústrias de celulose, que produziram relevantes transformações na organização dos espaços e na estrutura socioeconômica regional. Sua introdução implicou em prejuízos para os recursos naturais, proporcionando impactos relevantes sobre a sobrevivência da agricultura familiar local em função da ocupação de grandes áreas agricultáveis, conforme foi constatado na pesquisa de campo. Outra atividade que entrou em decadência na região, foi aquela relacionada à produção fumageira, que também provocou deslocamento da população rural para os núcleos e centros urbanos.

Esse novo panorama regional foi responsável por importantes mudanças socioprodutivas, embora atividades tradicionais como a pecuária, a agricultura de subsistência e a pesca ainda mantenham sua importância na estrutura produtiva da economia regional. Da mesma forma, esse processo implicou em novas relações de trabalho, resultando no êxodo rural. Essas transformações na economia das microrregiões causaram também reestruturações do emprego na área rural, especialmente nos municípios onde foram desenvolvidas essas atividades.

Em consequência da redução do emprego nas zonas rurais, pode-se perceber transformações demográficas no contingente da população urbana dos municípios que não conseguem absorver a disponibilidade de mão de obra que está disponível. As famílias, nesse processo de deslocamento, não conseguem produzir a níveis que permitam a acumulação de riqueza e, em grande número, passam a depender dos projetos sociais, ou se alocam em subempregos.

Possivelmente, pelo aumento da necessidade de mão de obra mais especializada, alguns municípios tornaram-se polos regionais de referência à educação, como Eunápolis, Itabuna, Ilhéus, Santo Antônio de Jesus, Valença e Feira de Santana, possuindo distritos industriais e expressivo sistema de ensino voltado para a formação técnica.

Os municípios, de acordo com o relato dos seus gestores, têm procurado investir em educação, melhorando as condições da educação básica, ou oferecendo condições de

transporte para aqueles que desejam continuar os estudos nos municípios que oferecem nível técnico e/ou graduação. Ainda, de acordo com as suas declarações, tem ocorrido a ampliação das vagas nas universidades e escolas técnicas, e há uma política de acordo entre o poder municipal, as instituições de ensino e as empresas, como meio de procurar despertar nos jovens o interesse por desenvolver carreiras profissionais.

Pelas análises efetuadas nesse estudo, percebe-se que para as funções especializadas, há pouca disponibilidade de mão de obra qualificada. Contudo, para atividades mais elementares, há trabalhadores aptos para absorver a demanda que poderá vir a ocorrer com a implantação do empreendimento, tanto na oferta de serviços, quanto na disponibilidade de mão de obra não especializada.

Após terem sido apresentados os dados primários e secundários acerca das características da economia, e os principais vetores de desenvolvimento da área de estudo, é possível tecer algumas conclusões acerca da importância do projeto de duplicação da BR-101 para a economia da área de estudo.

A pesquisa de campo permitiu observar que, ao longo da extensão do atual traçado da BR-101, há significativas desigualdades entre as microrregiões baianas e internamente a elas. Percebe-se também que a infraestrutura de transporte desempenha um papel relevante no escoamento da produção, no abastecimento do comércio e nas relações de consumo, assim como nas decisões de planejamento público e privado quanto a localização e investimento por partes das empresas.

Nesse sentido, a disponibilidade de infraestrutura de transporte pode ser determinante no desempenho econômico regional, em virtude da concentração industrial e do crescimento dos demais setores produtivos.

A pesquisa de campo demonstrou também que, por outro lado, o sistema de transporte pode ser influenciado justamente pela expansão da demanda, devido ao aumento dos fluxos de pessoas e mercadorias que dependem da disponibilidade e da capacidade de infraestrutura de transporte para o escoamento das mercadorias produzidas nas microrregiões.

Outro ponto constatado no campo, é que os municípios que se destacam como polos regionais e apresentam maior crescimento econômico, estão, na maioria, interceptados pela rodovia, como é o caso de Eunápolis, Itabuna, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Isso indica que a disponibilidade de infraestrutura pode condicionar o desempenho produtivo microrregional.

Nota-se, a partir das declarações dos entrevistados, que a economia baiana está em processo de transformação. As principais características são a modernização da agricultura em determinadas regiões e o crescimento do setor de serviços, com ênfase na evolução das atividades vinculadas ao turismo, embora, conforme já citado, os gestores públicos entendam que falta planejamento e investimentos para melhor exploração desse setor.

Um ponto que merece destaque, é que os maiores percentuais de investimentos, ainda se concentram na Região Metropolitana de Salvador e nos municípios polos, o que contribui para a concentração do desenvolvimento nestas áreas. Destaca-se a diversificação do parque industrial com a implantação de fábricas de calçados, alimentos, eletrônicos e celulose. Percebe-se também que existem iniciativas para a criação de novos polos industriais na região de estudo, fundamentais para o surgimento de novos vetores de crescimento.

Outra constatação permitida pela pesquisa de campo, é que a região objeto desse estudo, apresenta perceptível diversidade de produção agrícola, que contempla culturas permanentes e temporárias. O desenvolvimento das atividades da agropecuária nos municípios menores, ocupa significativa parcela da mão de obra local, chegando a absorver o equivalente a 50% desta, como por exemplo, em Buerarema, Cachoeira, Cruz das Almas, Ibirapitanga e São Gonçalo dos Campos.

É importante destacar que, em todos os municípios visitados, interceptados pelo empreendimento, o planejamento para instalação ou expansão do parque industrial está voltado para a ocupação das áreas que margeiam a rodovia BR 101. Existem expectativas por parte dos entrevistados, gestores públicos e representantes da sociedade, de que a expansão da BR-101 atraia investimentos que contemplem aspectos no âmbito econômico, social e ambiental, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional, em conformidade com a vocação de cada microrregião.

Os entrevistados expressaram preocupação quanto à expansão da rodovia e a continuidade do comércio, embora entendam que o empreendimento trará benefícios diversos para toda a região. Disseram ainda, esperar que o planejamento do novo traçado inclua espaços para que possam continuar com as suas atividades comerciais.

De certa forma, verificou-se que a rodovia atravessa áreas distantes do litoral, havendo espaço para realocação dos empreendimentos, caso seja necessário, os quais situam-se em sua maioria, próximos às cidades maiores, onde já existe certa dinâmica na economia.

6.3.8 Dinâmica territorial

6.3.8.1 Histórico da ocupação

O histórico de ocupação do estado do Bahia remete-se aos primórdios da colonização do Brasil, cujos padrões de povoamento fizeram-se primordialmente pela costa do país. Dessa forma, na configuração territorial baiana prevaleceu o adensamento populacional em áreas litorâneas e nas suas proximidades, bem como um vazio ocupacional nas áreas a oeste e norte do estado (Costa, 2014).

Para fins de estudo, o estado da Bahia foi dividido em três grandes áreas: litoral, semiárido e cerrado, como forma de melhor possibilitar a análise e compreensão das especificidades dos padrões de assentamento humano e desenvolvimento econômico.

O litoral foi a primeira região do estado a ser ocupada. Nessa grande região litorânea encontram-se remanescentes da vegetação original da Mata Atlântica, onde estão demarcadas Áreas de Preservação Ambiental (APAs), como a APA Camamu e APA Marau.

Em geral, na região litorânea os solos são ácidos, de baixa fertilidade natural, com textura predominantemente arenosa. No entanto, podem ser encontradas diversas manchas de solos férteis, com aptidão para vários tipos de exploração agrícola. No que tange aos aspectos sociodemográficos, essa é a região mais densamente povoada e urbanizada.

A região Semiárida ocupa toda a parte central da Bahia e caracteriza-se pela escassez e irregularidade do regime pluviométrico, com frequentes riscos de seca. A formação vegetal predominante é a caatinga (Bahia, 2003).

A área do Cerrado constitui vasto e heterogêneo espaço, onde são encontrados vários ecossistemas, diferentes tipos de solos, relevo e altitudes. Nos últimos anos, o uso e ocupação do solo têm sido marcados pela diversificação das atividades econômicas, com ampliação da pecuária e da produção mecanizada de grãos, especialmente a soja, tornando-se um polo de desenvolvimento econômico, dos mais dinâmicos da Bahia (Bahia, 2003).

Uma outra forma de regionalização do estado da Bahia, realizada pelo governo estadual, a qual tem sido muito utilizada para a implementação de políticas públicas, é a divisão territorial do estado em regiões econômicas. Das 15 regiões econômicas existentes no estado da Bahia, serão abordadas aquelas referentes à área de estudo do projeto de duplicação da BR-101, ou seja, a região do Recôncavo Sul, a região Litoral Sul, a região do Extremo Sul, a região Paraguaçu e a região Chapada Diamantina.

Região do Recôncavo Sul

Na região Recôncavo Sul estão localizados os seguintes municípios da área de estudo: Cachoeira, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Laje, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, Governador Mangabeira, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Dom Macedo Costa. Essa região é polarizada por Santo Antônio de Jesus e concentra a mais antiga rede urbana do estado, com diversas cidades oriundas do cultivo da cana e do fumo.

A região Recôncavo Sul teve sua ocupação iniciada em meados do século XVI, com o regime das sesmarias. A monocultura canavieira foi responsável por seu processo de formação econômico-social. Dessa forma, a organização territorial e a distribuição espacial dos habitantes na região tiveram como base uma atividade eminentemente rural, sendo o engenho de açúcar o aglutinador de pessoas em seu entorno (Bahia, 2003).

Outros sistemas de cultivo também foram desenvolvidos nessa região, como o sistema fumageiro, o de subsistência, o pecuário, bem como do dendê, coco, piaçava e citrus.

A expansão da lavoura fumageira acompanhou a interiorização do Recôncavo Sul, incorporando muitas áreas e deslocando-se, em seguida, para o sertão. Numerosos núcleos

urbanos surgiram e se desenvolveram, por meio do beneficiamento e industrialização do fumo (Bahia, 2003).

Região Litoral Sul

A região econômica Litoral Sul representa a maior região do estado da Bahia em número de municípios, concentrando 26 municípios da área de estudos, a saber, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Camamu, Gandu, Ibipitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Jussari, Maraú, Mascote, Nova Ibiá, Presidente Tancredo Neves, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Valença e Wenceslau Guimarães.

Essa região é polarizada pela aglomeração Ilhéus-Itabuna, baseando sua economia na cultura do cacau, na pecuária e na industrialização recente, em vias de expansão.

A ocupação da região Litoral Sul teve início na época do descobrimento do Brasil, com a chegada dos primeiros colonizadores às costas brasileiras. A cacauicultura foi o principal elemento responsável por sua estruturação econômica e demográfica (Bahia, 2003).

Assim como em todo o sul da Bahia, a ocupação da região Litoral Sul ocorreu com movimentos de avanços e recuos, principalmente, em razão da resistência indígena, rivalidade entre os colonos, insalubridade, dificuldades de comunicação e de penetração nas terras além do litoral, que desestimularam consideravelmente a imigração e a permanência nessa área.

A cultura do cacau, dentre outras culturas introduzidas na região, em meados do século XVIII, deu um novo aspecto ao sul da Bahia, para onde se deslocou grande massa de colono, onde ocorreu mais tarde a interiorização das plantações devido à necessidade de ampliação da área de cultivo. Com isso, o município de Ilhéus articulou-se com outros municípios da região, estabelecendo ligação com Itabuna, através de estrada de ferro. Dessa forma, surgiu o polo Ilhéus-Itabuna, importante pelo desenvolvimento demográfico e pela articulação político-administrativa da região (Bahia, 2003).

A função portuária de Ilhéus e a implantação da ferrovia até Itabuna, contribuíram para a rápida ascensão desses núcleos urbanos. Atualmente, a Região litoral Sul é referenciada por duas sub-regiões econômicas, sendo que a primeira baseia-se na cacauicultura, tendo como municípios articuladores dessa economia, Itabuna e Ilhéus. O município de Ilhéus constituía-se no centro de comercialização, exportação e industrialização do cacau, além de ter recebido grandes investimentos turísticos nos anos 90, já o município de Itabuna, como centro de comércio varejista e de serviços absorvia os fluxos comerciais.

A segunda sub-região concentra culturas do dendê, cravo-da-índia, seringueiras, pimenta-do-reino, piaçava e guaraná. Também possui algumas indústrias da borracha e desenvolve o turismo nas chamadas Costa do Dendê e Costa do Cacau (Bahia, 2003).

Região do Extremo-Sul

Os municípios de Belmonte, Eunápolis, Itagimirim e Itapebi fazem parte dessa região econômica, que é polarizada por Eunápolis e concentra o maior polo produtor de celulose do estado.

O Extremo Sul é uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento da Bahia e do Brasil, contudo, sua expansão demográfica e desenvolvimento socioeconômico só se dinamizaram no século XX (Bahia, 2003).

Os primeiros núcleos de ocupação, ainda de caráter provisório, surgiram em Porto Seguro e Caravelas, onde foram construídos postos para o armazenamento da madeira e para proteção dos portugueses contra os ataques de outros povos europeus e dos índios (Bahia, 2003).

A partir da segunda metade do século XIX, ocorre a expansão das culturas de café e cacau. O cacau se expandiu rapidamente ao norte do rio Jequitinhonha, na região econômica Litoral Sul, que se consolidou como a maior produtora desse cultivo. Devido à primazia alcançada pelo produto na pauta de exportações nacionais, essa região do estado se integra definitivamente ao conjunto da economia estadual e nacional e intensifica o processo de povoamento, a partir dos anos de 1950, com a interiorização da ocupação extrativista (cacau e madeira) e expansão da pecuária (Bahia, 2003).

O povoamento do Extremo Sul também foi favorecido por alguns investimentos públicos em infraestrutura. A rede rodoviária foi ampliada com a abertura da estrada BR-5, que mais tarde, após obras de melhoria, veio a se constituir na BR-101, inaugurada no início da década de 70. A implantação da rodovia possibilitou o surgimento e o rápido crescimento de diversas localidades fora da faixa litorânea, como os povoados de Eunápolis e Teixeira de Freitas, que se tornaram, a partir dos anos 1970, os maiores centros urbanos de toda a região (Bahia, 2003).

Região Econômica Paraguaçu

Localizam-se na região econômica Paraguaçu os seguintes municípios: Feira de Santana, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos.

O início da ocupação dessa região está relacionado com a necessidade de expandir os currais de gado em direção à nascente do Rio São Francisco. Dessa forma, iniciou-se a demarcação de trilhas que se transformaram em várias estradas, entre elas aquela que chegava a Santana dos Olhos d'Água, atual Feira de Santana.

Os municípios que integram essa região, apresentam entre si forte heterogeneidade, resultante de sua evolução histórica e econômica, o que os diferencia dos demais municípios (Bahia, 2003).

Região Chapada Diamantina

Ibirapitanga é o único município em estudo localizado na região econômica Chapada Diamantina.

A ocupação dessa região teve início na passagem do século XVII para o século XVIII, em decorrência da criação de gado nas propriedades da Casa da Ponte, que arrendava parte de seu território a colonos. Os primeiros povoados têm sua ocupação relacionada diretamente à mineração (Bahia, 2003).

Rio de Contas foi o primeiro município da região, e somente 109 anos depois, surgiu o município de Macaúbas. Ao longo do século XIX, além de Macaúbas, foram criados mais 11 municípios: Lençóis, Piatã, Paramirim, Brotas de Macaúbas, Andaraí, Seabra, Barra da Estiva, Palmeiras, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos. A maioria dos novos municípios criados nesse período, teve origem na descoberta de ouro, diamantes e carbonados. Já os municípios de Seabra, Barra da Estiva, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos originaram-se de povoados surgidos com a colonização agrícola que abastecia as áreas de mineração (Bahia, 2003).

A formação sociocultural da região caracteriza-se por uma mistura de culturas, fruto de processos migratórios. Os paulistas vieram em busca do ouro, seguidos pelos garimpeiros de Minas Gerais, juntamente com os boiadeiros e lavradores da Serra Geral e do Vale do São Francisco. Também os comerciantes de origem portuguesa do Recôncavo Baiano, que controlavam o comércio da região, se deslocaram para a região da Chapada Diamantina (Bahia, 2003).

Parte dessa região foi selecionada na década de 70 pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) como área apta ao plantio do café. Iniciou-se, nesse período, o processo de expansão da agricultura cafeeira (Bahia, 2003).

Atualmente, a atividade econômica que vem se consolidando na Chapada Diamantina, com destaque na sua parte leste, é o turismo ecológico.

O estado da Bahia chega ao século XXI com um desenvolvimento territorial extremamente desigual. Caracterizado por uma sociedade agrário-escravocrata até o final do século XIX, o estado conviveu com o contraste entre riqueza e a pobreza desde o período colonial.

Associa-se a baixa renda média rural do estado da Bahia à estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários e assentada sobre grandes extensões de terra, contrapondo-se à existência de uma infinidade de minifúndios em que foi mantido um vínculo dos pequenos proprietários com o meio rural baiano. Com uma taxa de urbanização de 72,1% (contra 84,36% da média nacional), no estado da Bahia ainda há a presença significativa de municípios majoritariamente rurais com relação à distribuição de sua população (Fernandes & Zambuzzi, 2014).

A implantação tardia dos polos industriais contribuiu para a manutenção do elevado número de residentes na zona rural. As cidades de médio porte não demandaram quantidade de mão de obra capaz de atrair as populações rurais e, assim essas populações foram mantidas no campo. (Fernandes & Zambuzzi, 2014).

Observa-se no estado uma rede de cidades que pode ser considerada frágil em termos de sua abrangência territorial, desigualmente distribuída e bastante concentrada do ponto de vista hierárquico, já que os municípios de até 10.000 habitantes representam 70% dos municípios do estado (Fernandes & Zambuzzi, 2014).

Sabe-se que 70% do território baiano está localizado no semiárido, caracterizado pela grande deficiência de serviços e bens. A rarefação da rede de cidades médias e de capitais regionais aguçava ainda mais essa situação, considerando o imenso território a ser por elas atendido (IBGE, 2014b).

Examinando-se a estrutura urbana da Bahia, verifica-se que, dentre os 417 municípios baianos, Salvador se coloca como uma metrópole de projeção nacional. Algumas cidades são consideradas médias, e exercem o papel de capitais regionais, como Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras, Teixeira de Freitas e Eunápolis. As demais 406 cidades são consideradas de pequeno porte (Costa, 2014).

Os núcleos populacionais, como sedes administrativas de alguns municípios, não significam necessariamente a existência de um modo de vida urbano. Na realidade, podem ser considerados núcleos rurais, já que a economia e a ação dos grupos sociais existentes, relacionam-se com o espaço rural, particularmente com as atividades agrícolas (Costa, 2014).

Nos municípios visitados, sobretudo no sul da Bahia, os entrevistados, referindo-se ao histórico de sua ocupação, destacaram o papel da cacauicultura no povoamento. Segundo os informantes, houve uma grande atração de trabalhadores de várias regiões do Brasil para a Bahia para as lavouras de cacau na segunda metade do século XX.

Convém mencionar que, o cacau foi introduzido no estado em meados do século XVIII, surgindo como alternativa para a crise da economia canavieira. No final do século XIX a grande produção de cacau eleva o Brasil a um lugar de destaque na exportação desse produto. O Sul da Bahia, principal área produtora do estado e do país, viveu uma fase de grande prosperidade em um período entre a segunda metade da década de 70 até meados da década de 80. De fato, vários entrevistados destacaram que a “riqueza” que circulava na região, nesse período, tornava a vida bem mais fácil.

Todavia esse quadro se inverteu na década de 80, havendo declínio da cultura de cacau no país, diante de uma série de fatores, como a queda de preços do produto, política cambial, além da doença “vassoura de bruxa”. Essa doença que acometia a lavoura de cacau apareceu em Uruçuca, bem no meio da região cacauífera, e se espalhou por toda a região sul da Bahia (Marinho, 2014).

6.3.8.2 Usos da terra

Em relação aos atuais usos da terra, verificam-se no QUADRO 6.3.56 a QUADRO 6.3.58, os seguintes dados de produção referentes às lavouras temporárias nos municípios em análise.

QUADRO 6.3.56 - LAVOURA TEMPORÁRIA (2004)

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Melancia	Melão	Milho em grão	Tomate
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Arataca	75	-	-	-	-	-	810	-	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	-	-	-	-	2500	-	-	-	-
Barro Preto	-	-	-	-	-	-	120	-	-	-	-
Belmonte	900	-	-	3.000	32	-	6.528	-	-	-	-
Buerarema	90	-	-	125	-	-	600	-	-	-	-
Cachoeira	120	79	300	132.000	118	15	19.800	-	-	-	-
Camacan	-	-	-	520	-	-	-	-	-	-	-
Camamu	180	-	-	480	48	-	12.000	36	-	64	-
Conceição da Feira	33	-	100	-	75	13	10.320	-	-	32	-
Conceição do Almeida	-	157	204	-	30	118	22.148	-	-	70	-
Conceição do Jacuípe	551	52	348	-	131	26	9.880	-	-	236	-
Cruz das Almas	-	589	212	-	177	1.484	35.084	-	-	78	-
Dom Macedo Costa	93	28	22	10.400	23	-	12.000	-	-	17	-
Eunápolis	150	-	120	157.000	32	-	20.400	1.440	40	64	540
Feira de Santana	400	24	364	2.880	251	78	55.371	-	-	63	100
Gandu	588	15	81	1.650	36	-	20	-	-	-	125
Governador Mangabeira	240	158	150	-	390	1.470	21.450	-	-	368	-
Ibirapitanga	220	-	27	225	48	-	6.500	-	-	35	125
Ilhéus	156	-	-	-	-	-	5.400	-	-	12	-
Itabuna	-	-	-	480	-	-	240	-	-	24	-
Itacaré	90	-	-	-	-	-	1.440	-	-	2	-
Itagimirim	-	-	-	1.200	10	-	4.944	-	-	16	-
Itajuípe	75	-	-	3.500	-	-	500	-	-	21	-
Itapebi	-	-	-	7.200	6	-	851	-	-	8	-
Jussari	-	-	-	800	-	-	300	-	-	-	-
Laje	540	35	-	5.000	35	-	50.400	48	-	65	-
Maraú	150	--	-	-	-	-	1.500	-	-	-	-
Mascote	-	---	-	-	-	-	684	-	-	-	-
Muritiba	220	144	900	-	180	700	15.000	-	-	147	-
Nova Ibiá	66	-	-	-	35	-	1.560	-	-	32	-

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Melancia	Melão	Milho em grão	Tomate
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Presidente Tancredo Neves	720	15	-	500	48	-	12.000	36	-	60	-
Santa Luzia	75	-	-	-	-	-	1.132	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	210	95	30	3.600	123	-	33,000	-	-	81	-
São Félix	40	144	450	840	23	15	15.000	-	-	22	-
São Gonçalo dos Campos	-	43	409	1.680	568	234	11.772	-	-	612	-
São José da Vitória	-	-	-	200	-	-	480	-	-	-	-
São Miguel das Matas	225	17	15	12.600	16	-	114.750	-	-	14	-
Sapeaçu	-	128	162	-	41	1471	33.000	-	-	44	-
Teolândia	420	3	-	-	49	-	11.700	-	-	17	-
Ubatuba	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	-	-
Ubatã	63	-	18	250	30	-	4.800	-	-	23	125
Una	20	-	-	75	-	-	8.000	-	-	6	-
Uruçuca	12	-	-	100	-	-	1.000	-	-	1	-
Valença	3.200	58	-	2.500	228	-	44.400	120	-	217	-
Wenceslau Guimarães	550	4	360	3.000	297	-	75.000	-	-	160	-

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.57 - LAVOURA TEMPORÁRIA, (2008)

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Melancia	Melão	Milho em grão	Tomate
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Arataca	90	-	-	-	-	-	1.600	-	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	-	-	-	-	7.600	-	-	-	-
Barro Preto	-	-	-	-	-	-	324	-	-	-	-
Belmonte	468	-	-	3.520	11	-	6.816	1.350	-	23	-
Buerarema	90	-	-	125	-	-	1.320	-	-	-	-
Cachoeira	60	81	400	120.000	109	5	15.045	-	-	78	-
Camacan	-	-	-	750	-	-	900	-	-	-	-
Camamu	800	-	-	1.000	108	-	25.242	-	--	160	--
Conceição da Feira	-	20	50	-	60	6	9.120	-	-	33	-
Conceição do Almeida	-	165	208	-	70	104	24.080	-	-	73	-
Conceição do Jacuípe	76	20	342	1.080	108	20	6.100	-	-	151	3.740
Cruz das Almas	-	600	240	-	178	1.800	33.740	-	-	99	-
Dom Macedo Costa	75	50	40	6.400	35	-	15.120	-	-	50	-
Eunápolis	405	-	-	161.350	10	-	27.060	400	-	82	30
Feira de Santana	232	60	416	-	2.897	-	29.146	32	-	2.160	66
Gandu	414	9	72	2.064	70	-	20.940	-	-	28	66
Governador Mangabeira	100	130	90	-	362	1.256	17.850	-	-	387	-
Ibirapitanga	147	-	18	128	26	-	18.600	-	-	11	44
Ilhéus	360	-	-	-	-	-	15.000	-	-	28	-
Itabuna	-	-	-	480	-	-	450	-	-	24	-
Itacaré	480	-	-	-	-	-	6.600	-	-	14	-
Itagimirim	-	-	-	560	1	-	3.480	-	-	-	-
Itajuípe	180	-	-	4.560	-	-	6.600	-	-	36	-
Itapebi	-	-	-	8.920	2	-	810	-	-	6	-
Jussari	-	-	1.140	-	-	-	300	-	-	-	-
Laje	1.100	54	-	7.875	130	-	61.490	-	-	195	-
Maraú	360	-	-	684	-	-	8.000	-	-	-	-
Mascote	-	-	-	-	-	-	380	-	-	-	-
Muritiba	100	108	350	-	178	635	12.060	-	-	150	-
Nova Ibiá	86	2	-	-	18	-	8.700	-	-	19	-
Presidente Tancredo Neves	5.400	52	-	1.600	96	-	89.000	-	-	65	-
Santa Luzia	90	-	-	-	-	-	2.400	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	500	210	80	3.780	152	-	50.000	-	-	100	-
São Félix	20	130	610	600	20	2	12.240	-	-	29	-
São Gonçalo dos Campos	-	212	1.611	2.100	1.080	55	75.400	-	-	945	-
São José da Vitória	-	-	-	200	-	-	650	-	-	-	-
São Miguel das Matas	100	10	15	6.000	4	-	160.000	-	-	4	-
Sapeaçu	-	140	168	-	134	1.452	19.600	-	-	76	-
Teolândia	140	3	-	-	34	-	20.540	-	-	13	-

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Melancia	Melão	Milho em grão	Tomate
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Ubaítaba	-	-	-	-	-	-	3.240	-	-	-	-
Ubatã	66	-	18	336	20	-	6.540	-	-	16	66
Una	480	-	-	1.440	-	-	21.600	-	-	35	-
Uruçuca	150	-	-	700	-	-	6.000	-	-	10	-
Valença	8.780	75	-	6.240	276	-	53.820	-	-	240	-
Wenceslau Guimarães	1.060	40	162	3.632	236	-	89.050	-	-	149	1.650

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.58 - LAVOURA TEMPORÁRIA (2012)

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Milho em grão
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Arataca	-	-	-	130	-	-	840	-
Aurelino Leal	-	-	-	-	-	-	5.040	-
Barro Preto	-	-	-	-	-	-	360	-
Belmonte	371	-	-	6.040	17	-	7.267	12
Buerarema	105	-	-	100	-	-	750	-
Cachoeira	20	129	550	117.000	139	3	4.800	187
Camacan	-	-	-	700	-	-	660	-
Camamu	340	-	-	1.080	102	-	10.400	153
Conceição da Feira	-	34	50	-	50	3	10.500	37
Conceição do Almeida	-	178	200	-	83	61	12.600	66
Conceição do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruz das Almas	-	570	256	-	382	353	19.350	364
Dom Macedo Costa	-	15	28	1.800	14	-	7.800	24
Eunápolis	3.400	-	-	182.000	23	-	19.200	145
Feira de Santana	-	24	-	-	252	17	2.700	210
Gandu	270	10	84	1.634	20	-	12.000	21
Governador Mangabeira	40	180	130	-	418	1.000	19.500	387
Ibirapitanga	-	-	40	-	40	-	11.050	41
Ilhéus	360	-	-	1.167	7	-	11.000	70
Itabuna	-	-	-	450	-	-	260	4
Itacaré	850	-	-	-	-	-	4.950	78
Itagimirim	-	-	-	1.200	2	-	3.000	-
Itajuípe	540	-	-	4.620	-	-	4.000	50
Itapebi	-	-	-	10.240	4	-	420	7
Jussari	-	-	-	1.440	-	-	390	-
Laje	255	60	-	6.120	84	-	39.000	144
Maraú	540	-	-	1.350	-	-	4.400	-
Mascote	114	-	-	600	-	-	250	-
Muritiba	20	144	470	-	205	237	10.500	178
Nova Ibiá	102	6	-	-	22	-	6.050	32
Presidente Tancredo Neves	2.000	50	-	2.280	48	-	44.800	90
Santa Luzia	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	170	120	30	960	110	-	27.000	96
São Félix	20	156	700	300	30	-	7.500	57
São Gonçalo dos Campos	-	24	90	-	-	-	6.440	60
São José da Vitória	-	-	-	130	-	-	72	-
São Miguel das Matas	95	9	-	1.700	8	-	42.000	8
Sapeaçu	-	131	160	-	117	113	11.655	91
Teolândia	-	-	-	-	67	-	5.830	-
Ubaitaba	-	-	-	-	-	-	4.800	-
Ubatã	57	-	-	-	29	-	1.690	20
Una	700	-	-	2.660	11	-	18.000	99
Uruçuca	360	-	-	1.230	-	-	2.700	33
Valença	2.890	70	-	6.460	240	-	42.000	255

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Abacaxi	Amendoim (em casca)	Batata Doce	Cana de açúcar	Feijão	Fumo em folha	Mandioca	Milho em grão
	Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)	Quantidade Produzida (toneladas)
Wenceslau Guimarães	595	18	80	3.120	77	-	52.800	76

FONTE: IBGE, 2014^a

Ao analisar o QUADRO 6.3.58, referente à lavoura temporária em 2012, verifica-se que a mandioca representa a cultura de maior produção na grande maioria dos municípios. Destacando que neste mesmo período de 2012, o município de Wenceslau Guimarães apresentou a maior produção dessa cultura, ou seja, 52.800 toneladas do produto. Ainda nesse mesmo ano, a cultura da cana-de-açúcar, destacou o município de Eunápolis como maior produtor, com produção de 182.000 toneladas.

Considera-se que, aproximadamente 40% dos municípios apresentaram um decréscimo na produção de mandioca no período de 2012 em comparação a 2004.

Nota-se também, pelos QUADRO 6.3.56 e QUADRO 6.3.57, que a produção de milho, embora pequena em relação a produção de mandioca e a produção de cana-de-açúcar, em 2012, ocorreu em quase 70% dos municípios.

Com relação à lavoura permanente, tem-se as informações registradas no QUADRO 6.3.59 ao QUADRO 6.3.61 a seguir.

QUADRO 6.3.59 - LAVOURA PERMANENTE (2004)

Municípios	Abacate	Banana	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Castanha de cajú	Coco-da-baía	Dendê (coco)	Goiaba	Guaraná (semente)	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Urucum (semente)
	Quantidade Produzida (toneladas)						Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)											
Arataca	-	224	-	1.239	1.599	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6	56	-	-
Aurelino Leal	-	1.848	-	1.269	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	-	500	600	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	-	1.260	-	2.375	50	-	6.895	140	-	-	40	-	7.700	-	120	-	23	-	-
Buerarema	-	350	-	2.041	22	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Cachoeira	-	3.650	-	103	22	-	325	3.950	-	-	2.625	72	-	-	200	-	-	-	-
Camacan	-	238	11	1.305	1.064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	-	-	-
Camamu	-	480	1.560	1.100	195	-	2.325	14.735	-	147	195	-	150	-	140	380	20	-	6
Conceição da Feira	-	40	-	-	-	-	150	-	-	-	1.500	60	-	-	30	-	-	-	-
Conceição do Almeida	-	232	-	-	6	-	56	-	-	-	18.504	468	39	-	-	-	-	161	-
Conceição do Jacuípe	-	126	-	-	-	-	299	-	-	-	163	-	-	-	100	-	-	-	-
Cruz das Almas	-	641	-	-	-	-	178	-	-	-	47.016	1.134	221	-	57	-	-	230	-
Dom Macedo Costa	-	700	-	2	-	-	16	-	-	-	975	-	29	-	-	-	-	144	-
Eunápolis	-	1.673	55	622	552	-	6.800	-	1.440	-	140	960	21.250	-	1.260	-	213	-	140
Feira de Santana	-	440	-	-	-	54	1.006	-	-	-	675	-	-	-	400	-	-	-	-
Gandu	198	8.690	60	4.562	44	4	320	92	350	21	140	64	325	96	455	-	90	120	7
Governador Mangabeira	-	300	-	-	2	-	85	-	-	-	17.250	276	-	-	100	-	-	-	-
Ibirapitanga	12	21.000	40	9.630	120	-	500	40	-	12	260	120	90	120	150	125	24	45	2
Ilhéus	-	2.200	1.050	8.069	345	-	4.980	135	-	-	-	543	800	-	156	-	2	-	-
Itabuna	-	140	-	2.038	15	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itacaré	-	3.756	24	1.900	39	-	1.280	31	-	-	-	-	6	-	21	-	-	-	-
Itagimirim	-	70	-	32	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itajuípe	-	4.000	15	3.141	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-
Itapebi	-	560	-	1.062	9	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
Jussari	-	84	-	666	214	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laje	-	5.700	-	340	24	-	300	-	-	5	540	-	240	-	1.920	-	8	-	3
Maraú	-	1.690	600	1.884	12	-	7.700	-	-	3	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Mascote	-	210	-	868	106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muritiba	-	320	-	-	-	-	110	-	-	-	17.400	6.048	-	-	100	-	-	-	-
Nova Ibiá	-	5.500	-	3.345	48	-	40	-	-	3	80	-	-	-	50	-	12	-	-
Presidente Tancredo Neves	-	10.400	8	666	161	-	563	298	-	92	630	-	180	-	720	2	28	-	6
Santa Luzia	-	126	103	646	519	-	270	-	230	2	-	-	-	-	15	56	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	-	1.120	-	21	4	-	120	-	-	-	15.600	297	49	-	125	-	-	5.049	-
São Félix	-	3.000	-	-	-	-	625	-	-	-	1.860	-	-	-	50	-	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	-	352	-	-	-	-	216	-	-	-	118	-	-	-	216	-	-	-	-
São José da Vitória	-	245	83	945	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	-	1.620	-	198	390	6	-	-	-	-	4.750	120	-	-	-	-	-	80	-
Sapeaçu	-	123	-	-	-	42	-	-	-	-	39.312	630	78	-	209	-	-	207	-
Teolândia	-	60.000	1	1.888	32	12	225	-	-	84	130	-	130	-	200	-	39	-	-
Ubaitaba	-	2.100	-	1.215	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ubatã	12	4.000	-	2.466	30	-	200	40	45	-	196	56	70	75	96	88	-	80	1
Una	-	1.410	2.860	6.084	90	-	4.400	16.120	-	32	25	85	38	-	60	-	8	-	6
Uruçuca	-	743	195	2.160	11	-	504	70	-	-	-	36	-	-	23	-	2	-	-
Valença	-	6.000	624	948	329	-	17.075	39.800	-	256	1.950	-	720	-	-	5	150	-	78
Wenceslau Guimarães	-	164.000	375	4.650	525	12	560	240	200	84	390	160	625	64	1.620	-	390	195	-

FONTE: IBGE, 2014a

QUADRO 6.3.60 - LAVOURA PERMANENTE, (2008)

Municípios	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Castanha de cajú	Coco-da-baía	Dendê (coco)	Goiaba	Guaraná (semente)	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Urucum (semente)
	Quantidade Produzida (toneladas)					Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)											
Arataca	385	270	3.280	2.874	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	150	2	-	-
Aurelino Leal	11.200	-	1.667	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	1.920	560	1.909	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	1.505	-	2.688	53	-	7.374	8	-	-	-	-	29.760	-	68	-	24	-	-
Buerarema	420	-	1.526	90	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-
Cachoeira	3.330	-	42	19	-	230	3.030	-	-	1.950	60	-	-	120	-	-	-	-
Camacan	350	12	2.415	980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-	-
Camamu	35.020	2.650	2.514	216	-	5.050	29.960	-	938	600	-	594	-	432	4.480	84	-	20
Conceição da Feira	10	-	-	-	-	70	-	-	-	1.095	3	-	-	20	-	-	-	-
Conceição do Almeida	272	-	-	-	-	68	-	-	-	8.200	640	-	-	-	-	-	240	-
Conceição do Jacuípe	160	-	-	-	3	28	-	-	-	240	-	360	-	198	-	-	-	-
Cruz das Almas	720	-	-	-	-	212	-	-	-	40.795	1.340	221	-	114	-	-	312	-
Dom Macedo Costa	900	-	6	-	2	20	-	-	-	1.200	-	-	-	60	-	-	148	-
Eunápolis	1.631	-	281	672	-	6.976	8	1.350	-	3	600	21.420	-	1.000	-	207	-	100
Feira de Santana	240	-	-	-	53	1.168	-	-	-	992	-	-	-	522	-	-	-	-
Gandu	21.340	47	2.850	49	-	288	77	200	19	63	120	504	-	392	-	65	75	3
Governador Mangabeira	190	-	-	1	-	55	-	-	-	16.845	324	-	-	70	-	-	-	-
Ibirapitanga	48.875	40	2.687	192	-	425	38	21	5	240	80	125	-	189	108	13	18	-
Ilhéus	7.000	1.500	9.881	-	-	6.750	100	-	-	-	-	1.440	-	400	-	30	-	-
Itabuna	105	67	6	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itacaré	6.000	91	3.764	40	-	5.440	45	-	-	-	-	360	-	162	-	-	-	-
Itagimirim	21	-	23	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itajuípe	18.000	48	2.936	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	-	-	-	-
Itapebi	609	-	1.124	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jussari	210	-	896	224	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-
Laje	5.680	-	1.076	40	-	400	-	-	4	1.080	-	504	-	2.070	-	7	-	5
Marau	14.400	800	1.858	135	-	14.400	374	-	9	320	-	-	975	-	-	44	-	10
Mascote	420	-	2.336	149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muritiba	210	-	-	-	-	70	-	-	-	17.940	3.528	-	-	50	-	-	-	-
Nova Ibiá	14.237	-	1.991	37	-	50	-	-	2	72	-	-	-	82	-	6	-	-
Presidente Tancredo Neves	54.720	20	1.032	140	-	690	332	-	78	1.050	-	540	-	1.170	80	110	-	8
Santa Luzia	700	54	2.467	554	-	360	-	48	-	-	-	-	-	-	30	56	-	-
Santo Antônio de Jesus	1.800	-	30	5	1	168	240	-	-	4.800	285	150	-	300	-	4	7.360	-
São Félix	2.950	-	-	-	-	300	-	-	-	1.245	-	-	-	20	-	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	522	-	-	-	4	296	-	-	-	152	-	-	-	414	-	-	-	-
São José da Vitória	280	67	531	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	1.500	-	336	42	1	-	-	-	-	2.840	120	-	-	-	-	-	80	-
Sapeaçu	144	-	-	-	-	24	-	-	-	33.743	720	91	-	95	-	-	264	-
Teolândia	33.045	-	1.267	19	-	200	-	-	49	125	-	200	-	113	-	15	-	-
Ubaitaba	8.000	-	1.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ubatã	7.193	-	1.233	25	-	165	42	34	-	150	40	143	-	230	112	-	5	-
Una	4.800	3.360	4.351	-	-	9.000	5.200	-	100	-	-	400	-	160	-	90	-	-
Uruçuca	2.100	203	2.532	-	-	720	24	-	-	-	-	-	-	100	-	18	-	-
Valença	9.280	920	1.454	280	-	17.550	36.365	-	230	2.850	-	1.656	-	1.530	160	145	-	80
Wenceslau Guimarães	157.113	415	2.133	421	-	480	133	160	55	276	96	1.152	-	1.729	-	396	-	-

 FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.61 - LAVOURA PERMANENTE (2012)

Municípios	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Castanha de cajú	Coco-da-baía	Dendê (coco)	Goiaba	Guaraná (semente)	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Urucum (semente)
	Quantidade Produzida (toneladas)					Quantidade Produzida (mil frutos)	Quantidade Produzida (toneladas)											
Arataca	560	450	4.855	1.450	-	4	-	-	5	-	-	-	-	-	360	-	-	-
Aurelino Leal	10.200	-	1.872	-	-	230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	2.880	1.150	1.980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-
Belmonte	1.900	-	3.334	77	-	9.075	24	-	-	-	-	38.692	-	144	-	75	-	-
Buerarema	560	94	1.931	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	54	-	-	-
Cachoeira	2.580	-	127	-	-	310	2.450	-	-	2.295	110	-	-	90	-	-	-	-
Camacan	320	15	3.564	785	-	45	-	-	-	-	-	-	-	-	288	-	-	-
Camamu	12.920	6.120	5.365	151	-	6.000	28.900	-	378	560	-	800	-	450	3.000	105	-	44
Conceição da Feira	30	-	-	-	-	60	-	-	-	600	24	-	-	40	-	-	-	-
Conceição do Almeida	350	-	-	-	-	100	-	-	-	7.344	660	-	-	-	-	-	192	-
Conceição do Jacuípe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-
Cruz das Almas	1.232	-	-	-	-	336	-	-	-	50.316	1.400	629	-	72	-	-	312	-
Dom Macedo Costa	715	-	5	-	-	27	-	-	-	1.170	-	-	-	45	-	-	-	-
Eunápolis	2.000	-	316	852	-	11.440	18	-	-	120	-	31.416	-	1.650	-	301	-	84
Feira de Santana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gandu	15.000	63	3.273	46	-	350	51	221	15	-	126	540	-	225	-	27	55	3
Governador Mangabeira	180	-	-	1	-	50	-	-	-	17.100	385	-	-	70	-	-	-	-
Ibirapitanga	37.700	28	5.729	55	-	150	30	52	3	120	63	-	-	144	92	-	-	-
Ilhéus	7.300	2.400	13.188	330	-	8.400	150	-	-	78	-	4.200	-	-	150	16	-	-
Itabuna	150	12	2.743	2	-	23	-	-	-	-	-	-	-	45	-	3	-	-
Itacaré	9.200	180	3.250	50	-	8.000	96	-	-	-	-	780	55	310	10	-	-	-
Itagimirim	84	-	25	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itajuípe	15.100	46	4.404	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320	30	-	-	-
Itapebi	637	-	1.137	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jussari	200	-	958	127	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	76	-	-	-
Laje	7.650	-	850	24	-	510	-	-	7	980	-	480	-	3.520	-	11	-	7
Marau	16.250	1.360	3.164	165	-	24.000	620	-	12	900	-	-	1.105	-	30	40	-	-
Mascote	450	14	2.989	129	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-
Muritiba	110	-	-	-	-	95	-	-	-	21.750	3.630	-	-	10	-	-	-	-
Nova Ibiá	9.750	-	2.365	42	-	48	-	45	1	35	-	-	-	90	-	5	-	-
Presidente Tancredo Neves	23.400	36	1.444	120	-	840	374	-	108	1.040	-	680	-	4.400	150	240	-	22
Santa Luzia	800	70	2.918	315	-	450	-	50	-	-	-	-	-	22	175	18	-	-
Santo Antônio de Jesus	1.875	-	53	4	-	202	220	-	-	5.120	-	144	-	200	-	4	5.760	-
São Félix	2.450	-	-	-	-	300	-	-	-	1.530	-	-	-	20	-	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José da Vitória	300	16	649	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	1.400	-	408	34	-	-	-	-	-	2.660	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapeaçu	9.824	-	-	-	-	44	-	-	-	40.565	580	-	-	108	-	-	264	-
Teolândia	20.100	-	-	-	-	50	-	-	24	-	-	-	-	130	-	50	-	-
Ubaítaba	8.600	-	1.875	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ubatã	7.700	-	1.810	21	-	25	18	-	-	-	-	70	-	350	-	-	36	-
Una	6.600	5.500	4.442	50	-	12.000	7.280	-	90	220	-	1.350	-	540	4.800	75	-	-
Uruçuca	2.250	330	3.915	-	-	1.260	56	-	-	-	-	-	-	180	1.296	18	-	-
Valença	9.010	1.710	1.776	270	-	21.600	39.900	-	320	2.660	-	1.944	-	1.620	280	256	-	120
Wenceslau Guimarães	115.900	376	4.860	158	-	500	119	117	34	220	80	1.250	-	1.200	-	187	25	-

 FONTE: IBGE, 2014^a

Ao analisar o QUADRO 6.3.59 ao QUADRO 6.3.61, verifica-se que a produção da lavoura permanente nos municípios é bastante variada, com destaque para a produção de banana, predominante em cerca de 40% dos municípios. Wenceslau Guimarães, destaca-se na cultura da banana, dentre os listados na tabela, apresentando uma produção de 115.900 toneladas em 2012. Contudo, em comparação à produção dessa cultura nos períodos observados de 2004 a 2012, verifica-se que houve uma progressiva redução em Wenceslau Guimarães, revelando uma queda de 29,3% .

A produção de laranja também se destaca em vários municípios, principalmente em Cruz das Almas e em Muritiba, que apresentaram em 2012 uma produtividade de 50.316 e 21.750 toneladas, respectivamente.

O cacau, embora em termos de quantidade produzida, não obteve tanto destaque quanto a cultura da banana e da laranja, ainda assim, é importante, pois o seu plantio ocorre em cerca de 70% dos municípios em estudo.

Em 2012, a produção do coco-da-baía se destacou como cultura importante nos municípios de Marau (24.000 toneladas), em Valença (21.600 toneladas), Una (12.000 toneladas), Belmonte (9.075 toneladas) e Itacaré (8.000 toneladas).

A cultura do dendê, também em 2012, obteve a maior produtividade nos municípios de Valença (39.900 toneladas), Camamu (28.900 toneladas) e Cachoeira (2.450 toneladas).

Ainda em 2012, a produção da cultura de maracujá esteve presente em cerca de 60% dos municípios, entretanto, em nenhum destes pode ser considerada como uma produção expressiva (se comparada com a produção da cultura da banana, do coco, cacau e dendê para os municípios).

Verifica-se nos anos observados, que mais de 70% dos municípios teve um aumento na produção de banana, com destaque para o município de Camamu, que em 2004 apresentou uma produtividade de 480 toneladas, passando para 35.020 toneladas em 2008, porém reduzindo para 12.920 toneladas em 2012, representando um aumento de aproximadamente 2.592% na produção. Da mesma forma, Sapeaçu apresentou crescimento na produção de banana no mesmo período, passando de 123 toneladas em 2004, para 9824 toneladas em 2012, um aumento de 7.887%.

A produção de cacau aumentou em quase 45% dos municípios, entre 2004 e 2008, assim como a produção de coco-da-baía, em cerca de 60% dos municípios, a produção da laranja em cerca de 25% dos municípios e a do maracujá, em mais de 40% deles.

A cultura do café e da borracha também ocorre em boa parte dos municípios, contudo sua produção não é muito expressiva, quando comparada com as culturas da banana, cacau, coco-da-baía laranja e maracujá.

O QUADRO 6.3.62, a seguir, demonstra a produção extrativista nos municípios.

QUADRO 6.3.62 - ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NOS MUNICÍPIOS (2006)

Municípios	Açaí (fruto) Tonelada	Borracha (látex líquido) (Tonelada)	Borracha (látex coagulado) (Tonelada)	Buriti (coco) (Tonelada)	Cajarana (Tonelada)	Cupuaçu (Tonelada)	Jaborandi (folha) (Tonelada)	Lenha (Mil metros cúbicos)	Licuri (coquilho) (Tonelada)	Licuri (cera) (Tonelada)	Palmito (T)	Piaçava (fibra) (Tonelada)	Pupunha (coco) (T)
Arataca	X	X	37	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-
Belmonte	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	375	X
Buerarema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	X	-
Camacan	-	5	51	X	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Camamu	3	X	125	-	0	1	-	0	-	-	103	119	1
Conceição da Feira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição do Almeida	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Conc. do Jacuípe	-	-	-	-	X	-	-	0	-	-	-	-	-
D. Macedo Costa	-	-	-	-	-	-	-	5.600	-	-	-	-	-
Eunápolis	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruz das Almas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feira de Santana	-	-	-	-	1	-	-	9	-	-	-	-	-
Gandu	-	X	13	X	-	X	-	1	-	-	-	X	-
Governador Mangabeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibirapitanga	-	-	13	-	X	0	-	41	-	-	-	-	-
Ilhéus	284	3	121	-	X	136	2	3	-	-	6	993	15
Itabuna	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X
Itacaré	-	1	4	-	X	-	-	0	-	-	-	X	-
Itagimirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itajuípe	-	5	6	-	X	X	-	X	-	-	0	-	-
Itapebi	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jussari	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	4	-	X
Laje	X	-	-	-	X	-	-	1	-	-	-	-	-
Maraú	-	-	1	-	207	X	-	5	-	-	-	40	X
Mascote	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Muritiba	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Nova Ibiá	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
Pres. Tancred o Neves	-	X	X	-	-	X	-	5	-	-	-	-	-
Santa Luzia	-	X	10	2	-	-	-	7	-	-	X	202	350

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Açaí (fruto) (Tonelada)	Borracha (látex líquido) (Tonelada)	Borracha (látex coagulado) (Tonelada)	Buriti (coco) (Tonelada)	Cajarana (Tonelada)	Cupuaçu (Tonelada)	Jaborandi (folha) (Tonelada)	Lenha (Mil metros cúbicos)	Licuri (coquilha) (Tonelada)	Licuri (cera) (Tonelada)	Palmito (T)	Piaçava (fibra) (Tonelada)	Pupunha (coco) (T)
S. Antônio de Jesus	-	-	-	-	X	X	-	3	-	-	-	-	-
São Félix	-	-	-	-	35	-	-	2	0	17	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	-	-	-	-	X	-	-	1	-	-	-	-	-
São José da Vitória	-	1	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
S. Miguel das Matas	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
Sapeaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Teolândia	X	X	X	-	X	X	-	1	-	-	X	X	X
Ubatuba	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X
Ubatã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Una	X	29	2.289	-	X	8	-	X	-	-	2.933	-	44
Uruçuca	-	X	33	-	-	-	-	-	-	-	X	21	-
Valença	X	2	110	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-
Wenceslau Guimarães	X	153	157	-	X	0	-	0	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE, 2014^a

* Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X.

O QUADRO 6.3.62 indica que a produção extrativista nos municípios é bastante inexpressiva, principalmente se comparada com os números da produção da lavoura permanente, temporária e pecuária, com destaque para os municípios de Ilhéus e Belmonte, na produção de piaçava (993 e 375 toneladas, respectivamente).

Para as microrregiões tem-se os seguintes números (QUADRO 6.3.63).

QUADRO 6.3.63 - ATIVIDADE EXTRATIVISTA NAS MICRORREGIÕES (2006)

Microrregiões	Açaí (fruto) (Ton)	Babaçu coco (Ton)	Babaçu amêndoa (Ton)	Bacuri (Ton)	Borracha (látex líquido) (Ton)	Borracha (látex coagul. (Ton)	Buriti (coco) (Ton)	Cajarana (Ton)	Casca de angico (Ton)	Copaíba (óleo) (Ton)	Cupuaçu (Ton)	Jaborandi (folha) (Ton)	Lenha Mil metros cúbico	Licuri coquilho (Ton)	Licuri (cera) (Ton)	Mangaba (fruto) (Ton)	Maniçoba (goma elástica) (Ton)	Madeira em toras para papel (Mil metros cúbicos)	Madeira em toras outra finalidade (Mil metros cúbicos)	Palmito (Ton)	Pequi (Ton)	Piaçava (fibra) (Ton)	Pupunha (coco) (Ton)
Feira de Santana	-	-	X	-	-	-	-	12	-	-	-	-	71	69	2	0	X	X	92	-	-	-	-
Santo Antônio de Jesus	-	-	-	-	-	-	-	41	X	X	0	X	578	1	17	-	X	X	0	-	-	1.379	-
Jequié	0	-	X	X	-	31	135	26	-	-	1	-	29	0	X	-	-	-	1	X	-	-	-
Valença	4	-	-	-	326	1.506	X	209	-	-	55	-	72	-	-	X	-	-	0	503	-	4.665	7
Ilhéus-Itabuna	297	X	-	-	392	3.132	5	58	-	-	148	2	62	X	-	-	-	-	0	2.965	X	2.753	410
Porto Seguro	X	6.032	X	-	70	234	-	-	-	-	X	-	52	-	-	0	-	X	0	5	-	502	X

Fonte: IBGE, 2014^a

* Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X.

As maiores produções extrativistas nas microrregiões em estudo, para o período de 2006, foram os seguintes: Feira de Santa, com produção de 92 mil metros cúbicos de madeira; Santo Antônio de Jesus, 1379 toneladas de piaçava; Jequié, 135 toneladas de buriti; Valença, 4.665 toneladas de piaçava; Ilhéus-Itabuna, 3132 toneladas de borracha; Porto Seguro, 6.032 toneladas de babaçu.

Em relação aos produtos da silvicultura nota-se que é uma atividade pouco desenvolvida na região, como pode ser observada no QUADRO 6.3.64 nos municípios em estudo.

QUADRO 6.3.64 - PRODUTOS DE SILVICULTURA – QUANTIDADE COLHIDA (2006)

Municípios	Casca de acácia negra (Toneladas)	Lenha (Mil metros cúbicos)	Madeira em tora para papel (Mil metros cúbicos)	Madeira em tora outra finalidade (Mil metros cúbicos)	Mudas de eucalipto (Mil unidades)	Mudas de pinheiro (Mil unidades)	Mudas de outras espécies florestais (Mil unidades)
Arataca	-	2	-	-	-	-	-
Aurelino Leal	-	X	-	-	-	-	-
Barro Preto	-	0	-	-	-	-	-
Belmonte	-	X	X	-	-	-	-
Cachoeira	-	1	-	-	X	-	-
Camacan	-	0	-	-	-	-	-
Camamu	-	3	-	-	-	-	-
Conceição da Feira	-	X	-	-	-	-	-
Conceição do Almeida	-	X	-	-	-	-	-
Conceição do Jacuípe	-	13	-	X	-	-	-
Cruz das Almas	-	2	-	-	-	-	-
Dom Macedo Costa	-	-	-	-	-	-	-
Eunápolis	-	X	X	X	-	-	-
Feira de Santana	-	8	-	-	-	-	-
Gandu	-	3	-	X	-	-	-
Governador Mangabeira	-	X	-	-	-	-	-
Ibirapitanga	-	33	-	7	-	-	-
Ilhéus	-	X	-	-	X	-	X
Itabuna	-	X	-	-	-	-	-
Itacaré	-	0	-	X	-	-	X
Itagimirim	-	-	X	-	-	-	-
Itajuípe	-	X	-	X	-	-	-
Itapebi	-	-	X	-	-	-	-
Jussari	-	X	-	-	-	-	-
Laje	-	2	-	-	-	-	-
Maraú	-	X	-	-	-	-	-
Mascote	-	4	X	-	-	-	-
Nova Ibiá	-	1	-	X	-	-	-

Municípios	Casca de acácia negra (Toneladas)	Lenha (Mil metros cúbicos)	Madeira em tora para papel (Mil metros cúbicos)	Madeira em tora outra finalidade (Mil metros cúbicos)	Mudas de eucalipto (Mil unidades)	Mudas de pinheiro (Mil unidades)	Mudas de outras espécies florestais (Mil unidades)
Presidente Tancredo Neves	-	2	-	0	-	-	-
Santa Luzia	-	3	-	-	-	-	-
São Félix	-	71	X	16	-	-	-
São Gonçalo dos Campos	-	21	-	X	X	-	-
São José da Vitória	-	1	-	-	-	-	-
São Miguel das Matas	-	0	-	-	-	-	-
Sapeaçu	-	0	-	-	-	-	-
Teolândia	-	5	-	-	-	-	-
Ubatã	-	239	-	X	-	-	-
Una	-	0	-	-	-	-	-
Valença	-	68	-	-	-	-	-
Wenceslau Guimarães	-	14	-	-	-	-	-
Bahia	X	4.903	7.272	1.214	5.274	X	506
Brasil	215.344	70.348	42.602	47.425	1.207.422	169.706	308.969

FONTE: IBGE, 2014^a

* Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X

A maior produção relacionada aos dados de silvicultura, dentre os municípios de interesse, é encontrada em Teolândia, que apresentou, em 2006, 239 mil metros cúbicos de lenha. Em âmbito estadual, nesse mesmo período, destaque para a produção de madeira em tora para papel (7.272 mil) e para produção de mudas de eucalipto (5.274 mil unidades). Em nível nacional, destaque para silvicultura na produção de mudas de eucalipto, atingindo 1.207.422 mil unidades.

Os dados relacionados à atividade pecuária nos municípios em estudo e microrregiões, podem ser observados no QUADRO 6.3.65, a seguir.

QUADRO 6.3.65 - NÚMERO DE CABEÇAS POR ESPÉCIES DE EFETIVOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (2006)

Municípios	Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
Arataca	2.471	-	95	43	996	X	X	156	12.706	909
Aurelino Leal	29.174	X	1.280	16	825	138	310	117	2.592	209
Barro Preto	2.022	-	109	13	367	-	X	70	2.679	242
Belmonte	47.682	262	1.621	204	857	273	1.470	1.042	11.750	1.598
Buerarema	4.215	X	301	37	537	X	36	112	5.378	350
Cachoeira	11.345	-	658	332	379	94	1.080	1.708	1.115.417	1.234
Camacan	14.689	X	460	137	1.099	56	423	359	3.977	736
Camamu	4.147	X	216	301	891	100	111	683	22.876	334
Conceição da Feira	5.065	X	444	189	118	166	809	5.453	2.216.951	39.443
Conceição do Almeida	17.043	-	929	317	94	66	725	2.422	84.659	1.524
Conceição do Jacuípe	7.031	X	577	33	80	93	812	1.401	451.721	580
Cruz das Almas	3.883	-	197	93	105	25	364	656	13.342	228
Dom Macedo Costa	9.143	-	364	42	49	X	227	341	4.784	170
Eunápolis	64.398	38	2.523	271	473	606	1.917	1.620	18.768	1.178
Feira de Santana	34.036	-	3.656	789	316	3.117	11.700	15.209	1.244.085	6.206
Gandu	4.608	-	235	118	997	50	411	139	12.064	465

Municípios	Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
Governador Mangabeira	2.045	-	150	87	39	151	365	906	335.990	1.073
Ibirapitanga	5.118	X	195	66	1.304	25	116	239	12.054	392
Ilhéus	15.194	240	966	305	3.077	141	786	637	38.785	3.250
Itabuna	16.642	-	679	74	879	38	278	7.768	13.437	1.446
Itacaré	2.825	-	102	72	985	X	179	232	16.892	288
Itagimirim	64.610	640	1.458	199	352	213	1.010	473	4.145	583
Itajuípe	3.053	-	134	46	733	X	72	118	6.393	690
Itapebi	71.708	274	2.212	188	731	513	1.338	351	4.736	674
Jussari	26.416	1.004	826	74	703	123	224	190	2.136	185
Laje	17.152	-	986	1.031	555	X	759	1.546	41.781	1.145
Maraú	5.268	X	205	186	1.207	X	216	137	12.501	541
Mascote	20.404	X	765	122	742	86	178	425	7.661	553
Muritiba	2.139	-	123	16	68	25	380	369	450.119	303
Nova Ibiá	2.963	-	149	88	974	X	74	42	7.104	248
Presidente Tancredo Neves	9.773	-	665	1.218	680	64	225	1.171	42.128	509
Santa Luzia	11.352	X	460	96	986	34	243	604	12.360	1.238
Santo Antônio de Jesus	10.895	X	506	565	138	253	1.049	2.114	169.812	1.338

Municípios	Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
São Félix	7.502	-	648	520	446	299	892	393	14.537	346
São Gonçalo dos Campos	12.554	-	1.428	211	326	270	2.343	2.877	795.311	587
São José da Vitória	3.076	-	99	6	302	X	68	100	3.431	158
São Miguel das Matas	11.144	-	609	397	267	X	291	327	16.841	362
Sapeaçu	3.860	-	256	128	29	43	244	276	12.567	99
Teolândia	3.920	-	298	544	660	X	115	307	15.151	165
Ubaitaba	9.028	-	17	-	159	-	-	63	715	X
Ubatã	5.536	-	214	117	1.223	23	123	161	15.325	738
Una	9.712	-	265	89	779	28	1.033	293	7.320	486
Uruçuca	2.161	X	82	36	877	X	X	134	8.606	404
Valença	11.347	X	1.047	1.596	1.190	55	259	1.614	47.155	4.080
Wenceslau Guimarães	11.397	-	524	572	1.358	9	208	634	18.898	481
Microrregião Feira de Santana	436.313	227	28.530	8.029	4.906	38.842	148.344	57.834	6.863.214	88.910
Microrregião Santo Antônio de Jesus	174.017	23	9.898	5.741	4.034	8.417	19.589	17.531	2.711.200	10.893
Microrregião Jequié	404.584	799	21.404	9.115	8.477	19.450	31.027	14.385	321.749	14.666

Municípios	Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muare	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
Microrregião Valença	38.801	176	2.838	4.162	6.094	294	1.473	4.572	157.412	6.016
Microrregião Ilhéus-Itabuna	747.832	2.732	28.793	5.032	32.516	3.922	15.780	20.539	400.144	26.291
Microrregião Porto Seguro	1.272.600	7.026	45.471	7.682	12.317	3.642	27.809	41.746	342.738	30.369
Microrregião Conceição do Jacuípe	7.031	X	577	33	80	93	812	1.401	451.721	580
Bahia	10.229.459	15.574	522.811	168.875	135.087	2.139.749	2.672.868	947.488	20.960.734	510.354
Brasil	176.147.501	885.119	4.541.833	654.714	750.529	7.107.613	14.167.504	31.189.351	1.143.455.814	30.661.874

FONTE: IBGE, 2014^a

Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X.

O QUADRO 6.3.65 revela que, a maior parte dos municípios (cerca de 45%) produz uma maior quantidade de aves. Destacam-se como maiores produtores de aves dentre os municípios, Conceição da Feira e Cachoeira, com uma produção de 2.216.951 e 1.115.417 cabeças, respectivamente. Já os municípios de Itapebi e Eunápolis são considerados os maiores produtores de bovinos, tendo apresentado em 2006 uma produção de 71.708 cabeças e 64.398 cabeças, respectivamente.

Essa mesma tendência pode ser observada no estado da Bahia, que se apresenta com maior produção de aves (20.960.734 cabeças) em relação à produção de bovinos (10.229.459 cabeças).

Dentre as microrregiões da área de estudo, verifica-se que a microrregião Feira de Santana é a maior produtora de aves (6.863.214 cabeças) e a microrregião Porto Seguro é a maior produtora de bovinos (1.272.600 cabeças).

Com relação à utilização das terras por áreas de estabelecimento agropecuário, tem-se os seguintes dados apresentados no QUADRO 6.3.66.

QUADRO 6.3.66 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS POR ÁREA DOS ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO – PERCENTUAL (2006)

Municípios	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Lavouras área para cultivo de flores	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Arataca	49,12	0,35	-	-	6,74	0,72	3,29	19,39	18,23	X	0,13	0,14	0,28	X	1,07
Aurelino Leal	24,5	0,24	29,14	-	11,15	7,31	17,46	2,61	6,55	0,21	0,34	0,1	0,33	X	0,07
Barro Preto	67,75	0,32	X	X	13,64	1,72	4,16	7,59	0,83	X	0,28	0,04	1,07	0,33	2,11
Belmonte	17,84	0,5	X	-	11,02	4,52	20,22	21,46	6,56	11,9	0,14	0,16	1,97	0,06	3,65
Buerarema	46,04	0,55	0,05	-	12,06	0,76	15,79	10,74	6,82	-	1,64	0,11	4	0,1	1,34
Cachoeira	13,98	11,76	5,53	X	14,17	2,25	11,94	12,11	14,45	0,02	8,7	0,02	4,71	0,08	0,28
Camacan	39,37	0,41	0,07	X	5,25	3,79	19,85	12,03	16,45	0	1,11	0,08	0,79	0,06	0,72
Camamu	57,01	4,68	0,18	0,02	3,81	1,7	4,4	10,71	14,81	0,1	0,3	0,17	0,86	0,27	0,97
Conceição da Feira	2,18	10,59	0,31	X	5,4	9,27	61,28	1,11	3,56	-	0,45	0,25	4,83	X	0,75
Conceição do Almeida	4,48	9,51	0,16	X	36,58	1,24	45,14	0,37	1,37	0,13	0,03	0,08	0,68	X	0,23
Conceição do Jacuípe	5,34	4,53	1,72	X	23,82	4,33	52,41	3,45	1,49	-	X	0,03	1,77	0,01	0,51
Cruz das Almas	31,9	17,53	1,62	0,05	19,24	3,59	21,09	0,31	0,35	-	0,1	0,26	2,49	0,08	1,43
Dom Macedo Costa	1,84	3,35	0,02	-	0,44	1,90	91,36	0,41	0,21	-	X	-	0,35	-	X
Eunápolis	3,63	1,27	0,06	X	14,8	2,41	26,65	24,03	3,39	22,11	0,56	0,43	0,42	0,03	0,22
Feira de Santana	3,48	9,07	0,89	0,01	25,01	3,82	35,13	2,24	3,65	0,08	11,93	0,69	2,29	0,4	1,33
Gandu	45,13	1,21	0,96	-	11,98	2,19	12,7	8,05	13,78	0,16	0,13	0,18	0,96	1,2	1,35
Governador Mangabeira	26,05	27,03	1,46	0,01	25,05	2,31	3,58	1,46	0,77	-	2,91	1,22	5,62	0,66	1,88
Ibirapitanga	58,25	0,81	1,79	0,04	6,08	2,73	7,48	10,24	8,14	0,3	2,64	0,14	0,45	0,15	0,79
Ilhéus	51,36	0,84	0,22	0,05	8,59	2,25	6,16	8,6	13,71	0,11	3,17	0,9	1,42	0,93	1,69
Itabuna	43,11	0,59	0,6	X	24,49	2,79	11,26	4,02	9,93	X	0,82	0,27	1,57	0,22	0,32
Itacaré	52,18	1,21	0,08	0	5,97	3,02	4,32	14,99	10,39	0,05	3,98	0,04	0,77	0,54	2,46
Itagimirim	0,36	0,12	0,16	-	8,93	0,96	58,47	14,84	2,26	X	0,01	0,29	0,33	X	0,15
Itajuípe	68,94	0,55	0,33	-	9,82	1,51	6,55	7,08	2,38	X	0,12	0,03	1,76	0,04	0,79
Itapebi	5,31	9,29	X	-	25,16	1,51	34,41	11,04	7,39	X	-	0,35	0,17	0,02	0,43
Jussari	24,18	0,35	0,45	-	49,77	1,28	9,52	9,51	3,12	X	X	0,08	0,13	0,63	0,56
Laje	16,08	27,8	0,07	X	2,9	5,71	35,65	3,75	3,52	0,02	1,47	0,17	1,19	0,23	1,45
Maraú	34,63	0,88	0,09	X	10,03	1,86	6,13	19,69	23,83	0,04	0,71	0,16	0,73	0,04	1,13
Mascote	19,38	0,15	0,02	-	24,19	4,85	16,23	11,12	4,71	4,92	10,05	0,22	2,58	0,27	1,29
Muritiba	25,45	22,42	1,32	X	27,81	4,83	10,22	0,59	1,84	-	-	0,07	4,35	X	1,05
Nova Ibiá	43,24	0,34	X	X	0,98	6,75	16,57	18,32	11,24	0,04	1,25	X	0,48	X	0,69
Presidente Tancredo Neves	32,76	6,06	0,19	X	0,62	6,34	26,16	6,95	16,62	0,04	1,32	0,3	0,75	0,5	1,4
Santa Luzia	33,28	0,73	0,6	X	3,25	4,41	22,29	13,41	17,76	1,46	0,55	0,19	1,08	0,21	0,76
Santo Antônio de Jesus	18,11	20,8	1,06	0,06	32,93	2,51	16,29	0,38	4,14	-	0,59	0,06	2,72	0,01	0,36
São Félix	7,84	12,4	13,44	0,06	13,75	6,98	36,18	2,95	2,24	-	2,08	0,41	0,99	0,02	0,71
São Gonçalo dos	1,97	6,47	1,87	X	42,26	3,07	34,42	1,94	4,48	0,02	0,38	0,92	1,74	0,02	0,43

Municípios	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Lavouras área para cultivo de flores	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areas, pedreiras, etc.)
Campos															
São José da Vitória	2,75	2,67	1,36	-	9,64	21,99	46,86	0,84	6,39	0,11	5,5	0,77	0,7	X	0,42
São Miguel das Matas	13,17	12,77	0,33	-	15,48	10,84	37,51	4,39	3,13	0,15	0,3	0,26	0,18	0,17	1,32
Sapeaçu	41,02	38,69	1,6	X	2,99	1,95	3,76	0,66	0,55	-	0,65	0,02	6,4	0,7	1
Teolândia	39,24	4,23	0,33	-	1,79	5,07	18,36	3,94	20,02	0,25	2,18	0,17	1,71	0,74	1,98
Ubatuba	45,6	1,28	X	-	30,65	4,26	5,96	2,45	7,91	X	0,32	0,07	0,58	0,24	0,63
Ubatã	38,27	0,65	0,84	-	11,03	4,41	11,56	10,09	18,91	0,33	0,82	0,11	1,51	0,3	1,17
Una	32,21	1,02	0,1	X	3,28	0,65	3,72	13,34	36,08	0,02	3,73	0,05	0,35	1,56	3,89
Uruçuca	72,87	0,49	X	X	5,5	1,15	2,01	11,11	4,31	X	0,2	0,24	0,52	0,48	1,08
Valença	44,98	3,93	1,15	-	5,43	3,37	10,36	13,9	11,58	0,1	1,37	1,77	0,91	0,06	1,09
Wenceslau Guimarães	33,43	2,71	0,58	X	12,4	5,78	14,31	10,28	13,87	0,22	2,78	0,28	0,72	0,94	1,68
Bahia	5,71	10,09	1,78	0,02	17,36	4,31	21,82	10,33	18,38	1,63	4,9	0,29	1,21	0,43	1,76
Brasil	3,5	13,37	1,26	0,03	17,27	2,97	27,72	15,26	10,81	1,42	2,49	0,4	1,42	0,24	1,84

FONTE: IBGE, 2014^a

*Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X.

Ao analisar o QUADRO 6.3.66, percebe-se que as áreas relacionadas às atividades rurais, na maior parte dos municípios (cerca de 50% dos municípios), destinam-se à produção de lavouras permanentes. Os dados para o estado da Bahia e para o Brasil também revelam que a forma predominante de utilização das terras na Bahia, compreende as pastagens plantadas em boas condições, assim como para os municípios em estudo.

Os municípios de Belmonte, Cachoeira e Ubatã destacam-se entre os demais, uma vez que em suas propriedades rurais predominam as matas e ou florestas naturais.

As pastagens naturais também são uma forma importante de utilização das terras nos municípios, com destaque para os municípios de Muritiba, Santo Antônio de Jesus e São Gonçalo dos Campos, onde percebe-se um expressivo percentual das propriedades rurais que destinam suas terras para esse fim.

No QUADRO 6.3.67 a seguir, observa-se a condição do produtor relacionada ao número de estabelecimentos rurais nos municípios.

QUADRO 6.3.67 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR (2006)

Municípios	Proprietários		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área	
	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%
Arataca	598	82,83	109	15,1	1	0,14	6	0,83	8	1,11	-	-
Aurelino Leal	398	87,67	-	-	2	0,44	42	9,25	12	2,64	-	-
Barro Preto	206	98,1	-	-	-	-	4	1,9	-	-	-	-
Belmonte	1.147	96,47	17	1,43	1	0,08	22	1,85	2	0,17	-	-
Buerarema	586	96,22	5	0,82	2	0,33	15	2,46	-	-	1	0,16
Cachoeira	1.712	73,95	3	0,13	21	0,91	10	0,43	306	13,22	263	11,36
Camacan	722	84,54	103	12,06	4	0,47	22	2,58	2	0,23	1	0,12
Camamu	2.033	83,49	182	7,47	1	0,04	77	3,16	84	3,45	58	2,38
Conceição da Feira	702	69,85	-	-	6	0,6	7	0,7	250	24,88	40	3,98
Conceição do Almeida	1.454	83,61	8	0,46	39	2,24	40	2,3	136	7,82	62	3,57
Conceição do Jacuípe	549	83,31	2	0,3	33	5,01	5	0,76	69	10,47	1	0,15
Cruz das Almas	1.234	86,6	17	1,19	34	2,39	3	0,21	60	4,21	77	5,4
Dom Macedo Costa	442	98,44	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1,56
Eunápolis	494	73,51	108	16,07	9	1,34	-	-	54	8,04	7	1,04
Feira de Santana	7.824	87,23	-	-	18	0,2	15	0,17	952	10,61	160	1,78
Gandu	817	92,42	3	0,34	5	0,57	44	4,98	15	1,7	-	-
Governador	1.622	66,2	1	0,04	6	0,24	18	0,73	796	32,49	7	0,29

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Proprietários		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área	
	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%
Mangabeira												
Ibirapitanga	1.067	70,15	39	2,56	7	0,46	375	24,65	24	1,58	9	0,59
Ilhéus	2.792	83,44	341	10,19	6	0,18	33	0,99	173	5,17	1	0,03
Itabuna	807	93,51	38	4,4	3	0,35	3	0,35	12	1,39	-	-
Itacaré	2.159	90,33	23	0,96	61	2,55	28	1,17	29	1,21	90	3,77
Itagimirim	155	98,1	-	-	1	0,63	-	-	2	1,27	-	-
Itajuípe	384	80,17	-	-	1	0,21	58	12,11	33	6,89	3	0,63
Itapebi	242	93,8	-	-	-	-	1	0,39	10	3,88	5	1,94
Jussari	328	88,41	20	5,39	2	0,54	8	2,16	12	3,23	1	0,27
Laje	2.771	94,32	-	-	5	0,17	32	1,09	105	3,57	25	0,85
Maraú	1.500	81,08	56	3,03	4	0,22	22	1,19	266	14,38	2	0,11
Mascote	538	98,9	1	0,18	4	0,74	1	0,18	-	-	-	-
Muritiba	1.659	95,84	-	-	10	0,58	6	0,35	46	2,66	10	0,58
Nova Ibiá	732	96,95	-	-	5	0,66	13	1,72	4	0,53	1	0,13
Presidente Tancredo Neves	3.092	88,39	2	0,06	1	0,03	150	4,29	223	6,38	30	0,86
Santa Luzia	945	80,7	12	1,02	2	0,17	208	17,76	4	0,34	-	-
Santo Antônio de Jesus	1.979	96,58	-	-	4	0,2	10	0,49	40	1,95	16	0,78

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Proprietários		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área	
	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%	Numero de estabelecimentos agropecuários	%
São Félix	727	83,33	21	0,04	35	0,88	7	3,19	177	12,32	24	0,25
São Gonçalo dos Campos	1.184	83,73	-	-	6	0,42	10	0,71	110	7,78	104	7,36
São José da Vitória	177	88,94	-	-	-	-	7	3,52	-	-	15	7,54
São Miguel das Matas	1.135	94,98	-	-	-	-	22	1,84	36	3,01	2	0,17
Sapeaçu	1.363	94,92	4	0,28	7	0,49	6	0,42	26	1,81	30	2,09
Teolândia	1.723	89,51	1	0,05	1	0,05	82	4,26	109	5,66	9	0,47
Ubaitaba	313	89,43	34	9,71	-	-	1	0,29	2	0,57	-	-
Ubatã	1.216	78,76	1	0,06	4	0,26	221	14,31	67	4,34	35	2,27
Una	1.461	92,7	12	0,76	2	0,13	34	2,16	58	3,68	9	0,57
Uruçuca	611	86,18	45	6,35	1	0,14	52	7,33	-	-	-	-
Valença	5.668	93,58	1	0,02	8	0,13	57	0,94	279	4,61	44	0,73
Wenceslau Guimarães	2.201	76,37	177	6,14	13	0,45	271	9,4	220	7,63	-	-
Bahia	666.845	87,56	16.046	2,11	5.862	0,77	8.653	1,14	5,88	44,789	19.363	2,54
Brasil	3.946.411	76,25	189.193	3,66	230.121	4,45	142.534	2,75	412.358	7,97	255.019	4,93

FONTE: IBGE, 2014a

Em análise ao QUADRO 6.3.67, percebe-se que a condição de proprietário, representa a principal condição do produtor rural nos municípios. Destacam-se os municípios de Mascote, com 98,9% de proprietários rurais, Itagimirim com 98,1% e Barro Preto com 98,1% de proprietários rurais.

Nas microrregiões, os dados acerca da condição do produtor são compatíveis com os dados municipais, revelando a prevalência da condição de proprietário, conforme pode ser verificado na tabela e nos gráficos subsequentes que mostram a condição do produtor (QUADRO 6.3.68 e Gráfico 6.3.8 ao Gráfico 6.3.13). Destacam-se as microrregiões Valença, com 91,05% de proprietários e Jequié com 90,89%:

QUADRO 6.3.68 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR PARA AS MICRORREGIÕES- 2006

Microrregiões	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Feira de Santana	85,62	0,51	0,28	0,79	8,5	4,3
Santo Antônio de Jesus	80,38	0,67	1,16	1,11	12,48	4,21
Jequié	90,89	1,5	0,24	0,7	5,92	0,75
Valença	91,05	1,42	0,13	1,78	4,91	0,72
Ilhéus-Itabuna	85,72	3,25	0,51	5,37	3,64	1,5
Porto Seguro	88,13	7,12	0,5	0,77	2,23	1,26

FONTE: IBGE, 2014^a

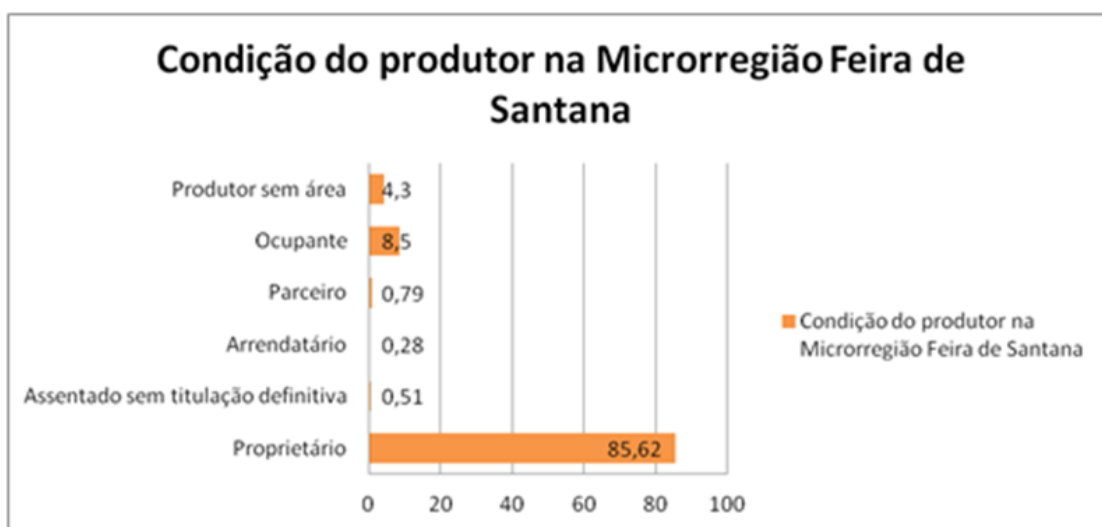


Gráfico 6.3.8 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO FEIRA DE SANTANA
 FONTE: IBGE, 2014^a



Gráfico 6.3.9 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO SANTO ANTÔNIO DE JESUS FONTE: IBGE, 2014^a

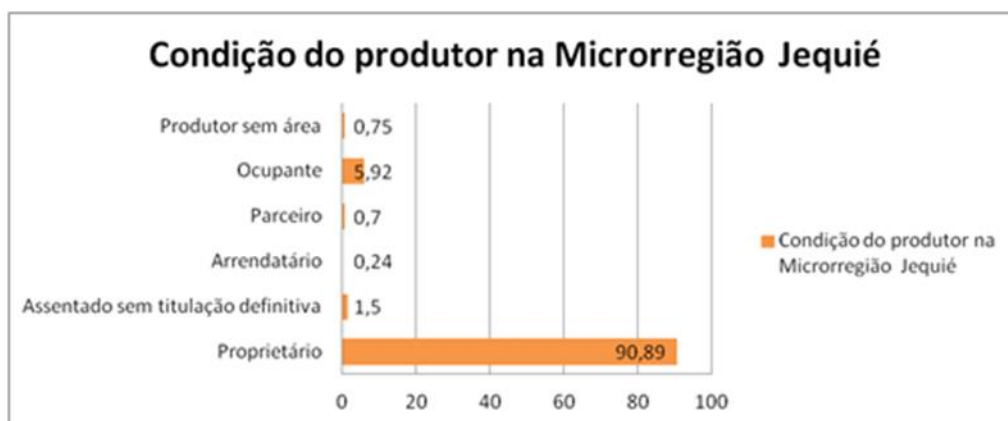


Gráfico 6.3.10 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO JEQUIÉ FONTE: IBGE, 2014^a



Gráfico 6.3.11 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO VALENÇA FONTE: IBGE, 2014^a

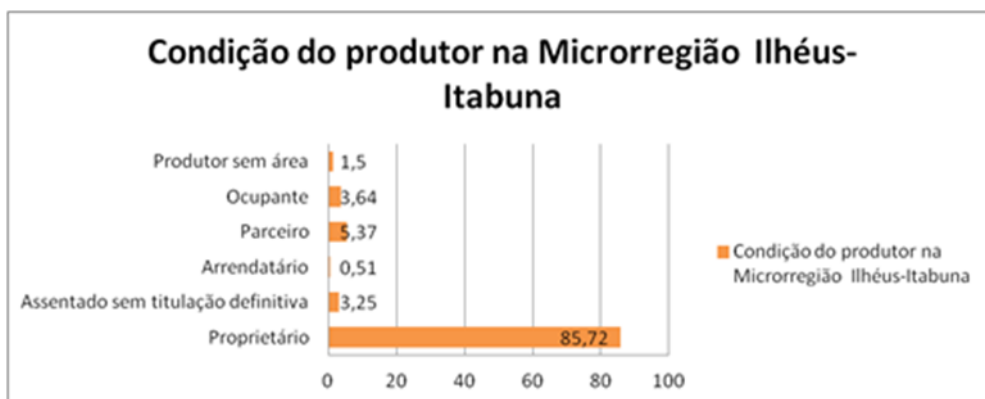


Gráfico 6.3.12 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO ILHÉUS-ITABUNA
 FONTE: IBGE, 2014^a

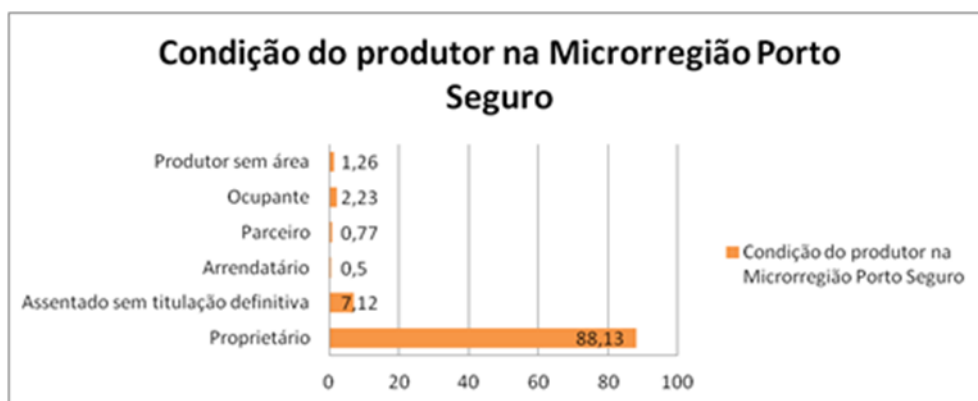


Gráfico 6.3.13 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO PORTO SEGURO
 FONTE: IBGE, 2014^a

O QUADRO 6.3.69 a seguir, auxilia a configuração da estrutura fundiária dos municípios, evidenciando as áreas dos estabelecimentos rurais.

QUADRO 6.3.69 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (PERCENTUAL) POR ÁREA- 2006

Municípios	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1000 ha	De 1000 a menos de 2500 ha	De 2500 ha e mais	Produtor sem área
Arataca	0,28	0,14	0,14	2,91	1,66	2,08	1,11	1,11	17,31	19,11	22,58	17,45	9,14	4,29	0,69	-	-	-
Aurelino Leal	-	-	0,66	-	1,76	9,69	4,19	3,74	6,83	14,1	18,5	14,98	12,78	9,91	2,2	0,66	-	-
Barro Preto	-	-	1,43	0,48	0,48	1,43	0,48	0,48	6,67	30	19,52	21,9	11,43	5,71	-	-	-	-
Belmonte	-	0,08	0,34	0,5	1,93	4,79	4,12	3,62	11,77	16,57	30,19	12,36	6,73	4,04	1,85	1,01	0,08	-
Buerarema	-	-	-	-	1,15	3,78	7,06	2,13	16,91	28,74	25,62	9,03	3,78	1,64	-	-	-	0,16
Cachoeira	5,23	1,04	21,56	15,85	16,03	7,56	3,33	3,02	5,75	4,88	1,94	0,99	0,65	0,43	0,3	0,09	-	11,36
Camacan	0,35	0,12	0,47	0,35	1,99	4,1	4,45	2,81	14,99	10,19	24,47	17,21	10,66	7,03	0,47	0,23	-	0,12
Camamu	3,98	0,99	2,75	1,85	8,71	10,23	5,91	7,52	22,75	15,07	10,06	4,19	1,89	1,44	0,12	0,04	0,12	2,38
Conceição da Feira	4,78	0,4	20,4	14,83	16,82	8,16	5,27	4,98	9,25	4,98	4,08	0,6	1,29	0,2	-	-	-	3,98
Conceição do Almeida	0,17	0,58	20,07	19,55	17,94	7,82	5,64	3,28	8,17	5,87	3,39	1,5	1,15	1,21	0,12	-	-	3,57
Conceição do Jacuípe	4,86	3,95	24,28	14,57	14,72	8,35	3,64	3,34	6,37	5,01	5,16	2,28	1,82	1,37	-	0,15	-	0,15
Cruz das Almas	3,93	2,18	17,4	16,98	20	9,4	7,16	3,16	7,93	2,74	2,53	0,7	0,28	0,21	-	-	-	5,4
Dom Macedo Costa	0,68	-	6,79	9,05	15,38	13,57	10,63	6,11	14,25	10,86	6,56	1,58	3,62	0,23	0,68	-	-	-
Eunápolis	3,87	0,74	7,29	5,36	11,76	3,57	2,98	2,53	5,51	11,01	22,62	6,85	5,8	4,46	2,83	1,49	0,3	1,04
Feira de Santana	0,71	2,93	27,16	19,96	17,87	7,22	5,18	3,17	6,18	3,03	2,37	1,08	0,68	0,57	0,08	0,01	-	1,78
Gandu	0,11	0,11	1,13	3,39	8,37	10,18	7,69	5,43	18,78	15,38	15,16	8,14	4,3	1,58	0,11	0,11	-	-
Governador Mangabeira	0,86	5,8	32,57	20,49	16,9	7,59	4,9	3,1	4,12	1,67	1,22	0,2	0,24	0,04	-	-	-	0,29
Ibirapitanga	0,07	-	1,18	1,45	4,47	5	5,65	6,84	27,28	20,78	15,58	5,85	3,68	1,25	0,2	0,13	-	0,59
Ilhéus	0,93	0,27	1,05	1,55	4,69	5,95	5,26	4,9	18,95	17,96	19,16	9,41	5,35	3,89	0,57	0,06	0,03	0,03
Itabuna	0,46	0,12	1,27	4,4	28,74	2,2	1,16	1,51	8,11	11,94	15,18	13,79	7,3	3,36	0,46	-	-	-
Itacaré	0,08	0,5	0,96	1,88	9,29	9,92	6,11	4,02	23,18	20,79	11,55	3,51	2,76	1,26	0,33	0,08	-	3,77
Itagimirim	0,63	-	0,63	1,9	0,63	0,63	3,16	1,27	1,9	8,23	13,92	13,92	13,29	13,29	17,72	6,33	2,53	-
Itajuípe	-	0,21	-	1,04	3,55	3,97	1,04	1,46	11,27	18,37	27,77	19	8,98	2,51	0,21	-	-	0,63

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1000 ha	De 1000 a menos de 2500 ha	De 2500 ha e mais	Produtor sem área
Itapebi	-	0,39	0,39	2,33	1,55	1,55	2,33	3,1	6,59	8,91	17,05	10,08	9,69	14,34	12,4	6,2	1,16	1,94
Jussari	9,43	2,96	3,23	-	4,04	2,43	3,5	2,16	14,56	15,09	15,9	10,51	6,47	7,01	1,62	0,81	-	0,27
Laje	-	-	8,78	13,24	18,38	13,41	7,76	6,5	13,21	7,62	6,19	2,14	0,85	0,92	0,07	0,03	0,03	0,85
Maraú	0,38	0,16	0,54	0,97	9,51	10,43	5,95	6,92	20	15,84	16,65	6,11	3,24	2,32	0,76	0,11	-	0,11
Mascote	-	0,18	-	0,37	2,21	1,29	2,02	1,65	6,99	15,44	26,29	25,92	8,64	6,99	1,1	0,55	0,37	-
Muritiba	2,2	0,35	36,45	20,91	18,14	6,12	4,1	2,66	3,47	2,43	1,73	0,52	0,23	0,12	-	-	-	0,58
Nova Ibiá	-	-	0,93	1,19	8,61	10,99	5,3	2,65	20,13	17,48	18,54	8,87	3,58	1,46	0,13	-	-	0,13
Presidente Tancredo Neves	0,23	0,26	9,06	7,12	18,04	14,69	9,01	6,49	14,67	10,52	5,32	1,89	1,14	0,6	0,11	-	-	0,86
Santa Luzia	-	-	1,02	1,02	2,39	2,05	1,96	1,37	13,15	27,41	29,72	10,93	4,95	2,82	0,6	0,6	-	-
Santo Antônio de Jesus	0,88	0,15	12,35	16,59	20,35	10,59	10,4	4,39	10,79	6,05	4,29	1,17	0,73	0,24	0,15	-	0,1	0,78
São Félix	1,41	0,61	9,79	12,61	15,64	11,5	8,38	7,47	14,43	9,18	3,63	1,21	1,11	0,61	-	-	-	2,42
São Gonçalo dos Campos	0,21	0,5	16,48	12,02	15,13	9,41	6,15	5,3	9,76	6,58	5,16	2,97	1,98	0,85	0,14	-	-	7,36
São José da Vitória	-	-	0,5	5,53	3,52	2,51	7,54	2,01	15,58	23,12	13,07	10,05	5,03	2,51	1,51	-	-	7,54
São Miguel das Matas	0,25	0,75	4,27	12,3	18,08	12,8	8,79	4,52	14,23	10,13	7,78	2,93	1,67	1,17	0,17	-	-	0,17
Sapeaçu	0,07	0,42	17,41	16,36	20,19	13,02	8,15	4,94	8,29	4,46	2,23	0,91	0,42	0,28	-	0,28	0,49	2,09
Teolândia	0,42	0,21	1,71	2,55	15,69	13,04	9,71	7,69	20,78	13,87	9,51	2,49	1,3	0,52	0,05	-	-	0,47
Ubatuba	-	0,29	0,86	0,86	10,57	6	3,71	1,43	8,57	34,57	12,86	10,86	4,86	3,43	0,86	0,29	-	-
Ubatã	0,06	-	2,85	0,71	9,13	10,82	11,46	5,96	20,73	12,18	13,41	5,18	2,66	2,33	0,19	0,06	-	2,27
Una	0,13	0,13	0,19	0,38	1,33	3,17	1,33	4,25	12,44	22,14	32,99	9,84	4,95	4,06	0,95	0,76	0,38	0,57
Uruçuca	-	-	0,14	0,28	5,64	3,67	4,37	4,37	19,75	18,62	19,89	11,42	7,62	3,39	0,71	-	0,14	-
Valença	0,25	0,05	4,54	7,41	16,44	15,49	10,07	7,69	17,68	10,25	6,17	1,7	0,88	0,41	0,2	0,02	0,02	0,73
Wenceslau Guimarães	0,69	0,03	0,56	1,67	10,03	9,82	6,94	7,36	21,06	20,33	14,12	4,2	1,6	1,28	0,28	0,03	-	-
Bahia	0,75	0,52	5,44	6,64	10,25	7,88	6,38	5,21	14,24	13,79	15,2	5,75	2,65	1,73	0,58	0,31	0,14	2,54

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Municípios	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1000 ha	De 1000 a menos de 2500 ha	De 2500 ha e mais	Produtor sem área
Brasil	1,96	0,97	3,2	5,6	8,54	6,18	4,95	4,17	12,29	14,24	16,31	7,55	4,24	2,91	1,05	0,62	0,3	4,93

FONTE: IBGE, 2014^a

Em análise ao QUADRO 6.3.69, observa-se que prevalecem nos municípios propriedades rurais com áreas entre 10 e 50 ha.

No Gráfico 6.3.14 é possível visualizar as dimensões das propriedades que mais ocorrem nos municípios.

Dimensões das propriedades rurais que prevalecem nos municípios

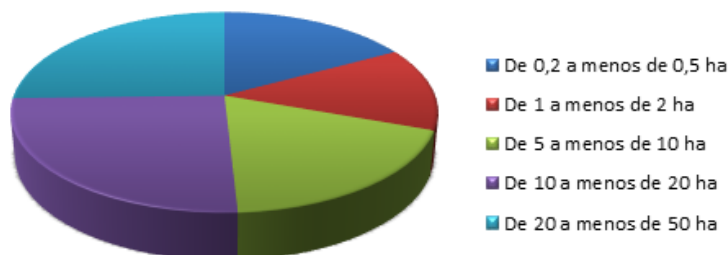


Gráfico 6.3.14 - DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS QUE PREVALECEM NOS MUNICÍPIOS
 FONTE: IBGE, 2014^a

Segundo o INCRA, o tamanho dos módulos fiscais dos municípios em estudo variam entre 20 e 40 hectares (INCRA, 1980). A definição dos conceitos de pequena, média e grande propriedade rural é feita através da quantidade de módulos fiscais. Desse modo, o imóvel rural de área inferior a 1 módulo rural é considerado minifúndio. A pequena propriedade consiste nos imóveis rurais de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. A média propriedade consiste no imóvel rural de 4 a 15 módulos fiscais e a grande propriedade no imóvel com área superior a 15 módulos.

Baseando-se nos parâmetros do INCRA, e nas dimensões das propriedades rurais que prevalecem nos municípios, nota-se que na maior parte dos municípios predominam minifúndios e pequenas propriedades rurais, contudo, Itagimirim e Itapebi destacam-se em relação aos demais municípios, por apresentarem um percentual de grandes propriedades rurais bem mais elevado.

Os dados para o estado da Bahia e para o Brasil também indicam que nos níveis de âmbito estadual e nacional, prevalecem as pequenas propriedades rurais.

Para uma análise regional, tem-se os seguintes números apresentados no QUADRO 6.3.70. A leitura desse quadro, indica que as microrregiões também apresentam um maior número de minifúndios e pequenas propriedades rurais, variando entre 0,2 a 50 hectares.

QUADRO 6.3.70 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - PERCENTUAL POR ÁREA TOTAL (2006)

Microrregiões	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1000 ha	De 1000 a menos de 2500 ha	De 2500 ha e mais	Produto r sem área
Feira de Santana	0,64	1,00	15,66	14,12	14,83	7,89	5,95	4,54	10,60	7,77	7,36	2,56	1,35	1,03	0,29	0,09	0,02	4,30
Santo Antônio de Jesus	1,48	1,34	17,80	16,93	17,37	9,26	6,54	4,53	8,49	5,37	3,63	1,26	0,83	0,64	0,19	0,08	0,05	4,21
Jequié	0,29	0,13	7,54	8,72	12,61	9,04	6,14	5,09	12,00	11,68	12,87	5,35	3,28	2,80	1,10	0,51	0,11	0,75
Valença	0,96	0,24	3,69	4,14	12,70	13,73	8,76	7,05	18,88	13,59	9,49	3,14	1,59	0,94	0,28	0,07	0,04	0,72
Ilhéus-Itabuna	0,66	0,16	1,07	1,33	6,29	6,23	5,36	4,24	16,78	18,25	18,80	9,28	5,27	3,51	0,86	0,37	0,06	1,50
Porto Seguro	0,82	0,21	2,79	2,61	5,01	4,13	4,36	3,10	14,55	16,38	19,85	10,01	6,15	5,10	2,19	1,14	0,34	1,26

FONTE: IBGE, 2014^a

QUADRO 6.3.71 - GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (UNIDADES) E PERCENTUAL DESTINADO ÀS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (2006)

Municípios	Lavoura Temporária		Horticultura e Floricultura		Lavoura Permanente		Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal		Pecuária e criação de outros animais		Produção florestal - florestas plantadas		Produção florestal - florestas nativas		Pesca		Aqüicultura	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
Arataca	16	2,22	17	2,35	645	89,34	-	-	36	4,99	1	0,14	7	0,97	-	-	-	-
Aurelino Leal	20	4,41	16	3,52	296	65,2	-	-	122	26,87	-	-	-	-	-	-	-	-
Barro Preto	-	-	4	1,9	195	92,86	-	-	11	5,24	-	-	-	-	-	-	-	-
Belmonte	63	5,3	1	0,08	659	55,42	-	-	277	23,3	8	0,67	174	14,63	5	0,42	2	0,17
Buerarema	-	-	7	1,15	554	90,97	-	-	47	7,72	-	-	-	-	-	-	1	0,16
Cachoeira	988	42,68	78	3,37	364	15,72	-	-	707	30,54	28	1,21	118	5,1	30	1,3	2	0,09
Camacan	15	1,76	9	1,05	659	77,17	-	-	157	18,38	3	0,35	11	1,29	-	-	-	-
Camamu	257	10,55	21	0,86	1.878	77,13	-	-	166	6,82	3	0,12	75	3,08	34	1,4	1	0,04
Conceição da Feira	378	37,61	8	0,8	16	1,59	-	-	603	60	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição do Almeida	885	50,89	39	2,24	247	14,2	-	-	488	28,06	-	-	80	4,6	-	-	-	-
Conceição do Jacuípe	119	18,06	187	28,38	78	11,84	-	-	253	38,39	22	3,34	-	-	-	-	-	-
Cruz das Almas	551	38,67	68	4,77	530	37,19	5	0,35	265	18,6	4	0,28	-	-	-	-	2	0,14
Dom Macedo Costa	123	27,39	4	0,89	55	12,25	-	-	267	59,67	-	-	-	-	-	-	-	-
Eunápolis	132	19,64	22	3,27	117	17,41	-	-	395	58,78	4	0,6	2	0,3	-	-	-	-
Feira de Santana	4.181	46,62	277	3,09	290	3,23	10	0,11	3.968	44,24	96	1,07	121	1,35	18	0,2	8	0,09
Gandu	4	0,45	16	1,81	825	93,33	-	-	30	3,39	4	0,45	5	0,57	-	-	-	-
Governador Mangabeira	1.613	65,84	24	0,98	511	20,86	4	0,16	297	12,12	-	-	-	-	1	0,04	-	-
Ibirapitanga	28	1,84	24	1,58	1.394	91,65	-	-	41	2,7	30	1,97	3	0,2	-	-	1	0,07
Ilhéus	199	5,95	79	2,36	2.641	78,93	-	-	240	7,17	8	0,24	175	5,23	-	-	4	0,12
Itabuna	48	5,56	99	11,47	491	56,89	-	-	220	25,49	2	0,23	1	0,12	-	-	2	0,23
Itacaré	110	4,6	28	1,17	2.067	86,49	-	-	163	6,82	8	0,33	7	0,29	6	0,25	1	0,04
Itagimirim	5	3,16	1	0,63	2	1,27	-	-	148	93,67	2	1,27	-	-	-	-	-	-
Itajuípe	18	3,76	6	1,25	433	90,4	-	-	22	4,59	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapebi	31	12,02	1	0,39	43	16,67	-	-	179	69,38	1	0,39	3	1,16	-	-	-	-
Jussari	2	0,54	68	18,33	181	48,79	-	-	119	32,08	1	0,27	-	-	-	-	-	-
Laje	1.077	36,66	22	0,75	1.479	50,34	-	-	347	11,81	10	0,34	3	0,1	-	-	-	-
Maraú	260	14,05	35	1,89	1.336	72,22	-	-	148	8	2	0,11	58	3,14	8	0,43	3	0,16
Mascote	9	1,65	2	0,37	257	47,24	-	-	246	45,22	30	5,51	-	-	-	-	-	-
Muritiba	1.021	58,98	15	0,87	595	34,37	-	-	100	5,78	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Ibiá	6	0,79	3	0,4	717	94,97	-	-	22	2,91	3	0,4	2	0,26	-	-	2	0,26
Presidente Tancredo Neves	434	12,41	14	0,4	2.678	76,56	4	0,11	314	8,98	18	0,51	31	0,89	1	0,03	4	0,11
Santa Luzia	28	2,39	24	2,05	878	74,98	-	-	115	9,82	6	0,51	119	10,16	-	-	1	0,09
Santo Antônio de Jesus	404	19,72	90	4,39	1.161	56,66	1	0,05	385	18,79	5	0,24	3	0,15	-	-	-	-
São Félix	256	25,83	310	31,28	98	9,89	-	-	219	22,1	92	9,28	14	1,41	1	0,1	1	0,1
São Gonçalo dos Campos	698	49,36	35	2,48	38	2,69	-	-	611	43,21	29	2,05	2	0,14	1	0,07	-	-
São José da Vitória	6	3,02	16	8,04	138	69,35	-	-	35	17,59	3	1,51	1	0,5	-	-	-	-
São Miguel das Matas	475	39,75	10	0,84	557	46,61	-	-	151	12,64	1	0,08	1	0,08	-	-	-	-
Sapeaçu	400	27,86	15	1,04	879	61,21	3	0,21	134	9,33	3	0,21	-	-	1	0,07	1	0,07
Teolândia	166	8,62	14	0,73	1.605	83,38	2	0,1	117	6,08	10	0,52	8	0,42	-	-	3	0,16
Ubaitaba	19	5,43	8	2,29	280	80	-	-	42	12	-	-	1	0,29	-	-	-	-
Ubatã	62	4,02	12	0,78	1.297	84	-	-	100	6,48	72	4,66	1	0,06	-	-	-	-
Una	88	5,58	7	0,44	1.156	73,35	1	0,06	84	5,33	3	0,19	237	15,04	-	-	-	-
Uruçuca	15	2,12	11	1,55	641	90,41	-	-	32	4,51	2	0,28	8	1,13	-	-	-	-
Valença	986	16,28	65	1,07	4.422	73,01	5	0,08	497	8,21	38	0,63	37	0,61	2	0,03	5	0,08
Wenceslau Guimarães	180	6,25	95	3,3	2.392	83	-	-	179	6,21	11	0,38	20	0,69	-	-	5	0,17
Bahia	260.550	34,21	15.747	2,07	119.159	15,65	328	0,04	336.359	44,17	12.303	1,62	15.808	2,08	970	0,13	334	0,04
Brasil	1.881.345	36,35	197.093	3,81	558.023	10,78	2.632	0,05	2.312.283	44,68	72.264	1,4	125.731	2,43	14.857	0,29	11.408	0,22

 FONTE: IBGE, 2014^a

O QUADRO 6.3.71 acima, apresenta as atividades agropecuárias mais desenvolvidas nos municípios, no qual verifica-se que a produção nos municípios concentra-se na lavoura permanente e temporária, além da pecuária. Mais de 65% dos municípios concentram a produção em lavouras permanentes.

O estado da Bahia possui um maior número de estabelecimentos rurais que se dedicam à pecuária e criação de outros animais e, por último, à lavoura temporária. Percebe-se a mesma tendência à nível nacional.

Para as microrregiões, apresentam-se os números no QUADRO 6.3.72 abaixo, no qual nota-se que as microrregiões Feira de Santana e Porto Seguro concentram propriedades que se dedicam à pecuária e criação de outros animais. As microrregiões Jequié, Valença e Ilhéus-Itabuna possuem um maior número de estabelecimentos dedicados à lavoura permanente (51,60%, 77,34% e 73,70%, respectivamente).

QUADRO 6.3.72 - GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PERCENTUAL– MICRORREGIÕES (2006)

Microrregiões	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Feira de Santana	44,67	2,12	2,72	0,02	48,43	1,13	0,82	0,07	0,03
Santo Antônio de Jesus	46,33	8,06	22,06	0,06	19,19	0,88	2,98	0,30	0,14
Jequié	16,56	4,28	51,60	0,01	25,43	1,08	0,83	0,14	0,05
Valença	10,66	0,87	77,34	0,06	6,78	0,41	3,51	0,25	0,11
Ilhéus-Itabuna	4,24	2,34	73,70	0,01	15,87	0,72	2,94	0,07	0,12
Porto Seguro	18,64	4,29	21,32	0,01	53,65	0,94	1,04	0,03	0,08

FONTE: IBGE, 2014a

No que se refere ao número de propriedades rurais voltadas para a produção florestal, a pesca e a aquicultura, percebe-se que não há grande expressividade nas microrregiões estudadas, bem como nos municípios estudados.

Os gráficos apresentados a seguir (GRÁFICO 6.3.15 a GRÁFICO 6.3.20), ilustram bem essa análise:

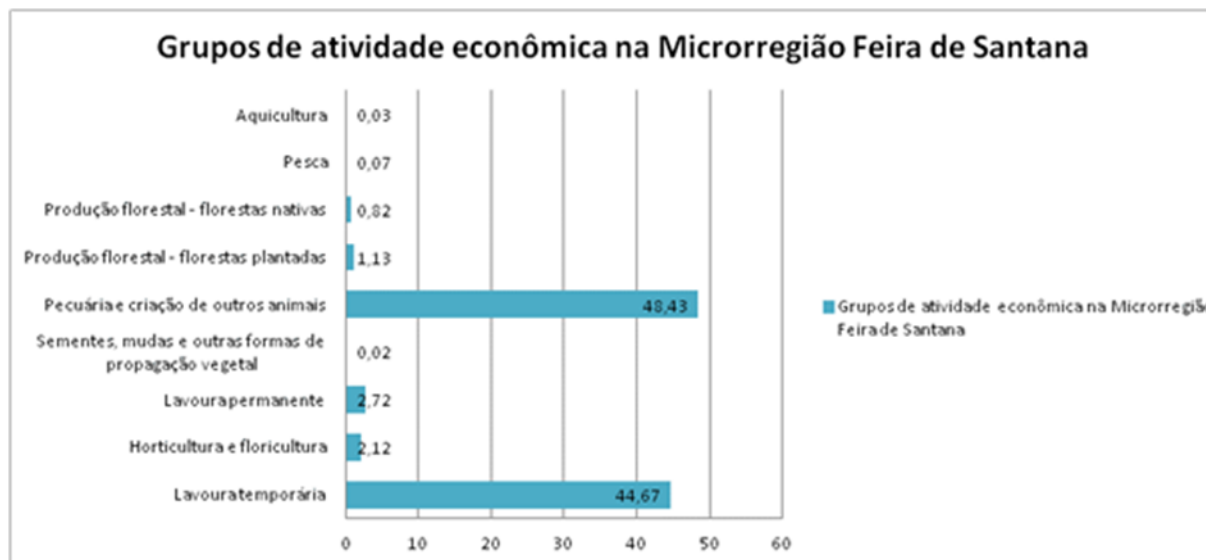


GRÁFICO 6.3.15 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO FEIRA DE SANTANA
 FONTE: IBGE, 2014^a

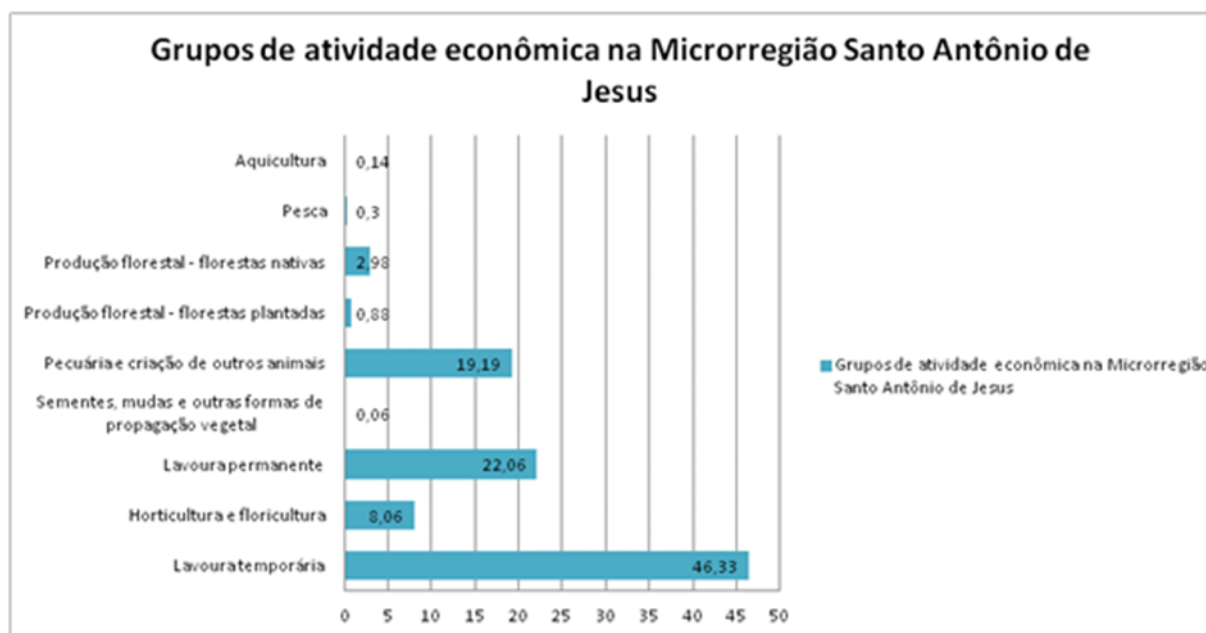


GRÁFICO 6.3.16 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO SANTO ANTÔNIO DE JESUS
 FONTE: IBGE, 2014^a

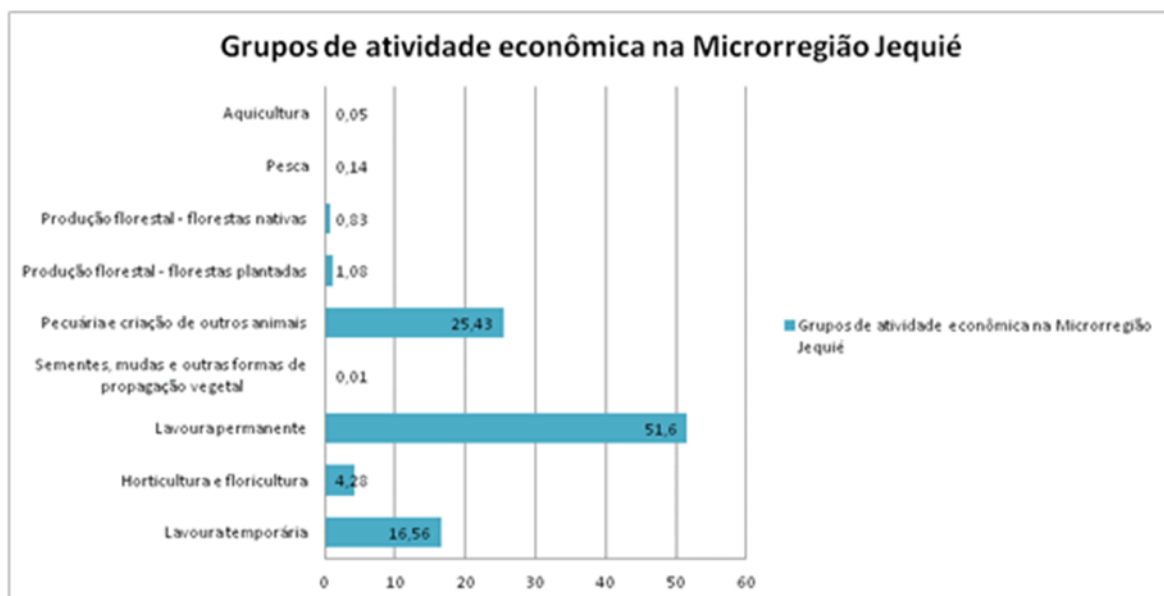


GRÁFICO 6.3.17 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO JEQUIÉ
 FONTE: IBGE: 2014^a

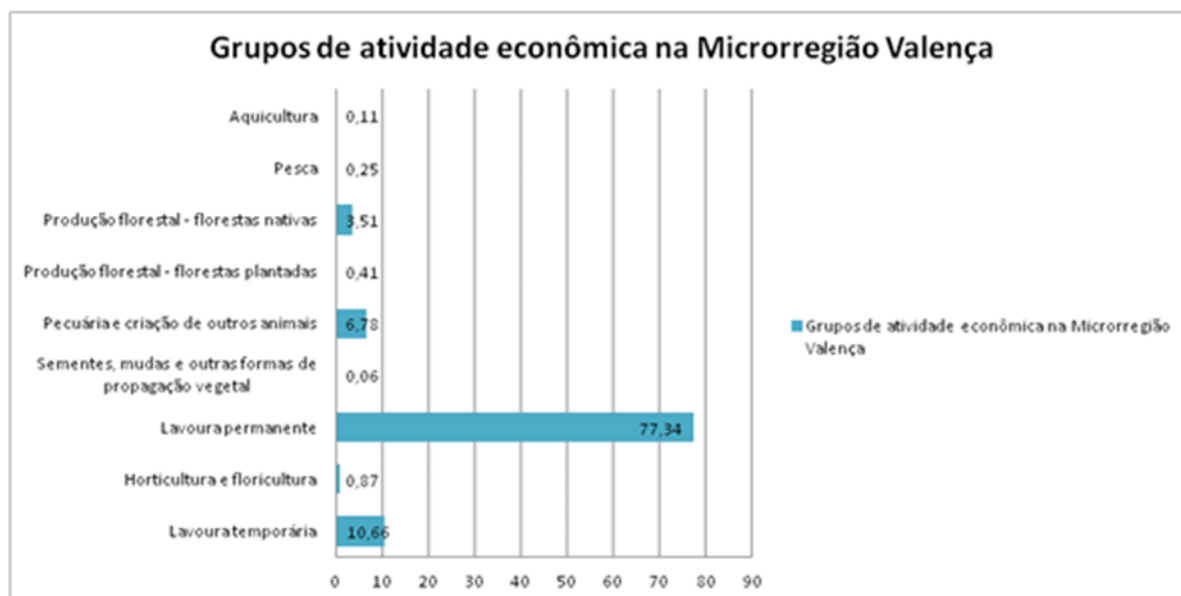


GRÁFICO 6.3.18 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO VALENÇA
 FONTE: IBGE: 2014^a

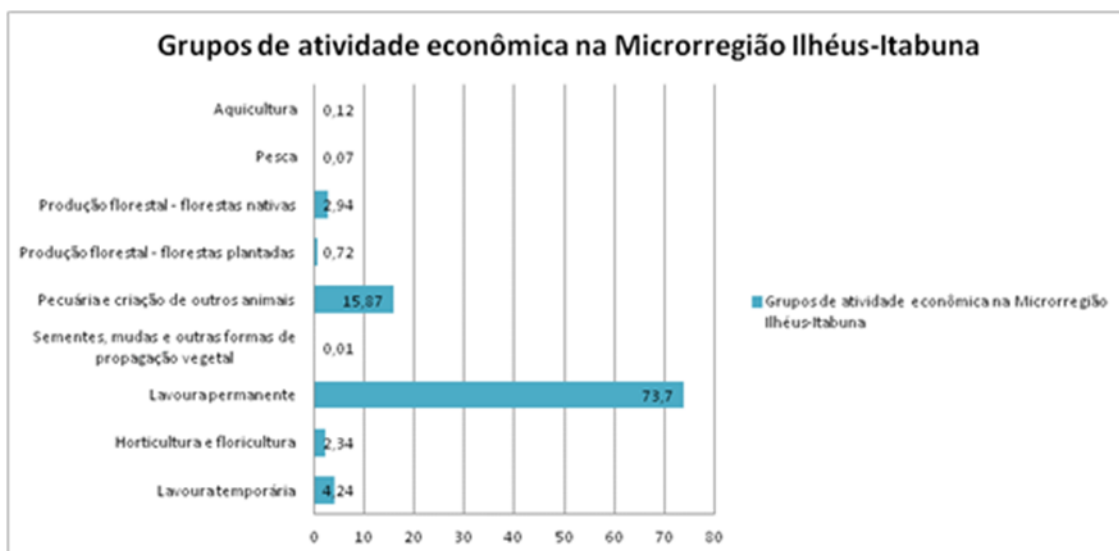


GRÁFICO 6.3.19 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO ILHÉUS- ITABUNA
 FONTE: IBGE: 2014a

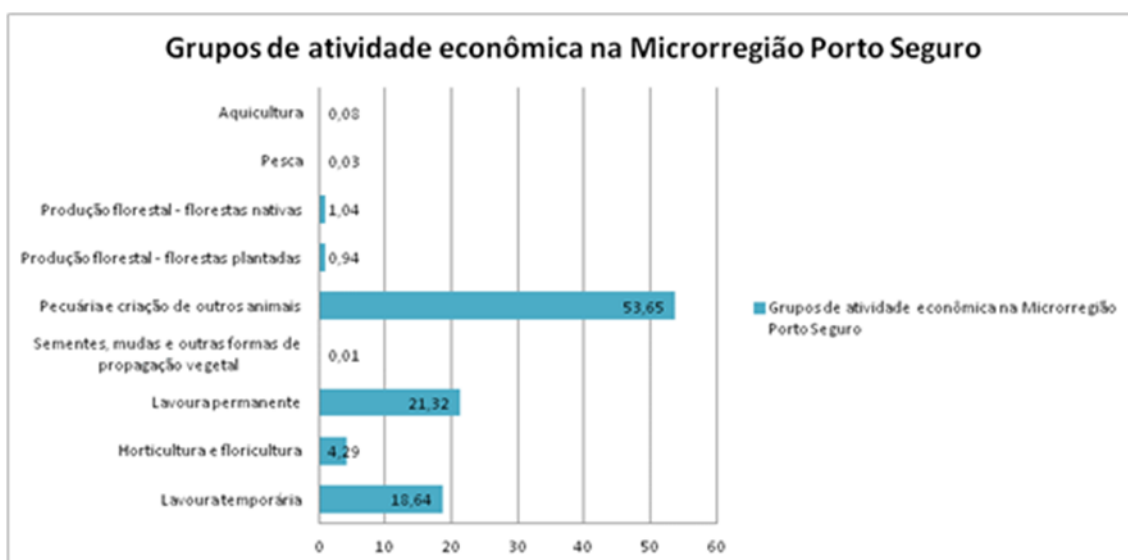


GRÁFICO 6.3.20 - GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MICRORREGIÃO PORTO SEGURO
 FONTE: IBGE: 2014a

6.3.8.3 Caracterização do uso e ocupação do solo

A caracterização do uso e ocupação do solo da região estudada, tem como objetivo, apresentar a conformação da ocupação, bem como, as atividades desenvolvidas, contribuindo no diagnóstico local e possibilitando a identificação dos impactos decorrentes do empreendimento.

A obra em questão inicia-se no município de Conceição do Jacuípe, no Km 166,5 da BR-101 na Bahia, seguindo em direção ao sul do estado, passando por 43 municípios, terminando no município de Eunápolis, no Km 717,8, na área urbana, ao sul do Estado da Bahia. A área de estudo da rodovia BR-101/BA foi delimitada a partir de 5 km do eixo da estrada, ou seja, uma faixa de 10 km, com uma área de 533.046,86 ha.

De acordo com o diagnóstico levantado em campo, a área de estudo, em grande parte de sua extensão, possui predominantemente, vegetação denominada de cabruca, tendo como base de cultivo, o cacau nos sub-bosques da vegetação primária. Muitas árvores nativas de grande porte foram mantidas nas áreas onde o cultivo do cacau foi implantado no sub-dossel da floresta primária raleada, em um sistema conhecido como “cacau-cabruca”. Estima-se que aproximadamente 10.000 km² de florestas na região, tenham sido transformadas em plantações de cacau, dos quais cerca de 70% seriam no sistema “cacau-cabruca” (FRANCO et al., 1994). Nesse sistema de plantio, conserva-se apenas uma parte selecionada das árvores nativas, substituindo-se o sub-bosque por cacauzeiros.

O termo cabruca tem origem na palavra cabrocar, que significa ralar a mata, ou seja, esse sistema remove parcialmente a vegetação nativa para o plantio do cacau. Por ser uma espécie ombrófila, originária do sub-bosque da Floresta Amazônica, o cacau (*Theobroma cacao*) foi tradicionalmente cultivado sob a sombra de espécies arbóreas em SAFs (Sistema Agroflorestal). Esses SAFs abrigam árvores que servem como sombra para o cacau, atenuando as oscilações de temperatura e umidade do ar, fornecendo importantes produtos como madeira, lenha, frutas, resinas e serviços ambientais como conservação da biodiversidade, proteção do solo contra erosão e sequestro de carbono (PIASENTIN, 2011).

No entanto, durante o levantamento a campo, foi possível notar algumas áreas já abandonadas, sem a presença do cultivo do cacau. A preservação integral da floresta apenas ocorreu em áreas íngremes e topos de morros.

Em um contexto geral, nas regiões ao norte da rodovia, próximas ao Rio Pardo, entre os municípios de São Miguel das Matas e Laje, ocorre a predominância de pecuária. Já ao sul do Rio Jequitinhonha, localizado no município de Itapebi, ao sul da rodovia, há o predomínio do cultivo de eucalipto. Ao longo de todo trecho a ser duplicado, também é possível notar uma faixa de domínio preexistente, com locais cercados em ambos os lados da rodovia, exceto em locais urbanizados, com a presença de ocupação muito próxima à rodovia.

Deste modo, será apontado a seguir as principais características e eventuais conflitos sociais e/ou ambientais do uso e ocupação do solo em regiões específicas, ao longo da rodovia a ser duplicada:

Entre os municípios Conceição da Feira e Cachoeira, localizados na região norte da rodovia, existem algumas benfeitorias junto a rodovia (Figura 6.3.35), bem como lixo acumulado próximo às comunidades e áreas urbanas (Figura 6.3.36).



Figura 6.3.35 - Características Do Entorno Da Rodovia Nas Proximidades Do Perímetro Urbano De Conceição Da Feira, E À Esquerda, No Município De Cachoeira



Figura 6.3.36 - Características Do Entorno Da Rodovia Nas Proximidades Do Perímetro Urbano De Conceição Da Feira, E À Esquerda, No Município De Cachoeira.

De modo pontual, mas presente ao longo de quase toda a rodovia a ser duplicada, existem processos avançados de erosão e instabilidade de taludes, o que resulta em sérios problemas relacionados à erosão e assoreamento dos rios. Em diversos locais, é possível notar este processo avançado de degradação, como ilustram as Figura 6.3.37 a Figura 6.3.38, localizados nos municípios de Governador Mangabeira e Muritiba.



Figura 6.3.37 - Características De Processos de Erosão e Instabilidade de Taludes, em Governador Mangabeira E Muritiba.



Figura 6.3.38 - Características de Processos De Erosão e Instabilidade de Taludes, em Governador Mangabeira E Muritiba.



Figura 6.3.39 - Características de Processos de Erosão e Instabilidade de Taludes, em Governador Mangabeira E Muritiba.

No município de Cruz das Almas, e em quase toda a região norte da rodovia, a vegetação nativa é a menos representativa dentre as características observadas, tendo reduzida parcela sobre a cobertura do solo (Figura 6.3.39). As fitofissionomias presentes, variam entre Floresta Estacional Semidecidual, inserida no Domínio da Mata Atlântica e fragmentos de vegetação nativa distribuídos em mosaico na paisagem, formando concentrações maiores em regiões mais altas e declivosas, criando aspecto de corredores de topos de morro ao longo da área de estudo. Essas características indicam que a área de estudo encontra-se pouco conservada.

Constata-se ao longo da rodovia, elevado grau de ocupação, iniciado pela chegada de famílias que ali se estabeleceram, exercendo o desmatamento intenso para viabilizar o uso agropecuário. Ao longo do tempo formaram-se várias comunidades e distritos, preexistentes à implantação da Rodovia, e a partir de sua construção, passou-se a observar a ocupação com certa distância da via, procurando obedecer distância média de 30 metros para cada lado da rodovia, distância essa nem sempre obedecida, principalmente onde ocorre o adensamento populacional. A urbanização nestas áreas ocorre justamente pela proximidade da rodovia, a qual permite maiores facilidades, condições de vida e oportunidades de trabalho. Ao mesmo tempo, a rodovia acabou atraindo ocupações, sobretudo de baixa renda, junto a sua faixa de domínio, contribuindo para gerar importante nível de risco e de vulnerabilidade (Figura 6.3.40 a Figura 6.3.43).



Figura 6.3.40 - Características da Vegetação, Uso e Ocupação ao Longo da Rodovia, em Cruz das Almas



Figura 6.3.41 - Características da Vegetação, Uso e Ocupação ao Longo da Rodovia, em Cruz das Almas



Figura 6.3.42 - Características da Vegetação, Uso e Ocupação ao Longo da Rodovia, em Cruz das Almas



Figura 6.3.43 - Características da Vegetação, Uso e Ocupação ao Longo da Rodovia, em Cruz das Almas

Ressalta-se que no município de Sapeaçu, foram observadas linhas de transmissão que cortam a rodovia, ou estão instaladas em paralelo, com distância significativa da mesma (Figura 6.3.44).



Figura 6.3.44 - Linhas de Transmissão Próximas a Rodovia, em Sapeaçu.

Nos municípios de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus, ao longo da rodovia predominam taludes instáveis, com processo de erosão, muitas vezes vegetados com espécies rasteiras ou em estágio inicial, em processo de regeneração (Figura 6.3.45 e Figura 6.3.46). Em locais específicos, principalmente próximos à área urbana, existem áreas planas, sem qualquer tipo de benfeitoria, com o solo exposto (Figura 6.3.47).



Figura 6.3.45 - Caracterização De Taludes Vegetados em Conceição do Almeida e Áreas Planas com Solo Exposto em Santo Antônio de Jesus



Figura 6.3.46 - Caracterização de Taludes Vegetados em Conceição do Almeida e Áreas Planas Com Solo Exposto em Santo Antônio de Jesus



Figura 6.3.47 - Caracterização de Taludes Vegetados em Conceição do Almeida e Áreas Planas com Solo Exposto em Santo Antônio de Jesus.

Ainda em Santo Antônio de Jesus, a área urbana é cortada pela rodovia, apresentando benfeitorias com elevado grau de ocupação, muito próximas à via a ser duplicada (Figura 6.3.48 e Figura 6.3.49). Já no município de Laje, existe a comunidade Cruzeiro de Laje concentrada no entorno da rodovia (Figura 6.3.50 e Figura 6.3.51).



Figura 6.3.48 - Localização de Benfeitorias em Área Destina a Faixa de Domínio, em Santo Antônio de Jesus.



Figura 6.3.49 - Localização de Benfeitorias em Área Destina a Faixa de Domínio, em Santo Antônio de Jesus.



Figura 6.3.50 - - Uso e Ocupação do Solo no Entorno da Rodovia, no Município De Laje



Figura 6.3.51 - Uso e Ocupação do Solo no Entorno da Rodovia, no Município de Laje

Entre os municípios de Valença e Wenceslau Guimarães, existem ao longo da rodovia, diversos taludes com instabilidade exercida pelo corte da rodovia, muitos, em estágio de regeneração, outros com solo exposto (Figura 6.3.52 a Figura 6.3.55). A partir desta região, já é possível perceber, com maior frequência, a presença de vegetação nativa em estágio avançado, com a presença do cacau (Figura 6.3.56 e Figura 6.3.57).



Figura 6.3.52 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios De Valença E Wenceslau Guimarães.



Figura 6.3.53 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios de Valença e Wenceslau Guimarães



Figura 6.3.54 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios de Valença e Wenceslau Guimarães.



Figura 6.3.55 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios de Valença e Wenceslau Guimarães.



Figura 6.3.56 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios de Valença e Wenceslau Guimarães.



Figura 6.3.57 - Representação da Vegetação ao Longo dos Municípios de Valença e Wenceslau Guimarães.

Nos municípios de Gandu, Ibirapitanga, Maráú e Ibitaba ainda prevalece a vegetação, com o plantio de cacau nos sub-bosques destas, lembrando que na região central da rodovia, prevalece o plantio de cacau à vegetação raleada (cabruca) (Figura 6.3.58 a Figura 6.3.63).



Figura 6.3.58 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Gandu e Ibirapitanga



Figura 6.3.59 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Gandu e Ibirapitanga



Figura 6.3.60 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Marau e Ibitaba



Figura 6.3.61 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Marau e Ibitaba



Figura 6.3.62 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Marau e Ibitaba



Figura 6.3.63 - Vegetação Raleada para o Plantio de Cacau nos Sub-Bosques, nos Municípios de Marau e Ibitaba

Ao longo dos municípios de Gandu, Ibirapitanga e Marau, onde ainda há o predomínio da cabruca como atividade de subsídio econômico, existem ao longo da rodovia diversos taludes com instabilidade, muitos com vegetação em estágio de regeneração, outros com solo exposto para extração de material rochoso e/ou arenoso (Figura 6.3.64, Figura 6.3.65 e Figura 6.3.66).



Figura 6.3.64 - Talude Localizado Próximo a Rodovia, em Gandu e Movimentação de Solo, em Ibirapitanga.



Figura 6.3.65 - Talude Localizado Próximo a Rodovia, em Gandu e Movimentação de Solo, em Ibirapitanga.



Figura 6.3.66 - Taludes Localizados Próximos a Rodovia, em Maraú.

No município de Ibirapitanga, existe a comunidade de Itamaraty, localizada nas proximidades da rodovia, com a presença de benfeitorias comerciais e estrutura para o benefício público, como a passarela para pedestres, entre as margens da rodovia (Figura 6.3.67 e Figura 6.3.68).



Figura 6.3.67 - Comunidade de Itamaraty, nas Proximidades da Rodovia, Localizada no Município de Ibirapitanga.



Figura 6.3.68 - Comunidade de Itamaraty, nas Proximidades da Rodovia, Localizada no Município de Ibirapitanga.

No município de Ubaitaba, existe a comunidade de Ubiataba, localizada nas proximidades da rodovia, com a presença de benfeitorias comerciais e residenciais (Figura 6.3.69 e Figura 6.3.70).



Figura 6.3.69 - Comunidade de Ubiataba, nas Proximidades da Rodovia, Localizada no Município de Ubaitaba.



Figura 6.3.70 - Comunidade de Ubiataba, nas Proximidades da Rodovia, Localizada no Município de Ubaitaba.

Ao longo da rodovia, entre os municípios de Aurelino Leal, Itacaré, Uruçuca e Itabuna, foi possível observar taludes com instabilidade, com intervenção humana para a extração de material rochoso e/ou arenoso, além de outros em processo de desmoronamentos em função do corte da rodovia existente (Figura 6.3.71 ao Figura 6.3.74).

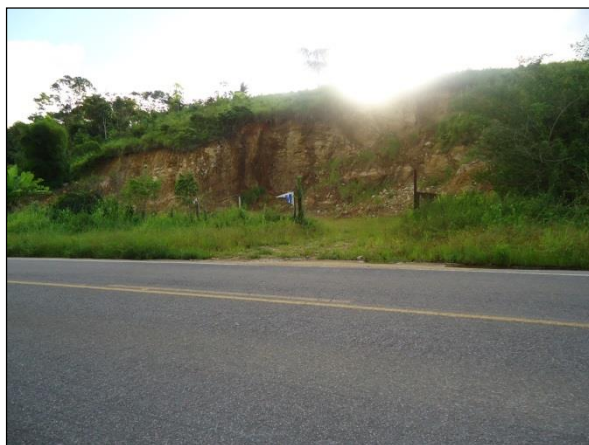


Figura 6.3.71 - Taludes Localizados Próximos a Rodovia, em Aurelino Leal e Itacaré.



Figura 6.3.72 - Taludes Localizados Próximos a Rodovia, em Aurelino Leal e Itacaré.



Figura 6.3.73 - Taludes Localizados Próximos a Rodovia, em Uruçuca e Itabuna.



Figura 6.3.74 - Taludes Localizados Próximos a Rodovia, em Uruçuca e Itabuna.

Ainda em Uruçuca e Itabuna, foi possível observar a presença de vegetação que caracteriza a existência de cabruca (Figura 6.3.75 e Figura 6.3.76).



Figura 6.3.75 - Presença de Vegetação Raleada para o Plantio de Cacao nos Sub-Bosques, nos Municípios de Uruçuca e Itabuna.



Figura 6.3.76 - Presença de Vegetação Raleada para o Plantio de Cacao nos Sub-Bosques, nos Municípios de Uruçuca e Itabuna.

As cidades de Itabuna, Buerarema, São José da Vitória e a comunidade de São João do Paraíso, que faz parte do município de Itabuna, são cortadas pela rodovia a ser duplicada, onde Itabuna apresenta maior densidade no entorno da rodovia. Conclui-se que este fator pode gerar conflitos para o processo de duplicação, uma vez que uma provável indenização ocorrerá no local, além de conflitos sociais, pela não viabilização deste processo, devido a

presença de muitas benfeitorias comerciais e residenciais ao longo da rodovia. Já as cidades de Buerarema e São José da Vitória, apesar de serem cortadas pela rodovia, sofrerão menores intervenções de desapropriação, uma vez que as benfeitorias estão mais afastadas do eixo da rodovia existente e a densidade populacional é menor (Figura 6.3.77 ao Figura 6.3.84).



Figura 6.3.77 - Área Urbana de Itabuna, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.78 - Área Urbana de Itabuna, no Entorno da Rodovia.

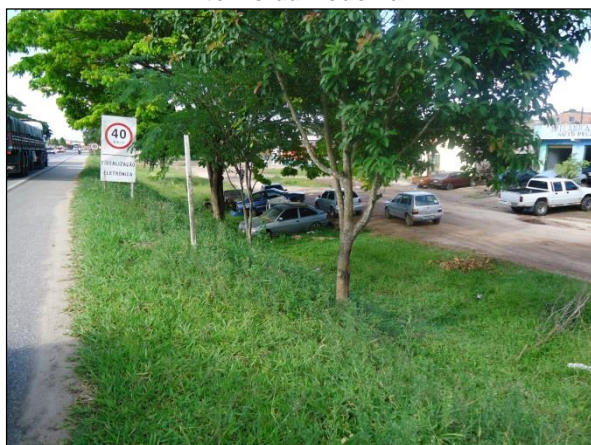


Figura 6.3.79 - Área Urbana da Comunidade São João do Paraíso, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.80 - Área Urbana da Comunidade São João do Paraíso, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.81 - - Área Urbana de Buerarema, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.82 - - Área Urbana de Buerarema, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.83 - Área Urbana de São José da Vitória, no Entorno da Rodovia.



Figura 6.3.84 - Área Urbana de São José da Vitória, no Entorno da Rodovia.

Ainda entre os municípios de São José da Vitória, Buerarema e Una, existe um conflito por terras, entre os índios Tupinambás e fazendeiros da região, pela posse da terra que hoje pertencem aos fazendeiros.

Em janeiro de 2014, os indígenas invadiram 2 fazendas e atearam fogo nas benfeitorias existentes, pois alegam que estas áreas já foram delimitadas pela FUNAI, porém o processo de delimitação do território indígena está parado no Ministério da Justiça.

A Força Nacional foi chamada para ocupar o local do conflito, visando a reintegração de posse que já foi dada aos fazendeiros. Os indígenas insistiram em se estabelecer no local e atiraram contra os policiais, além de fazer bloqueio na rodovia que corta Buerarema, a BR-101, local que será duplicado.

Esta região, ainda sofre intervenção do cultivo da cabruca, conforme mostra as Figura 6.3.85 e Figura 6.3.86.



Figura 6.3.85 - Presença de Vegetação e Taludes, no Município de São José da Vitória



Figura 6.3.86 - Presença de Vegetação e Taludes, no Município de São José da Vitória

A partir do município de Camacan, a paisagem começa a se modificar, com a alteração do uso da terra, passando a utilizá-lo para a pecuária e plantio de eucalipto. O processo erosivo se mostra mais influente, devido a falta da cobertura da terra (Figura 6.3.87 e Figura 6.3.88).



Figura 6.3.87 - Presença de Vegetação e Taludes, no Município de Camacan.



Figura 6.3.88 - Presença de Vegetação e Taludes, no Município de Camacan.

Entretanto, somente a partir do município de Mascote prolongando-se até Eunápolis, que ocorre a evidente alteração da paisagem, com o predomínio da pecuária, cultivo de monoculturas de subsistência, como a mandioca, o milho, o feijão e a cana-de-açúcar, além do plantio de eucalipto. O processo erosivo se mostra mais influente, uma vez que a falta da cobertura da terra propicia tal evento (Figura 6.3.89 a Figura 6.3.106).



Figura 6.3.89 - Vegetação, Processos Erosivos e Pecuária em Mascote.



Figura 6.3.90 - Vegetação, Processos Erosivos e Pecuária em Mascote.



Figura 6.3.91 - Vegetação, Processos Erosivos e Pecuária em Mascote.



Figura 6.3.92 - Processos Erosivos ao Longo da Rodovia, em Belmonte e Itapebi.



Figura 6.3.93 - Processos Erosivos Ao Longo Da Rodovia, Em Belmonte E Itapebi



Figura 6.3.94 - Plantios De Monoculturas E Pecuária, Em Itapebi.



Figura 6.3.95 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itapebi.



Figura 6.3.96 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itapebi.



Figura 6.3.97 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itapebi.



Figura 6.3.98 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itapebi.



Figura 6.3.99 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itagimirim.



Figura 6.3.100 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Itagimirim.



Figura 6.3.101 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis



Figura 6.3.102 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis



Figura 6.3.103 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis



Figura 6.3.104 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis



Figura 6.3.105 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis



Figura 6.3.106 - Plantios de Monoculturas e Pecuária, em Eunápolis

As cidades de Itagimirim e Eunápolis são cortadas pela rodovia a ser duplicada, onde Eunápolis apresenta maior densidade no entorno da rodovia, o que conseqüentemente pode gerar conflitos para o processo de duplicação, uma vez que poderá implicar em possíveis indenizações, além de conflitos sociais. Já a cidade de Itagimirim, apesar de ser cortada pela rodovia, sofrerá menores intervenções de desapropriação, uma vez que as benfeitorias estão

mais afastadas do eixo da rodovia existente e sua densidade populacional apresenta-se menor (Figura 6.3.107 a Figura 6.3.111).



Figura 6.3.107 - Área Urbana de Itagimirim Interceptada pela Rodovia



Figura 6.3.108 - Área Urbana de Itagimirim Interceptada pela Rodovia



Figura 6.3.109 - Área Urbana de Itagimirim Interceptada pela Rodovia



Figura 6.3.110 - Área Urbana de Itagimirim Interceptada pela Rodovia



Figura 6.3.111 - Área Urbana de Eunápolis Interceptada pela Rodovia.

6.3.8.4 Assentamentos rurais do incra

Para caracterizar o processo de concentração de terras no Brasil existente até hoje, recria-se o histórico de formação fundiária, que teve início com a divisão do território brasileiro em Capitanias Hereditárias e, posteriormente, em Sesmarias. É nesse contexto que se constrói o espaço agrário do sul da Bahia, cuja história de ocupação da região data do século XVI, quando o rei D. João III criou as Capitanias Hereditárias.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2000), somente nos anos de 1990, mais de 400 mil famílias ocuparam latifúndios, ampliando assim o número de assentamentos rurais no país, tendo como um dos fatores marcantes desta época, a crise do cacau, que deixou muitos desempregados e desvalorizou as terras no sul da Bahia, favorecendo o crescimento do movimento de ocupação de terras e também a alta concentração de assentamentos de reforma agrária nessa região.

O aumento do número de projetos de assentamentos em todo Brasil não é devido à iniciativa do Estado, mas sim à mobilização dos movimentos sociais organizados, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que, através da ocupação de terras tem pressionado o estado a cumprir seu papel neste processo.

A região ao sul do estado da Bahia, é uma das regiões que mais concentra projetos de assentamentos com alta densidade de famílias por unidade territorial, além de possuir maior número de organizações de luta pela reforma agrária. Vale destacar também, que nessa região estão concentrados a maioria dos assentamentos existentes nos municípios em estudo, os quais podem ser melhor visualizados no Mapa de Localização dos Assentamentos na Área de Estudo, no Volume de Mapeamento Temático – Tomo IV.

Cada assentamento conforme a organização que o impulsiona, subentende a forma de luta e organização socioeconômica dos assentados, atuando como mecanismos de fortalecimento de identidade econômica, social e política dos mesmos, onde após assentadas, as famílias passam a ter importante formação e organização política (LIMA, 2008).

A dinâmica dos assentamentos, com todas as limitações impostas, permite gerar novas estruturas e novos personagens da produção familiar rural. Os assentamentos rurais trazem no seu horizonte algumas alternativas econômicas e sociais para parte significativa de trabalhadores brasileiros, que se encontram marginalizados e excluídos do processo de produção vigente e, que conformam a questão agrária brasileira.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), listam-se os assentamentos rurais encontrados nos municípios em estudo no QUADRO 6.3.73 a seguir.

QUADRO 6.3.73 - ASSENTAMENTOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de famílias (capac)	Famílias Assentadas	Obtenção			
						N °	Data	Forma	Data
BA0065000	PA TERRA VISTA	ARATACA	756,0314	100	56	00015	27/03/1995	Desapropriação	29/10/1993
BA0147000	PA RIO ALIANÇA	ARATACA	567,5750	50	50	00004	11/03/1998	Desapropriação	07/10/1997
BA0195000	PA GRUPO SANTO ANTONIO	ARATACA	514,0000	80	35	00105	21/12/1998	Desapropriação	03/08/1998
BA0196000	PA CASCATA	AURELINO LEAL	597,9421	40	38	117	30/12/1998	Desapropriação	03/08/1998
BA0280000	PA FAZENDA BRASIL	BARRO PRETO	599,2004	50	50	027	19/07/2004	Desapropriação	19/03/2003
BA0047000	PA PIASSAVA	BELMONTE	3.035,0000	106	90	00081	30/11/1989	Desapropriação	13/04/1988
BA0054000	PA TUIUTY	BELMONTE	510,0000	20	17	140	20/07/1992	Desapropriação	26/02/1988
BA0470000	PA SAO FRANCISCO DE ASSIS DO JEQUITINHONHA	BELMONTE	382,5367	25	25	36	28/07/2005	Desapropriação	06/09/2004
BA0114000	PA BUIQUE	BUERAREMA	366,0200	33	28	034	06/06/1997	Desapropriação	08/10/1996
BA0241000	PA ITARARÉ	BUERAREMA	555,5851	45	39	052	20/11/2000	Desapropriação	28/09/1999
BA0160000	PA CAIMBONGO	CACHOEIRA	2.039,0000	68	68	00074	31/12/1997	Desapropriação	22/10/1997
BA0120000	PA NOVA YPIRANGA	CAMACAN	817,9038	100	107	00059	03/11/1997	Desapropriação	18/09/1996
BA0192000	PA AUXILIADORA	CAMACAN	388,4755	35	30	00124	30/12/1998	Desapropriação	25/09/1998
BA0209000	PA RECORDAÇÃO	CAMACAN	429,4715	40	38	105	21/12/1998	Desapropriação	25/09/1998
BA0287000	PA ENTRE RIOS	CAMACAN	321,6977	30	29	035	19/08/2004	Desapropriação	29/09/2003
BA0120000	PA NOVA YPIRANGA	CAMACAN	817,9038	100	107	00059	03/11/1997	Desapropriação	18/09/1996
BA0144000	PA ZUMBI DOS PALMARES	CAMAMU	1.244,6002	50	50	068	30/12/1997	Desapropriação	20/10/1997
BA0193000	PA DANDARA DOS PALMARES	CAMAMU	1.452,2390	70	63	107	21/12/1998	Desapropriação	20/08/1998
BA0222000	PA SÃO JOSÉ/LIMOEIRO	CAMAMU	302,1377	15	-	126	30/12/1998	Desapropriação	25/09/1998
BA0227000	PA LIMOEIRO	CAMAMU	1.303,4652	55	54	040	21/09/1999	Desapropriação	25/09/1998
BA0251000	PA PAULO JACSON	CAMAMU	891,4486	60	55	062	31/12/1999	Desapropriação	21/06/1999
BA0313000	PA PAULO FREIRE	CAMAMU	353,9800	25	23	046	14/12/2001	Desapropriação	22/03/2001
BA0379000	PA ERNESTO CHE GUEVARA	CAMAMU	391,2455	19	19	18	29/04/2004	Desapropriação	23/06/2003
BA0399000	PA ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA	CAMAMU	394,2710	24	23	028	28/07/2004	Desapropriação	25/02/2003

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de famílias (capac)	Famílias Assentadas	Obtenção			
						N °	Data	Forma	Data
BA0465000	PA ANTONIO CONSELHEIRO III	CAMAMU	337,9290	35	35	89	29/12/2004	Desapropriação	13/11/2003
BA0009000	PA CAMAMU	CAMAMU	4.497,0000	30	35	029	19/03/1981	Desapropriação	16/02/1981
BA0060000	PA MARIANA	CAMAMU	648,2426	28	28	23	29/04/1993	Desapropriação	30/03/1988
BA0549000	PA SANTA MARIA	EUNAPOLIS	1.309,2609	62	62	19	16/03/2009	Desapropriação	09/10/2007
BA0311000	PA CEDRO III	GANDU	292,9892	18	18	71	26/11/2002	Desapropriação	22/03/2001
BA0312000	PA CONJUNTO MINEIRO	GANDU	323,4813	26	26	024	14/05/2003	Desapropriação	16/01/2002
BA0505000	PA SERRA DE AREIA I E II	IBIRAPITANGA	469,2184	37	36	052	07/10/2004	Desapropriação	25/02/2003
BA0519000	PA CONJUNTO SAO JOAO	IBIRAPITANGA	727,9551	44	44	047	15/09/2005	Desapropriação	05/08/2004
BA0226000	PA CONJUNTO BOM GOSTO	ILHEUS	431,3063	40	39	00038	09/09/1999	Desapropriação	07/12/1998
BA0234000	PA DOIS IRMÃOS	ILHEUS	461,8727	25	22	00007	12/04/2000	Desapropriação	09/11/1999
BA0242000	PA FREI VANTUY	ILHEUS	476,4368	47	40	00008	12/04/2000	Desapropriação	28/09/1999
BA0262000	PA NOVA VITORIA	ILHEUS	580,7954	36	36	00006	12/04/2000	Desapropriação	25/06/1999
BA0334000	PA DOM HELDER CAMARA	ILHEUS	241,0700	26	26	82	18/12/2002	Desapropriação	06/08/2001
BA0384000	PA JOAO AMAZONAS	ILHEUS	833,2629	75	74	32	02/08/2004	Desapropriação	23/06/2003
BA0513000	PA SAO BENTO	ILHEUS	235,4819	16	15	009	18/03/2005	Desapropriação	25/02/2003
BA0580000	PA FAZENDA ROCHEDO E OUTRAS	ILHEUS	342,3008	35	29	105	07/12/2006	Desapropriação	28/12/2005
BA0170000	PA RESSUREIÇÃO	ILHEUS	538,4417	35	35	056	15/10/1998	Desapropriação	20/11/1997
BA0171000	PA JOSEFA VITÓRIA	ILHEUS	180,8300	22	22	00044	04/08/1998	Desapropriação	20/11/1997
BA0086000	PA FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA	ILHEUS	269,8600	30	29	023	25/07/1996	Desapropriação	
BA0132000	PA COSME MUNIZ	ILHEUS	423,9910	40	35	62	17/12/1997	Desapropriação	07/10/1996
BA0261000	PA MANOEL CHINÊS	ITABUNA	415,0000	40	40	00005	12/04/2000	Desapropriação	25/08/1999
BA0522000	PA CONJUNTO ALEMITA	ITABUNA	343,3436	30	30	045	19/08/2005	Desapropriação	05/08/2004
BA0303000	PA CONJUNTO LARANJEIRA	ITACARE	927,0000	30	29	19	30/10/2001	Desapropriação	13/01/2000
BA0310000	PA JOÃO EPIFÂNIO	ITACARE	368,7723	32	32	00045	14/12/2001	Desapropriação	18/09/2001
BA0487000	PA NOVA VIDA	ITACARE	576,3051	44	44	28	11/08/2006	Desapropriação	06/09/2004
BA0014000	PA MARAMBAIA	ITACARE	830, 5448	32	32	012	11/11/1996	Desapropriação	29/08/1986

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de famílias (capac)	Famílias Assentadas	Obtenção			
						N °	Data	Forma	Data
BA0119000	PA PANCADA GRANDE	ITACARE	843,6291	48	48	00058	03/11/1997	Desapropriação	20/06/1997
BA0079000	PA LOANDA	ITAJUIPE	408,4023	50	46	039	21/11/1996	Desapropriação	04/09/1995
BA0235000	PA HELVECIA	ITAJUIPE	467,7240	55	36	026	14/08/2000	Desapropriação	09/11/1999
BA0305000	PA LIBERDADE	MARAU	725,5000	57	52	20	30/10/2001	Desapropriação	21/12/1999
BA0598000	PA LUZITÂNIA	MARAU	278,6732	30	27	57	18/12/2008	Desapropriação	26/12/2006
BA0013000	PA SANTA MARIA	MARAU	1.407,9215	60	55	014	18/11/2001	Desapropriação	02/05/1986
BA0116000	PA NANCY	MASCOTE	542,2983	32	32	033	06/06/1997	Desapropriação	23/09/1996
BA0484000	PA SOSSEGO I	SANTA LUZIA	705,4624	18	18	49	23/08/2005	Desapropriação	26/10/2004
BA0011000	PA PUXIM/SARAMPO	SANTA LUZIA	2.819,9486	75	66	11	29/11/2001	Desapropriação	04/09/1985
BA0021000	PA FAZ POÇO	SANTA LUZIA	1.848,2541	68	68	370	12/05/1987	Desapropriação	30/07/1986
BA0232000	PA CONJUNTO COARY	SANTA LUZIA	258,3400	18	18	021	30/10/2001	Desapropriação	29/11/1999
BA0259000	PA TERRA DE SANTA CRUZ	SANTA LUZIA	382,6817	25	25	00009	12/04/2000	Desapropriação	26/08/1999
BA0587000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	UBAITABA	261,0258	25	21	13	29/03/2007	Desapropriação	23/05/2006
BA0264000	PA CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL	UBAITABA	909,8750	60	56	00076	28/12/2000	Desapropriação	09/06/1999
BA0258000	PA CACHOEIRA BONITA E CONCEIÇÃO	UBAITABA	965,3328	60	40	00061	28/12/1999	Desapropriação	25/08/1999
BA0326000	PA NOVA OLINDA	UBAITABA	138,0000	10	6	047	14/12/2001	Confisco	
BA0019000	PA GUANABARA	UNA	286,0000	12	13	64	22/01/1987	Desapropriação	01/10/1986
BA0024000	PA FAZ CAJUEIRO	UNA	1.162,8200	55	54	08	29/11/2001	Desapropriação	18/12/1986
BA0028000	PA FAZ FORTALEZA	UNA	1.056,0956	50	49	006	23/11/2001	Desapropriação	19/12/1986
BA0169000	PA IPIRANGA	UNA	1.260,9975	45	44	00026	29/05/1998	Desapropriação	13/11/1997
BA0265000	PA VITOROPOLIS	UNA	404,3609	22	21	00010	12/04/2000	Desapropriação	04/11/1999
BA0344000	PA NOVA GALICIA	UNA	489,5694	35	32	72	26/11/2002	Desapropriação	20/03/2002
BA0062000	PA TIJUÍPE	URUCUCA	1.111,0000	40	2	067	29/12/1995	Desapropriação	26/04/1988
BA0194000	PA SÃO JORGE	URUCUCA	557,4167	52	43	127	30/12/1998	Desapropriação	31/08/1998
BA0348000	PA FAZ VAVA	URUCUCA	159,9568	19	19	036	08/10/2003	Desapropriação	20/03/2002
BA0104000	PA SANTA LUZIA	VALENCA	386,3000	44	26	057	30/12/1996	Desapropriação	06/09/1996
BA0031000	PA VILA TANCREDO NEVES	WENCESLAU GUIMARAES	985,7596	67	66	360	12/05/1987	Desapropriação	04/09/1995
BA0082000	PA RESISTENTE	WENCESLAU GUIMARAES	1.000,9600	50	48	040	21/11/1996	Desapropriação	04/09/1995

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de famílias (capac)	Famílias Assentadas	Obtenção			
						Nº	Data	Forma	Data
BA0085000	PA NOVO HORIZONTE	WENCESLAU GUIMARAES	2.497,8108	105	105	00041	28/11/1996	Desapropriação	25/06/1996
BA0100000	PA UNIÃO	WENCESLAU GUIMARAES	562,0000	30	30	038	21/11/1996	Desapropriação	04/09/1995
BA0128000	PA ERNESTO CHEGUEVARA	WENCESLAU GUIMARAES	848,2488	60	50	00002	11/03/1998	Desapropriação	22/10/1997
BA0159000	PA BOA SORTE	WENCESLAU GUIMARAES	1.099,3418	50	48	00086	31/12/1997	Desapropriação	01/09/1997
BA0167000	PA CHICO MENDES	WENCESLAU GUIMARAES	425,9769	35	31	065	30/12/1997	Desapropriação	22/10/1997
BA0216000	PA FABIO HENRIQUE	WENCESLAU GUIMARAES	1.288,9250	76	76	00115	30/12/1998	Desapropriação	31/08/1998
BA0219000	PA SÃO JOÃO	WENCESLAU GUIMARAES	988,2476	80	80	00112	30/12/1998	Desapropriação	31/08/1998
BA0317000	PA VENCEDORES	WENCESLAU GUIMARAES	240,0000	22	22	023	18/10/2002	Desapropriação	06/08/2001
BA0333000	PA ANTONIO CONSELHEIRO	WENCESLAU GUIMARAES	303,0795	20	20	009	20/01/2003	Desapropriação	22/11/2001
BA0382000	PA FAZ DOIS IRMÃOS	WENCESLAU GUIMARAES	304,6863	21	19	05	21/01/2009	Desapropriação	29/09/2003

FONTE: INCRA, 2014.

Os Projetos de Assentamento (PAs) criados pelo INCRA no estado da Bahia, resultam da ocupação de fazendas pelos movimentos dos “sem terra”. No norte da Bahia predomina a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, já no sul da Bahia predomina a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento de Luta pela Terra - MLT, bem como os sindicatos rurais, que possuem atuação muito importante na pressão para a criação de projetos de assentamentos rurais nessa região do estado.

A seguir, expõe-se na Figura 6.3.112, imagem do Projeto de Assentamento - PA Paulo Jackson, presente no município de Camamu.



Figura 6.3.112 - PA PAULO JACKSON - CAMAMU

Além dos assentamentos regularizados pelo Incra, observou-se às proximidades da rodovia, o acampamento Irmã Dorath no município de Eunápolis, o qual concentra 130 famílias, um outro, com aproximadamente 30 famílias, localizado no entroncamento do município de Uruçuca, além da presença de famílias de “sem-terra” ocupando alguns pontos às margens da BR-101.

A seguir, nas Figura 6.3.113 a Figura 6.3.116 são apresentados alguns aspectos do Acampamento Irmã Dorath, em Eunápolis e Assentamento Ernesto Che Guevara do MST, às margens da BR-101, em Wenceslau Guimarães.



Figura 6.3.113 - Acampamento Irmã Dorath, em Eunápolis. ao Fundo, a Esquerda, Rodovia Br-101.



Figura 6.3.114 - Características das Edificações do Acampamento Irmã Dorath, em Eunápolis.



Figura 6.3.115 - Entrada do Acampamento Irmã Dorath.



Figura 6.3.116 - Assentamento Ernesto Che Guevara do MST, as Margens da BR-101, em Wenceslau Guimarães.

Cabe ressaltar que, apesar de terem sido registrados vários PAs, localizados nos municípios em estudo, apenas 21 destes estariam inseridos em até 5 Km medidos em relação ao eixo da rodovia BR101/BA, conforme mostra o QUADRO 6.3.74 a seguir.

Essa informação pode ser melhor visualizada segundo o Mapa de Localização dos Assentamentos na Área de Estudo, no Volume de Mapeamento Temático – Tomo IV.

QUADRO 6.3.74 - ASSENTAMENTOS IDENTIFICADOS NA INTERSECÇÃO DA FAIXA DE 5KM DA BR 101/BA

MUNICÍPIOS	NOME DO PROJETO
WENCESLAU GUIMARÃES	PA RESISTENTE
	PA ERNESTO CHEGUEVARA
	PA VENCEDORES
ARATACA	PA TERRA VISTA
	PA RIO ALIANÇA
GANDU	PA CONJUNTO MINEIRO
URUÇUCA	PA CEDRO III
	PA SÃO JORGE
	PA FAZ VAVA
ITACARÉ	PA JOÃO EPIFÂNIO
	PA CONJUNTO LARANJEIRA

MUNICÍPIOS	NOME DO PROJETO
IBIRAPITANGA	PA SERRA DE AREIA I E II
	PA CONJUNTO SAO JOAO
ITAJUÍPE	PA LOANDA
BUERAREMA	PA BUIQUE
CAMACAN	PA AUXILIADORA
UBAITABA	PA CACHOEIRA BONITA E CONCEIÇÃO
AURELINO LEAL	PA CASCATA
CAMAMU	PA PAULO JACSON
MARAÚ	PA LIBERDADE
ITABUNA	PA MANOEL CHINÊS

FONTE: INCRA, 2014

6.3.8.5 Zoneamento territorial

O Zoneamento Territorial é um instrumento de gestão, que busca embasar planos de desenvolvimento socioeconômico das regiões, proporcionando a utilização adequada dos recursos ambientais disponíveis, além de garantir a qualidade ambiental e proteção de áreas de interesse das regiões.

6.3.8.5.1 ZEE – Zoneamento Ecológico - Econômico da Bahia

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial do estado da Bahia, ou seja, de organização do território. Suas diretrizes e critérios deverão nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à promoção do bem-estar da população. Segundo Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que o regulamenta, deverá ser “obrigatoriamente” seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. Para tanto, integra um amplo conjunto de informações espacializadas que permitem estabelecer medidas e diretrizes para os diferentes padrões de ocupação, uso e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Busca-se desta forma, definir as diretrizes e os critérios que devem nortear o desenvolvimento socioeconômico, visando à melhoria das condições de vida da população, o uso sustentável e a conservação da biodiversidade (SEPLAN, 2013).

Ainda estão sendo realizadas audiências públicas para discutir o ZEE-BA, contudo já existe uma definição de 36 zonas que reúnem similares características físicas, ambientais e socioeconômicas. Para cada uma dessas zonas foram propostas diretrizes gerais e específicas, visando o uso e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, contudo relacionadas ao uso e ocupação do solo, tendo em vista sua vulnerabilidade natural e social e suas potencialidades socioeconômicas.

A vulnerabilidade natural refere-se à avaliação da suscetibilidade ou fragilidade do sistema natural (solo, relevo, geomorfologia, geologia, clima, hidrologia, cobertura vegetal,

flora, fauna, entre outros) a alterações antrópicas. Nesse sentido, foram considerados os seguintes tipos de vulnerabilidade natural: do meio físico e biótico, natural do solo a erosão, de recursos hídricos superficiais, risco das águas subterrâneas, da biodiversidade e social.

Sendo assim para caracterizar a vulnerabilidade social foram sintetizados fatores da socioeconomia dos municípios como, qualidade de vida (Atendimento Social e Infraestrutura Habitacional), condições de vida (Exclusão Social) e condições econômicas (Capacidade de Gestão, trabalho, produção, renda, terras, população), sistematizando oito tipos, em uma escala que varia de 1 (melhor situação nos indicadores dimensionais) a 8 (pior situação nos indicadores dimensionais), conforme QUADRO 6.3.75, a seguir.

QUADRO 6.3.75 - TAXONOMIA SINTÉTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Tipo	Descrição	Indicador dimensional		
		Condição de vida	Condição econômica	Qualidade de vida
1	Municípios que apresentam os indicadores dimensionais de qualidade de vida, condição de vida e condição econômica satisfatórios	satisfatório	satisfatório	satisfatório
2	Municípios que apresentam os indicadores dimensionais de qualidade de vida e condição de vida satisfatórios e condição econômica insuficiente e mediana	satisfatório	satisfatório	Insuficiente ou mediano
3	Municípios que apresentam qualidade de vida e condição econômica satisfatório e condição de vida insuficiente ou mediano	satisfatório	Insuficiente ou mediano	satisfatório
4	Municípios que apresentam condição de vida e condição econômica satisfatório e qualidade de vida insuficiente ou mediano	Insuficiente ou mediano	Insuficiente ou mediano	satisfatório
5	Municípios que apresentam o indicador de qualidade de vida satisfatório e condição econômica e condição de vida insuficiente ou mediano	satisfatório	Insuficiente ou mediano	Insuficiente ou mediano
6	Municípios que apresentam condição de vida satisfatória e qualidade de vida e condição econômica insuficiente e mediana	Insuficiente ou mediano	satisfatório	Insuficiente ou mediano
7	Municípios que apresentam o indicador dimensional de condição econômica satisfatório e condição de vida e qualidade de vida insuficiente ou mediano	Insuficiente ou mediano	Insuficiente ou mediano	satisfatório
8	Municípios que apresentam os indicadores dimensionais de qualidade de vida, condição econômica e condição de vida insuficientes	insuficiente	insuficiente	insuficiente

A seguir, serão apresentadas, no QUADRO 6.3.76, dentre as 36 zonas existentes no estado da Bahia, aquelas onde os municípios da área de estudo encontram-se inseridos, bem como os extratos da Vulnerabilidade Social que os enquadram.

QUADRO 6.3.76 - ZONAS ECOLÓGICAS- ECONÔMICAS DA BAHIA.

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
ZONA 20: Planalto de Jequié	43 Municípios: Amargosa, Anagé, Apuarema, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Brejões, Caetanos, Cravolândia, Dário Meira, Elísio Medrado, Iaçú, Iguai, Irajuba, Itagi, Itaquara, Itatim, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Laje , Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Mirante, Mutuípe, Nova Canaã, Nova Itarana, Planaltino, Planalto, Poções, Presidente Tancredo Neves , Santa Inês, Santa Teresinha, São Miguel das	Laje	<p>-Zona com alta cobertura vegetal remanescente (34,8%); 11,4% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade;</p> <p>- 31,8% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação. Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona, com o predomínio da caatinga e da mata atlântica;</p> <p>-Zona com ocorrência de 15 feições de geodiversidade;</p> <p>-Baixa proporção (7,3%) da zona em unidades de conservação, sendo 1,8% sob proteção integral e/ou uso restrito (muito baixa);</p> <p>-A zona esta inserida nas bacias dos rios das Contas, Recôncavo Sul, Paraguaçu e Pardo; Média proporção (39,6%) de microbacias com 0% ou menos de 20% de cobertura vegetal;</p> <p>-100% da zona com alta vulnerabilidade à erosão;</p> <p>-Mais de 85% da zona com vulnerabilidade hídrica alta (51,4%) ou muito alta (34,7%);</p> <p>-Presença de Quilombolas e alguns Pescadores;</p> <p>-Predomínio de uso do solo por pastagens.</p>	<p>Dos 43 municípios que compõem a zona 20:</p> <p>31 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 1 de tipo 6, 8 de tipo 5 e 3 de tipo 2. Isso significa que 93% dos municípios da zona são muito vulneráveis.</p>	<p>- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Potencial geração de energia solar / Alto potencial eólico em algumas porções da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 24,06 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m.</p> <p>- Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística do Caminhos do Jiquiriçá e Caminhos do Sudoeste, com potencial para o turismo de lazer, esporte, cultural e ecológico</p> <p>- Potencialidade Mineral: Gemas/Rochas Ornamentais, Vanádio, calcários e dolomitos, Bauxita, Alumina</p>	<p>- Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>- Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada;</p> <p>- Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário e a diversificação produtiva;</p> <p>- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>- Promover ações de inclusão socioproductiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social.</p>

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
	Matas, Teolândia, Ubaíra, Vitória da Conquista, Wenceslau Guimarães.					
ZONA 22: Patamar e Depressão dos rios Colônia e Pardo	30 Municípios: Jussari , Itororó, Vitória da Conquista, Poções, Itaju do Colônia, Buerarema , Itarantim, Macarani, Itapetinga, Itambé , Pau Brasil, Mascote , Itapebi , Belmonte , Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Potiraguá, Nova Canaã, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Planalto, Itagimirim , Caatiba, Maiquinique, Cândido Sales, São José da Vitória, Ibicaraí, Floresta Azul, Itabuna	Buerarema, Itapebi	<p>-Zona com baixa cobertura vegetal remanescente (18,2%);</p> <p>-15% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 66% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação;</p> <p>-Ocorrência de 10 fitofisionomias na zona (predomínio de mata atlântica);</p> <p>-Zona com ocorrência de 21 feições de geodiversidade;</p> <p>-Muito baixa proporção da zona em unidades de conservação, sendo 2,1% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando uma terra indígena;</p> <p>-A zona esta inserida nas bacias dos Rios Pardo, Jequitinhonha, Leste e Contas;</p> <p>-Alta proporção (67,3%) de microbacias com 0% ou menos de 20% de cobertura vegetal; 86,6% da zona com Alta vulnerabilidade à erosão;</p> <p>-43,9% da zona com vulnerabilidade hídrica muito alta;</p> <p>-Presença de cavernas em Itapebi e Potiraguá e de sítios arqueológicos em Itapebi; Presença de quilombolas e pescadores;</p> <p>-Predomínio de uso do solo por pastagens.</p>	<p>Dos 30 municípios que compõem a zona 22:</p> <p>5 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 1 de tipo 7, 18 de tipo 5, 1 do tipo 3, 4 do tipo 2 e 1 do tipo 1. Isso significa que 78% dos municípios da zona são muito vulneráveis.</p>	<p>- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Potencial produção de cana-de-açúcar (etanol) -</p> <p>Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística da Costa do Cacau, com potencial para o turismo de negócios, esporte, lazer, cultural e ecológico</p> <p>- Potencialidade Mineral: Grafita, Gemas/Rochas Ornamentais, Feldspato, Mica, Quartzo, calcários e dolomitos</p>	<p>-Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário.</p> <p>-Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a bovinocultura, silvicultura e a mineração), à preservação da biodiversidade e das terras de povos e comunidades tradicionais,</p> <p>- Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos (Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas)</p>
ZONA 25: Tabuleiros Interioran	30 Municípios: Conceição do Jacuípe ,	Cachoeira, Conceição	<p>-Zona com muito baixa cobertura vegetal remanescente (9,3%);</p>	<p>Dos 30 municípios que</p>	<p>- Potencialidades na área de Energia e</p>	<p>- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária e as</p>

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
os do Recôncavo	Valença, Mutuípe, São Miguel das Matas, Castro Alves, São Gonçalo dos Campos, Presidente Tancredo Neves, Santo Antônio de Jesus, Cachoeira, Maragogipe, Varzedo, Amélia Rodrigues, São Félix, Laje, Feira de Santana, Santa Teresinha, Elísio Medrado, Amargosa, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, Aratuípe, Sapeaçu, Jaguaripe, Conceição da Feira, Santo Amaro, Dom Macedo Costa, Conceição do Almeida, São Felipe, Cruz das Almas	da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Dom Macedo Costa.	<ul style="list-style-type: none"> -Apenas 1,5% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 18,3% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; - Ocorrência de 9 fitofisionomias na zona, com o predomínio da caatinga e matas atlântica; -Zona com ocorrência de 11 feições de geodiversidade; -Baixa proporção (5%) da zona em unidades de conservação, não sendo nenhuma sob proteção integral e/ou uso restrito; -A zona esta inserida nas bacias do Recôncavo Sul, Recôncavo Norte e Paraguaçu; -Muito alta proporção (83,7%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; -Apenas 6,7% da zona com alta vulnerabilidade à erosão; 7,2% da zona possui vulnerabilidade hídrica muito alta; -Presença significativa de pescadores, como também de Quilombolas; -Usos diversos do solo, com destaque para pastagens, policultura e citros 	compõem a zona 25: 14 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 6 de tipo 6, 5 de tipo 5, 1 do tipo 4, 2 do tipo 2 e 2 do tipo 2. Isso significa que 83% dos municípios da zona são muito vulneráveis.	<p>Petróleo e Gás: Hidrelétrica</p> <p>- Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística do Caminhos do Jequiçá, Caminhos do Sertão, Costa do Dendê, Baía de Todos-os-Santos, com potencial para o turismo de lazer, ecológico e cultural</p>	<p>atividades industriais) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>-Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>- Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.</p>
ZONA 26: Planalto Pré-	29 municípios: Piraí do Norte, Ituberá, Nilo	Itacaré, Muritiba, Presidente	-Zona com média cobertura vegetal remanescente (27,3%);	Dos 29 municípios que	- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás:	- Conservar áreas importantes para a biodiversidade e

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
Litorâneo Baixo Sul	Peçanha, Valença , Teolândia , Presidente Tancredo Neves , Igrapiúna, Camamu , Taperoá, Nazaré, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus , Maragogipe, Maraú , Uruçuca , Ilhéus , Itacaré , São Félix , Laje , Muritiba , Aratuípe, Jaguaripe, Dom Macedo Costa , Conceição do Almeida , São Felipe, Cruz das Almas	Tancredo Neves, São Félix e Dom Macedo Costa.	<p>-23,4% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 54% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação;</p> <p>-Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica);</p> <p>-Zona com ocorrência de 17 feições de geodiversidade;</p> <p>-Alta proporção (47,35%) da zona em unidades de conservação, sendo 0,29% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando uma terra indígena;</p> <p>-A zona esta inserida nas bacias do Recôncavo Sul, Contas e Paraguaçu;</p> <p>-Alta proporção (51,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal;</p> <p>-100% da zona com muito alta vulnerabilidade à erosão;</p> <p>-Apenas 7,3% da zona possui vulnerabilidade hídrica alta;</p> <p>-Significativa presença de sítios arqueológicos em Camamu, Igrapiúna e Maraú;</p> <p>-Presença significativa de pescadores, como também de quilombolas;</p> <p>-Predomínio do uso do solo por pastagens com presença de cultivos de coco, cacau e citros.</p>	compõem a zona 26: 17 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 4 de tipo 6, 6 de tipo 5, 1 do tipo 2 e 1 do tipo 1. Isso significa que 93% dos municípios da zona são muito vulneráveis.	Potencial para produção de dendê (biodiesel) - Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística do Caminhos do Jequiriá, Costa do Cacau, Costa do Dendê e Baía de Todos-os-Santos , com potencial para o turismo de lazer, esporte, ecológico e cultural	manutenção dos serviços ambientais, -Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para as policulturas, a pecuária, o turismo e indústria naval) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.
ZONA 27: Planaltos e Serras Pré-Litorâneas	64 municípios: Una , Aurelino Leal , Ibirapitanga , Piraí do Norte, Ituberá, Nilo Peçanha, Jussari , Itororó, Itaju do Colônia,	Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan ,Ibirapitanga, Itajuípe, Jussari, Mascote,	<p>-Zona com alta cobertura vegetal remanescente (30,3%);</p> <p>-20,6% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade;</p> <p>- 34,3% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação;</p> <p>-Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica);</p>	Dos 64 municípios que compõem a zona 27 ; 24 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 1 de tipo	- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Potencial para produção de dendê (biodiesel) - Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística do Caminhos do	- Promover o desenvolvimento socioeconômico diversificado e desconcentrado, compatibilizando as atividades agropecuárias à conservação da biodiversidade e

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
	Buerarema, Itapé, Jequié, Boa Nova, Teolândia, Igrapiúna, Camamu, Taperoá, Itarantim, Itapetinga, Itambé, Aiquara, Jitaúna, Itagi, Dário Meira, Pau Brasil, Camacan, Maraú, Uruçuca, Mascote, Itagibá, Santa Luzia, Belmonte, Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Potiraguá, Jaguaquara, Nova Canaã, Iguai, Ibicuí, Arataca, Ilhéus, Itacaré, Caatiba, Canavieiras, São José da Vitória, Ibicaraí, Floresta Azul, Itabuna, Barro Preto, Almadina, Coaraci, Itajuípe, Itapitanga, Ubaitaba,	Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Nova Ibiá, Ubatã, Uruçuca e Wenceslau Guimarães.	-Zona com ocorrência de 20 feições de geodiversidade; -Média proporção (15,6%) da zona em unidades de conservação, sendo 3,7% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando 3 terras indígenas ; -A zona esta inserida nas bacias dos Rios de Contas, Leste, Pardo e Recôncavo Sul; -Média proporção (37,3%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; - 77,1% da zona com alta vulnerabilidade à erosão; -26% da zona com vulnerabilidade hídrica alta; -Sítios arqueológicos em Itabuna, Itajuípe e Igrapiúna; -Presença significativa de pescadores, como também de algumas comunidades quilombolas; -Predomínio de uso do solo por sistemas agroflorestais, cacau e pastagens.	7, 35 de tipo 5, 2 do tipo 2 e 2 do tipo 1. Isso significa que 94% dos municípios da zona são muito vulneráveis.	Sudoeste, Costa do Cacau, Costa do Dendê, com potencial para o turismo de lazer, ecológico, esporte, cultural e de negócios -Potencialidade Mineral: Barita, Níquel, Gemas/Rochas Ornamentais	manutenção dos serviços ambientais. -Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do cacau, agregando valor à produção local. - Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos remanescentes de caatinga intercalados por áreas antropizadas e distribuídos por toda a zona, -Promover ações de inclusão socioproductiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social. - Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a cacauicultura, pecuária e turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
	Gandu, Wenceslau Guimarães, Apuarema, Ubatã, Nova Ibiá, Gongogi, Ipiaú, Barra do Rocha, Ibirataia, Itamari					
ZONA 28: Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul	26 municípios: Buerarema, Ibirapuã, Una, Mascote, Santa Luzia, Itapebi, Belmonte, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Vereda, Prado, Itanhém, Itamaraju, Lajedão, Mucuri, Caravelas, Alcobaça, Itabela, Porto Seguro, Guaratinga, Ilhéus, Itagimirim, Canavieiras, Nova Viçosa, Eunápolis, Santa Cruz Cabralia	Eunápolis, Una	<p>- Zona com baixa cobertura vegetal remanescente (17,1%);</p> <p>-20,6% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade;</p> <p>-34% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação;</p> <p>-Ocorrência de 10 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica);</p> <p>-Zona com ocorrência de 17 feições de geodiversidade;</p> <p>-Baixa proporção (6%) da zona em unidades de conservação, sendo 7,8% sob proteção integral e/ou de uso restrito, considerando 9 terras indígenas;</p> <p>- A zona esta inserida nas bacias do Extremo Sul, Leste, Jequitinhonha e Pardo;</p> <p>-Alta proporção (67,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal;</p> <p>- 98,6% da zona com baixa a moderada vulnerabilidade à erosão;</p> <p>-39,3% da zona com vulnerabilidade hídrica moderada;</p> <p>-Presença significativa de sítios arqueológicos em diversos municípios da zona;</p>	<p>Dos 26 municípios que compõe a zona 28:</p> <p>7 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 4 de tipo 7, 9 de tipo 5, 1 de tipo 3 e 4 de tipo 2 e 1 do tipo 1. Isso significa que 81% dos municípios da zona são muito vulneráveis.</p>	<p>- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Potencial para a geração de energia elétrica por meio de PCHs/ Potencial para produção de cana-de-açúcar (etanol)/ Biomassa energética (florestas) / Alto potencial eólico em algumas porções da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 15,04 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m.</p> <p>-Potencialidades na área de Turismo: Está localizada na Zona Turística da Costa do Descobrimento, Costa do Cacau e Costa das Baleias, com potencial para o turismo de lazer, ecológico, esporte, cultural e de negócios</p> <p>- Potencialidade Mineral: Areia Silicosa</p>	<p>- Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a indústria de celulose e silvicultura, cacauicultura, pecuária, turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>-Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais. Destaca-se a necessidade de proteger especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa, localizados na porção costeira e seu entorno, contemplando componentes provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais;</p> <p>- Promover políticas de desenvolvimento urbano</p>

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
			<ul style="list-style-type: none"> -Presença significativa de pescadores, como também de algumas comunidades quilombolas; -Predomínio de uso do solo por silvicultura de eucalipto e presença significativa de pastagens e cana-de-açúcar. 			para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas.
ZONA 36: Planície Fluviomarina	38 municípios: Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Marau, Santa Luzia, Una, Uruçuca , Aratuípe, Cairu, Camamu , Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença , Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Maragogipe, Nazaré, Saubara, Camaçari, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Vera Cruz, Belmonte ,	Belmonte, Camamu, Ilhéus, Valença.	<ul style="list-style-type: none"> -Zona com alta cobertura vegetal remanescente (51,1%); -37,7% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; - 77,7% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; -Ocorrência de 12 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica); -Zona com ocorrência de 20 feições de geodiversidade; --Alta proporção (48,01%) da área em unidades de conservação, sendo 11,04 % sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando 7 terras indígenas; -A zona esta inserida nas Bacias dos Bacias dos Rios Recôncavo Sul, Extremo Sul, Jequitinhonha, Pardo, Leste, Itapicuru, Recôncavo Norte, Real, Inhambupe e Contas; -Pequena proporção (25,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; -83% da zona com vulnerabilidade muito alta à erosão; -4% da zona com vulnerabilidade hídrica muito alta; -Grande ocorrência de sítios arqueológicos em Camamu, Igrapiúna e Santa Cruz de Cabrália; -Presença significativa de pescadores, como também de comunidades quilombolas; 	Dos 38 municípios que compõe a zona 36: 17 estão classificados como de vulnerabilidade tipo 8, 4 de tipo 7, 7 de tipo 5, 3 de tipo 3, 4 de tipo 2 e 3 de tipo 1. Isso significa que 78% dos municípios da zona são muito vulneráveis.	- Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Reservas de petróleo e gás natural não convencional e convencional na Bacia do Recôncavo. Alto potencial eólico em algumas porções da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 16,96 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m. - Potencialidades na área de Turismo: Esta localizada na Zona Turística da Baía de Todos-osSantos e Costa dos Coqueiros, com potencial para o turismo de negócios, lazer, esporte cultural e ecológico	<ul style="list-style-type: none"> -Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas, zonas úmidas e manguezais; -Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, o cultivo do coco, a aquicultura) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.

Zonas	Municípios da zona	Municípios da área de estudo (sede)	Descrição econômico-ecológica	Vulnerabilidade social	Potencialidades	Diretrizes gerais
	Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia		-Na porção desprovida de vegetação remanescente ocorrem, predominantemente, usos diversificados com presença de cultivo de coco, policultura e áreas urbanizadas.			

FONTE: Seplan-BA, 2013

QUADRO 6.3. 1 - ZONAS ECOLÓGICAS- ECONÔMICAS DA BAHIA

ZONA	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO	DESCRIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA	DIRETRIZES GERAIS
ZONA 20: Planalto de Jequié	Laje	<p>-Zona com alta cobertura vegetal remanescente (34,8%); 11,4% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade;</p> <p>- 31,8% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação. Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona, com o predomínio da caatinga e da mata atlântica;</p> <p>-Zona com ocorrência de 15 feições de geodiversidade;</p> <p>-Baixa proporção (7,3%) da zona em unidades de conservação, sendo 1,8% sob proteção integral e/ou uso restrito (muito baixa);</p> <p>-A zona esta inserida nas bacias dos rios das Contas, Recôncavo Sul, Paraguaçu e Pardo; Média proporção (39,6%) de microbacias com 0% ou menos de 20% de cobertura vegetal;</p> <p>-100% da zona com alta vulnerabilidade à erosão;</p> <p>-Mais de 85% da zona com vulnerabilidade hídrica alta (51,4%) ou muito alta (34,7%);</p> <p>-Presença de Quilombolas e alguns Pescadores;</p> <p>-Predomínio de uso do solo por pastagens.</p>	<p>- Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>- Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada;</p> <p>- Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário e a diversificação produtiva;</p> <p>- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;</p> <p>- Promover ações de inclusão socioproductiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social.</p>
ZONA 22: Patamar e Depressão dos rios Colônia e Pardo	Buerarema, Itapebi	<p>-Zona com baixa cobertura vegetal remanescente (18,2%);</p> <p>-15% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 66% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação;</p> <p>-Ocorrência de 10 fitofisionomias na zona (predomínio de mata atlântica);</p> <p>-Zona com ocorrência de 21 feições de geodiversidade;</p> <p>-Muito baixa proporção da zona em unidades de conservação, sendo 2,1% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando uma terra indígena;</p> <p>-A zona esta inserida nas bacias dos Rios Pardo, Jequitinhonha, Leste e Contas;</p>	<p>-Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário.</p> <p>-Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a bovinocultura, silvicultura e a mineração), à preservação da biodiversidade e das terras de povos e comunidades tradicionais,</p> <p>- Promover políticas para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros</p>

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

ZONA	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO	DESCRIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA	DIRETRIZES GERAIS
		<ul style="list-style-type: none"> -Alta proporção (67,3%) de microbacias com 0% ou menos de 20% de cobertura vegetal; 86,6% da zona com Alta vulnerabilidade à erosão; -43,9% da zona com vulnerabilidade hídrica muito alta; -Presença de cavernas em Itapebi e Potiraguá e de sítios arqueológicos em Itapebi; Presença de quilombolas e pescadores; -Predomínio de uso do solo por pastagens. 	<p>ôurbanos (Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas)</p>
ZONA 25: Tabuleiros Interioranos do Recôncavo	Cachoeira, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Dom Macedo Costa.	<ul style="list-style-type: none"> -Zona com muito baixa cobertura vegetal remanescente (9,3%); -Apenas 1,5% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 18,3% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; - Ocorrência de 9 fitofisionomias na zona, com o predomínio da caatinga e matas atlântica; -Zona com ocorrência de 11 feições de geodiversidade; -Baixa proporção (5%) da zona em unidades de conservação, não sendo nenhuma sob proteção integral e/ou uso restrito; -A zona esta inserida nas bacias do Recôncavo Sul, Recôncavo Norte e Paraguaçu; -Muito alta proporção (83,7%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; -Apenas 6,7% da zona com alta vulnerabilidade à erosão; 7,2% da zona possui vulnerabilidade hídrica muito alta; -Presença significativa de pescadores, como também de Quilombolas; -Usos diversos do solo, com destaque para pastagens, policultura e citros 	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a agropecuária e as atividades industriais) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais; -Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais; - Estabelecer sistema de monitoramento georreferenciado da expansão das monoculturas e dos processos fragmentadores da paisagem.
ZONA 26: Planalto Pré- Litorâneo Baixo Sul	Itacaré, Muritiba, Presidente Tancredo Neves, São Félix e Dom Macedo Costa	<ul style="list-style-type: none"> -Zona com média cobertura vegetal remanescente (27,3%); -23,4% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; 54% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; -Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica); -Zona com ocorrência de 17 feições de geodiversidade; -Alta proporção (47,35%) da zona em unidades de conservação, sendo 0,29% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando uma terra indígena; -A zona esta inserida nas bacias do Recôncavo Sul, Contas e Paraguaçu; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, -Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para as policulturas, a pecuária, o turismo e indústria naval) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.

ZONA	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO	DESCRIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA	DIRETRIZES GERAIS
		<ul style="list-style-type: none"> -Alta proporção (51,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; -100% da zona com muito alta vulnerabilidade à erosão; -Apenas 7,3% da zona possui vulnerabilidade hídrica alta; -Significativa presença de sítios arqueológicos em Camamu, Igrapiúna e Maraú; -Presença significativa de pescadores, como também de quilombolas; -Predomínio do uso do solo por pastagens com presença de cultivos de coco, cacau e citros. 	
ZONA 27: Planaltos e Serras Pré-Litorâneas	Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Ibirapitanga, Itajuípe, Jussari, Mascote, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubatuba, Nova Ibiá, Ubatã, Uruçuca e Wenceslau Guimarães.	<ul style="list-style-type: none"> -Zona com alta cobertura vegetal remanescente (30,3%); -20,6% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; - 34,3% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; -Ocorrência de 8 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica); -Zona com ocorrência de 20 feições de geodiversidade; -Média proporção (15,6%) da zona em unidades de conservação, sendo 3,7% sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando 3 terras indígenas ; -A zona esta inserida nas bacias dos Rios de Contas, Leste, Pardo e Recôncavo Sul; -Média proporção (37,3%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; - 77,1% da zona com alta vulnerabilidade à erosão; -26% da zona com vulnerabilidade hídrica alta; -Sítios arqueológicos em Itabuna, Itajuípe e Igrapiúna; -Presença significativa de pescadores, como também de algumas comunidades quilombolas; -Predomínio de uso do solo por sistemas agroflorestais, cacau e pastagens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento socioeconômico diversificado e desconcentrado, compatibilizando as atividades agropecuárias à conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais. -Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, a cadeia produtiva do cacau, agregando valor à produção local. - Conservar áreas importantes para a biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais nos remanescentes de caatinga intercalados por áreas antropizadas e distribuídos por toda a zona, -Promover ações de inclusão socioprodutiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social. - Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a cacauicultura, pecuária e turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.
ZONA 28: Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul	Eunápolis, Una	<ul style="list-style-type: none"> - Zona com baixa cobertura vegetal remanescente (17,1%); -20,6% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; -34% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilizar as atividades produtivas (com relevância para a indústria de celulose e silvicultura, cacauicultura, pecuária, turismo) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais;

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto de Duplicação da BR-101/BA (Duplicação), Trecho: Entr. BR-324 – Entr. BR-367 (Eunápolis), segmento KM 166,5 KM 718,80, extensão total: 551,30 KM.

ZONA	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO	DESCRIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA	DIRETRIZES GERAIS
		<ul style="list-style-type: none"> -Ocorrência de 10 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica); -Zona com ocorrência de 17 feições de geodiversidade; -Baixa proporção (6%) da zona em unidades de conservação, sendo 7,8% sob proteção integral e/ou de uso restrito, considerando 9 terras indígenas; - A zona esta inserida nas bacias do Extremo Sul, Leste, Jequitinhonha e Pardo; -Alta proporção (67,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; - 98,6% da zona com baixa a moderada vulnerabilidade à erosão; -39,3% da zona com vulnerabilidade hídrica moderada; -Presença significativa de sítios arqueológicos em diversos municípios da zona; -Presença significativa de pescadores, como também de algumas comunidades quilombolas; -Predomínio de uso do solo por silvicultura de eucalipto e presença significativa de pastagens e cana-de-açúcar. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais. Destaca-se a necessidade de proteger especialmente os remanescentes de floresta ombrófila densa, localizados na porção costeira e seu entorno, contemplando componentes provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais; - Promover políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas.
<p>ZONA 36: Planície Fluviomarinha</p>	<p>Belmonte, Camamu, Ilhéus, Valença.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Zona com alta cobertura vegetal remanescente (51,1%); -37,7% da zona possui elevada vulnerabilidade da biodiversidade; - 77,7% da zona possui prioridade extremamente alta para conservação; -Ocorrência de 12 fitofisionomias na zona (predomínio de Mata Atlântica); -Zona com ocorrência de 20 feições de geodiversidade; --Alta proporção (48,01%) da área em unidades de conservação, sendo 11,04 % sob proteção integral e/ou uso restrito, considerando 7 terras indígenas; -A zona esta inserida nas Bacias dos Rios Recôncavo Sul, Extremo Sul, Jequitinhonha, Pardo, Leste, Itapicuru, Recôncavo Norte, Real, Inhambupe e Contas; -Pequena proporção (25,1%) de microbacias com menos de 20% de cobertura vegetal; -83% da zona com vulnerabilidade muito alta à erosão; -4% da zona com vulnerabilidade hídrica muito alta; -Grande ocorrência de sítios arqueológicos em Camamu, Igrapiúna e Santa Cruz de Cabrália; -Presença significativa de pescadores, como também de comunidades quilombolas; 	<ul style="list-style-type: none"> -Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas, zonas úmidas e manguezais. -Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, o cultivo do coco, a aqüicultura) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais.

ZONA	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO	DESCRIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA	DIRETRIZES GERAIS
		-Na porção desprovida de vegetação remanescente ocorrem, predominantemente, usos diversificados com presença de cultivo de coco, policultura e áreas urbanizadas.	

FONTE: Seplan-BA, 2013

O Zoneamento Econômico-Ecológico da Bahia, embora já esteja avançado, ainda está em processo de elaboração. Analisando-se o diagnóstico apresentado, os cenários socioeconômico-ambientais previstos e a classificação das zonas, é possível identificar potencialidades e vulnerabilidades de cada uma delas, inclusive da área de estudo.

As diretrizes estabelecidas por esse instrumento, apontam para cuidados a serem tomados na elaboração das políticas de desenvolvimento de cada zona, de forma a compatibilizar desenvolvimento e proteção ambiental e sociocultural. Contudo, não foi verificada, até o momento, nenhuma restrição específica na área de estudo relacionada ao ZEE, para a realização do projeto de duplicação da BR-101.

A Figura 6.3.117 a seguir nos mostra a vulnerabilidade social dos municípios interceptados pela duplicação da BR 101:

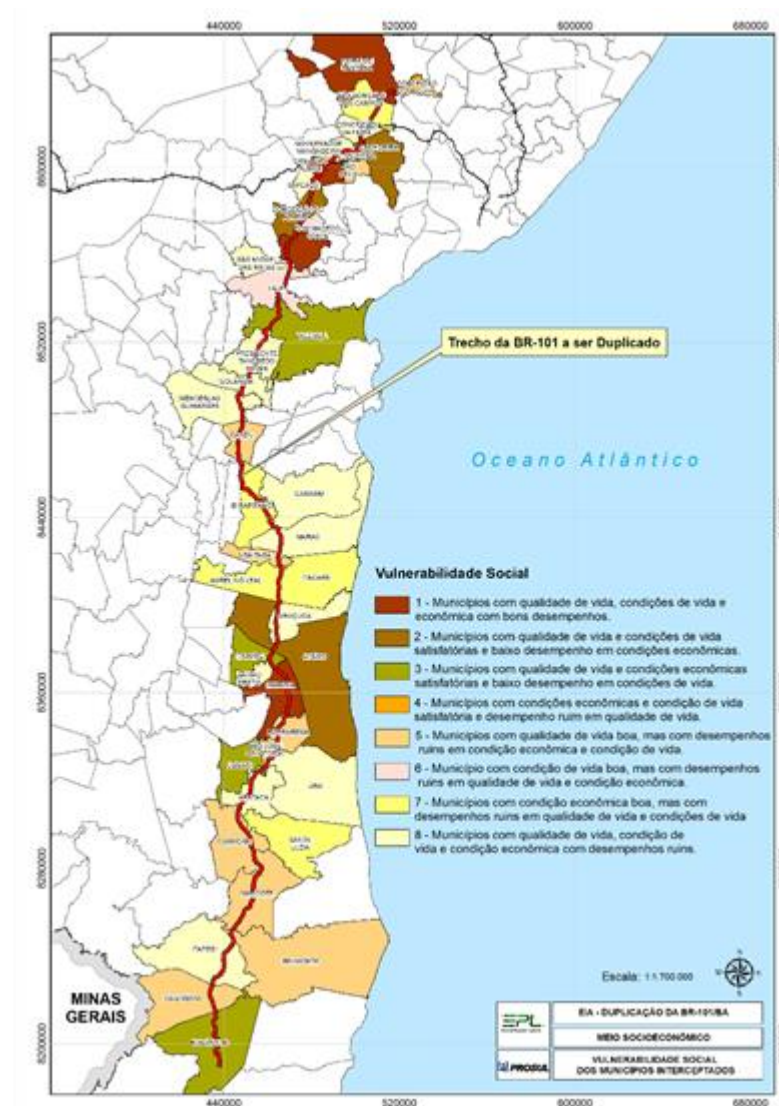


Figura 6.3.117 - Vulnerabilidade Social dos Municípios Interceptados pela Rodovia – SEPLAN (2013).

O estudo do Zoneamento Econômico-Ecológico da Bahia informa também um “cenário tendencial” dos municípios incluídos em cada Zona, sendo descrita a seguir:

- Zona 20: Fortalecimento da Centralidade Urbana de Jequié; Pressão da silvicultura amplia a possibilidade de conflitos sociais e ambientais.

- Zona 22: Não houve informação;

- Zona 25: Fortalecimento da Centralidade Urbana de Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas; problemas associados a destinação dos resíduos; Expansão urbana e das atividades industriais e de serviços; Risco de expansão desordenada das áreas urbanas.

- Zona 26: Fortalecimento da atividade industrial, expansão urbana; Risco de expansão desordenada das áreas urbanas.

- Zona 27: Fortalecimento das funções urbanas do Eixo Itabuna-Iléus; processo de expansão urbana e de atração de fluxos migratórios; Risco de expansão desordenada das áreas urbanas; Intensificação da atividade industrial e maior participação no PIB estadual; os novos investimentos previstos na infraestrutura de transportes (Porto Sul/BA e FIOLE), deve impactar e provocar alterações no uso e ocupação do solo, principalmente nas áreas de implantação e do entorno do novo porto com implantação de novos pátios intermodais e atração de serviços logísticos; A expansão das atividades produtivas pode gerar conflitos fundiários e sociais.

- Zona 28: Fortalecimento das funções urbanas de Porto Seguro; Intensificação das atividades industriais e de serviços; Risco de expansão desordenada da atividade agrícola e das áreas urbanas; A pressão da silvicultura amplia a possibilidade de conflitos sociais, fundiários e ambientais; sistema de produção da monocultura tem efeitos negativos sobre a manutenção da biodiversidade regional e a proteção dos solos e impede o consorciamento com outras culturas.

- Zona 36: Expansão urbana, intensificação da atividade imobiliária, industrial e de comércio e serviços; problemas associados a destinação dos resíduos; Risco de expansão desordenada das áreas urbanas.

6.3.8.6 Planos diretores dos municípios da área de estudo

O plano diretor é um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”, é regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257/01, nos artigos 182 e 183, mais conhecida como Estatuto das Cidades, e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/79). Sua existência é condição básica para o Município dispor sobre as limitações urbanísticas à propriedade urbana.

Tem como objetivo orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios da urbanização, garantir os

princípios da reforma urbana, direito à cidade e à cidadania, bem como gestão democrática da cidade.

Prevê-se através do Estatuto das Cidades que, para os municípios com mais de vinte mil habitantes, para aqueles integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (de acordo com o disposto também no Art. 182 da Constituição) ou ainda que se encontrem em áreas de especial interesse turístico ou inseridos na área de interesse do empreendimento com significativo impacto ambiental, se faça obrigatória a criação do Plano Diretor.

Nos municípios da área de estudo, constatou-se que haveria um desconhecimento generalizado sobre esse instrumento de ordenamento territorial, onde, na maioria dos contatos estabelecidos com representantes da administração pública, observou-se que informações mais esclarecedoras sobre o Plano Diretor municipal ainda eram confusas e pouco conhecidas por esses agentes.

O QUADRO 6.3.77 apresenta as informações obtidas no levantamento em campo sobre os Planos Diretores Municipais.

QUADRO 6.3.77 - PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

MUNICÍPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DIRETOR
Arataca	O plano ainda está em elaboração.
Aurelino Leal	Tem plano diretor mas nesse não consta nenhum zoneamento territorial.
Barro Preto	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Belmonte	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Buerarema	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Cachoeira	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Camacan	Possui plano diretor, mas não foi possível obter informações sobre zoneamento.
Camamu	Plano diretor está sendo elaborado. Tem zoneamento da sede e de alguns distritos.
Conceição da Feira	Possui plano diretor, atualizado, que foi aprovado em 2010. Possui mapeamento do zoneamento territorial do município.
Conceição do Almeida	Não possui plano diretor.
Conceição do Jacuípe	Possui plano diretor desde 2006, que está desatualizado.
Cruz das Almas	Possui o plano diretor desde 2007. Estão sendo realizados estudos para sua atualização. Segundo o entrevistado, quando a BR-101 foi feita já havia sido prevista no plano uma área de 40m de um lado e 40m do outro para área de duplicação da pista, não havendo, portanto, nenhum tipo de zoneamento territorial que pudesse impedir essa duplicação.
Dom Macedo Costa	Não possui plano diretor.
Eunápolis	Possui plano diretor desde 2000 e está se constituindo a comissão para elaborar um novo plano e zoneamento.
Feira de Santana	Possui plano diretor desde 1992. Não há informações sobre a atualização do plano.
Gandu	Tem plano diretor, mas está desatualizado.
Governador Mangabeira	Possui plano diretor e está atualizado. Não estabelece zoneamento do município.
Ibirapitanga	Tem plano diretor mas está antigo.
Ilhéus	Possui plano diretor desde 2006.
Itabuna	Possui plano diretor que foi aprovado em 2008.

MUNICÍPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DIRETOR
Itacaré	Plano diretor está 75% já elaborado para aprovação.
Itagimirim	Possui plano diretor em andamento.
Itajuípe	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Itapebi	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Jussari	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Laje	Tem plano diretor.
Maraú	Possui plano diretor aprovado, de acordo com a lei nº030 de 31 de agosto de 2006
Mascote	Não há informações sobre plano diretor para o município
Muritiba	Sem plano diretor, mas possui um documento que se assemelha à um plano diretor. Não há informações sobre zoneamento.
Nova Ibiá	Já foi feita proposta de plano diretor em 2010. A nova gestão de 2013 – 2016 tem a proposta de criar um novo plano.
Presidente Tancredo Neves	Tem plano diretor, mas está desatualizado.
Santa Luzia	Não há informações sobre plano diretor para o município.
Santo Antônio de Jesus	Segundo a Secretaria de infraestrutura o plano ainda está em elaboração, e por não estar ainda finalizado não há informações muito concretas.
São Félix	Possui plano diretor mas está desatualizado.
São Gonçalo dos Campos	Possui plano diretor atualizado.
São José da Vitória	Não há informações sobre plano diretor para o município.
São Miguel das Matas	Não possuem informações a respeito.
Sapeaçu	Possui plano diretor, foi atualizado em 2013. Geralmente atualiza-se o plano de 4 em 4 anos. O plano prevê zoneamento ambiental e territorial.
Teolândia	Tem plano diretor e zoneamento territorial.
Ubaitaba	Tem plano diretor mas não há informações sobre zoneamento.
Ubatã	Tem plano diretor mas não há informações sobre zoneamento.
Una	Possui plano diretor, instituído pela lei nº006 de 3 de outubro de 2008.
Uruçuca	Possui plano diretor no distrito de Serra Grande, que foi aprovado em 2011. Porém, não há um plano diretor que abranja toda o município.
Valença	Tem plano diretor mas está desatualizado.
Wenceslau Guimarães	Plano diretor está em elaboração e não prevê zoneamento territorial.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2014

Para os municípios da área de estudo constatou-se que há um desconhecimento generalizado sobre esse instrumento de ordenamento territorial, onde em muitos casos não houve nenhum representante da administração pública que soubesse informar sobre o Plano Diretor municipal, como observado em Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Cachoeira, Itajuípe, Itapebi, Mascote, Santa Luzia, São José da Vitória e São Miguel das Matas, o que é possível inferir que nesses casos, os mesmos não tenham sido elaborados. Assim como, constatou-se que em alguns municípios os planos diretores encontram-se em processo de elaboração, como em Arataca, Camamu, Itacaré, Itagimirim, Santo Antônio de Jesus e Wenceslau Guimarães, e ainda alguns encontram-se desatualizados, ou incompletos, como Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Gandu, Ibirapitanga, Presidente Tancredo Neves, São Félix e Valença.

Conforme foi verificado com os gestores de cada um dos municípios, os planos diretores que dispõem sobre ordenamento territorial não estabelecem nenhum tipo de zoneamento que possa conflitar com a duplicação da BR-101 (trecho em estudo).

6.3.8.7 Mobilidade urbana

A mobilidade urbana caracteriza-se como um aspecto relevante para o desenvolvimento das regiões, principalmente quando os processos de deslocamento e circulação estão tão vinculados ao sistema modal rodoviário, como é o caso do Brasil.

O diagnóstico da região buscou captar pontos críticos de vias e acessos interceptados e a ocupação e uso estabelecido no entorno do empreendimento em estudo.

6.3.8.7.1 Mapeamento das vias Interceptadas

A existência de malha rodoviária atua como fator de expansão urbana, visto que rodovias são aspectos indutores nos processos de ocupação, mesmo estando essas regiões, localizadas em ambientes com aspectos mais rurais ou urbanizados.

A abertura de novos traçados, aliada à pavimentação e melhoria das vias já existentes, cria eixos rodoviários, responsáveis pelos fluxos comerciais de produção, sejam esses, agrícolas e industriais, além de incrementar processos migratórios, promovendo o desenvolvimento socioeconômico das regiões.

O Roteiro Básico para Sistemas Rodoviários Estaduais da Bahia (BAHIA, 2014f), apresenta as conceituações para o traçado rodoviário do estado. Segundo este Roteiro, deverão ser consideradas como Rodovias Estaduais Coincidentes, todas as rodovias existentes cujos traçados coincidam com as diretrizes das rodovias federais planejadas, conforme consta o termo aprovado pelo Conselho de Administração do DNIT por meio da Resolução nº 08, de 02 de maio de 2006. Também são consideradas como rodovias estaduais coincidentes, além das extensões rodoviárias estaduais, os segmentos federais cuja manutenção vem sendo executada ao longo dos anos pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA. As categorias de acessos são definidas como segmentos sob jurisdição estadual que, partindo de rodovias estaduais ou federais, atendem a centros populacionais ou alguma localidade de significativa importância regional, cuja extensão seja, no máximo, de 5,0 Km (cinco quilômetros).

A classificação do sistema rodoviário estadual da Bahia também define as demais rodovias (BAHIA, 2014f):

- Radiais – as rodovias que partem do entorno de Salvador para qualquer direção;
- Longitudinais – as que têm predominantemente a direção Norte-Sul;
- Transversais – as que têm predominantemente a direção Leste-Oeste;

- Ligações – as que não se enquadram nas definições anteriores, e ligam rodovias estaduais ou federais entre si;
- Ramais – são aquelas que ligam rodovias estaduais, ou federais, às sedes municipais, ou povoados, como também às regiões produtoras, industriais ou de interesse turístico.

No Volume de Mapeamento Temático – Tomo III são apresentados os Diagramas Unifilares de Localização dos Acessos Transversais da BR-101, devidamente mapeados.

Vale ressaltar que, junto aos perímetros urbanos de maior adensamento, são contabilizadas 24 travessias em áreas urbanas e 22 entroncamentos com rodovias mais importantes. A seguir, apresenta-se o levantamento das áreas urbanas e dos principais entroncamentos no trecho da BR-101 em estudo elaborado a partir dos dados dos diagramas unifilares e imagens Google Earth.

QUADRO 6.3.78 - PERÍMETROS URBANOS E PRINCIPAIS ENTRONCAMENTOS NO TRECHO DA BR-101 EM ESTUDO.

ÁREAS URBANAS/ENTRONCAMENTO	KM
Eunápolis	km 732,2 ao 713,0
BR-367	km 717,8
BA-683	km 707,8
BA-985	km 703,1
Mundo Novo	km 704,8 ao 703
Itagimirim	km 682,5 ao 680,7
BR-275	km 680,2
BR-275	km 665,5
BA-274	km 649
BA-680	km 635,1
Teixeira do Progresso	km 630,7 ao 630,1
São João do Paraíso	km 616,1 ao 615,5
BA-678	km 598,5
BA-270	km 591,2
BR-251	km 584,9
São João da Panelinha	km 584,1 ao 582,5
BA-676	km 567,8
BA-671	km 560,7
Itatingui	km 560,7 ao 560,4
São José da Vitória	km 542,8 ao 540,8
Buararema	km 526 ao 525
Itabuna	km 509,5 ao 504,1
BA-120	km 491,4
BA-262	km 475,7
BR-030	km 446,3
Aurelino Leal	km 446,4 ao 446,8
Ubaitaba	km 446,1 ao 444,6
Área Urbana Sem Nome	km 426,7 ao 426,1
BA-650	km 397,3
Gandu	km 365,8 ao 368,1
BA-250	km 366,5
Wenceslau Guimarães	km 361,1 ao 359,5
Teolândia	km 349,4 ao 348,9
Presidente Tancredo Neves	km 328,9 ao 328,1
BA-542	km 303,5
BR-420	km 289,6

ÁREAS URBANAS/ENTRONCAMENTO	KM
Capão	km 282,6 ao 282
Santo Antônio de Jesus	km 266 ao 260
Sapeaçu	km 233 ao 231,3
Cruz das Almas	km 222,6 ao 220
Governador Mangabeira	km 210,1 ao 209
Comunidade Belém da Cochoeira	km 199,6 ao 197,9
BA-502	km 193,8
BA-501	km 182,0
Humildes	km 173,3 ao 172,1
BA-513	km 172,3

De acordo com as definições do Roteiro Básico para Sistemas Rodoviários Estaduais da Bahia (BAHIA, 2014f), a folha 01 do Diagrama Unifilar mostra que na região de Eunápolis existem 41 unidades de vias urbanas, 05 unidades de acessos particulares e nove unidades de acessos de serviços ou ramais.

A ligação entre o município de Eunápolis e o povoado de Mundo Novo, localizado nos limites da área urbana, é feita por uma rodovia estadual que intercepta a rodovia BR101 e por uma estrada secundária. Neste trecho há grande ocupação dos espaços marginais à rodovia, tanto por pequenas e médias empresas, quanto por povoamento humano e comércio. Os acessos à zona rural se dão por três unidades de estradas secundárias, 12 de acessos de serviços e três unidades particulares.

Em Itagimirim existem 12 unidades de estradas secundárias, 15 acessos de serviços, nove unidades particulares e uma rodovia estadual (BR-367-BA) que intercepta a rodovia federal 101.

No trecho entre São João do Paraíso, Teixeira do Progresso e São João da Panelinha existem, respectivamente, oito, sete e quatro unidades de estradas secundárias, três, quatro e oito acessos de serviços, dois, 25 e 16 acessos particulares.

Na folha 02 observa-se que os municípios de Una, Jussari, Barro Preto, Ilhéus, Uruçuca, Itacaré estão ligados à BR 101 por rodovias estaduais. O acesso ao município de Camamu é feito pela rodovia estadual BA-650. Nos municípios citados, várias unidades das vias urbanas, dos acessos de serviços e particulares interceptam a rodovia em estudo, além dos ramais que estabelecem o acesso ao litoral. Em Itatingui e Itabuna, a BR-101 é interceptada por um gasoduto.

De acordo com a folha 03, no município de Gandu a rodovia 101 é interceptada pela rodovia estadual BA-250 e pela BA-046, que liga os municípios de Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa. Observa-se que no trecho entre Gandu e Capão existe menor número de acessos de serviços e particulares, devido ao deslocamento que ocorre em maior intensidade pela rodovia em estudo.

Entre Santo Antônio de Jesus e Conceição do Jacuípe (folha 04) aumenta novamente o número de estradas secundárias, acessos de serviços e particulares, classificados como

ramais, o que pode ser explicado pela proximidade com a região metropolitana de Salvador, por maior produção agrícola e maior concentração industrial.

Em todos os municípios, cujas sedes são cortadas pela rodovia 101, diversas vias urbanas interceptam a rodovia e apresentam, em ambas as margens, ocupação desordenada por povoamento urbano, por empresas de prestação de serviços e comércio.

Ao longo de toda a extensão da rodovia em estudo registra-se ocupação quer seja isolada, quer seja por aglomerados, cujo deslocamento é realizado por vias urbanas, acessos secundários e ou particulares. As rodovias transversais, no trecho entre Eunápolis e Conceição do Jacuípe interceptam em algum ponto a BR-101. Além disso, as ligações e ramais, em sua maioria, no trecho citado, ligam-se à rodovia.

6.3.8.7.2 Tipos de ocupação e aglomerados populacionais às margens da rodovia

A BR-101 teve um papel muito importante no povoamento e no desenvolvimento econômico da área de estudo. Foi possível observar que as sedes de vários municípios cresceram no entorno dessa rodovia, como nos municípios de Eunápolis, Itapebi, Mascote, Itabuna, Itajuípe, Aurelino Leal, Ubaitaba, Ibirapitanga, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Presidente Tancredo Neves, São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Muritiba, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos.

Na Figura 6.3.118 e na Figura 6.3.119 verificam-se algumas sedes municipais interceptadas pela BR-101 em estudo.



Figura 6.3.118 - Área Urbana Interceptada Pela Rodovia no Município de Eunápolis.



Figura 6.3.119 - Área Urbana Interceptada pela Rodovia no Município de Mascote.

Durante o trabalho de campo, foi possível observar complexos industriais e fábricas, instalados às margens da BR-101, a saber:

- Distrito Industrial de Eunápolis, localizado à margem esquerda da rodovia, no km 714;
- Industrial Moschen Bahia, de calçados, localizada na rodovia na altura do município de Cruz das Almas;
- Minas-Aço Construções Metálicas – Itagimirim;
- Inaclap - Indústria e Comércio de Cimento - Santo Antônio de Jesus;
- Indústria de Velas São Lázaro - Conceição do Jacuípe.

Como observado no QUADRO 6.3.79, ao longo do trecho em estudo, ocorrem possíveis pontos de interferência com a rodovia, sendo esses estabelecidos pela ocupação irregular na faixa de domínio e a presença de vias de acesso para núcleos urbanos.

QUADRO 6.3.79 - PONTOS DE INTERFERÊNCIA OBSERVADOS AO LONGO DO TRECHO EM ESTUDO NA BR 101

Interferência com a BR-101	KM	Lado
Núcleos Urbanos	278+000 - 277+000	LE/LD
Núcleos Urbanos	292+500 a 292+800	LE/LD
Núcleos Urbanos	296+660 a 297+160	LE/LD
Núcleos Urbanos	303+800 a 304+800	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	312+000	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	313+500	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	318+000	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	318+500	LD
Interferência com Núcleos Urbanos	321+170 a 322+170	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	327+000 - 331+000	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	332+700	LD
Núcleos Urbanos	336+270 a 337+270	LE/LD
Núcleos Urbanos	340+090 a 340+390	LE/LD
Núcleos Urbanos	344+000 - 342+000	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	345+500	LD
Núcleos Urbanos	350+000 - 347+000	LE/LD

Interferência com a BR-101	KM	Lado
Interferência com Núcleos Urbanos	353+000 - 355+000	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	362+000 - 358+000	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	365+000 - 369+000	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	370+100	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	371+500	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	378+550	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	386+160	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	388+840	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	394+550	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	402+300	LE
Interferência com Núcleos Urbanos	404+000 a 405+500	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	406+400	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	408+000	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	409+000	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	409+900	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	412+100	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	421+180	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	422+900	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	423+520	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	425+000	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	426+850	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	432+510	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	433+250	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	435+500	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	440+000	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	442+440	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	444+500 - 447+000	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	503+810 a 509+580	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	510+500	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	511+740	LD
Interferência com Núcleos Urbanos	524+800 a 526+190	LE/LD
Interferência com Núcleos Urbanos	540+740 a 542+200	LE/LD
Grupo V- Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio		LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	603+160	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	615+540 a 616+190	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	656+710	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	665+500	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	665+920	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	666+180	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	668+950	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	669+310	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	670+090	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	670+610	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	671+180	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	676+250	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	677+370	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	678+420	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	679+300	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	679+930	LD
Interferência com Núcleos Urbanos	680+000 - 682+500	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	683+280	LE/LD

Interferência com a BR-101	KM	Lado
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	683+540	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	682+200	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	686+280	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	694+000	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	698+200	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	700+883	LD
Interferência com Núcleos Urbanos	703+115	LE/LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	707+310	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	707+310	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	707+720	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	707+720	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	707+920	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	708+000	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	708+480	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	709+080	LD
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	709+700	LE
Acessos irregulares e ocupação de faixas de domínio	711+750	LE
Interferência com Núcleos Urbanos	717+600	LE/LD

FONTE: LEVANTAMENTO DE PASSIVOS REALIZADO PELA EQUIPE DE CAMPO, 2014

Ao longo do trecho em estudo, tanto às margens, como na área compreendida pela pista de rolamento da BR 101, observou-se grande incidência de atividades voltadas ao comércio informal, formado, na grande maioria, por indivíduos ainda jovens, que comercializavam além de frutas típicas da região, milho, água mineral e outros produtos, situação que pode ser visualizada na Figura 6.3.120.



Figura 6.3.120 - Comercialização de Frutos em Trecho da BR-101, no Município de Jussari

Conforme foi elencado no QUADRO 6.3.79 existem diversos pontos da BR-101 onde verificam-se ocupações da faixa de domínio, através de edificações destinadas à moradia, comércio, fábricas, entre outros. Sedes municipais e bairros também são interceptados em vários trechos da rodovia. Por essa razão têm ocorrido diversos atropelamentos, principalmente, devido à falta de passarelas para a travessia de pedestres.

A necessidade de deslocamento de parte da população de municípios pequenos, que apresentam economia estagnada, e que não dispõem de infraestrutura adequada às demandas relacionadas, principalmente, aos aspectos Saúde e Educação, impulsiona a busca por maiores oportunidades econômicas e atendimento médico mais especializado, aumentando, com isso, o número de veículos transitando na rodovia, sejam estes, destinados ao atendimento individual ou coletivo, de ordem pública ou privada.

De acordo com os gestores municipais, grande parte da frota dos veículos escolares utilizadas nos municípios são novos, resultado do projeto federal "Caminho da Escola", que disponibiliza transporte, tanto para os alunos do ensino básico, moradores da zona rural, como para os alunos do ensino superior que precisam se deslocar a centros urbanos com maior infraestrutura.

Segundo relato dos entrevistados, não faltam veículos públicos, porém, para alguns representantes de organizações sociais, o serviço ainda é precário.

O deslocamento para as cidades referência em saúde e educação é bastante recorrente, em razão da má conservação de certas estradas vicinais e algumas rodovias estaduais. O tráfego intenso na pista única da BR-101, também foi apontado como uma das causas para a demora, sobretudo em trechos em que não é permitido realizar ultrapassagens. Quando ocorre algum acidente a situação se torna ainda mais complicada, com o aumento considerável no tempo gasto no trajeto.

Em algumas comunidades o deslocamento fica dificultado devido às características das vias de acesso e localização geográfica, como o caso observado na colônia de pescadores no município de São Félix, onde a comunidade localiza-se em uma região distante a cerca de 2,5 km da estrada vicinal asfaltada, de difícil acesso para a maioria dos moradores locais.

Ressalta-se que quando indagados quanto aos benefícios que a duplicação da BR-101 pode vir a proporcionar para a região, os entrevistados sempre mencionam a possibilidade de redução de acidentes com a implantação do empreendimento.

6.3.8.7.3 Acidentes ao longo do trecho

De acordo com a Superintendência Regional da Polícia Federal da Bahia (Bahia, 2014e), em relação ao número de acidentes, a BR-324 apresenta registra maior número de acidentes em comparação com a BR-101. No entanto, no aspecto Gravidade, a BR-101, juntamente com a BR-116, são as que registraram os piores casos. O trecho entre os km 860 e km 900 da BR-101, são os que apresentaram o maior índice de acidentes dentre as rodovias federais.

A seguir, no QUADRO 6.3.80 são apresentados os dados relacionados aos acidentes de trânsito no trecho da rodovia em estudo.

QUADRO 6.3.80 - TIPOS DE ACIDENTES NA BR-101/ BA.

Tipos de Acidentes	1º semestre 2012	1º semestre 2013
Atropelamento de animal	45	60
Atropelamento de pessoas	42	32
Capotamento	118	99
Colisão com bicicleta	11	12
Colisão com objeto fixo	19	31
Colisão com objeto móvel	7	8
Colisão Frontal	103	91
Colisão Lateral	179	156
Colisão Transversal	133	129
Colisão Traseira	269	224
Danos Eventuais	8	2
Derramamento de Carga	6	11
Incêndio	6	8
Queda de motocicleta/bicicleta/veículo	40	26
Saída de Pista	316	327
Tombamento	99	110

FONTE: PRF, 2014

De acordo com o QUADRO 6.3.80, no período entre 2012 e 2013, verificou-se aumento no número de ocorrências em acidentes relacionados ao atropelamento de animais, colisão com bicicleta, objeto fixo e objeto móvel (respectivamente), além do derramamento de carga, incêndio, saída de pista e tombamento, onde o maior número de acidentes estaria relacionado à saída de pista e colisão traseira.

A seguir, Figura 6.3.121 a Figura 6.3.124 é possível observar, os trechos da BR-101 onde teriam sido registrados acidentes de trânsito no ano de 2012 e 2013, ao longo do trecho em estudo.

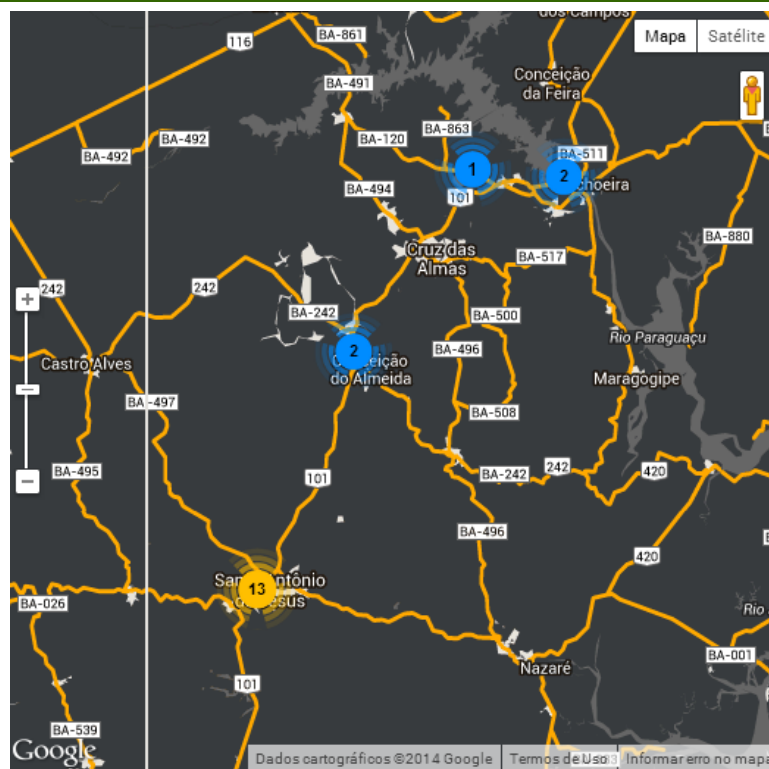


Figura 6.3.121 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012 (FONTE: DPRF, 2012)

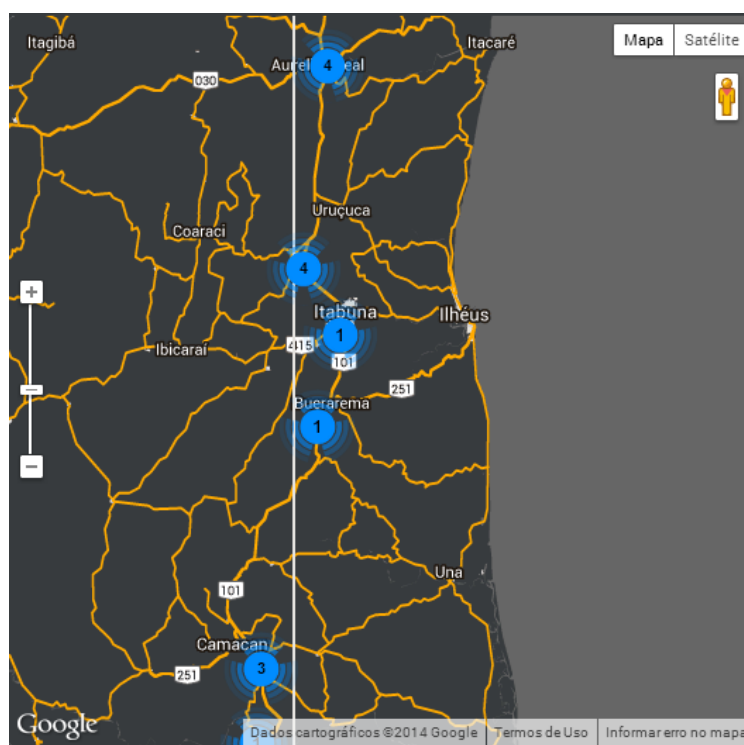


Figura 6.3.122 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1O SEMESTRE DE 2012 (FONTE: DPRF, 2012)

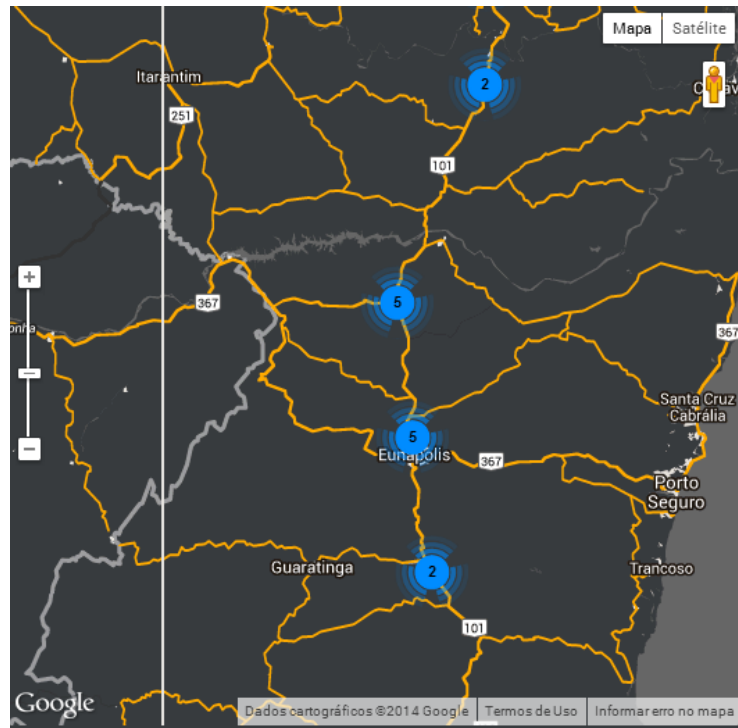


Figura 6.3.123 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 1º SEMESTRE DE 2012 (FONTE: DPRF, 2012)

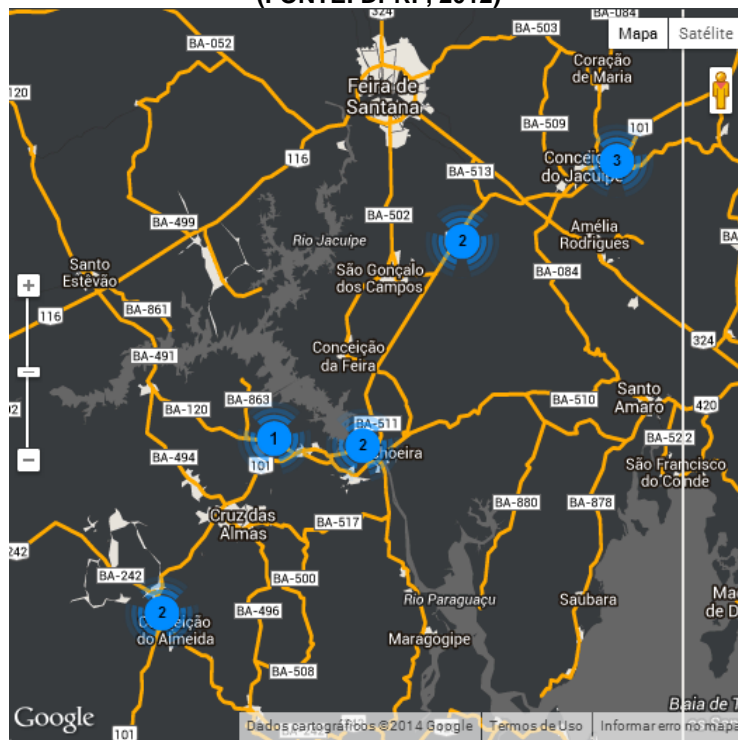


Figura 6.3.124 - - ACIDENTES OCORRIDOS AO DA BR-101/ BA - 1º SEMESTRE DE 2012 (FONTE: DPRF, 2012)

A seguir, Figura 6.3.125 e Figura 6.3.126, localização das ocorrências de trânsito registradas no ano em 2013.

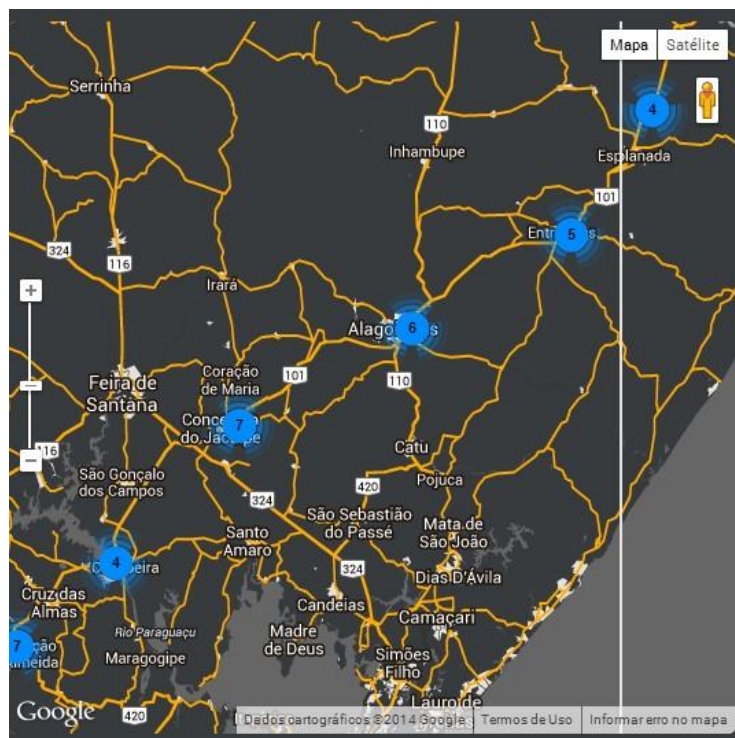


Figura 6.3.125 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 10 SEMESTRE DE 2013 (FONTE: DPRF, 2013)

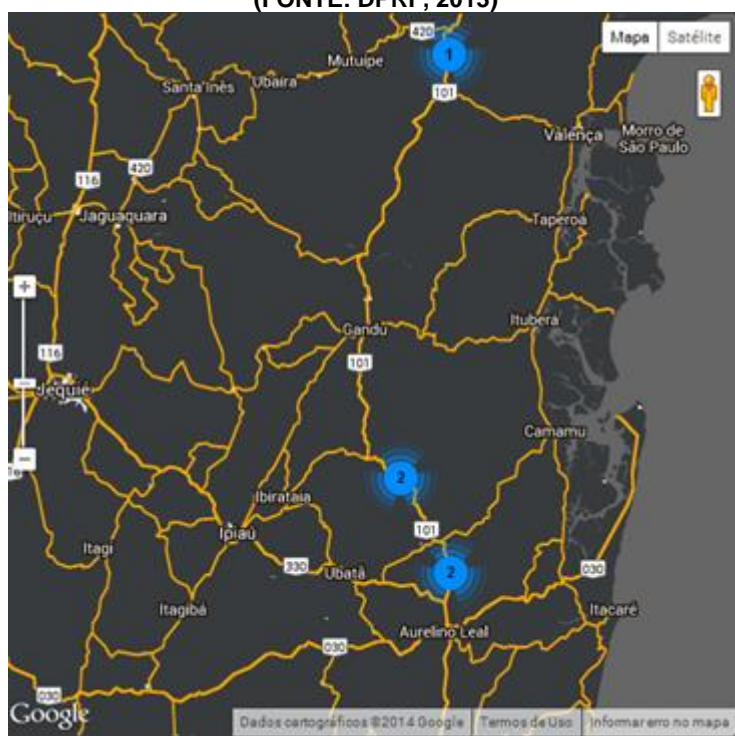


Figura 6.3.126 - ACIDENTES OCORRIDOS AO LONGO DA BR-101/ BA - 2º SEMESTRE DE 2013 (FONTE: DPRF, 2013)

Conforme as figuras, acima expostas, observou-se que, em 2012, o município de Santo Antônio de Jesus registrou o maior número de ocorrências de trânsito, total de 13 acidentes, seguido por Eunápolis, com 5 acidentes. Em 2013, os pontos da rodovia com o maior número de registros também apontaram Santo Antônio de Jesus, embora o mesmo tenha registrado, nesse período, 8 acidentes, ou seja, 5 ocorrências a menos quando

comparado o ano de 2012. Já os municípios de Conceição do Jacuípe e Conceição do Almeida, registraram, cada um, 7 acidentes nesse período.

6.3.8.8 Desapropriação

Após a análise dos dados relativos aos passivos ambientais ao longo do trecho em estudo, e considerando as prováveis ocupações irregulares ao longo da faixa de domínio, busca-se, através deste, estimar aspectos relacionados à desapropriação para a implantação do empreendimento.

As informações referentes à desapropriação, assim como as características das benfeitorias, áreas e o número de famílias atingidas, assim como outros aspectos relacionados, deverão seguir critérios de avaliação referentes aos procedimentos indenizatórios, haja vista o uso e a ocupação atual em determinados trechos da rodovia. De acordo com dados apresentados em estudo de viabilidade, realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em setembro, de 2012, sobre possíveis passivos e ocupações irregulares na faixa de domínio, haveria 495 registros de ocupação irregular nessa área, dos quais, 32% seriam destinados à residências, independente do padrão de construção, 17% estaria voltado ao comércio, e o restante por outras ocupações.

Segundo análise realizada para o presente estudo, baseada através de imagens do Google Earth, foram levantados os possíveis números de edificações e propriedades que estariam localizadas na área limítrofe da rodovia, ao longo da faixa de domínio nos municípios de interesse. Cabe ressaltar que o presente diagnóstico, é apenas uma estimativa, e em alguns municípios como São Miguel das Matas, Laje, Valença, Gandu, Nova Ibiá, Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe e Barro Preto, o levantamento não pode ser concluído, devido a baixa resolução ou presença de nuvens no momento do levantamento dessas imagens para posterior estimativa. Já os municípios de Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Muritiba e Una não apresentaram benfeitorias em suas propriedades, como pode ser visualizado na QUADRO 6.3.81, a seguir.

QUADRO 6.3.81 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE PROPRIEDADES, BENFEITORIAS E PESSOAS QUE PODERÃO SER ATINGIDAS COM AS OBRAS DA RODOVIA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.

Municípios	Propriedades	Benfeitorias	Número de pessoas por benfeitorias
Conceição do Jacuípe	23	0	-
Feira de Santana	97	0	-
São Gonçalo dos Campos	99	0	-
Conceição da Feira	62	3	11
Cachoeira	78	24	84
Muritiba	58	0	-
Governador Mangabeira	122	72	252
Cruz das Almas	119	28	98
Sapeaçu	104	69	242

Municípios	Propriedades	Benfeitorias	Número de pessoas por benfeitorias
Conceição do Almeida	19	1	4
Santo Antonio de Jesus	161	21	74
São Miguel das Matas	-	-	-
Laje	-	-	-
Valença	-	-	-
Presidente Tancredo Neves	265	192	672
Teolândia	161	110	385
Wenceslau Guimarães	76	65	228
Gandu	-	-	-
Nova Ibiá	-	-	-
Ibirapitanga	20	5	18
Camamu	11	4	14
Maraú	28	2	7
Ubaitaba	96	6	21
Aurelino Leal	17	4	14
Itacaré	9	1	4
Ilhéus	-	-	-
Uruçuca	-	-	-
Itajuípe	-	-	-
Barro Preto	-	-	-
Itabuna	135	51	179
Buerarema	73	5	18
São José da Vitória	79	53	186
Una	2	0	-
Jussari	3	3	11
Arataca	27	11	39
Camacan	126	25	88
Mascote	166	25	88
Belmonte	12	2	7
Itapebi	78	21	74
Itagimirim	94	56	196
Eunápolis	457	316	1.106
Total	2.877	1.234	4.120

Ainda, de acordo com o levantamento do número de benfeitorias, pode-se estimar a quantidade de pessoas residentes que poderão ser atingidas ao longo da faixa de domínio nos municípios da área de estudo, utilizando, para tal, dados contidos no Censo do IBGE (2010)³, sobre a quantidade de pessoas residentes em domicílios particulares, onde é

³ Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3033&z=t&o=1&i=P>>. Acessado em: 24/04/2015.

estabelecido, como média, para cada domicílio, aproximadamente, 3,5 moradores para a região de interesse, visto que a quantidade de pessoas encontradas para cada município é variável. Seguindo essa metodologia, foi considerado que, cerca de 4.120 moradores seriam atingidos pelo empreendimento.

Observa-se que os municípios de Eunápolis e Presidente Tancredo Neves apresentam maior número de benfeitorias, e conseqüentemente, maior número de pessoas que possivelmente serão atingidas com o empreendimento, principalmente pela ocupação, em alguns trechos de edificações irregulares na faixa de domínio, já que o traçado da rodovia passa pelos centros urbanos desses municípios.

Segundo o trabalho realizado em campo, as áreas interceptadas pertencem tanto à zona rural como urbana, e atravessam alguns núcleos urbanos, com presença de edificações voltadas à prestação de serviço, comércio, entre outros estabelecimentos, além daqueles voltados à moradia, com grande fluxo de veículos e pedestres presentes na faixa de domínio da rodovia, situação que pode ser observada no município de Eunápolis, de acordo com a Figura 6.3.126.



Figura 6.3.127 - Área Urbana do Município de Eunápolis Interceptada pela BR-101

Percebe-se também a participação de áreas destinadas, principalmente, à cacauicultura ao longo da faixa de domínio nos municípios da área de estudo. Importante salientar que 70% do cultivo de cacau na Bahia são sob o sistema de cultivo denominado “cacau cabruca”, que consiste em um sistema agroflorestral, associando espécies da Mata Atlântica na região com a lavoura cacauzeira. Sendo assim, o cacau cabruca torna-se ferramenta valiosa na conservação da biodiversidade da flora e da fauna silvestre, bem como na conservação de áreas protegidas quando plantado em seu entorno, como corredores ecológicos, interligando fragmentos florestais remanescentes e conservação dos recursos naturais, quando estabelecido de forma densa na faixa de proteção ciliar⁴.

⁴ Disponível em: < <http://www.observatorio.ufba.br/arquivos/desenvolvimento.pdf> >. Acessado em 29/04/2015.

A seguir, expõem-se no QUADRO 6.3.82, as áreas totais inseridas na faixa de domínio necessárias ao estabelecimento do empreendimento, além daquelas possivelmente utilizadas pelo sistema cacau cabruca que serão atingidas pelas obras, bem como a participação desse considerando a área total.

Cabe ressaltar que tal levantamento foi realizado a partir de fotointerpretação por sensoriamento remoto, sob a metodologia de classificação semi supervisionada de imagens DigitalGlobe Landsat 8.

QUADRO 6.3.82 - ÁREA TOTAL DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO (HA) E DE POSSÍVEIS ÁREAS UTILIZADAS PELO SISTEMA CACAU CABRUCA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.

Municípios	Área Total na faixa de domínio (ha)	Área de cabruca (ha)	% de Cabruca
Conceição do Jacuípe	14,04	0,00	0,00
Feira de Santana	50,94	1,07	2,10
São Gonçalo dos Campos	84,96	7,16	8,43
Conceição da Feira	63,57	3,20	5,03
Cachoeira	35,60	7,78	21,85
Muritiba	42,77	1,98	4,63
Governador Mangabeira	69,38	3,47	5,00
Cruz das Almas	73,59	5,05	6,86
Sapeaçu	46,99	5,05	10,75
Conceição do Almeida	174,68	12,08	6,92
Santo Antonio de Jesus	115,97	18,46	15,92
São Miguel das Matas	15,98	7,04	44,06
Laje	119,99	30,74	25,62
Valença	152,87	72,61	47,50
Presidente Tancredo Neves	183,88	95,24	51,79
Teolândia	101,47	41,53	40,93
Wenceslau Guimarães	108,74	51,66	47,51
Gandu	159,78	130,14	81,45
Nova Ibiá	0,23	0,00	0,00
Ibirapitanga	333,43	110,09	33,02
Camamu	4,61	0,08	1,74
Maraú	111,01	45,39	40,89
Ubaitaba	58,31	13,79	23,65
Aurelino Leal	34,55	9,40	27,21
Itacaré	101,46	50,33	49,61
Ilhéus	39,73	24,00	60,41
Uruçuca	151,12	105,55	69,85
Itajuípe	55,75	29,94	53,7
Barro Preto	9,11	4,56	50,5
Itabuna	217,48	62,53	28,75
Buerarema	118,72	38,21	32,18
São José da Vitória	104,19	28,11	26,98
Una	11,62	7,3	62,82
Jussari	11,92	5,46	45,81
Arataca	169,53	82,6	48,72
Camacan	189,98	58,39	30,73
Mascote	364,61	47,73	13,09

Municípios	Área Total na faixa de domínio (ha)	Área de cabruca (ha)	% de Cabruca
Belmonte	36,6	0,61	1,67
Itapebi	311,7	22,77	7,31
Itagimirim	204,17	6,71	3,29
Eunápolis	429,96	17,22	4,01
Total	4.684,99	1.265,03	27,00

Analisando os dados, acima expostos, pode-se verificar que mais da metade da área total dos municípios de Gandu, Uruçuca, Ilhéus, Una, Itajuípe, Barro Preto, Presidente Tancredo Neves são destinadas ao sistema de produção cacau cabruca, apresentando valores superiores a 50%, ressaltando a importância deste tipo de cultivo na região.

Essas informações podem ser melhor visualizadas nos Mapas de Cobertura Vegetal e Uso do Solo (Volume de Mapeamento Temático – Tomo III).

6.3.9 Dinâmica sociocultural

6.3.9.1 Caracterização das comunidades de pescadores da região de estudo

A atividade pesqueira se desenvolve, praticamente, por toda a costa brasileira, resultando, não só no abastecimento de pescado para a população do país, como desempenhando papel fundamental nas comunidades envolvidas pela pesca artesanal. Segundo Vasconcellos, 2012, os pescadores artesanais dispõem de baixa tecnologia de produção, o que limitaria o alcance e volume de pescado capturado, e mesmo nessa condição, em pequena escala, esse produto desempenha papel importante na socioeconomia dessas comunidades, pois se presta como valor de uso, para consumo próprio e/ou familiar e como valor de troca, através da comercialização do pescado.

Ao longo do trecho em estudo, foram localizadas algumas comunidades ligadas à pesca artesanal que estariam situadas às proximidades da rodovia, servindo essas de referência para o levantamento de informações mais precisas sobre essas localidades, a seguir:

- Colônia de Pescadores Z-89 (Aurelino Leal);
- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-17(Camamu);
- Colônia de Pesca Z-8 (Conceição da Feira);
- Colônia de Pescadores do Rio Pardo (Mascote);
- Fazenda Pilar Outeiro Redondo (São Félix);
- Colônia de Pesca Z-8 (Ubaitaba);
- Colônia Z-15 (Valença).

A ocupação das comunidades de pescadores visitadas, segundo relatos, teve origem a partir de 1950, com a chegada de famílias vindas de outros municípios e estados, como

Goiás e Minas Gerais, em busca de terras mais baratas e disponíveis, além de melhores condições de vida. De acordo com relato dos entrevistados, prevaleceu, durante esse processo, a relação de posse em fazendas, como o ocorrido na Fazenda Pilar, em São Félix. Durante os relatos, não foi citada, a ocorrência de conflitos territoriais, à época, entre os novos posseiros e os proprietários das terras. Até os dias atuais, segundo informações em campo, muitos dos moradores não possuem título de posse das terras atualmente ocupadas.

De acordo com Resende (2010), a pesca é uma atividade extrativista milenar, responsável, junto com a agricultura, pela fixação dos grupos sociais em uma determinada região. Além de assentar os povos, através do conhecimento da sazonalidade dos pescados, contribui com a construção de identidades culturais e modos de vida que hoje reconhecemos como sendo “tradicionais”.

É possível afirmar que o modo de vida das comunidades contactadas está intimamente relacionado à sazonalidade e ao potencial pesqueiro do Rio Acaraí, Rio de Contas, Rio Pardo e Rio Paraguaçu e que a base da alimentação das famílias é o peixe. A formação das comunidades, por meio dos laços de parentesco, também as diferencia das demais. No entanto, o critério da ancestralidade na ocupação territorial, comumente utilizado para classificar certos grupos como “tradicionais”, não se aplica a essas comunidades, já que o seu povoamento é recente.

O Decreto Presidencial 6.040, de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT que define as comunidades tradicionais como:

“... grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O Ministério do Desenvolvimento Social, por intermédio do seu Núcleo de Povos, Comunidades Tradicionais e Específicas, ampliou as categorias contempladas pelas políticas públicas. Na literatura oficial, é possível encontrar cerca de trinta categorias de comunidades tradicionais, mas não há ainda descrições oficiais desses grupos e nem uma listagem oficial dos grupos já identificados. Os critérios de identificação para estas comunidades levam em consideração o fato de serem grupos com sentido coletivo, estreitas relações com o meio ambiente, economicamente frágeis e com alguma ligação aos movimentos sociais (Lima e Pozzobon, 2005).

O conceito de população tradicional emerge nos anos 1990, quando se consolida um novo referencial científico que conduz à reflexão sobre a relação entre as populações humanas e o meio ambiente, tendo como um indicador fundamental o conceito de sustentabilidade ecológica. Ou seja, a capacidade de uma dada população de ocupar

determinada área e explorar os recursos naturais sem ameaçar a integridade ecológica do meio ambiente passa a ser um instrumento de distinção e classificação das sociedades, em termos da maneira como ocupam, exploram e concebem sua relação com a natureza (Lima e Pozzobon, 2005).

Há que se considerar, todavia, que o conceito de “comunidades tradicionais” tem se submetido a diversas reavaliações e reconsiderações, sendo possível até mesmo a “autodeclaração” do grupo como instrumento classificatório.

Com base nesse debate teórico foi possível verificar que o modo de vida das comunidades visitadas se distingue dos demais habitantes da região, embora algumas características de suas originalidades tenham se alterado em face à evolução trazida pela modernidade e pelas necessidades de sobrevivência individuais e familiares.

As comunidades pesqueiras e ribeirinhas de Aurelino Leal, Belmonte, Camacam, Camamu, Conceição da Feira, Ibirapitanga, Itapebi, Mascote, São Félix, Ubaitaba, Valença, apresentam um modo de vida diferenciado, em razão da sua maior dependência do potencial pesqueiro dos rios para sua subsistência, uma vez que o peixe é um elemento primordial na dieta dessas comunidades. As relações de parentesco, como um importante aspecto na sociabilidade dessas comunidades, apresenta-se como elemento distintivo dessas, embora os laços de parceria e solidariedade com os demais integrantes também apareçam como forte elemento das relações.

Verificou-se que a maior parte dos pescadores da área de estudo fazem parte de “colônias de pescadores”.

Em 1919 foram criadas as “zonas de pesca”, compostas por núcleos de pescadores que levavam em conta a quantidade da pesca e a distância percorrida em todas as sedes mapeadas que já tinham a tradição de ser chamadas de “colônia de pescadores”. Na classificação adotada, estas passam a ser conhecidas como Colônia Z-1, Z-2, Z3, respeitando-se os limites estaduais. A partir daí, a pesca passa por outra divisão do trabalho, conceituada em “Pesca Artesanal” e “Pesca Industrial”, cuja diferença está na capacidade de obter maiores quantidades de pescados (toneladas), na distância que consegue alcançar e no porte da embarcação usada (Resende, 2010).

Na concepção de Diegues (1983), O Estatuto das Colônias de Pesca, de 1973, não eliminou o caráter corporativista das colônias de pescadores muito explícita na lei que as instituiu em 1922, pois enquadrou numa mesma instituição os pescadores artesanais, os pescadores embarcados, os armadores de pesca e os industriais de pesca. Isso significava que os armadores e industriais poderiam interferir e controlar os pescadores de modo geral. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve a equiparação das Colônias de Pescadores ao formato dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, a partir de então e atualmente, as colônias são associações sindicais dos pescadores artesanais e de âmbito municipal.

Na pesca artesanal as colônias de pescadores constituem as formas predominantes de associativismo. Assim, a formação das colônias de pescadores se dá pela associação, e é motivada pelo agrupamento laboral de integrantes de uma mesma comunidade ou até mesmo de municípios diferentes, com interesses em comum e não por laços de parentesco.

Em Aurelino Leal, a colônia de pescadores Z-89 possui associados de 11 municípios, localizados na bacia do Rio de Contas. São pescadores e aquicultores. A atividade da pesca é desenvolvida no Rio de Contas e seus afluentes e os instrumentos utilizados são a linha de fundo e a tarrafa. Por serem registrados, possuem seguro para o período do “defeso”⁵. De acordo com a presidente, a colônia não tem sede própria, necessitando do amparo do poder municipal para constituí-la, e não há, a princípio, conflitos estabelecidos, embora, segundo a mesma, as famílias vêm enfrentando várias dificuldades, muitas vivendo abaixo da linha de pobreza: “... com menos de um salário mínimo por mês, às vezes eles não tem dois reais para comprar comida”.

Mesmo que muitos pescadores não façam parte da associação, segundo a presidente, a colônia, em alguns momentos, atua como ferramenta mediadora de confrontos, prestando auxílio, principalmente, nas questões de envolvimento com drogas ilícitas e álcool, com o objetivo de minimizar problemas que alguns pescadores estão enfrentando.

Segundo os atores sociais contatados durante o período em campo, o empreendimento, possivelmente, trará impactos ao ambiente, ao mesmo tempo que contribuirá para melhoria da qualidade de vida dos pescadores, através de novas alternativas e condições de comercialização do pescado.

Nas imagens, a seguir, Figura 6.3.128 e Figura 6.3.129, observam-se pescadores no rio de Contas.

⁵ Período em que as atividades de pesca ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional. Este período é estabelecido pelo IBAMA de acordo com o de tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Visa à preservação das espécies e ao uso sustentável dos recursos naturais. Os pescadores artesanais recebem do governo proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal.



Figura 6.3.128 - PESCADOR ARTESANAL NO RIO DE CONTAS, NO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL



Figura 6.3.129 - BANHISTAS EM TRECHO DO RIO DE CONTAS, NO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL

O rio de Contas nasce na Chapada Diamantina, percorrendo o território do estado da Bahia no sentido leste, em direção ao Oceano Atlântico. Atua como linha divisória entre os municípios de Aurelino Leal e Ubaitaba. As comunidades dos dois municípios mantêm estreita relação com o rio, criando e recriando, através de práticas cotidianas, práticas culturais, onde o rio é um elemento importante na leitura dos espaços em que os ribeirinhos constroem sua existência, desempenhando esse, imprescindível utilidade, pois as águas permitem o sustento econômico, por meio da pesca, afazeres domésticos, alternativa de transporte aquático, lazer, e demais utilidades.

Alguns dos entrevistados, membros da comunidade, afirmam que o rio foi muito “bravo”, cheio de água, mas, atualmente, anda “minguando”, com pouca água e com pouco peixe e muita poluição, pois recebe os efluentes sanitários e resíduos das duas cidades. Dizem perceber que o empreendimento trará benefícios para os municípios e esperam que alguma medida seja tomada para recuperá-lo. Assim, acreditam, na possibilidade de pescar grandes volumes de peixes para vende-los às margens da rodovia.

A Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-17, do município de Camamu, possui cerca de mil associados que exercem suas atividades no rio Acarí e na “barra” (local onde o rio deságua), que fica dentro da baía. Foram entrevistados cinco pescadores que relataram que a Colônia foi constituída há dois anos, a partir da doação, pela prefeitura, de um espaço onde funcionava o mercado municipal. O local foi reformado e atualmente funciona como mercado de peixes. Disseram que a atividade de pesca existe na região há muitos anos, desde quando surgiu o povoado, que é mais velho do que Salvador. Ao longo do rio existem algumas comunidades, com cerca de trinta famílias, que também vivem da pesca e vendem seus peixes no mercado. Relatam que há alguns anos existiam mais pescadores e mais peixes e as embarcações eram menores, sendo que hoje existem barcos grandes que “atrapalham” os pequenos.

Segundo relato dos entrevistados, há cinco anos os pescadores chegaram a pescar até mil quilos de peixe ao dia, atualmente conseguem, no máximo, duzentos quilos. O resultado da pesca é comercializado no município e, às vezes, é necessário trazer peixes de fora para abastecer o mercado. Para eles as condições dos serviços públicos são precárias na área de saúde, o que já não ocorre na educação básica.

Na percepção desses entrevistados, o empreendimento trará benefícios para o município e para a colônia, pois facilitará o acesso aos centros que oferecem melhor atendimento à saúde, além de diminuir os acidentes. Expressaram a esperança de que, com a expansão da rodovia, alguma instituição de ensino superior possa se instalar no município e os filhos possam continuar os estudos sem precisar se deslocarem para centros maiores. Na Figura 6.3.130 até a Figura 6.3.132, podem ser observadas algumas características da colônia de pescadores, do processo de salga do pescado, do rio Icaraí, assim como alguns aspectos de seu entorno, no município de Camamu.



Figura 6.3.130 - Processo de Salga do Pescado em Colônia de Pescadores, Município de Camamu



Figura 6.3.131 - Embarcações de Pesca no Rio Icaraí, Município de Camamu



Figura 6.3.132 - Local Onde Funciona a Sede da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-17 E O Mercado de Peixe, Município de Camamu

O espaço onde funciona a sede da Colônia de Pescadores e o mercado de peixe, em Camamu, localiza-se à margem do Rio Icaraí, lugar estratégico para a saída e chegada dos barcos. Diante dos relatos dos entrevistados, observou-se que a colônia, enquanto entidade representativa dos pescadores artesanais, apresenta uma forma peculiar de organização. Existe uma pluralidade de associados que fica explícita no seu discurso sobre a atividade da pesca. Alguns pescadores capturam apenas peixes, enquanto outros capturam, ao mesmo tempo, peixes, camarões e moluscos.

Quanto às relações de trabalho, os entrevistados relataram que há pescadores que são proprietários das embarcações nas quais trabalham e há aqueles que pescam em barcos de outros. Em relação aos barcos, estes são motorizados, de grande, médio e pequeno porte, como canoas, mais simples, utilizadas para a pesca.

Durante o campo percebeu-se que existe uma forte relação entre os pescadores, seja essa de origem familiar, ou mesmo, oriunda da organização da entidade representativa.

Dentre os fatores que influenciaram no ingresso na colônia, encontram-se a herança da “profissão”, passada através de geração, tanto por seus avós, bem como seus pais, e que, desde cedo ensinavam o ofício da pesca aos filhos, onde os adolescentes costumavam acompanhar os pais nas pescarias, uma vez que as oportunidades de trabalho eram bastante escassas. Atualmente esta situação pouco se alterou, não restando muitas opções para aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho que não seja acompanhar os pais na atividade de pesca, daí a preocupação com os estudos dos filhos.

Em Conceição da Feira, o presidente da colônia de pesca Z-8 disse que a colônia possui cerca de duzentos associados. Os pescadores exercem suas atividades no rio Paraguaçu e no rio Jacuípe, afluente do Paraguaçu. Além da pesca, trabalham também na atividade de avicultura, pois não é mais possível sobreviver apenas com o pescado. Segundo o entrevistado, após a construção da barragem Pedra do Cavalo, as condições mudaram muito. Muitas pessoas que moravam nas áreas que foram alagadas receberam indenização pelas terras e foram embora. No entanto, outras pessoas chegaram para morar atraídas pelo potencial da barragem.

O entrevistado relatou que as condições de pesca estão cada vez piores, devido à poluição do rio Jacuípe, que recebe esgotos de vários bairros do município de Feira de Santana. Por isso, as águas da barragem Pedra do Cavalo também estão ficando poluídas e a pesca cada dia mais escassa. Ao ser indagado sobre o empreendimento, o entrevistado disse que a duplicação vai trazer muitos benefícios para os municípios e demonstrou expectativa para a possibilidade de, com as obras, as comunidades receberem maior atenção e o poder público vir a desenvolver projetos para melhorar a condição de vida dos pescadores.

No município de Conceição da Feira, a entrevista com o presidente da Colônia de Pesca foi realizada em praça pública, pois a colônia não tem sede própria e os pescadores estão dispersos ao longo do curso dos rios, com pequena concentração próxima à represa Pedra do Cavalo. Ele informou que a pesca é realizada com linha de fundo e tarrafa. Para ele, se as condições de pesca continuarem a piorar, a atividade tende a acabar, porque muitos pescadores abandonaram a atividade e foram para cidades maiores em busca de outras opções de trabalho.

A Figura 6.3.133 exibe uma imagem de Conceição da Feira, onde foi realizada a entrevista.



Figura 6.3.133 - Praça Pública de Conceição da Feira

No distrito de São João do Paraíso, município de Mascote, existe a colônia de pescadores do rio Pardo. Segundo os entrevistados, a comunidade surgiu há 30 anos, após a construção da Ponte do Rio Pardo, na BR-101. Eles se instalaram à margem do rio e a comunidade localiza-se na faixa de domínio da rodovia. A colônia possui cerca de trezentos associados, mas aproximadamente seiscentas pessoas têm “documentos” (registro). Por terem registro, os associados pescam em outros lugares, “porque no rio já não tem nem água, quanto mais peixe”.

De acordo com um entrevistado, o peixe existe, mas é pouco para atender a todos os pescadores, dá apenas para garantir a alimentação das famílias e alguma renda. Segundo ele os serviços públicos atendem bem. Há água tratada, mas não esgoto. Os médicos são bons e as principais doenças que ocorrem na comunidade são o câncer e o derrame, que acometem as pessoas mais velhas. O entrevistado considera que a educação, de forma geral, piorou porque as crianças que estudam “não conhecem as letras”.

A percepção local é que a duplicação da BR-101 trará benefícios para a comunidade, gerando segurança, pois a rodovia “é utilizada para tudo”, para todo tipo de deslocamento. Nas Figura 6.3.134 a Figura 6.3.136 visualizam-se imagens da colônia de pescadores do rio Pardo.



Figura 6.3.134 - Ponte Sobre o Rio Pardo, na BR-101, E Acesso à Colônia de Pescadores do Rio Pardo, Município de Mascote



Figura 6.3.135 - Ponte Sobre o Rio Pardo, na Br-101, e Acesso à Colônia de Pescadores do Rio Pardo, Município de Mascote



Figura 6.3.136 - Única Rua da Colônia de Pescadores do Rio Pardo, Município de Mascote

As imagens, a seguir, Figura 6.3.137 a Figura 6.3.142, retratam a localização da comunidade de pescadores e a proximidade desta com a rodovia. A comunidade sofre riscos decorrentes de acidentes na ponte, a qual as crianças se tornam vulneráveis. Contudo, por viverem da pesca, não têm como morar afastados do rio. Disseram também que ali eles têm facilidade de acesso aos meios de transporte que circulam pela rodovia. A estrutura precária das casas demonstra a condição de vida de seus moradores e a absoluta falta de infraestrutura básica na comunidade.

Em São Félix, a comunidade visitada faz parte da Associação de Pescadores, Produtores e Moradores da Fazenda do Pilar Outeiro Redondo. Essa comunidade exerce a pesca no rio Paraguaçu. Trata-se de uma associação em fase de regulamentação, que conta com 177 associados, embora, residam na comunidade 218 pescadores. Na comunidade, foram entrevistados, o presidente e três pessoas da família, também pescadores, que relataram, que a associação, embora desativada, está sendo organizada, para posterior registro. Os entrevistados contaram que a comunidade surgiu há cerca de sessenta anos e os pioneiros eram pessoas que trabalhavam como agricultores na Fazenda Pilar. Esses foram ocupando as terras, os filhos se casaram e constituíram as famílias ali mesmo na comunidade.

Os moradores estão trabalhando para que a comunidade seja reconhecida como uma “comunidade tradicional”, pois são parentes ou com algum grau de parentesco entre eles.

Segundo os entrevistados, a área foi medida por um agrimensor, mas o relatório ainda não foi finalizado, porque há diferenças grandes entre parcelas das propriedades, onde cada uma apresenta um tamanho diferente. A parcela que a família de um dos entrevistados ocupa, composta por cinquenta e nove pessoas, corresponde a dez tarefas (01 tarefa, nessa comunidade, corresponde a sessenta metros quadrados).

De acordo com os relatos, vários moradores exercem a atividade da pesca desde crianças. O rio sempre foi muito rico em peixes e mariscos, mas após a construção da barragem Pedra do Cavalo as condições ambientais mudaram muito comprometendo a produção de peixes.

Atualmente, muitos pescadores precisam associar a pesca à outras atividades, pois a renda não é suficiente para sustentar a família. Segundo eles, o maior problema da comunidade está relacionado com a falta de água, pois a comunidade não recebe água tratada da companhia que abastece o município de São Félix.

Em 2004, foi aberto um poço artesiano, mas, por falta de manutenção, não funciona há quase dois anos. No período de seca os moradores caminham mais de três quilômetros para buscar água. Na região existem poucos animais “selvagens” - tatu, lobo guará, tamanduá, camaleão, teiú e cobras, de várias espécies. De acordo com relato dos entrevistados algumas pessoas caçam para comer “quando a coisa aperta”.

Em relação à assistência à saúde, verificou-se que na comunidade há um posto de saúde composto por um médico, uma enfermeira, dentista e três agentes de saúde.

Quanto ao esgotamento, algumas casas possuem fossas secas e muitas outras não, lançando os efluentes a céu aberto, sendo que o lixo é queimado, pois não existe coleta na comunidade.

Na percepção das pessoas entrevistadas, a duplicação da rodovia vai trazer benefícios, pois, as viagens serão mais rápidas e mais seguras. Acredita-se que os acidentes irão diminuir. Os entrevistados afirmaram ter esperança que “com o desenvolvimento chegando, a comunidade seja ‘vista’ e receba a atenção e os serviços que necessita”.

A seguir, a Figura 6.3.137, apresenta algumas características observadas na comunidade da Fazenda Pilar Outeiro Redondo.



Figura 6.3.137 - COMUNIDADE DE PESCADORES, PRODUTORES E MORADORES DA FAZENDA DO PILAR OUTEIRO REDONDO

A comunidade de pescadores de São Félix localiza-se a cerca de 13 Km do núcleo urbano do município. O acesso ao local se dá por estrada vicinal asfaltada, porém é preciso percorrer um trecho de 2,5 Km de estrada de terra, em precária condição para circulação de veículos.

As residências dos pescadores situam-se na vertente de uma encosta, em locais elevados de difícil acesso. São casas de alvenaria, com o máximo de quatro cômodos, piso de chão batido, sem acabamento interno e externo. A ausência de políticas públicas e infraestrutura eficiente, que atenda as necessidades da comunidade, propiciam o agravamento da situação de vulnerabilidade dessas famílias.

A Colônia de Pesca Z-68 está localizada em Ubaitaba, município à margem da BR-101. São cerca de 200 pescadores associados dos municípios de Ubaitaba, sede e dos distritos de Piraúna e Oricó, Ibirapitanga, Itacaré (distrito de Taboquinhas) e Maraú, que possuem a carteira de registro. A colônia tem dez anos de existência, está registrada e possui documentação regularizada. Os pescadores associados vendem o produto da pesca na feira da cidade, em um box alugado e recebem o auxílio-desemprego no período do “defeso”, sendo que aqueles que não são associados, vendem o pescado de porta em porta.

A pesca ocorre a montante da rodovia e a embarcação utilizada é a canoa. Segundo o presidente da Colônia, atualmente, a produção de peixes é pequena e não atende à necessidade de sobrevivência dos pescadores que, muitas vezes, dependem do “bolsa família” e de outras atividades para sobreviver.

Um entrevistado associa a diminuição do potencial pesqueiro do rio à construção de barragens e à poluição das águas. Segundo ele, existe um projeto para a produção de tilápia, em gaiolas, porém a implantação está difícil, porque os pescadores e aquicultores estão muito endividados, pagando empréstimos, e não conseguem novos financiamentos.

Quando indagado sobre o empreendimento, o entrevistado relatou que espera que a expansão da rodovia aconteça de fato, porque as pessoas sempre falam e nunca acontece nada. Ele entende que o empreendimento trará muitos benefícios e os pescadores poderão vender seus peixes para os usuários da rodovia, aumentando a renda das famílias, pois existem famílias que vivem abaixo da linha de pobreza. De acordo com o entrevistado: “ há dias em que uma família não tem um real em casa, nem para comprar pão”.

O entrevistado demonstrou apreensão em relação à possibilidade do aumento do tráfego de drogas: “mal que já atingiu as comunidades de pescadores e virou um grande problema para a colônia”. Destacou ainda, que os moradores da comunidade acreditam que os benefícios serão maiores que os prejuízos e confiam na possibilidade da intervenção do poder público para a solução dos problemas que existem e dos que possam surgir.

A seguir, Figura 6.3.138 e Figura 6.3.139, apresentam imagens da Ponte sobre o Rio de Contas, em Ubaitaba.



Figura 6.3.138 - Vista do Município de Ubaitaba e Ponte Sobre o Rio De Contas Na BR-101, no Município de Ubaitaba



Figura 6.3.139 - Lavadeiras e Pescador no Rio de Contas no Município de Ubaitaba

As condições de vida dos pescadores de Ubaitaba não são diferentes das demais colônias, no que diz respeito à falta de infraestrutura básica e necessidade de incentivos para o uso racional da pesca, educação ambiental e assistência técnica. Segundo o presidente da colônia, nem todos os pescadores respeitam o período do defeso, devido às suas necessidades diárias de sobrevivência. Mesmo aqueles que recebem o seguro costumam praticar a pesca pelo fato de estarem muito endividados. Ele explica que quando a colônia foi organizada “a pesca era boa e que agora é muito fraca, onde às vezes o pescador se divide entre a pesca e a agricultura familiar”.

Destaca-se que há um serviço de transporte disponibilizado por balsa, entre Ubaitaba e Aurelino Leal.

Em Valença, encontra-se a colônia de pesca Z-15, porém há poucas informações sobre a mesma, visto que a pessoa entrevistada é uma pescadora, associada à colônia, e não soube informar muito sobre a mesma. Segundo ela existem várias comunidades de

pescadores, mas ficam em áreas de difícil acesso. Estima-se que existam cerca de cinco mil pescadores na região de Valença.

Os serviços públicos oferecidos são precários e não atendem às necessidades da população. Faltam médicos e para as consultas e exames mais especializados é necessário se deslocar até Santo Antônio de Jesus e Salvador.

O abastecimento de água é precário, onde há falta de água em vários bairros por períodos prolongados. Segundo o entrevistado, o maior problema da pesca está na ocupação desordenada sobre as áreas dos mangues, o qual vem sendo ocupado pelas famílias que vão chegando “não há controle e isso prejudica a pesca e o ambiente”.

Na percepção da entrevistada, o empreendimento vai trazer benefícios que podem ser maiores se juntamente com a expansão da rodovia forem associados a projetos que melhorem o anel rodoviário, para evitar que caminhões pesados circulem dentro da cidade.

As Figura 6.3.140 à Figura 6.3.142 mostram imagens dos pescadores em suas embarcações no rio Una, em Valença.



Figura 6.3.140 - Pescadores no Rio Una , no Município de Valença



Figura 6.3.141 - Barcos de Pesca e de Transporte de Pessoas no Rio Uma, no Município de Valença



Figura 6.3.142 - Barco Ancorado no Rio Uma, no Município de Valença

É importante observar que apesar da existência de outras atividades econômicas, a pesca artesanal é a atividade desenvolvida diariamente pelos pescadores e fornece a principal fonte de proteína para o consumo das famílias. A pesca em Valença opera fundamentalmente a partir de características tidas como artesanais, a partir da unidade familiar de produção, elevada diversidade de capturas e artes de pesca, embora pela proximidade com o oceano, haja também o desenvolvimento da pesca industrial.

Segundo relato da entrevistada, a pescaria praticada na região teve grande influência indígena.

Fundamentalmente, a frota de navegação se divide entre aquelas motorizadas e as não motorizadas, distribuídas heterogeneamente na região, segundo as vocações e características ambientais das áreas de pesca. Predominam as embarcações não motorizadas, que operam principalmente em regiões estuarinas, de baía abrigadas, ao longo do rio Una, que corta o município.

Em Valença existem outras colônias de pescadores, porém os representantes encontravam-se em atividade de pesca no momento da pesquisa, desta forma não foi possível obter mais informações.

Na pesquisa de campo foi possível constatar a dificuldade que os moradores das comunidades de pescadores enfrentam ao se deslocarem para obter os serviços públicos básicos, tais como saúde e educação. Em relação à saúde, os pequenos municípios oferecem o atendimento básico e quando se trata de consultas e exames especializados, a Secretaria Municipal de Saúde faz o agendamento e fornece o transporte para o deslocamento até os polos regionais ou até Salvador.

Destaca-se que na maioria das comunidades de pescadores o acesso à educação, especialmente a partir do Ensino Fundamental II, é realizado fora das comunidades, mediante deslocamento por meio de transporte escolar mantido pelo poder público municipal. Na comunidade de São Félix as crianças e adolescentes precisam caminhar por cerca de 2,5 Km para utilizar o ônibus escolar e, para os tratamentos de saúde, nos casos mais graves, os doentes dependem de ajuda para chegarem até o meio de transporte que irão utilizar. No período chuvoso, devido às más condições de conservação de algumas estradas vicinais, o tempo de deslocamento dessas comunidades até as escolas aumenta consideravelmente.

Em todas as comunidades, há eletrificação com fornecimento regular de energia. As comunidades localizadas nos centros urbanos utilizam o serviço diário de coleta de lixo. Em nenhuma das comunidades foi constatado qualquer programa formal de educação ambiental. Também não foram identificados conflitos fundiários entre essas comunidades e outros atores sociais.

A expectativa dessas comunidades com o empreendimento é positiva. Acreditam que trará novas possibilidades de trabalho para a região, bem como possibilitará maior rapidez e conforto para o deslocamento. Ressalta-se que os serviços especializados de saúde e educação são buscados nos municípios de maior porte e nos polos regionais, daí a importância de uma melhor eficiência nesses deslocamentos.

Ressalta-se ainda, que para essas comunidades, há um forte receio sobre o aumento da violência com a “chegada de pessoas estranhas”, principalmente relacionada às drogas, colocando em risco a segurança e a integridade das famílias e de seus parentes. Esse sentimento ambíguo de desconfiança e de medo do “desconhecido” ficou evidente nas falas dos entrevistados.

Através da análise das características e do modo de vida das comunidades de pescadores, foi possível concluir que duas comunidades se aproximam do que denominamos de “populações tradicionais” a saber, Comunidade de Pescadores da Fazenda do Pilar (São Félix) e Comunidade de Pescadores do Rio Pardo (Mascote).

Embora a ocupação dessas comunidades seja relativamente recente, remontando-se à década de 1950, é necessário destacar que, para além do tempo de permanência no

território, a classificação de um grupo social como “população tradicional”, no campo das ciências sociais, tem se baseado em outros elementos como, os vínculos afetivos estabelecidos entre a comunidade e o lugar onde essa habita, o uso social dos recursos naturais, os saberes ambientais, os valores e percepções criados coletivamente (LITTLE, 2002).

No caso da Comunidade de Pescadores da Fazenda do Pilar e da Comunidade de Pescadores do Rio Pardo, destacam-se as relações de parentesco que organizam a estrutura social, o grau de dependência dos recursos naturais (sobretudo dos rios) e um certo nível de isolamento dos centros urbanos, proporcionando a intensificação do sentimento de pertencimento dos membros dessas comunidades, caracterizando uma identidade cultural comum ao grupo.

Dependendo do projeto de duplicação da BR-101, a Comunidade de Pescadores do Rio Pardo poderá ser diretamente atingida pelo empreendimento, já que está localizada às margens do Rio Pardo, a cerca de 20 metros da BR-101, na faixa de domínio da rodovia. Contudo, é possível que, a fim de minimizar o impacto gerado sobre essa comunidade o traçado do projeto possa ser alterado. Já a Comunidade de Pescadores da Fazenda Pilar está localizada a cerca de 13 km do núcleo urbano de São Félix, e a 15 km em relação à rodovia BR-101.

6.3.10 Percepções sobre o empreendimento

De maneira geral, os entrevistados mostraram conhecimento sobre a possibilidade de instalação do empreendimento, principalmente nas sedes dos municípios. Mesmo nas áreas rurais os entrevistados relataram já ter ouvido falar sobre o empreendimento e ansiam para que não demore muito a acontecer, pois entendem que trará benefícios para todos.

Uma parcela dos entrevistados questionou a real possibilidade de efetivação do empreendimento. Foi recorrente a pergunta feita à equipe que realizou o estudo: “você acreditam que duplicação da BR-101 vai mesmo sair? Quando será?”

Nos municípios de Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Valença, Maraú e Camamu a maior parte dos entrevistados destacou a importância da rodovia para o desenvolvimento do turismo, principalmente em Ilhéus e Valença. Na avaliação destes, a rodovia BR-101, possibilitará um acesso mais rápido e fácil aos municípios litorâneos e atrairá um novo público, advindo dos outros estados, principalmente, Goiás e Distrito Federal. Contudo, essa expectativa é acompanhada por um sentimento de insegurança em relação à possibilidade da expansão do tráfico de drogas, uma vez que esta é uma questão abordada por todos os entrevistados, em todos os municípios visitados.

Os funcionários da administração pública destacaram a importância da rodovia para o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo por ser o principal vetor de escoamento da produção agrícola, base econômica da maioria desses.

A rodovia é também o principal meio de deslocamento para tratamento de saúde em outros centros urbanos, melhor estruturados nesta área, além de representar a possibilidade de continuidade de estudos em localidades onde é possível fazer cursos de nível superior. Espera-se que a rodovia, quando duplicada, ofereça melhores condições de tráfego, com mais segurança e menor tempo dispendido.

Especialmente na percepção dos gestores públicos, a rodovia é a esperança de atração de investimentos dos diversos setores de produção para toda a área de estudo, o que incrementará o desenvolvimento das atividades existentes e possibilitará maior arrecadação tributária para os municípios.

Em alguns municípios, como Eunápolis, Itabuna, Cruz das Almas e Valença, polos regionais, existe a preocupação com o fornecimento de água, uma vez que a captação e distribuição atual não é suficiente para atender a demanda, não considerando, nesse estudo, o aspecto qualidade, porém a acessibilidade ao recurso, haja vista que alguns bairros dos municípios estudados, chegam a ficar até quinze dias sem fornecimento de água, como acontece em Itabuna. Em municípios de menor porte como Barro Preto, Gandu, Laje, Nova Ibiá e Uruçuca também existe o problema relacionado com aumento da demanda por água, mesmo que baixa, haja vista que, atualmente o quadro observado, sugere uma estrutura de serviços e equipamentos que opera no limite, que apresenta deficiência e precariedade, de forma a sobrecarregar os municípios que são referência no atendimento em saúde e educação, nas microrregiões.

Durante o diagnóstico, foi possível observar que, de maneira geral, de acordo com o relato dos entrevistados, existe grandes expectativas em relação ao empreendimento de duplicação da rodovia, principalmente no que se refere às possibilidades de melhores condições de deslocamento da população, diminuindo o número de acidentes, inclusive com vítimas fatais.

Nos municípios diretamente interceptados pelo atual traçado da rodovia, com ocupação urbana nas duas margens da via, foi recorrente a questão quanto à solicitação da instalação de equipamentos urbanos (passarelas, viadutos, túneis) que permitam o acesso à outra margem, tanto por pessoas quanto por veículos, possibilitando maior segurança. Nesses municípios, a ocupação das margens se dá por empreendimentos de pequeno até grande porte e por grupos populacionais, especialmente pequenos comerciantes de produtos locais. Alguns desses comerciantes, ao serem entrevistados, disseram estar ansiosos em relação à duplicação da rodovia, pois entendem que o empreendimento vai trazer benefícios para todos. Todavia, ficam temerosos, pois não sabem se poderão manter o seu local de trabalho.

Conforme foi demonstrado nesse estudo, na percepção geral dos entrevistados o empreendimento possibilitará a redução do tempo e uma melhor qualidade no deslocamento dos moradores, minimizando a longo prazo, os inconvenientes enfrentados pela população durante sua locomoção para outras cidades com melhor infraestrutura de serviços e lazer.

Alguns entrevistados acreditam que o empreendimento poderá ser também um atrativo para os jovens, contribuindo para sua fixação na terra natal, haja vista que a realização do mesmo estará associado à uma maior dinamização da economia e conseqüentemente ao aumento na oferta de emprego nas regiões. Segundo os gestores públicos e os representantes das associações, há uma grande dificuldade de fixação de jovens, especialmente nos municípios menores, pela falta de oportunidades de trabalho e renda, o que os leva a buscar os municípios de médio porte e a capital baiana.

Diversos entrevistados entendem que o preço das mercadorias da região poderá ser reduzido com a duplicação da rodovia, pois com a diminuição no tempo de transporte dos produtos, conseqüentemente, ocorrerá a redução no valor do frete. Dessa maneira, não só os produtores rurais poderiam ser beneficiados, mas também a população teria a possibilidade de aumentar o seu nível de consumo e adquirir produtos de maior qualidade.

Os gestores públicos apresentaram-se otimistas com a duplicação da rodovia BR-101, sobretudo em relação ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios, porém as deficiências na infraestrutura municipal são preocupantes. A falta de equipamentos e de pessoal no sistema de segurança pública e no atendimento à saúde dos municípios serão as principais vulnerabilidades, segundo os entrevistados, em um cenário de aumento da população.

De acordo com os representantes das associações e alguns gestores públicos, o empreendimento poderá trazer prejuízos ambientais em uma região que necessita da Mata Atlântica para a “sobrevivência” de muitas de suas atividades, especialmente o extrativismo de frutos nativos (jaca, caju e outros) e a cultura do cacau, planta que precisa da sombra das árvores mais altas para produzir seus frutos. Em Valença, a gestora pública entrevistada, associou o elevado índice de leishmaniose (doença infecciosa, não contagiosa, causada por parasitas do gênero *Leishmania*) ao desmatamento e à degradação das condições ambientais e expôs seu receio de que estes problemas se agravem com as obras para execução do empreendimento.

Na percepção dos representantes das comunidades ribeirinhas de pescadores, as condições ambientais para a pesca atualmente não são satisfatórias, associa-se esse fato à poluição das águas e à implantação de barragens. Os entrevistados consideram que, mesmo nos casos das comunidades que se localizam a mais de 5 km do empreendimento, a interferência no ambiente pode dificultar ainda mais a atividade pesqueira, embora acreditem que o empreendimento irá trazer benefícios para as comunidades.

Nos municípios de Cachoeira, Cruz das Almas e Muritiba, os gestores municipais destacaram e enfatizaram a importância da rodovia para os projetos de implantação e expansão do parque industrial, localizados à margem da BR-101.

Os entrevistados das comunidades rurais demonstraram grande expectativa com a possibilidade de melhoria no acesso das estradas vicinais. Segundo eles, em época de chuva

as comunidades costumam ter problemas de deslocamento e escoamento da produção, comprometendo o acesso às escolas, às instituições de saúde e o atendimento médico nas comunidades localizadas distantes da sede do município.

Por outro lado, os moradores das comunidades que foram entrevistados, até mesmo em razão do seu isolamento, mostraram uma grande insegurança com a chegada e com o fluxo de “pessoas estranhas”, demonstrando preocupação com a perda da segurança e da tranquilidade. Caso que ocorre em Conceição de Jacuípe e Cruz das Almas, onde as pessoas estão migrando da zona rural para a zona urbana, motivadas pelo aumento do índice de criminalidade no meio rural. A preocupação com o tráfico e o crescente número de usuários de drogas foi destacada em todos os municípios.

Ressalta-se também a grande expectativa diante da atração de empresas e geração de novos mercados de trabalho advindos com a instalação do empreendimento em todos os municípios. Porém existe a preocupação relacionada ao despreparo da mão de obra local e ao baixo nível de escolaridade, que possa minar a perspectiva de geração de empregos entre os moradores, já que os trabalhadores locais poderiam não ser absorvidos pelo novo mercado em formação. No entanto, a maior parte dos entrevistados acredita que até o fim das obras esse problema possa estar parcialmente resolvido, em decorrência da instalação de instituições de ensino técnico e superior, públicas e privadas, que possam vir a sanar essa deficiência, em muitos dos municípios.

6.3.11 Discussões e conclusões sobre a socioeconomia

A partir das análises realizadas verificou-se que, na área em estudo, mantém-se a tendência de maior concentração populacional nas áreas urbanas, especialmente nos municípios que se destacam como polo regional, sendo que a maioria apresenta densidade demográfica acima da média nacional.

Em relação à organização social, a pesquisa de campo, permitiu constatar que prevalecem, nos municípios, os sindicatos de diversas classes, as associações de moradores e de bairro, colônias de pescadores em alguns dos municípios e também cooperativas de transporte alternativo (vans). Estas organizações apresentam-se bem articuladas, destacando-se os sindicatos rurais e os de professores como os mais atuantes.

Para as condições de saúde e doenças endêmicas na Bahia, os dados apontam esse estado como área endêmica para a leishmaniose visceral e dengue. Nos municípios estudados também foram registrados casos de coqueluche, doença de chagas, febre tifoide, hepatites virais, Leishmaniose Visceral, Influenza, Leishmaniose Tegumentar, Leptospirose, Meningite e sífilis. A Leishmaniose Visceral é uma doença endêmica em franca expansão no estado da Bahia, presente em 43,2% dos municípios, conforme dados da Secretaria Estadual de Saúde.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo foi destacado que o aumento de

casos de tuberculose é preocupante, especialmente nos municípios de Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna. Também foram citadas a desnutrição e o uso de drogas (sobretudo o crack) como fatores preocupantes quando se trata de saúde pública. A falta de medicamentos nos centros de saúde contribui para a propagação das doenças e para a dificuldade de tratamento médico. A esquistossomose e as diarreias são também bastante frequentes nos municípios em estudo, sobretudo pela inexistência de saneamento básico adequado, o que também contribui para a ocorrência de casos de cólera, embora ainda não haja dados disponíveis para esta doença.

De acordo com a declaração dos entrevistados, diversas falhas têm sido identificadas no sistema público de saúde, como a falta de médicos e outros profissionais de saúde. A precariedade dos estabelecimentos hospitalares e dos equipamentos foi destacada pelos entrevistados, como também a insatisfação generalizada dos moradores e lideranças de movimentos sociais com os serviços do sistema de saúde. Embora os dados estatísticos apontem para aumento no número de estabelecimentos de saúde nos municípios, os entrevistados afirmaram que são insuficientes para atender à população, conforme a demanda existente.

Outro ponto destacado pelos informantes é a necessidade de deslocamento para Salvador ou as cidades polos regionais para realização de atendimentos e tratamentos médicos mais complexos, uma vez que a maioria dos municípios dispõe apenas do atendimento básico à saúde. Para o deslocamento em busca dos serviços de assistência de saúde tem sido utilizada sempre a BR-101.

É importante ressaltar que os municípios da Bahia, centros de referência no atendimento de saúde (Eunápolis, Itabuna, Santo Antônio de Jesus, Valença, Feira de Santa e Salvador), têm registrado sobrecarga em sua infraestrutura, mediante o constante fluxo de pacientes de várias partes do estado, o que tem comprometido a qualidade dos serviços.

Observou-se, nos municípios estudados a redução do número de docentes no ensino fundamental e aumento no número de docentes do ensino médio, devido ao aumento do número de escolas que passaram a oferecer esta modalidade de ensino. Na pré-escola também ocorreu redução no número de docentes. Os entrevistados destacaram a má conservação das escolas, a falta de merenda escolar e a falta de creches como graves problemas dos municípios, o que se contrapõe aos elogios direcionados aos docentes, apontados com frequência como “qualificados e muito dedicados”.

Os municípios polos regionais oferecem ensino superior e em algumas cidades há polos de ensino superior à distância.

Os dados de saneamento básico apontam aumento no número de domicílios que contam com abastecimento de água, instalações sanitárias, coleta de lixo e também melhoria no acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica), embora municípios como Camacan, Ibirapitanga, Jussari, Mascote e Nova Ibiá tenham apresentado redução no número

de domicílios atendidos por estes serviços.

Na área rural, a principal forma de abastecimento de água é o poço, a cisterna ou a nascente na propriedade. A constante falta de água é relatada em diversos municípios. Em Jacuípe e Itabuna, de acordo com os entrevistados, chega a faltar água por 20 dias consecutivos. De acordo com relato de entrevistados nem todos os municípios contam com água tratada, o que contribui para a ocorrência de doenças como a diarreia e a esquistossomose.

Na área rural o esgotamento sanitário é realizado por fossa rudimentar ou a céu aberto. Nas áreas urbanas, a coleta de esgoto ocorre apenas nas vias centrais e, na maioria dos municípios é lançado nos cursos d'água. Os dados de campo confirmam os dados oficiais, apontando em todos os municípios, o predomínio de banheiros de uso exclusivo. Outro dado relevante, refere-se à coleta diária de lixo nas áreas urbanas dos municípios, ressaltando que somente em seis municípios constatou-se que ocorre coleta na zona rural, Nas demais áreas rurais dos restante dos municípios prevalece a queima do lixo.

A maioria dos municípios não possui aterros sanitários, sendo que alguns possuem aterros controlados, no sistema de consórcio de municípios, e os demais apenas possuem lixões a céu aberto.

Segundo informação de gestores públicos o poder público municipal está elaborando o seus planos de saneamento básico que incluem previsão de criação de consórcios entre municípios para a criação de aterros sanitários e controlados. No entanto, na pesquisa de campo as ações que subsidiam estas medidas não foram identificadas. No município de Muritiba foi identificado um aterro controlado em funcionamento, a partir do sistema de consórcio. Há também consórcio estabelecido entre Itapebi, Eunápolis, Itagimirim, Santa Cruz de Cabrália e Guaratinga para a construção de um aterro sanitário.

Verifica-se, portanto, a precariedade do saneamento básico na área de estudo.

Em relação aos serviços de fornecimento de energia elétrica, foi verificada na pesquisa de campo, que o serviço é satisfatório, com a minoria dos domicílios sem acesso a energia elétrica, inclusive nas zonas rurais que estão incluídas no projeto federal de "Energia para Todos".

No que diz respeito à Segurança Pública, foi quase unânime a percepção dos entrevistados em relação à falta de equipamentos e de contingente policial para atender à demanda. Existem poucas viaturas e policiais para atender áreas extensas. Tem sido necessária a contribuição dos municípios através do fornecimento de combustível às viaturas, moradia dos policiais e até mesmo a cessão de funcionários do setor administrativo.

Em todos os municípios da área em estudo os entrevistados associaram a criminalidade ao uso e tráfico de entorpecentes, sobretudo o crack. Segundo sua avaliação, a falta de perspectivas de emprego e renda e o êxodo rural, aliados à falta de punição, conduz

ao uso de bebidas alcoólicas e de drogas, o que se tornou um dos mais graves problemas nos municípios.

O maior número de ocorrências citadas são as de pequenos furtos e roubos, arrombamentos de carros, casas e assassinatos para acerto de contas. Também foram citados a prostituição e o abuso sexual infantil, com maior registro no litoral e em alguns pontos de zonas rurais. Em alguns municípios o crime de assalto a bancos foi também bastante citado.

Nota-se, dessa forma, que a estrutura de segurança pública é deficitária, não havendo um adequado atendimento aos atuais moradores, o que pode ainda ser agravado com a chegada de um novo contingente populacional, atraído com a instalação do empreendimento e com o possível aumento no índice de criminalidade

A estrutura produtiva dos municípios em estudo forma a base da economia constituída por atividades agrícolas e pelo setor de serviços, com pouca expressividade da pecuária. Na maioria dos municípios a administração pública municipal responde pelo maior número de empregos seguido pelo comércio. Dessa forma, a duplicação da BR-101 pode contribuir com a dinamização econômica regional, atraindo novos empreendimentos e aumentando os postos de trabalho.

Foi ressaltado pelos entrevistados a informalidade nas relações de trabalho e a evasão, especialmente de jovens, para outras regiões e também para o litoral em decorrência da pouca oferta de empregos formais.

A maior taxa de população economicamente ativa foi registrada na microrregião de Feira de Santana, que apresenta média superior à média estadual e a menor na microrregião de Ilhéus-Itabuna.

Para os setores que compõem o PIB o que possui maior valor adicionado é o de serviços. Mesmo em franca expansão o setor industrial ainda não se apresenta como o de maior expressividade, com exceção para as indústrias de celulose. O mesmo acontece com as empresas agropecuárias, nos municípios estudados.

A microrregião de Feira de Santana se destaca dentre as demais pela concentração e oferta de maior quantidade de bens e serviços, reforçados pela sua localização, ponto de ligação regional, e pela proximidade com a Capital Salvador e com o polo petroquímico de Camaçari, levando esta microrregião a se apresentar como o principal vetor de expansão econômica do estado.

As demais microrregiões possuem economia diversificada baseada, principalmente, na agricultura permanente e temporária, com predomínio para a agricultura familiar, e atividades de pecuária. A produção de bens minerais tem maior expressividade no município de Santo Antônio de Jesus, produtor de areia e argila.

Alguns municípios possuem projeto de duplicação e asfaltamento de estradas vicinais

com o objetivo de melhorar o escoamento da produção, e outros como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas prevêem a ampliação do parque industrial e implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), conforme declarado pelos gestores públicos entrevistados. Em Muritiba e em Governador Mangabeira, o zoneamento territorial indica para a instalação de novos empreendimentos, as áreas situadas nas proximidades da rodovia, como forma de propiciar novos vetores de crescimento econômico para estes municípios.

Outro ponto constatado no campo é que os municípios que se destacam como polos regionais e apresentam maior crescimento econômico estão, na maioria, interceptados pela rodovia, como é o caso de Eunápolis, Itabuna, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Isso indica que a disponibilidade de infraestrutura pode condicionar o desempenho produtivo microrregional.

Nota-se, a partir das declarações dos entrevistados, que a economia baiana está em processo de transformação. As principais características são a modernização da agricultura em determinadas regiões e o crescimento do setor de serviços, com ênfase na evolução das atividades vinculadas ao turismo, embora, conforme já citado, os gestores públicos entendam que falta planejamento e investimentos para melhor exploração desse setor.

Um ponto que merece destaque, está relacionado ao fato de que, os maiores percentuais de investimentos, ainda se concentram na Região Metropolitana de Salvador e nos municípios polos, o que contribui para a concentração do desenvolvimento nestas áreas. Destaca-se a diversificação do parque industrial, com a implantação de fábricas de calçados, alimentos, eletrônicos e celulose. Percebe-se também que existem iniciativas para a criação de novos polos industriais na região desse estudo, fundamentais, para o surgimento de novos vetores de crescimento.

Outra constatação permitida pela pesquisa de campo refere-se à região, objeto desse estudo, que apresenta perceptível diversidade de produção agrícola, contemplando culturas permanentes e temporárias. O desenvolvimento das atividades da agropecuária, nos municípios menores ocupa significativa parcela da mão de obra local, chegando a absorver o equivalente a cinquenta por cento desta como, por exemplo, em Buerarema, Cachoeira, Cruz das Almas, Ibirapitanga e São Gonçalo dos Campos.

É importante destacar que, em todos os municípios visitados interceptados pelo empreendimento, o planejamento para instalação ou expansão do parque industrial está voltado para a ocupação das áreas que margeiam a rodovia BR 101. Existem expectativas por parte dos entrevistados, gestores públicos e representantes da sociedade, que a expansão da BR-101 atraia investimentos que contemplem os aspectos econômicos, sociais e ambientais, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional, em conformidade com a vocação de cada microrregião.

Os entrevistados expressaram preocupação quanto à expansão da rodovia e a continuidade do comércio, embora entendam que o empreendimento trará benefícios diversos

para toda a região. Disseram, ainda, esperar que o planejamento do novo traçado inclua espaços para que possam continuar com as suas atividades comerciais. Entretanto, verificou-se que a rodovia atravessa áreas distantes do litoral, havendo espaço para realocação dos empreendimentos, caso seja necessário. Esses estão situados, em sua maioria, próximos às cidades maiores, onde já existe certa dinâmica na economia.

Municípios como São Félix e Cachoeira, pertencentes à microrregião de Santo Antonio de Jesus, têm sua economia baseada na agricultura familiar, em indústria de pequeno porte e no turismo, que aparece como o principal vetor de crescimento econômico para ambos.

Conclui-se também que a microrregião de Valença apresenta base produtiva agrícola diversificada, com beneficiamento artesanal de produtos como o dendê, a mandioca e o cacau. No setor industrial destacam-se uma indústria têxtil e uma de maricultura, além outras de pequeno porte.

Já a microrregião de Ilhéus-Itabuna concentra o maior número de municípios interceptados pelo atual traçado da BR-101 e sua economia tem por base a agricultura, indústrias de grande porte e turismo. Sua economia foi constituída basicamente com a produção de cacau, que ainda aparece como um dos setores de maior representatividade. A implantação de uma nova estrutura portuária (Porto Sul) integrada a um sistema ferroviário (Ferrovia Leste-Oeste) irá propiciar forte expansão econômica, na opinião dos entrevistados.

Na microrregião de Porto Seguro, o município polo é Eunápolis, na qual prevalece a agricultura e pecuária de subsistência, sendo o principal vetor de crescimento, a indústria de celulose.

Na percepção dos entrevistados a sivilicultura e a celulose trouxeram dinamismo e impulsionaram outros setores da economia regional, no entanto, têm provocado êxodo rural, o que vem contribuindo para aumentar os problemas urbanos, especialmente de Eunápolis.

O potencial de desenvolvimento turístico na Bahia foi considerado pelos entrevistados como o mais promissor dentre os setores econômicos, uma vez que o estado lidera o ranking na região nordeste. Atualmente, é o setor que gera mais emprego e renda no estado.

Em relação ao turismo, concluiu-se que os principais roteiros do estado da Bahia são: Baía do Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Caminhos do Jiquiriçá, que abrangem municípios da área de estudo. Os entrevistados apontaram também as deficiências na infraestrutura básica de serviços turísticos, ressaltando a necessidade de planejamento e maiores investimentos no setor. A rodovia BR 101 constitui a principal via de acesso a esses roteiros. Sendo assim, o projeto de duplicação da rodovia mostra-se de grande importância para a manutenção e geração de novos fluxos turísticos, incrementando e desenvolvendo essa atividade na região.

As análises revelaram que a BR-101 desempenha papel relevante no escoamento da produção, no abastecimento do comércio e nas relações de consumo, e também nas decisões

de planejamento público e privado quanto à instalação e expansão de empresas.

No tocante à questão da disponibilidade de mão de obra, é importante que se faça analisar alguns processos relevantes na economia que acarretaram em mudanças socioprodutivas nas microrregiões. Sendo assim destaca-se, segundo os gestores públicos entrevistados, que o processo de industrialização da economia baiana teve seu início a partir da política federal de integração da economia nacional, cuja proposta era a desconcentração industrial e o crescimento de áreas que fossem bem dotadas de recursos naturais, mão de obra pouco especializada, boa localização e outras vantagens competitivas que estimulassem a atração de indústrias potenciais. Segundo Filho (2002) as indústrias que se instalaram na Bahia, produtoras de bens intermediários, estariam voltadas ao capital-intensivo, pouco empregadoras e de grande porte, necessitando de elevados investimentos, com uma elevada concentração empresarial.

O processo de industrialização do Estado trouxe as indústrias de celulose, que produziram relevantes transformações na organização dos espaços e na estrutura socioeconômica regional. Sua introdução implicou em prejuízos para os recursos naturais, proporcionando impactos relevantes sobre a sobrevivência da agricultura familiar local em função da ocupação de grandes áreas agricultáveis, conforme foi constatado na pesquisa de campo. Outra atividade que entrou em decadência na região foi aquela relacionada à produção fumageira, que também provocou deslocamento da população rural para os núcleos e centros urbanos.

Esse novo panorama regional foi responsável por importantes mudanças socioprodutivas, embora atividades tradicionais, como a pecuária, a agricultura de subsistência e a pesca ainda mantenham sua importância na estrutura produtiva da economia regional. Da mesma forma, esse processo implicou em novas relações de trabalho, resultando no êxodo rural. Essas transformações na economia das microrregiões causaram também reestruturações do emprego na área rural, especialmente nos municípios onde foram desenvolvidas essas atividades.

Em consequência da redução do emprego nas zonas rurais, percebem-se transformações demográficas no contingente da população urbana dos municípios que não conseguem absorver a disponibilidade de mão de obra que está disponível. As famílias, nesse processo de deslocamento, não conseguem produzir a níveis que permitam a acumulação de riqueza e, em grande número, passam a depender dos projetos sociais ou se alocam em subempregos.

Possivelmente, pelo aumento da necessidade de mão de obra mais especializada, alguns municípios tenham se tornado polos regionais de referência à educação, como Eunápolis, Itabuna, Ilhéus, Santo Antônio de Jesus, Valença e Feira de Santana, possuindo distritos industriais e expressivo sistema de ensino voltado para a formação técnica.

Os municípios, de acordo com o relato dos seus gestores, têm procurado investir em

educação, melhorando as condições da educação básica, ou oferecendo condições de transporte para aqueles que desejam continuar os estudos nos municípios que oferecem nível técnico e/ou graduação. Ainda, de acordo com as suas declarações, tem ocorrido a ampliação das vagas nas universidades e escolas técnicas e há uma política de acordo entre o poder municipal, as instituições de ensino e as empresas, como meio de procurar despertar nos jovens o interesse por desenvolver carreiras profissionais.

O que se percebe, pelas análises efetuadas nesse estudo, é que, para as funções especializadas, há pouca disponibilidade de mão de obra qualificada. Contudo, para atividades mais elementares, há trabalhadores aptos para absorver a demanda que poderá vir a ocorrer com a implantação do empreendimento, tanto no setor de serviços quanto na execução das obras. Em outras palavras, acredita-se que as obras de regularização e duplicação da rodovia BR-101 seriam uma alternativa de incremento à econômica para esse contingente populacional, principalmente durante a fase de implantação do empreendimento.

Para estimativa da disponibilidade de mão de obra, considerando que não foi elaborado projeto para a duplicação do trecho em estudo da BR-101 (BA) e, conseqüentemente, ainda não é conhecido o prazo de execução das obras, não se tem ainda definidas as equipes necessárias à execução das obras do empreendimento.

No entanto, tomando-se como referência dados da duplicação do trecho de 850 km da BR-163 (MS), empreendimento similar, compreendido no EIA elaborado pela JGP Consultoria e Participações Ltda (EPL, 2014), a concessionária da obra estima que, em 7 anos de construção, o empreendimento irá gerar, uma média mensal, de aproximadamente 1.400 vagas, diretamente.

Vale ressaltar que nos primeiros anos, avalia-se que as contratações poderão variar de 350 a 1.000 trabalhadores, sendo o pico de contratação previsto para o quarto ano de obras, sendo calculado em 3.200 contratados.

Proporcionalmente, para a duplicação do trecho de 550 km da BR-101 (BA), espera-se uma média anual de 1.000 a 1.200 contratações, sendo o pico de mais de 2.100 a 2.200 empregos gerados.

Ademais, prevê-se que as demandas geradas pelas obras poderão ser absorvidas em âmbito local e regional, segundo os critérios e necessidades das funções e qualificações necessárias.

Registrou-se ainda, na área de estudo, a ocorrência de significativo número de assentamentos e acampamentos rurais e quilombolas. Às margens da BR-101 há assentamentos regularizados pelo INCRA e também ocupações de trabalhadores sem terra.

O Zoneamento Ecológico – Econômico da Bahia ainda se encontra na fase de realização de audiências públicas para as discussões, contudo já existe uma definição de 36 zonas que reúnem características físicas, ambientais e socioeconômicas, com propostas de

diretrizes gerais relacionadas ao uso e ocupação do solo, considerando as vulnerabilidades natural e social e suas potencialidades socioeconômicas. Essas diretrizes apontam para as medidas que devem ser tomadas na elaboração das políticas de desenvolvimento de cada zona, de forma a compatibilizar desenvolvimento e proteção ambiental e sociocultural, mas, até o momento, nenhuma restrição específica na área de estudo foi verificada.

Em relação aos Planos Diretores Municipais, poucos são os municípios que declaram possuir este instrumento de ordenamento territorial, prevalecendo as declarações dos entrevistados de total desconhecimento da existência dos mesmos.

Em todos os municípios, cujas sedes são cortadas pela rodovia BR 101, diversas vias urbanas interceptam a rodovia e apresentam, em ambas as margens, ocupação desordenada por povoamento urbano, por empresas de prestação de serviços e comércio.

No que se refere à mobilidade urbana prevalece a utilização de ônibus, motocicletas, transporte alternativo (vans, micro-ônibus) e ambulâncias. O deslocamento para acesso à educação e serviços de saúde é realizado por veículos disponibilizados pelas prefeituras.

A ocupação das margens da rodovia e a falta de sinalização especialmente nos entroncamentos com outras vias, têm contribuído para o registro de elevado número de acidentes, inclusive com vítimas fatais. Desta forma, a duplicação da rodovia poderá contribuir com a redução do número de acidentes, na medida em que ajudará a evitar as ultrapassagens perigosas.

Nos municípios estudados foi registrada a existência de colônias e associações de pescadores dedicados à pesca artesanal. A maioria dessas entidades não tem sede própria e os representantes entrevistados relataram a precariedade da condição de vida de muitos pescadores, a falta de infraestrutura para a realização da atividade de pesca, o declínio da produção e também dos problemas gerados pelo uso de drogas, em alguns casos.

De maneira geral, os entrevistados nas sedes urbanas e nas zonas rurais, demonstraram conhecimento sobre a possibilidade de duplicação da BR-101 e destacaram a importância da rodovia para o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo por ser o principal canal de escoamento da produção agrícola, base econômica da maioria desses. A utilização da rodovia nos deslocamentos para acesso aos serviços de assistência à saúde e a educação técnica e superior também foi apontada. Sendo assim, os benefícios trazidos pela melhoria na qualidade de deslocamento parece superar os transtornos gerados com a instalação do empreendimento.

Na percepção dos gestores públicos, a duplicação da rodovia representa a possibilidade de atração de investimentos dos diversos setores de produção para toda a área de estudo, o que irá incrementar o desenvolvimento das atividades existentes e possibilitará maior arrecadação tributária para os municípios.

A principal preocupação dos entrevistados está relacionada aos impactos que serão

provocados pelo empreendimento, relativos à qualidade ambiental e à destinação dos empreendimentos comerciais localizados às margens do atual traçado da rodovia.

Avalia-se que a duplicação da rodovia causará impactos negativos e positivos, principalmente no meio socioeconômico, uma vez que várias atividades econômicas são realizadas dentro do perímetro da faixa de domínio da rodovia. Contudo, o desenvolvimento de um adequado programa de desapropriação, bem como a efetivação das necessárias medidas mitigadoras tendem a minimizar os impactos gerados com a instalação do empreendimento.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o empreendimento é percebido pelos entrevistados locais, como uma obra de infraestrutura de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico, bem como para a segurança e tranquilidade dos municípios e comunidades da área do estudo como um todo.